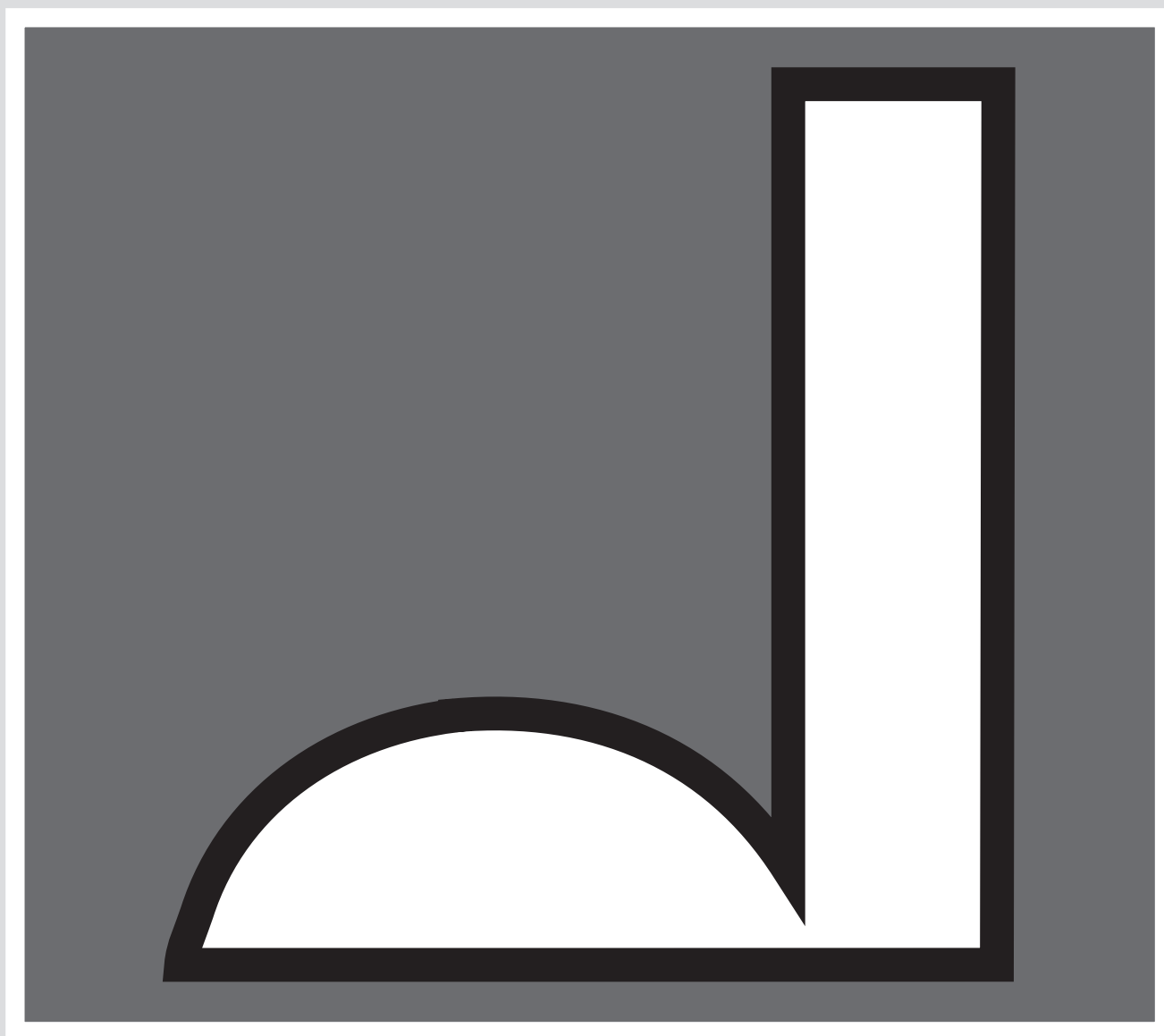




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 115 - TERÇA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 106ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE JULHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 46, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao artigo 211 do Regimento Interno do Senado Federal..... 23215

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 46, de 2006, lido anteriormente.. 23215

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Srs. Senadores, que susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 1006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama. .. 23215

Recebimento da Mensagem nº 177, de 2006 (nº 515/2006, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita que seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – GGTEE, para até quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo..... 23215

1.2.3 – Pareceres

Nº 866, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Diversos nº 1, de 2005, que contém denúncias relacionadas à utilização da ayahuasca ou chá do Santo Daime.. 23216

Nº 867, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 18, de 2006 (nº 176/2006, na origem), do Ministério da Fazenda, sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente à Resolução nº 20, de 2004. 23218

Nº 868, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.787, de 10

de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. 23220

Nº 869, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional da Mamografia. 23224

Nº 870, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão..... 23230

Nº 871, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que institui o Dia Nacional de Defesa da Vida. 23233

Nº 872, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher..... 23236

1.2.4 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 53/2006, de 20 de abril último, comunicando a prejudicialidade, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004..... 23241

Nº 56/2006, de 20 de abril último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004. 23242

1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação

Nºs 81 e 82/2006, de 20 de junho último, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, dos Projetos de Lei do Senado nºs 21 e 94, de 2006, em reuniões realizadas naquela data..... 23242

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Diversos nº 1, de 2005 e do Aviso nº 18, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 23242

Inclusão em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado o Projeto de

Lei do Senado nº 70, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente.	23242	julho. Preocupação com o rigor do inverno que vem assolando o interior de Roraima, onde muitas localidades estão ilhadas.	23257
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projeto de Lei do Senado nº s 275, de 2004, 21 e 94, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.	23242	SENADOR PAULO PAIM – Questões sobre a política de combate ao racismo e o Estatuto da Desigualdade Racial. Veto do governo ao reajuste de 16,67 % concedido aos aposentados e pensionistas do INSS.	23259
Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente.	23242	SENADOR LEONEL PAVAN – Críticas ao governo federal no que tange à liberação de recursos referentes às emendas parlamentares para o Estado de Santa Catarina.	23269
1.2.7 – Leitura de projetos		SENADOR ALVARO DIAS – Decepção com o veto presidencial ao reajuste de 16,67% concedido aos aposentados e pensionistas do INSS. Apelo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que devolva à Comissão de Assuntos Sociais projeto de autoria de S. Ex ^a , que prorroga o prazo para aposentadoria por idade dos trabalhadores brasileiros.	23270
Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que modifica o art. 3º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, para admitir o exercício do direito de defesa do devedor fiduciante antes da concessão de medida liminar na busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.	23242	SENADOR PEDRO SIMON – Comentários sobre matéria da revista Veja desta semana intitulada “Museu vivo do Código Penal”, sobre a imunidade parlamentar. Manifestação de credibilidade à Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.	23270
Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2006, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Leste Maranhense – UFESTE, com sede no Município de Caxias, Estado do Maranhão.	23244	SENADOR NEY SUASSUNA – Movimentos sociais em favor da implementação da Política Nacional de Saneamento. Apelo à Câmara dos Deputados no sentido da apreciação do PL 5.296/05, que trata da matéria.	23276
Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2006, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Baixada Maranhense – UFBAM, com sede no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão.	23245	SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Transcrição do editorial do jornal O Estado de S. Paulo , do último sábado, intitulado “ <i>Primeira prestação foi paga</i> ”, sobre o recebimento pelo PMDB de benesses em razão do apoio ao governo federal..	23278
Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, com sede no Município de Santarém, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA.	23246	SENADOR RAMEZ TEBET – Cumprimentos aos matogrossenses que conquistaram o título de campeões mundiais de vôlei de praia, no Campeonato Mundial de Vôlei de Praia, realizado na Austrália.	23282
1.2.8 – Discursos do Expediente		SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Questionamentos sobre a MP nº 284/2006, editada pelo governo, com o objetivo de formalizar as relações de trabalho dos empregados domésticos.	23283
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Chamada de atenção para a matéria intitulada “ <i>Desemprego vira drama para jovens até 24 anos</i> ”, de autoria de Aguinaldo Brito, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de hoje. Apelo em favor da aprovação da PEC que se encontra na CCJ e que visa à capacitação de jovens de 16 a 24 anos.	23248	1.2.9 – Fala do Presidente	
SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Comentários acerca de relatório das Nações Unidas sobre os centros urbanos do mundo. Defesa de mutirão para construir moradias de baixo custo e de fácil execução.	23251	Homenagem ao ex-Deputado e ex-Governador Dante de Oliveira, falecido na última semana, em decorrência de complicações advindas de infecção.	23285
SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Considerações sobre o descaso do governo Lula pelo Nordeste, especialmente pelo Estado de Pernambuco, no tocante à liberação de emendas parlamentares.	23255	1.3 – ORDEM DO DIA	
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro dos 116 anos de fundação da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, no último dia 9 de		Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 763, de 2006 – art. 336, II)	
		Projeto de Lei nº 42, de 2006 (nº 787/2003, na Casa de origem), que institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências. Apreciação transferida para amanhã.	23286

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Apreciação transferida..... 23286

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Apreciação transferida..... 23286

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. **Apreciação**

transferida..... 23286

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2006 (nº 733/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002. **Apreciação transferida.....**

23286

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2006 (nº 1.375/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003. **Apreciação transferida.....**

23286

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2006 (nº 1.380/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000. **Apre-**

ciação transferida..... 23287

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2006 (nº 119/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova, com reserva, o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993. **Apreciação transferida.....**

23287

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2006 (nº 1.424/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Pretória, em 8 de novembro de 2003. **Apreciação transferida...**

23287

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2006 (nº 1.548/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate ao HIV/SIDA, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002. **Apre-**

ciação transferida..... 23287

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2006 (nº 1.558/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Pequim, em 24 de maio de 2004. **Apreciação transferida.....**

23287

Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2006 (nº 1.572/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 2003. **Apreciação transferida.....**

23287

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2006 (nº 1.731/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco, em 14 de abril de 2004.

Apreciação transferida..... 23287

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2006 (nº 1.758/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003. **Apreciação transferida.....**

23288

Item 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2006 (nº 1.799/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965. **Apreciação transferida.....**

23288

Item 16

Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2006 (nº 1.839/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, em 12 de maio de 2004. **Apreciação transferida..** 23288

Item 17

Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2006 (nº 1.897/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003. **Apreciação transferida...** 23288

Item 18

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2006 (nº 1.913/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004. **Apreciação transferida.....** 23288

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2006 (nº 1.942/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005. **Apreciação transferida.....** 23288

Item 20

Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2006 (nº 1.976/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005. **Apreciação transferida.....** 23289

Item 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2006 (nº 1.068/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 14 de janeiro de 2002. **Apreciação transferida.....** 23289

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com o quadro de guerra civil, em razão da violência que impera no Brasil. Proposta de convocação do Conselho da República, a fim de se buscar uma solução para a violência que assola o país. . 23289

SENADOR CÉSAR BORGES – Crise na área de segurança pública no Brasil. Discrepância entre os valores informados pelo Ministério da Fazenda e o que foi efetivamente realizado. Recursos empenhados para o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco..... 23292

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Análise sobre o discurso do Senador Cristovam Buarque, que tratou da existência de uma guerra civil no Brasil. Solidariedade aos agentes penitenciários virão a Brasília, na próxima quarta-feira, para fazer reivindicações..... 23296

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Empréstimo consignado aos aposentados do município de Alto Rodrigues/RN. Considerações sobre o veto presidencial ao reajuste dos aposentados..... 23298

SENADOR ROMEU TUMA – Homenagem ao Professor Noedir Antônio Groppo Stolf. 23299

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Comentários à pesquisa divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre o perfil do eleitor brasileiro nas próximas eleições..... 23301

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Satisfação com a licitação feita Agência Nacional de Petróleo (ANP) para a exploração do petróleo em áreas inativas na região de Barreirinhas do Estado do Maranhão, as quais foram arrematadas por diferentes empresas. 23302

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Pesar pelo falecimento do ex-governador Dante de Oliveira. Necessidade da aprovação do orçamento impositivo. Comentários à declaração do delegado da polícia federal sobre a chamada “lista de Furnas”. 23303

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Solicita atenção para a Associação dos Autistas do Estado do Amazonas. Proposta para as áreas de saúde e de educação especial no Estado do Amazonas.... 23305

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Apelo ao Prefeito Dulciomar Costa para o cumprimento do projeto da Associação dos Moradores do Conjunto do Banco do Amazonas..... 23308

SENADOR LEONEL PAVAN – Repúdio à proibição do Ibama visando restringir a observação de baleias pelos turistas. 23310

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “FHC diz não ser igual a ‘essa gente do PT’ e que Lula ‘é bom de garganta’”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 26 de junho último. Transcrição nos Anais do Senado federal do editorial intitulado “Sob Encomenda”, do jornal **Folha de S.Paulo**, edição do último domingo e diversos outros temas..... 23311

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre o artigo intitulado “O caráter demoníaco do poder”, de autoria do ex-Ministro de Estado, governador e senador, Jarbas Passarinho, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 27 de junho último. 23316

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro do artigo intitulado “O desafio do usineiro ao

Estado de Direito”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 14 de junho último..... 23317

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Comentários sobre o artigo intitulado *“Jogadores saem em defesa de atacante”*, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 10 de junho último..... 23318

SENADOR **MARCOS GUERRA** – Registro da matéria intitulada *“MST faz 28 reféns em fazenda ocupada”*, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 13 de junho último. Aplausos à Federação das Indústrias do Espírito Santo pela criação de diretorias regionais que desenvolvem ações para estimular a interiorização e qualificar a mão-de-obra local..... 23318

SENADOR **SÉRGIO GUERRA** – Comentários sobre o artigo intitulado *“O exército dos liberticidas”*, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 13 de junho último. Registro da matéria intitulada *“Proposta insensata”*, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 19 de junho último. Registro do artigo intitulado *“A recompensa”*, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 26 de junho último..... 23320

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Registro da realização, em Brasília, da III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, de iniciativa do governo federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra..... 23323

SENADOR **LUIZ OTÁVIO** – Cumprimentos à turma de cadetes do primeiro ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia da Força Aérea Brasileira. 23323

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã terça-feira, dia 11, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 23325

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS PUBLICADAS EM SUPLEMENTO A ESTE DIÁRIO:

Nºs 1 a 17, apresentadas à Medida Provisória nº 300, de 2006. 23331

Nºs 1 a 122, apresentadas à Medida Provisória nº 301, de 2006..... 23332

Nºs 1 a 182, apresentadas à Medida Provisória nº 302, de 2006..... 23334

Nºs 1 a 236, apresentadas à Medida Provisória nº 303, de 2006..... 23336

Nºs 1 a 111, apresentadas à Medida Provisória nº 304, de 2006..... 23339

Nºs 1 a 168, apresentadas à Medida Provisória nº 305, de 2006..... 23342

Nºs 1 a 8, apresentadas à Medida Provisória nº 306, de 2006. 23344

Nºs 1 a 8, apresentadas à Medida Provisória nº 307, de 2006. 23344

Nºs 1 a 15, apresentadas à Medida Provisória nº 308, de 2006. 23345

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.289 a 1.297, de 2006. 23346

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 106ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de Julho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias,
Marcos Guerra, Garibaldi Alves Filho, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/7/2006 07:40:24 até 10/7/2006 20:30:14

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X					
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X					
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X					
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X					
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X					
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIANO		X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					
PSDB	CE	LUIZ PONTES		X					
PFL	PE	MARCO MACIEL		X					
PSDB	ES	MARCOS GUERRA		X					
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X					
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X					
PMDB	RR	ROMERO JUCA		X					
PFL	SP	ROMEU TUMA		X					
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SÉRY'S SHLESSARENKO		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X					

Compareceram: 51 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 2006

Dá nova redação ao artigo 211 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O **caput** do Art. 211 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 211. As proposições sujeitas à deliberação legislativa consistem em:

- I –
- II –
- III –
- IV –
- VI –’(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Objetiva esta proposição delimitar com clareza o conceito de deliberação legislativa concernente e inerente ao exercício da atividade parlamentar. Com efeito, há muito o Congresso tem se deparado com a questão da legitimidade e normalidade de seus atos e deliberações, e na falta de uma melhor definição do que seja a atividade legislativa, em seu sentido estrito, e assim ficamos a mercê de entendimentos de diversas tendências, porém sempre flutuantes ao sabor do momento político.

Busca-se dar a questão a definição técnica de que a atividade parlamentar que constitui e finaliza em deliberações legislativas é toda aquela que é tratada e encaminhada no trâmite regimental para as proposições elencadas no artigo 211 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL (Resolução nº 93/1970)

Art. 211. Consistem as proposições em: (*)

- I – propostas de emenda à Constituição;
- II – projetos;
- III – requerimentos;
- IV – indicações;
- V – pareceres;
- VI – emendas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e, em seguida, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006**, de autoria do Senador João Batista Motta e outros Srs. Senadores, que susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 177, de 2006** (nº 515/2006, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, solicita que seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – GGTEE, para até quatrocentos e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 866, DE 2006

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre Diversos nº 1, de 2005, que contém denúncias relacionadas à utilização da ayahuasca ou chá do Santo Daime.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator **ad hoc**: **Cristovam Buarque**

I – Relatório

O processado Diversos nº 1, de 2005, em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), traz o seguinte sumário:

Cidadão, contribuinte e eleitor, vítima de processo alienativo de cidadania faz carta-denúncia das Espécies normativas oriundas do Ministério da Justiça do Governo do Brasil, as quais liberam, para finalidade religiosa, o uso, a produção, a distribuição, a venda e exportação da substância química “Hauasca” ou chá do Santo Daime.

Trata-se de carta assinada e encaminhada pelo Senhor Murilo Aragão de Oliveira que inclui, como anexos, cópias de mensagens eletrônicas, ocorrências policiais, sentença judiciária e parecer da Coordenação Geral de Prevenção e Repressão a Entorpecentes (CGPRE/DPJ) da Polícia Federal. Todos os anexos são direta ou indiretamente relacionados ao assunto.

II – Análise

O exame do material indica que o objetivo principal do remetente é a busca de um foro adequado para o encaminhamento de denúncias contra o desvio da doutrina religiosa denominada Santo Daime e a utilização indevida do chá de ayahuasca, designação brasileira de um composto vegetal consumido por grupos religiosos para atingir estados místicos.

Em 1984, o Governo incluiu a ayahuasca no rol de substâncias proscritas, acrescentando-a à lista da Divisão Nacional de Medicamentos. Os usuários do

chá reagiram imediatamente e solicitaram a sua retirada da mencionada lista.

À época, foi criada uma comissão multidisciplinar para investigar o assunto, a qual não encontrou evidências de problemas sociais relativos ao uso da ayahuasca em contextos religiosos. A partir de 1986, o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), do Ministério da Justiça, deixou de considerar a bebida uma substância de uso proibido (Resolução nº 6, de 4 de fevereiro de 1986), em caráter provisório. Em 1992, o Confen determinou a liberação definitiva da bebida. Em 2002, a CGPRE realizou um exame da produção e do consumo da ayahuasca, postulando, ao final, a proibição sumária da utilização do chá da ayahuasca.

O Senhor Murilo Aragão de Oliveira, que subcreve a denúncia, aponta para a falta de controle sobre a utilização e a manipulação dominadora da distribuição, chamando a atenção para a “luta de poder” no seio da congregação que utiliza o chá. Na verdade, o documento encaminhado à CDH configura, prioritariamente, questão da alçada da Justiça e, particularmente, do Ministério Público, uma vez que envolve o relacionamento conflituoso entre o denunciante e outros membros da doutrina, compreendendo ameaças de morte e representações judiciais relativas à liderança da congregação, razões inteiramente desvinculadas à ingestão do chá.

O dossiê encaminha, também, denúncia relativa à questão do uso de terras públicas, de grilagem e de conflito de propriedade, que remetem à competência do Governo do Distrito Federal, uma vez que as ocorrências relatadas têm lugar no Lago Norte, em Brasília.

III – Voto

Nesse sentido, por tratar-se de matéria já regulada pelo Ministério da Justiça, conforme exposto pelo próprio denunciante, e por versar sobre eventos internos à corporação dos seguidores da doutrina do chá do Santo Daime, pronunciamo-nos pelo arquivamento do Diversos nº 1, de 2005.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006.

PROPOSIÇÃO: *DIU Nº 01/2006*

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/06/2006, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[assinatura]* "EM EXERCÍCIO" *JUVÊNIO DA FONSECA*

RELATOR: *[assinatura]* "AD HOC"

Bloco da Minoria (PFL e PSDB).

EDISON LOBAO	1 - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VAGO	2 - DEMÓSTENES TORRES
JORGE BORNHAUSEN	3 - HERÁCLITO FORTES
JOSÉ AGRIPINO	4 - VAGO
ROMEU TUMA	5 - MARIA DO CARMO ALVES
JUVÊNIO DA FONSECA <i>PRESIDENTE EM EXERCÍCIO</i>	6 - ARTHUR VIRGÍLIO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	7 - ÁLVARO DIAS
VAGO	8 - FLEXA RIBEIRO

PMDB

LEOMAR QUINTANILHA <i>[assinatura]</i>	1 - LUIZ OTÁVIO
ÍRIS DE ARAÚJO <i>[assinatura]</i>	2 - GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3 - MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	4 - VAGO
GARIBALDI ALVES FILHO	5 - VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PL)

FLÁVIO ARNS <i>[assinatura]</i>	1 - MAGNO MALTA
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	2 - SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>
FÁTIMA CLEIDE	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES
MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i>	4 - MOZARILDO CAVALCANTI
PAULO PAIM <i>[assinatura]</i>	5 - AELTON FREITAS

PDT

CRISTOVAM BUARQUE - <i>PRESIDENTE RELATOR "AD HOC"</i>	1 - OSMAR DIAS
--	----------------

PARECER Nº 867, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 18, de 2006 (nº 176 /2006, na origem) do Ministério da Fazenda, sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente a redução nº 20, de 2004.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

Relator **ad hoc**: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Em conformidade com o disposto no inciso I do art. 4º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, o Ministro da Fazenda encaminha a esta Casa, mediante o Aviso nº 18, de 2006, o relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de janeiro de 2006 a 31 de março de 2006.

Além da parte descritiva, o relatório inclui quadros com detalhamento das operações realizadas no período (Anexo II) dos títulos da dívida pública resgatados com os recursos oriundos das referidas operações (Anexo II) e o quadro-resumo dos lançamentos de bônus emitidos ao amparo do referido Programa (Anexo III).

II – Análise

Em 16 de novembro de 2004, mediante a Resolução nº 20, o Senado Federal autorizou a União a executar o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, compreendendo operações de emissões de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e a administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional, contemplando operações de compra, de permuta e outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros.

Dentre as características das operações de emissão de títulos e de administração de passivos estipuladas no art 2º da citada Resolução, destacam-se a fixação de um limite para o montante de emissões, de até US\$75 bilhões ou seu equivalente em outras moedas, colocados de uma só vez ou parceladamente, a natureza dos títulos, nominativos ou ao portador, sua forma de colocação, mediante oferta internacional e os juros e prazos a serem definidos por ocasião das negociações.

A autorização estabeleceu, no art. 3º da citada norma, que a execução de cada operação de administração de passivos será comunicada ao Senado Federal, no prazo de 30 dias após a sua realização, mediante relatório circunstanciado. Determinou, ainda, consoante art. 4º

da Resolução, que o Ministro da Fazenda apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em até 30 (trinta) dias corridos após o final de cada trimestre, relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com as informações que prescreve.

Conforme já informado anteriormente nesta Comissão, com o fim do Acordo de Transição da Administração da Dívida Externa do Banco Central do Brasil para o Tesouro Nacional, a partir do início de 2005, iniciaram-se as operações no mercado financeiro internacional, sob coordenação exclusiva do Tesouro Nacional, unificando, de forma definitiva, o gerenciamento das dívidas externa e interna, em linha com as melhores práticas internacionais de gerenciamento de dívida pública.

Mediante o relatório sob exame, o Ministro da Fazenda informa que, nos termos da Resolução nº 20, do Senado Federal, o Governo Federal realizou três emissões externas de títulos no primeiro trimestre de 2006, totalizando US\$11,9 bilhão, “valor destinado ao programa de financiamento da Dívida Pública Federal Externa, para o biênio 2006-2007, cujas captações até a presente data totalizam aproximadamente US\$5,3 bilhões, representando 59,6% da meta de até US\$9 bilhões.”

Com a primeira emissão de 2006, títulos Global 2037, anunciada em 10 de janeiro, foi captado US\$ 1 bilhão, com rentabilidade ao investidor de 7,557% e spread de 295 pontos-base. Como o custo do título que foi substituído (o Global 2034) era de 7,55% ao ano, “o custo para o Tesouro Nacional foi nulo no que se refere ao alongamento de prazo de 2034 para 2037.”

A segunda emissão, ocorrida em 30 de janeiro, captou EUR 300 milhões, com spread de 185 pontos-base em relação ao mid-swap – taxa de juros de referência em Euros – e rentabilidade ao investidor de 5,448% ao ano. Ressalte-se que “... esta operação possibilitou a entrada do título no MTS, que é uma plataforma eletrônica de negociação. Este fato gerou aumento da liquidez do título no mercado secundário.”

A terceira e última operação do primeiro trimestre ocorreu em 16 de março, onde foram colocados 115\$ 500 milhões do título Global 2037, com spread de 204 pontos-base em relação ao título do Tesouro Norte-Americano com vencimento em 2031 e rentabilidade ao investidor de 6,831% ao ano.

Nota-se que entre a primeira e a última emissão do Global 2037 no primeiro trimestre de 2006, houve uma redução da taxa de rendimento ao investidor e do **spread**.

O Tesouro Nacional aproveitou, assim, a melhoria nas condições do mercado financeiro internacional, na medida em que utilizou os recursos oriundos das

emissões externas para o resgate de títulos da dívida mobiliária interna federal, reduzindo, em consequência, o custo do endividamento público e alongando o seu perfil, posto que os papéis colocados no internacional vencerão em 2015 (Euro 2015) e 2037 (Global 2037).

O presente parecer constitui procedimento regulamentar, mediante o qual os membros desta Comissão tomam, formalmente, conhecimento do teor do relatório sobre a emissão de títulos federais, no âmbito do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, realizada no primeiro trimestre de 2006,

em conformidade com a autorização anteriormente concedida por esta Casa.

III – Conclusão

Em face do exposto e em conformidade com o art. 133, V, d, do Regimento Interno do Senado Federal, concluo pelo arquivamento do Aviso nº 18, de 2006, do Ministro da Fazenda, após o conhecimento dado aos membros desta Comissão a respeito do relatório sobre as emissões de Títulos da República no período de 1º de janeiro de 2006 a 31 de março de 2006.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS AVISO Nº 18, DE 2006 NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/06/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

EDUARDO AZEREDO, RELATOR AD HOC

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
THUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
CÉTERO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB

PARECER Nº 868, de 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 70, de 2004, de autoria do ilustre Senador Marcelo Crivella, tem por objetivo acrescentar parágrafo ao art. 4º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que alterou a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Esta lei dispõe sobre a vigilância sanitária a que estão sujeitos os medicamentos e outros produtos de importância para a saúde.

O dispositivo que o PLS nº 70, de 2004, propõe acrescentar à Lei nº 9.787, de 1999, determina que os medicamentos genéricos sejam comercializados, também, a granel.

Foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Atualmente, a maioria dos medicamentos disponíveis nas drogarias e nas farmácias brasileiras é acondicionada em embalagens que não permitem a dispensação fracionada dos mesmos. Em muitos casos, a quantidade do medicamento dispensado em embalagem padronizada é insuficiente ou excedente às necessidades do paciente. Geralmente, o resultado dessa inadequação é o uso do produto em dose menor que a indicada ou a sobra e a perda do mesmo.

O PLS nº 70, de 2004, é de indiscutível mérito, pois pretende tornar obrigatória a adoção de medidas que beneficiam os consumidores e até mesmo o setor público, pois muitos dos medicamentos fornecidos pelos serviços de saúde institucionais poderão ser dispensados na exata quantidade exigida para o tratamento. No entanto, permitir a dispensação fracionada só de medicamentos genéricos traz poucos resultados, pois a participação desse segmento da indústria farmacêutica no mercado ainda é pequena, apesar de ascendente. Os números divulgados pela página eletrônica da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos mostram que, em dezembro de 2004, tais

produtos participaram com apenas 7,86% do total das vendas de medicamentos, no Brasil.

Temos que considerar, ainda, que esta Casa já deliberou sobre a matéria, por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 65, de 2000, que tramita na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei (PL) nº 5.909, de 2001. Esta proposição não faz restrições à espécie de medicamento – de referência, similar ou genérico – que pode ser vendido na forma fracionada. A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) daquela Casa emitiu parecer pela aprovação da matéria, que foi encaminhada à Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), onde aguarda apreciação. Na CDC foi apresentado, 15 de fevereiro de 2005, parecer com complementação de voto, pela aprovação, com oferecimento de substitutivo. A última ação relativa à sua tramitação ocorreu 25 de maio de 2005, com a designação de novo relator.

Devemos considerar, ainda, outros aspectos legais e infralegais relacionados com a dispensação de medicamentos. Para que se torne obrigatória a dispensação de medicamentos na forma fracionada, não é necessária a aprovação de uma lei específica. Não são necessárias nem mesmo alterações nas leis vigentes. Com efeito, o art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, atribui competência à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para regulamentar, controlar e fiscalizar, entre outros produtos, os medicamentos de uso humano.

Especificamente em relação aos medicamentos genéricos, o art. 4º da Lei nº 9.787, de 1999, confere ao Poder Executivo autorização para promover medidas especiais relacionadas com o registro, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação dos mesmos. Para tanto, o Presidente da República pode valer-se da prerrogativa concedida pela Constituição Federal que, no art. 84, inciso IV, atribui-lhe competência para expedir decretos e regulamentos para a execução de leis.

Valendo-se dessa prerrogativa, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 5.348, de 19 de janeiro de 2005, que dá nova redação a artigo do Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974, para definir o fracionamento de medicamentos e permitir às farmácias a prática desse procedimento.

A normatização do fracionamento foi instituída pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 135, de 18 de maio de 2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), alterada pela RDC nº 260, de 20 de setembro de 2005. Apenas farmácias devidamente licenciadas pela Anvisa podem disponibilizar medicamentos na forma fracionada. A exceção dos medicamentos sujeitos ao controle especial, entre os

quais estão os psicotrópicos, podem ser fracionados os medicamentos genéricos, os de referência e os similares, desde que o procedimento seja tecnicamente seguro.

Pelo exposto, concluímos que as leis e as disposições infralegais vigentes são suficientes para permitir a venda fracionada de medicamentos. Ademais, o Senado Federal já deliberou sobre o assunto e, em tal

circunstância, os incisos I e II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal permitem que o Presidente desta Casa declare prejudicada a matéria.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

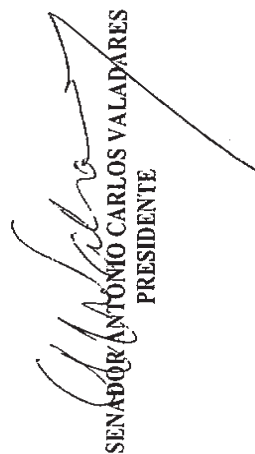
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2004	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/07/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADOR AUGUSTO BOTELHO	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LIONEL PAVAN – PSDB	6- PAPALÉO PAES – PSDB
LUCIA VÂNIA – PSDB	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
LUIZ PONTES – PSDB	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
ARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO. (RELATOR)	1- CRISTÓVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE AO PLS 070, de 2004.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERACLIITO FORTES - PFL	X			
JONAS PINHEIRO - PFL					2- JOSÉ JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3- (VAGO)				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMEU TUMA - PFL				
FLEXA RIBEIRO - PSDB					5- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB	X				6- PAPALEO PAES - PSDB				
LÚCIA VÂNIA - PSDB	X				7- (VAGO)				
LUIZ PONTES - PSDB					8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA	X				1- WELLINGTON SALGADO				
ROMERO JUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO	X			
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SERGIO CABRAL					5- MAGUITO VILELA				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					1- DELCÍDIO AMARAL - PT				
FLÁVIO ARNS - PT	X				2- MAGNO MALTA - PL				
IDELI SALVATTI - PT					3- EDUARDO SUPLICY - PT	X			
MARCELO CRIVELLA - PMR. (Autor)					4- FÁTIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PT	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRICIA SABOYA GOMES - PSB					6- (VAGO)				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO (Relator)	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM; 12 NÃO; ____ ABSTENÇÃO; ____ AUTOR; ____ SALA DAS REUNIÕES, EM 20/04/2006.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RJSF)



ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

Of. Nº 53/06 – PRES/CAS

Brasília, 20 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em decisão terminativa, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 70, de 2004, de autoria do ilustre Senador Marcelo Crivella, tem por objetivo acrescentar parágrafo ao art. 4º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que alterou a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Esta lei dispõe sobre a vigilância sanitária a que estão sujeitos os medicamentos e outros produtos de importância para a saúde e o meio ambiente.

O dispositivo que o PLS nº 70, de 2004, propõe acrescentar à Lei nº 9.787, de 1999, determina que os medicamentos genéricos sejam comercializados, também, a granel.

Foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Atualmente, a maioria dos medicamentos disponíveis nas drogarias e nas farmácias brasileiras é acondicionada em embalagens que não permitem a dispensação fracionada dos mesmos. Em muitos casos, a quantidade do medicamento dispensado em embalagem padronizada é insuficiente ou excedente às necessidades do paciente. Geralmente, o resultado

dessa inadequação é o uso do produto em dose menor que a indicada ou a sobra e a perda de quantidade variável do mesmo.

O PLS nº 70, de 2004, é de indiscutível mérito, pois pretende tornar obrigatória a adoção de medidas que beneficiam os consumidores e até mesmo o setor público, pois muitos dos medicamentos fornecidos pelos serviços de saúde institucionais poderão ser dispensados na exata quantidade exigida para o tratamento. No entanto, permitir a dispensação fracionada só de medicamentos genéricos traz poucos resultados, pois a participação desse segmento da indústria farmacêutica no mercado ainda é pequena, apesar de ascendente. Os números divulgados pela página eletrônica da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos mostram que, em dezembro de 2004, tais produtos participaram com apenas 7,86% do total das vendas de medicamentos, no Brasil.

Temos que considerar, ainda, que esta Casa já deliberou sobre a matéria, por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 65, de 2000, que tramita na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei (PL) nº 5.909, de 2001. Esta proposição não faz restrições à espécie de medicamento – de referência, similar ou genérico – que pode ser vendido na forma fracionada. A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) daquela Casa emitiu parecer pela aprovação da matéria, que foi encaminhada à Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), onde aguarda apreciação. A última ação relativa à sua tramitação ocorreu 15 de fevereiro de 2005, com a apresentação de relatório pela aprovação.

Ademais, para que a dispensação de medicamentos na forma fracionada seja obrigatória, não é necessária a aprovação de uma lei específica. Não são necessárias nem mesmo alterações nas Leis vigentes. Com efeito, o art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, atribui competência à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para regulamentar, controlar e fiscalizar, entre outros produtos, os medicamentos de uso humano.

Especificamente em relação aos medicamentos genéricos, o art. 4º da Lei nº 9.787, de 1999, confere ao Poder Executivo autorização para promover medidas especiais relacionadas com o registro, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação dos mesmos. Para tanto, o Presidente da República pode valer-se da prerrogativa concedida pela Constituição Federal que, no art. 84, inciso IV, atribui-lhe

competência para expedir decretos e regulamentos para a execução de leis.

Valendo-se dessa prerrogativa, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 5.348, de 19 de janeiro de 2005, que acrescenta dispositivos ao Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974, para definir o fracionamento de medicamentos e permitir às farmácias a prática desse procedimento.

A medida instituída pelo Decreto nº 5.348, de 2005, ainda não foi posta em prática, pois a Anvisa ainda não regulamentou os procedimentos adequados para tal. Essa Agência publicou o edital de Consulta Pública nº 7, de 3 de março de 2005, concedendo o prazo de 30 dias, a contar da sua publicação, para o recebimento de críticas e sugestões à proposta de resolução que regulamenta o fracionamento.

Podemos concluir que os dois fatos relatados recomendam que seja declarada a prejudicialidade da proposição, com respaldo nos incisos I e II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004.

Sala da Comissão, – **Delcídio Amaral**, Relator.

PARECER Nº 869, DE 2006

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275,
de 2004, de autoria da Senadora Lucia Vânia
que institui o Dia Nacional da Mamografia.**

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

Relator **ad hoc**, Senador **Geraldo Mesquita Junior**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 275, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional da Mamografia.

Encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o PLS nº 275, de 2004, não recebeu emendas no prazo regimental. Primeiramente, foi designada relatora a Senadora Serys Slhessarenko, cujo relatório não chegou a ser votado. Posteriormente, a matéria foi retirada de pauta e redistribuída.

A proposição em análise compõe-se de dois artigos. O primeiro institui o dia cinco de fevereiro como o Dia Nacional da Mamografia. O segundo artigo estabelece a cláusula de vigência e determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entre em vigor a partir da data de sua publicação.

A proposição deverá ser analisada quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e ao mérito.

II – Análise

O PLS nº 275, de 2004, propõe a instituição de uma data a ser lembrada como o Dia Nacional da Mamografia. Essa providência por parte do Poder Legislativo é bastante oportuna, pois visa estabelecer uma forma de valorizar o exame mamográfico e de enfatizar a importância das ações que têm por objetivo a detecção precoce do câncer de mama.

Essa neoplasia maligna é a mais temida pelas mulheres e a razão desse temor não está relacionada apenas com a importância dessa glândula para a amamentação. Com efeito, muitos dos casos dessa doença acometem mulheres que já não amamentam, seja porque já completaram o número de filhos que desejavam, seja porque estão em idade não-reprodutiva, ou seja, já estão na pós-menopausa e, portanto, não necessitam da mama como órgão de nutrição.

Esse temor é devido à alta incidência e aos efeitos psicológicos da doença, que pode afetar a auto-estima e a sexualidade da mulher. As mamas constituem um dos caracteres sexuais secundários e desempenham importante papel. A perda de uma ou, pior ainda, de ambas as mamas tem enorme significado para o psiquismo feminino. Significa uma mutilação. Significa perder parte dos atributos femininos que atraem o sexo oposto. Tal aspecto é tão importante que algumas mulheres tomam-se profundamente deprimidas após essa perda.

A incidência do câncer de mama vem crescendo em todo o mundo. Atualmente, é o segundo tipo mais frequente e o primeiro entre as mulheres, com cerca de um milhão de casos novos esperados. Os números relacionados a esse tipo de câncer são impressionantes e justificam plenamente a adoção de medidas que visam à sua detecção precoce, pois seu prognóstico é relativamente bom se diagnosticado nos estágios iniciais.

No Brasil, até a alguns anos, o câncer do colo uterino superava, em incidência, o da mama. Atual-

mente, essa situação inverteu-se, principalmente em decorrência da maior oferta de ações de prevenção, detecção precoce e tratamento das lesões precursoras do câncer do colo.

Hoje em dia, no País, o câncer de mama é a neoplasia que mais causa mortes entre as mulheres. Em 2003, foram diagnosticados mais de quarenta e um mil casos dessa neoplasia. No mesmo ano, ocorreram um pouco mais de nove mil e trezentos óbitos pela mesma causa.

Como a taxa de mortalidade relacionada com essa neoplasia permanece em tomo de dez mortes por grupo de cem mil mulheres, estima-se que mais de nove mil cidadãs brasileiras falecerão no ano de 2005, vitimadas por essa doença.

Não existem medidas práticas específicas de prevenção primária do câncer de mama aplicáveis à população, motivo pelo qual as atenções dos serviços de saúde devem ser dirigidas no sentido da sua detecção precoce. O exame clínico das mamas, realizado por profissional de saúde, e a mamografia são as duas medidas mais eficazes para o alcance desse objetivo e são as recomendadas pelo Inca. Quanto mais precocemente for detectada a doença, maior a sobrevida da paciente, e maiores serão as chances de cura. Daí a importância de que esse exame seja disponibilizado às mulheres que se encontram na faixa etária de risco.

O Inca recomenda que, entre os 50 e os 69 anos, as mulheres que não se enquadram no grupo de alto risco para câncer de mama devem fazer uma mamografia a cada dois anos. As que pertencem a esse grupo, ou seja, as mulheres cujas mães, irmãs ou filhas tiveram câncer de mama antes dos cinquenta anos, entre outros casos, devem fazer o exame anualmente.

A mamografia começou a ser efetivamente utilizada na clínica há quase quarenta anos. Desde então, o aperfeiçoamento do mamógrafo, o aparelho que a realiza, vem possibilitando a detecção de tumores cada vez menores, o que representa mais oportunidades de tratamento precoce.

Apesar da sua enorme importância, a mamografia ainda não está ao alcance de todas as mulheres que dela necessitam, pois muitos municípios brasileiros não dispõem do mamógrafo nos serviços públicos de saúde. Em 2003, o País dispunha de 1.504 desses aparelhos, porém, mal distribuídos territorialmente, pois a maioria deles estava instalada nas capitais e nas grandes cidades. Naquele ano, apenas 9% dos municípios dispunham de mamógrafos.

A instituição de um dia dedicado a lembrar a necessidade da realização da mamografia tem o objetivo de chamar a atenção das mulheres, da sociedade em geral e, particularmente, das autoridades sanitárias para a importância desse exame. A escolha do dia 5 de fevereiro para ser o Dia Nacional da Mamografia deve-se ao fato de que a Igreja Católica Apostólica Romana comemora, nessa data, o dia de Santa Ágata, protetora das mulheres contra as doenças da mama e padroeira dos mastologistas.

Ágata, ou Águeda, viveu no século III depois de Cristo (d.C), na Sicília. Em meados desse século, Quinciano foi nomeado procônsul dessa região e empreendeu feroz perseguição aos cristãos. Em Catânia, uma cidade dessa ilha, vivia Ágata, jovem de notável beleza, de família aristocrática. Quinciano apaixonou-se pela jovem e propôs-lhe casamento. Dedicada à vida monástica, Ágata não cedeu ao assédio do governante que, ofendido, ordenou que ela fosse torturada. Um dos castigos consistiu na amputação das mamas. Em 5 de fevereiro, provavelmente do ano 251 d.C, a jovem faleceu, vítima de severas torturas.

Além de causar intensas dores e mutilação, a amputação das mamas tinha, na Idade Média, enorme sentido simbólico, pois privava a mulher não só da sua capacidade de amamentar, mas, também, de um importante atributo físico representativo da sua sexualidade.

O mérito da proposição em exame é inquestionável, pois a instituição de uma data em que deverão ser desenvolvidas ações com o objetivo de divulgar a importância da detecção precoce do câncer de mama trará benefícios à população.

Quanto à constitucionalidade e à juridicidade, não foram identificados óbices quanto ao que se propõe, pois legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme preceitua o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Quanto à técnica legislativa, a proposição não afronta as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – Voto

Em vista das considerações expendidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 275, de 2004, mantendo-se sua forma e conteúdo.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275 DE 2004 - - -

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/07/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATORA: SENADORA ^{GERALDO MESQUITA "culhoc"} MARIA DO CARMO ALVES

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES

MARCO MACIEL - PFL

1- HERÁCLITO FORTES - PFL.

JONAS PINHEIRO - PFL

2- JOSÉ JORGE - PFL.

MARIA DO CARMO ALVES - PFL.

3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.

RODOLPHO TOURINHO - PFL.

4- ROMEU TUMA - PFL.

FLEXA RIBEIRO - PSDB

5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.

LEONEL PAVAN - PSDB

6- PAPALÉO PAES - PSDB

LUCIA VÂNIA - PSDB

7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.

LUIZ PONTES - PSDB

8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.

PMDB TITULARES

PMDB SUPLENTES

NEY SUASSUNA

1- WELLINGTON SALGADO

ROMERO JUCÁ

2- RAMEZ TEBET

VALDIR RAUPP

3- JOSÉ MARANHÃO

MÃO SANTA

4- PEDRO SIMON

SÉRGIO CABRAL

5- MAGUITO VILELA

GERALDO MESQUITA JUNIOR (RELATOR "culhoc")

6- GERSON CAMATA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

1- DELCÍDIO AMARAL (PT)

FLÁVIO ARNS (PT)

2- MAGNO MALTA (PL)

IDELI SALVATTI (PT)

3- EDUARDO SUPPLY (PT)

1- RCELO CRIVELA (PMR)

4- FÁTIMA CLEIDE (PT)

PAULO PAIM (PT)

5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)

PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)

6- (VAGO)

PDT TITULARES

PDT SUPLENTES

AUGUSTO BOPELHO.

1- CRISTÓVAM BUARQUE

ATUALIZADO EM 19.04.2006

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - I T A DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2004.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERÁCLITO FORTES - PFL.	X			
JONAS PINHEIRO - PFL					2- JOSÉ JORGE - PFL.				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.					3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.				
RODOLPHO TOURINHO - PFL.					4- ROMEU TUMA - PFL.				
FLEXA RIBEIRO - PSDB.					5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.	X			
LEONEL PAVAN - PSDB.	X				6- PAPALÉO PAES - PSDB				
LÚCIA VÂNIA - PSDB. (AUTORA)			X		7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.				
LUIZ PONTES - PSDB.					8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA	X				1- WELLINGTON SALGADO				
ROMERO JUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO	X			
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL	X				5- MAGUITO VILELA				
GERALDO MESQUITA JUNIOR (AUTORA)	X				6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.					1- DELCÍDIO AMARAL - PT				
FLÁVIO ARNS - PT.	X				2- MAGNO MALFA - PL.				
IDELI SALVATTI - PT.					3- EDUARDO SUPLICY - PT.	X			
MARCELO CRIVELLA - PMR.					4- FÁTIMA CLEIDE - PT.				
PAULO PAIM - PT.	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.				
PATRICIA SABOYA GOMES - PSB					6- (VAGO)				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 14 SIM: 12 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 20/04/2006.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Adilson
SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

ATUALIZADO EM: 04/04/2006

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
.....

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

O Projeto de Lei de Senado (PLS) nº 275, de 2004, foi lido em Plenário em 5 de outubro de 2004 e distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para apreciação em caráter terminativo.

O art. 1º da proposição em exame institui o dia 5 de fevereiro como o Dia Nacional da Mamografia. O art. 2º determina que a lei resultante terá vigência a partir da data da sua publicação.

II – Análise

O PLS nº 275, de 2004, propõe a instituição de uma data a ser lembrada como o Dia Nacional da Mamografia. Essa providência por parte do Poder Legisla-

tivo é bastante oportuna, pois valoriza o exame mamográfico e enfatiza a importância das ações que têm por objetivo a detecção precoce do câncer de mama.

Essa neoplasia maligna é a mais temida pelas mulheres e a razão desse temor não está relacionada apenas com a importância dessa glândula para a amamentação. Com efeito, muitos dos casos dessa doença acometem mulheres que já não amamentam, seja porque já completaram o número de filhos que desejavam, seja porque estão em idade não-reprodutiva, ou seja, já estão na pós-menopausa e, portanto, não necessitam da mama como órgão de nutrição.

As mamas constituem um dos caracteres sexuais secundários e desempenham importante papel no desenvolvimento da sexualidade da mulher. A perda de uma ou, pior ainda, de ambas as mamas tem enorme significado para o psiquismo feminino. Significa uma mutilação. Significa perder parte dos atributos femininos que atraem o sexo oposto. Tal aspecto é tão importante que algumas mulheres tornam-se profundamente deprimidas após essa perda.

Os números relacionados com o câncer de mama são impressionantes e justificam a adoção de medidas que visam à sua detecção precoce. Em 2003, foram diagnosticados mais de quarenta e um mil casos dessa neoplasia. No mesmo ano, ocorreram um pouco mais de nove mil e trezentos óbitos pela mesma causa.

A incidência do câncer de mama vem crescendo em todo o mundo. No Brasil, até a alguns anos, o câncer do colo uterino superava, em incidência, o da mama. Atualmente, essa situação inverteu-se, principalmente em decorrência da maior oferta de ações de prevenção, detecção precoce e tratamento das lesões precursoras do câncer do colo.

Segundo estimativas do Ministério da Saúde, mais de cinquenta e seis mil mulheres receberão, em 2005, o diagnóstico de câncer de mama. Como a taxa de mortalidade relacionada com essa neoplasia permanece em torno de dez mortes por grupo de cem mil mulheres, estima-se que mais de nove mil cidadãs brasileiras falecerão no ano de 2005, vitimadas por essa doença.

Não existem ações eficazes de prevenção do câncer de mama, motivo pelo qual as atenções dos serviços de saúde devem ser dirigidas no sentido da sua detecção precoce. O exame clínico das ma-

mas, realizado por profissional de saúde, e a mamografia são as duas medidas mais eficazes para o alcance desse objetivo e são as recomendadas pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA). Quanto mais precocemente for detectada a doença, maior a sobrevida da paciente e maiores serão as chances de cura. Daí a importância de que esse exame seja disponibilizado às mulheres que se encontram na faixa etária de risco.

O Inca recomenda que, entre os 50 e os 69 anos, as mulheres que não se enquadram no grupo de alto risco para câncer de mama devem fazer uma mamografia a cada dois anos. As que pertencem a esse grupo, ou seja, as mulheres cujas mães, irmãs ou filhas tiveram câncer de mama antes dos cinqüenta anos, entre outros casos, devem fazer o exame anualmente.

À mamografia começou a ser efetivamente utilizada na clínica há quase quarenta anos. Desde então, o aperfeiçoamento do mamógrafo, o aparelho que a realiza, vem possibilitando a detecção de tumores cada vez menores, o que representa mais oportunidades de tratamento precoce.

Apesar da sua enorme importância, a mamografia ainda não está ao alcance de todas as mulheres que dela necessitam, pois muitos municípios brasileiros não dispõem do mamógrafo nos serviços públicos de saúde. Em 2003, o País dispunha de 1.504 desses aparelhos, porém, mal distribuídos territorialmente. A maioria deles estava instalada nas capitais e nas grandes cidades. Naquele ano, apenas 9% dos municípios dispunham de mamógrafos.

A instituição de um dia que lembre a necessidade da realização da mamografia tem o objetivo de chamar atenção das mulheres, da sociedade em geral e, particularmente, das autoridades sanitárias para a importância desse exame. A escolha do dia 5 de fevereiro para ser o Dia Nacional da Mamografia deve-se ao fato de que a Igreja Católica Apostólica Romana comemora, nessa data, o dia de Santa Ágata, protetora das mulheres contra as doenças da mama e padroeira dos mastologistas.

Ágata, ou Águeda, viveu no século III depois de Cristo (d.C), na Sicília. Em meados desse século, Quinciano foi nomeado procônsul dessa região e empreendeu feroz perseguição aos cristãos. Em Catânia, uma cidade dessa ilha, vivia Ágata, jovem

de notável beleza, de família aristocrática. Quinciano apaixonou-se pela jovem e propôs-lhe casamento. Dedicada à vida monástica, Ágata não cedeu ao assédio do governante que, ofendido, ordenou que ela fosse torturada. Um dos castigos consistiu na amputação das mamas. Em 5 de fevereiro, provavelmente do ano 251 d.C, a jovem faleceu, vítima de severas torturas.

Além de causar intensas dores e mutilação, a amputação das mamas tinha, na Idade Média, sentido simbólico, pois privava a mulher não só da sua capacidade de amamentar, mas, também, de um importante atributo físico representativo da sua sexualidade.

O mérito da proposição em exame é inquestionável, já que a instituição de uma data em que deverão ser desenvolvidas ações com o objetivo de divulgar a importância da detecção precoce do câncer de mama trará benefícios à população.

Quanto à constitucionalidade e à juridicidade, não foram identificados óbices tendo em vista – que legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme preceitua o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Quanto à técnica legislativa, a proposição não afronta as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004.

Sala da Comissão, – **Serys Slhessarenko**, Relatora.

OF. Nº 56/06 – PRES/CAS

Brasília, 20 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004, que “ins-

titui do Dia Nacional da Mamografia”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

PARECER Nº 870, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão.

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**
Relator **ad hoc**: Senador **Paulo Paim**.

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 21, de 2006, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão.

De autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, a proposição tem como objetivo principal obrigar as prestadoras de serviços de radiodifusão a divulgarem, gratuitamente, as campanhas nacionais de vacinação, mediante a reserva, para tal finalidade, de cinco minutos diários em sua grade de programação, nos dez dias que antecederem as campanhas. As inserções deverão ser distribuídas ao longo da programação no horário das seis às vinte e quatro horas.

A inovação legislativa pretendida se dá mediante acréscimo de alínea ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Também são alterados os arts. 59 e 63 do mesmo diploma legal, de forma a inserir o novo dever imposto às emissoras no sistema de infrações e penalidades do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Cumpre consignar, por derradeiro, que não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Primeiramente, é mister observar que, em exame preliminar, não foram observados vícios de inconstitucionalidade formal ou material ou ainda de técnica legislativa que impeçam a aprovação do projeto.

No que tange ao mérito, impende reconhecer que as campanhas nacionais de vacinação constituem instrumento de fundamental importância para a prevenção e erradicação de graves doenças em nosso território. Tais esforços, contudo, não lograrão os êxitos almejados caso não sejam amplamente divulgados. Para tanto, mostra-se imperioso o recurso aos meios de comunicação eletrônica de largo alcance, notadamente o rádio e a televisão.

Contudo, o custeio das despesas de publicidade envolvidas pode tomar tais iniciativas excessivamente onerosas. Dessa forma, a divulgação pode se dar em escala inferior à necessária, comprometendo o alcance do objetivo primário, qual seja, a eficácia da campanha de vacinação. Ainda que se dê a divulgação requerida, os recursos nela expendidos certamente poderiam ser utilizados em outras aplicações de saúde, em benefício da sociedade.

É procedente, portanto, a sustentação do autor do projeto de que os ganhos que propiciará à sociedade superarão o ônus a ser suportado pelas emissoras de radiodifusão que, ressalte-se, exploram tais serviços por delegação do Estado. Por essas razões, somos levados a recomendar a este colegiado a aprovação da proposição em tela.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2006.

Sala da Comissão, 23 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 021/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

Senador Juvêncio da Fonseca

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOAO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
RELATOR	
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 21 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVAITI					ANTÔNIO CARLOS VAIADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA	X			
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: OL

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 06 / 2006

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

Of. nº. CE/81/2006.

Brasília, 20 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21 de 2006, de Sua Excelência o Senhor Juvêncio da Fonseca que, “altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão”.

Atenciosamente, – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

PARECER Nº 871, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que institui o Dia Nacional de Defesa da Vida.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 94, de 2006, do Senador Roberto Saturnino, institui o dia 23 de julho como o “Dia Nacional de Defesa da Vida”.

Anualmente, nessa data, diversas atividades deverão ser desenvolvidas pelo Poder Público no sentido de mobilizar a sociedade na defesa da vida e no combate à violência.

Em sua justificação, o autor relembra que foi em um 23 de julho que ocorreu a chamada “chacina da

Candelária”, quando oito crianças e adolescentes de rua foram assassinados.

Dessa forma, propõe o Senador que esse dia seja escolhido para, em memória daquela tragédia e de todas as outras ocorridas recentemente, conscientizar a sociedade sobre a importância da erradicação da violência em nosso País.

Durante o prazo regimental não foram apresentadas emendas ao PLS nº 94, de 2006, que será apreciado em caráter terminativo por esta Comissão de Educação.

II – Análise

É deveras oportuna a instituição de um dia nacional de defesa da vida. O País vive momentos de insegurança e medo diante da escalada da violência.

Nesse momento, faz-se necessário o esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade para trabalhar no combate à violência e na busca de soluções em favor da paz.

Nesse contexto, o “Dia Nacional de Defesa da Vida”, proposto pelo projeto de lei em análise, possui o mérito de estabelecer a oportunidade para a mobilização nacional necessária para resgatar a credibilidade das instituições e restabelecer a justiça.

No que se refere aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLS nº 94, de 2006.

III – Voto

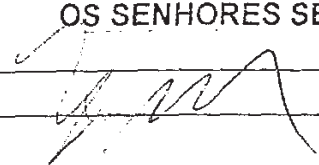
Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2006.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AOS PLS Nº 094/06 NA REUNIÃO DE 20/06/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:


 Senator Juvêncio da Fonseca

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
RELATOR	3- FERNANDO BEZERRA
FÁTIMA CLEIDE	4- ANTONIO JOAO
FLÁVIO ARNS	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	6- MAGNO MALTA
ROBERTO SATURNINO	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
MOZARILDO CAVALCANTI	8- JOÃO RIBEIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 94 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOÍZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTÔNIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA	X			
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIHEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: DL

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 06 / 2006

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

Of. nº CE/82/2006.

Brasília, 20 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2006 de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Saturnino que, “institui o Dia Nacional de Defesa da Vida”.

Atenciosamente, – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

PARECER Nº 872, DE 2006

Da comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004, (nº 2.155/99 na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

Relator “Ad Hoc”: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Chega ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa do Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2004 (Projeto de Lei nº 2.155, de 1999, na Câmara dos Deputados) que institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASE-AM), de autoria da Deputada Luiza Erundina.

Na casa de origem o projeto foi encaminhado às Comissões de Seguridade Social e Família, e de Constituição, Justiça e de Redação, onde o relator considerou inadequada a indicação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher como o órgão responsável pela centralização das informações no texto do projeto, em virtude das disposições constitucionais, expressa no art. 61, § 1º, alínea **e**, da Constituição Federal.

Antes de concluir sua tramitação nesses colegiados; entretanto, a requerimento dos líderes, foi remetida a exame do Plenário e aprovado nos termos do substitutivo também apresentado pela Deputada Luiza Erundina.

De acordo com o projeto, dá referido documento deverá conter dados estatísticos relativos ao trabalho, à educação, da saúde e ao perfil da população feminina brasileira, além de notícia sobre os tratados internacionais que o Brasil tenha celebrado e as conferências pertinentes de que participe.

No Senado Federal, o projeto foi inicialmente remetido à Comissão de Assuntos Sociais, mas mediante o Ofício SF nº 295/2005, foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

II – Análise

O relatório com os dados consolidados permitirá o estabelecimento de políticas públicas mais eficientes pelo conhecimento das condições de vida das mulheres e constituindo-se num elemento importante na estratégia de promoção da igualdade de todos os brasileiros.

Entretanto, embora apresente inegável mérito, urna análise do PLC nº 34, de 2004, revela falhas que merecem registro e correção, especialmente do ponto de vista constitucional.

O referido projeto contraria o princípio da independência dos Poderes da União, visto que não pode urna proposição do Legislativo atribuir competência a órgão do Executivo, como faz o **caput** do art. 3º do PLC nº 34. Esse dispositivo fere o determinado nos art. 61, § 1º, alínea **e** art. 84, inciso VI, alínea **a**, ambos da Carta Magna, configurando um caso explícito de invasão de competência.

Também sob o enfoque jurídico, o projeto contraria várias regras da técnica legislativa, conforme o disposto na lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Como por exemplo, citamos a inconsistência de conteúdo entre o **caput** do art. 30 e o seu parágrafo único, pois o primeiro se refere à divulgação dos dados do relatório enquanto o último se reporta à composição das estatísticas.

Entretanto, esses problemas podem ser sanados mediante a incorporação de algumas emendas. No art. 1º apresenta-se uma emenda que retira dali o qualificante “estatísticos”, fazendo com que o significado da palavra “dados” se estenda também ao conteúdo do inciso XV (tratados e conferências internacionais).

A mesma emenda substitui a expressão “gênero feminino” por população feminina”, agora espacialmente definida, e elimina do texto dos incisos a reiterada e dispensável referência ao “feminino”. Efetua, ainda, outros pequenos ajustes semânticos, como a troca do termo “decisões” por “disposições” no inciso XV e de “instrução” por “escolaridade” no inciso XII.

Além disso, acrescenta ao inciso XIV o levantamento da incidência das doenças sexualmente transmissíveis, fonte cada vez maior de preocupação no campo da saúde da mulher. Também foram incluídos na emenda dados referentes aos domicílios chefiados por mulheres e sobre a cobertura previdenciária dos trabalhadores ativos e inativos.

Foi incorporada emenda constante do parecer do relatório apresentado, mas não apreciado na CAS, em virtude do Of. SF nº 295/2005 que sugere a adição das regiões metropolitanas de Brasília, Cuiabá, Belém, Manaus, Fortaleza e Curitiba para a confecção do Raseam às regiões metropolitanas objeto de pesquisa de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador

e São Paulo. Dessa forma, o relatório poderá oferecer um retrato mais fidedigno da realidade brasileira, cobrindo as regiões Norte e Centro-Oeste nas pesquisas e melhorando nestas a representação do Sul e do Nordeste.

Também busca afastar o vício de constitucionalidade inscrito no art. 3º do PLC nº 34, de 2004, retirando do texto a referência ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Além disso, procura aferir maior amplitude à divulgação dos dados, utilizando o termo “publicados”, que abrange a difusão em meio físico, eletrônico e oral. Ainda pretende personalizar o texto a que se refere, substituindo o vocábulo “relatório” pela sigla do documento.

Por fim, resolve o problema de técnica legislativa resultante da quebra do vínculo lógico de conteúdo entre o atual **caput** do art. 3º e seu parágrafo único: este se reporta à composição das estatísticas enquanto aquele se refere à divulgação dos dados do relatório. Como tratam de assuntos diferentes, as disposições devem pertencer a artigos distintos, conforme sugere emenda que se propõe para ajustar a redação do projeto ao disposto no art. II, inciso III, alínea **b**, da Lei Complementar nº 95, de 1998. A redação proposta, aliás, confere maior clareza e precisão à norma, pois se reporta à totalidade das informações veiculadas pelo relatório, e não apenas aos dados estatísticos.

III – Voto

O Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (PL nº 2.155, de 1999 na origem), atende aos pressupostos constitucionais, pertinentes e apresenta inegável mérito.

Essas razões recomendam sua aprovação, nos termos das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CDH

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 34, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º É instituído o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), que compreenderá os seguintes dados relativos à população feminina no Brasil:

I – taxa de emprego formal, por setor de atividade;

II – taxa de participação na população economicamente ativa e no pessoal ocupado e desocupado;

III – taxa de desemprego aberto, por setor de atividade;

IV – taxa de participação no pessoal ocupado, por setor de atividade e posição na ocupação;

V – rendimento médio real das mulheres ocupadas, por setor de atividade e posição na ocupação;

VI – total dos rendimentos das mulheres ocupadas;

VII – número de vítimas de violência física, sexual ou psicológica;

VIII – índice de participação insalubres; trabalhista em ambientes insalubres;

IX – expectativa média de vida;

X – taxa de modalidade e suas principais causas;

XI – taxa de participação na composição etária e étnica da população em geral;

XII – grau médio de escolaridade;

XIII – taxa de incidência de gravidez na adolescência;

XIV – taxa de incidência de doenças próprias da mulher e daquelas sexualmente transmissíveis;

XV – proporção das mulheres chefes de domicílio, considerando escolaridade, renda média, acesso à eletricidade, água tratada, esgotamento sanitário e coleta de lixo;

XVI – cobertura previdenciária oficial para trabalhadoras ativas e inativas;

XVII – disposições dos tratados e das conferências internacionais pertinentes de que o Brasil seja signatário ou participante;

XVIII – quaisquer outras informações julgadas relevantes pelo órgão responsável pela elaboração e publicação do Raseam.

EMENDA Nº 2 – CDH

Dê-se ao inciso I do art. 2º do PLC nº 34, de 2004, a seguinte redação:

Art. 2º

I – pesquisa nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Brasília, Cuiabá, Belém, Manaus, Fortaleza e Curitiba;

.....

EMENDA Nº 3 – CDH

Dê-se ao art. 3º do PLC nº 34, de 2004, a seguinte redação:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, os dados inscritos no Raseam serão publicados anualmente.

EMENDA Nº 4 – CDH

O parágrafo único do art. 3º do PLC nº 34, de 2004, passa a denominar-se art. 4º, com a seguinte redação, renumerando-se o artigo subsequente:

Art. 4º Os dados do Raseam terão por base as informações e os levantamentos:

I – da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da realização do Censo Demográfico, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME);

II – do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

III – da Presidência da República;

IV – do Ministério do Trabalho e do Emprego;

V – do Ministério das Relações Exteriores;

VI – Ministério da Justiça;

VII – Ministério da Saúde;

VIII – Ministério da Educação;

IX – Ministério da Previdência Social;

X – outras instituições, nacionais e internacionais, públicas e privadas, que produzam dados pertinentes à formulação e a implementação de políticas públicas de interesse para as mulheres.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2006.

PROPOSIÇÃO: *PLC 34, de 2004*

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/06/2006, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Juvêncio da Fonseca</i> "EM EXERCÍCIO" JUVÊNIO DA FONSECA
RELATOR:	<i>Paulo Paim</i> "AD HOC" PAULO PAIM
Bloco da Minoria (PFL e PSDB).	
EDISON LOBAO	1 – ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VAGO	2 – DEMÓSTENES TORRES
JORGE BORNHAUSEN	3 – HERÁCLITO FORTES
JOSÉ AGRIPINO	4 – VAGO
ROMEU TUMA	5 – MARIA DO CARMO ALVES
JUVÊNIO DA FONSECA	6 – ARTHUR VIRGÍLIO
LÚCIA VÂNIA	7 – ÁLVARO DIAS
VAGO	8 – FLEXA RIBEIRO
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1 – LUIZ OTÁVIO
ÍRIS DE ARAÚJO	2 – GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3 – MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	4 – VAGO
GARIBALDI ALVES FILHO	5 – VALDIR RAUPP
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PL)	
FLÁVIO ARNS	1 – MAGNO MALTA
EDUARDO SUPLICY	2 – SIBÁ MACHADO <i>S. bi Machado</i>
FÁTIMA CLEIDE	3 – ANTONIO CARLOS VALADARES
MARCELO CRIVELLA	4 – MOZARILDO CAVALCANTI
PAULO PAIM	5 – AELTON FREITAS
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 – OSMAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

.....
e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Art. 3º A lei será estruturada em três partes básicas:

I – parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II – parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III – parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

.....
Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

.....
II – para a obtenção de precisão:

.....
b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

DESPACHO

PLC Nº 34, DE 2004

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que “cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências”, e a comunicação desta Presidência feita ao Plenário na sessão de 3 de março de 2005

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei da Câmara às comissões de CDH.

Senado Federal, 5 de maio de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

Chega ao exame da Comissão de Assuntos Sociais do Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2004, que institui o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), a ser divulgado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

De acordo com o projeto, o referido documento deverá conter dados estatísticos relativos ao trabalho, à educação, à saúde e ao perfil da população feminina brasileira, além de notícia sobre os tratados interna-

cionais que o Brasil tenha celebrado e as conferências pertinentes de que participe.

De autoria da Deputada Luíza Erundina, a proposta recebeu o nome original de Projeto de Lei nº 2.155, de 1999, na Câmara, e foi inicialmente distribuída à Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Antes de concluir sua tramitação nesses colegiados, entretanto, a requerimento dos líderes, foi remetida a exame do Plenário e aprovada nos termos do substitutivo também apresentado pela Deputada Luíza Erundina.

II – Análise

Em termos práticos, ao mapear anualmente a situação da mulher no Brasil, o relatório possibilitará o monitoramento de suas condições de vida e poderá orientar a adoção de políticas públicas mais focalizadas e eficazes, tornando-se um elemento importante na estratégia de promoção da igualdade entre todos os brasileiros. Inegável, portanto, é o mérito do projeto de lei que o institui.

Uma análise detida do PLC nº 34, de 2004, revela que ele não apresenta vícios jurídicos ou constitucionais insanáveis, embora exiba falhas que merecem registro e correção.

Do ponto de vista constitucional, ele peca ao afrontar o princípio da independência dos Poderes da União (art. 20 da Lei Maior), visto que não pode uma proposição do Legislativo atribuir competência a órgão do Executivo, como faz o **caput** do art. 3º do PLC nº 34. Esse dispositivo, ademais, fere diretamente a determinação do art. 84, inciso VI, alínea **a**, da Carta Magna, configurando um clássico caso de invasão de competência.

Sob o enfoque jurídico, o projeto comete vários equívocos, não observando algumas das regras da boa técnica legislativa prescritas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Há, por exemplo, inconsistência de conteúdo entre o **caput** do art. 3º e o seu parágrafo único, pois o primeiro se refere à divulgação dos dados do relatório enquanto o último se reporta à composição das estatísticas. Também se notam vícios lingüísticos que atentam contra a esperada clareza do diploma legal, seja na forma de imprecisão vocabular, seja na presença condenável de sinonímia, pleonasmos e erros ortográficos.

Esses problemas, no entanto, podem ser sanados mediante a incorporação de algumas emendas. De início, importa conferir maior clareza e precisão ao comando veiculado no art. 1º. Nesse sentido, apresenta-se uma emenda que retira dali o qualificante “estatísticos”, fazendo com que o significado da palavra

“dados” se estenda também ao conteúdo do inciso XV (tratados e conferências internacionais). Essa emenda substitui a expressão “gênero feminino” por “população feminina”, agora especialmente definida, e elimina do texto dos incisos a reiterada e dispensável referência ao “feminino”, tomando o cuidado de inserir no início deles os termos “taxa” e “índice”, quando necessário. Efetua, ainda, outros pequenos ajustes semânticos, como a troca do termo “decisões” por “disposições” no inciso XV e de “instrução” por “escolaridade” no inciso XII. Além disso, acrescenta ao inciso XIV o levantamento da incidência das doenças sexualmente transmissíveis, fonte cada vez maior de preocupação no campo da saúde da mulher.

No mesmo intuito de tomar o projeto mais abrangente, sugere-se a adoção de mais uma emenda, desta feita relativa às regiões metropolitanas que deverão ser objeto de pesquisa para a confecção do Raseam. Ao rol composto por Belo Horizonte, Podo Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, adicionam-se as regiões metropolitanas de Brasília, Goiânia, Belém, Manaus, Fortaleza e Curitiba. Dessa forma, o relatório poderá oferecer um retrato mais fidedigno da realidade brasileira, cobrindo as regiões Norte e Centro-Oeste nas pesquisas e melhorando nestas a representação do Sul e do Nordeste.

Propõe-se, ainda, um reparo que busca afastar o vício de constitucionalidade inscrito no art. 3º do PLC nº 34, de 2004, retirando do texto do projeto a referência ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Além disso, procura aferir maior amplitude à divulgação dos dados, utilizando o termo “publicados”, que abrange a difusão em meio físico, eletrônico e oral. Ainda pretende personalizar o texto a que se refere, substituindo o vocábulo “relatório” pela sigla do documento.

Por fim, impende resolver o problema de técnica legislativa resultante da quebra do vínculo lógico de conteúdo entre o atual **caput** do art. 3º e seu parágrafo único: este se reporta à composição das estatísticas enquanto aquele se refere à divulgação dos dados do relatório. Como tratam de assuntos diferentes, as disposições devem pertencer a artigos distintos, conforme sugere emenda que se propõe para ajustar a redação do projeto ao disposto no art. 11, inciso III, alínea **b**, da Lei Complementar nº 95, de 1998. A redação proposta, aliás, confere maior clareza e precisão à norma, pois se reporta à totalidade das informações veiculadas pelo relatório, e não apenas aos dados estatísticos. Ademais, resolve pequenas incorreções gramaticais (a exemplo da transcrição ortográfica da sigla PNAD) no inciso I e efetua a atualização necessária do nome do órgão público citado no inciso III (Secretaria Especial dos Direitos Humanos).

III – Voto

O Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (PL nº 2.155, de 1999, na origem), atende aos pressupostos constitucionais, jurídicos e regimentais pertinentes e apresenta inegável mérito. Essas razões recomendam sua aprovação, nos termos das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 34, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º É instituído o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), que compreenderá os seguintes dados relativos à população feminina no Brasil:

I – nível de emprego formal, por setor de atividade;

II – índice de participação na população economicamente ativa e no pessoal ocupado e desocupado;

III – nível de desemprego aberto, por setor de atividade;

IV – índice de participação no pessoal ocupado, por setor de atividade e posição na ocupação;

V – rendimento médio real das mulheres ocupadas, por setor de atividade;

VI – total dos rendimentos das mulheres ocupadas;

VII – número de vítimas de violência física, sexual ou psicológica;

VIII – índice de participação trabalhista em ambientes insalubres;

IX – expectativa média de vida;

X – taxa de mortalidade;

XI – índice de participação na composição etária e étnica da população em geral;

XII – grau médio de escolaridade;

XIII – taxa de incidência de gravidez na adolescência;

XIV – taxa de incidência de doenças próprias da mulher e daquelas sexualmente transmissíveis;

XV – disposições dos tratados e das conferências internacionais pertinentes de que o Brasil seja signatário ou participante.

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao inciso I do art. 2º do PLC nº 34, de 2004, a seguinte redação:

Art. 2º

I – pesquisa nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de

Janeiro, Salvador, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Manaus, Fortaleza e Curitiba;

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 3º do PLC nº 34, de 2004, a seguinte redação:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, os dados inscritos no Raseam serão publicados anualmente.

EMENDA Nº – CAS

O parágrafo único do art. 3º do PLC nº 34, de 2004, passa a denominar-se art. 4º, com a seguinte redação, renumerando-se o artigo subsequente:

Art. 4º Os dados do Raseam terão por base os levantamentos:

I – da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da realização do Censo Demográfico, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME);

II – do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

III – da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;

IV – do Ministério do Trabalho e do Emprego;

V – do Ministério das Relações Exteriores.

Sala da Comissão, – **Serys Slhessarenko**, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº 53/06 – PRES/CAS

Brasília, 20 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em decisão terminativa, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004, que “Acréscenta dispositivo à Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Atenciosamente, – **Carlos Valadares**, Presidente.

OF. Nº 56/06 – PRES/CAS

Brasília, 20 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004, que “Institui o Dia Nacional da Mamografia”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Atenciosamente, – **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

OF. nº CE/81/2006

Brasília, 20 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21 de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Juvêncio da Fonseca que, “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão”.

Atenciosamente, – **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

Of. nº CE/82/2006

Brasília, 20 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2006 de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Saturnino que, “Institui o Dia Nacional de Defesa da Vida”.

Atenciosamente, – **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com relação aos **Pareceres nºs 866 e 867, de 2006**, lidos anteriormente, sobre o Diversos nº 1, de 2005, e o **Aviso nº 18, de 2006**, respectivamente, a Presidência, em observância às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com referência ao **Parecer nº 868, de 2006**, da Comissão Assuntos Sociais, que ao apreciar, em decisão terminativa, concluiu pela prejudicialidade do **Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004**, a Presidência comunica que não abrirá o recurso previsto no art. 91 do Regimento Interno, tendo em vista ser de competência do Plenário, em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade de proposição.

Nesses termos, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 da Lei Interna.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 275, de 2004; 21 e 94, de 2006**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 872 de 2006**, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004** (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2006

Modifica o art. 3º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, para admitir o exercício do direito de defesa do devedor fiduciante antes da concessão de medida liminar na busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º O proprietário fiduciário, ou credor, poderá requerer, contra o devedor ou terceiro, em processo autônomo, a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos casos de inadimplemento do devedor.

§ 1º A providência jurisdicional a que se refere o **caput** deste artigo poderá ser concedida liminarmente, sem oitiva do réu, desde

que o juiz se convença de que, citado, este poderá tomá-la ineficaz.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, o juiz poderá determinar que o requerente preste caução, real ou fidejussória, a fim de garantir eventual ressarcimento dos danos que o requerido possa sofrer.

§ 3º O devedor fiduciante poderá apresentar resposta no prazo de quinze dias, a partir da citação.

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º (Revogado).

§ 8º (Revogado). (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se exclusivamente aos contratos firmados a partir da sua publicação.

Justificação

A Constituição de 1988 tomou expressa a previsão do contraditório e da ampla defesa como direito individual dos litigantes, no capítulo que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Não obstante, a disciplina da Alienação Fiduciária em Garantia, de que trata o Decreto-Lei nº 911, de 1º/10/1969, com a redação dada pela Lei nº 10.931, de 2-8-2004, toma impositiva a concessão de medida liminar pelo juiz em ações autônomas de busca e apreensão, sem possibilidade de defesa prévia do devedor fiduciante, que somente poderá exercê-la nos quinze dias posteriores à execução da busca e apreensão, sendo certo que a propriedade e posse plena do bem já terão se consolidado no patrimônio do credor nos cinco dias seguintes à execução da referida medida, conforme estabelece o referido Decreto-Lei.

Desse modo, mesmo que o réu tenha a opor fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, já não poderá fazê-lo em tempo hábil, uma vez que, antes mesmo do decurso do seu prazo de defesa, terá o bem sido apreendido e sua propriedade e posse plena se consolidado no patrimônio do autor, sem que a lei tenha exigido deste a demonstração de qualquer perigo de lesão ao seu direito.

Nesse aspecto, é cediço que, em casos excepcionais, nosso ordenamento admite que a ampla defesa seja diferida, em casos de concessão de medidas liminares **inaudita altera parte**, nas hipóteses em que a citação do requerido possa comprometer a eficácia da medida. Mas aí se impõe, além da existência da plausibilidade do direito (*fumus boni jûris*), a demonstração cabal da irreparabilidade ou difícil reparação

desse direito (**periculum in mora**), caso, se tenha de aguardar o trâmite normal do processo.

Assim sendo, o receio de que uma das partes cause lesão grave ou de difícil reparação deve ser fundado e demonstrado de modo irrefutável para que possa ser deferido o pedido de concessão de medida liminar, por ato de livre arbítrio do juiz (e não por imposição da própria norma), pois, não raro, o requerente é parcial na exposição dos fatos alegados, de modo que somente se apresentada a extrema necessidade, quando presentes, sem dúvida, os pressupostos do **fumus boni jûris** e do *periculum in mora*, será lícita e constitucional a concessão de medida liminar sem ouvir a parte contrária.

A presente proposição tem por objetivo reparar essa situação de iniquidade existente no nosso ordenamento jurídico, contribuindo para o atingimento do fim precípua do processo, que é a solução justa da lide.

A fim de não causar uma situação de insegurança jurídica por quebra das normas já pactuadas, é que propomos que as novas regras passem a valer somente para os novos contratos.

Sala das Sessões, – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 911,
DE 1º DE OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.

.....
Art. 3º O Proprietário Fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor.

§ 1º Cinco dias após executada a liminar mencionada no **caput**, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)

§ 2º No prazo do § 1º, o devedor fiduciário poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)

§ 3º O devedor fiduciante apresentará resposta no prazo de quinze dias da execução da liminar. (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)

§ 4º A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do § 2º, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)

§ 5º Da sentença cabe apelação apenas no efeito devolutivo. (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)

§ 6º Na sentença que decretar a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a cinquenta por cento do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, caso o bem já tenha sido alienado. (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)

§ 7º A multa mencionada no § 6º não exclui a responsabilidade do credor fiduciário por perdas e danos. (Incluído pela Lei nº 10.931, de 2004)

§ 8º A busca e apreensão prevista no presente artigo constitui processo autônomo e independente de qualquer procedimento posterior. (Incluído pela Lei nº 10.931, de 2004)

.....
LEI Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Leste Maranhense – UFESTE, com sede no Município de Caxias, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Leste Maranhense – UFESTE, localizada no Município de Caxias, no Estado do

Maranhão, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Universidade Federal do Leste Maranhense – UFESTE terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFESTE serão definidas segundo seu estatuto e as normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º A instalação da universidade de que dispõe esta lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na última década, cresceu de modo acentuado a procura pelo ensino superior, em razão do grande crescimento das matrículas no ensino médio e do aumento da percepção social acerca da importância da continuidade dos estudos, ante a competição cada vez mais acirrada no mercado de trabalho.

A conseqüente expansão das matrículas tem-se caracterizado por algumas distorções, entre as quais se destaca o fato de que grande contingente de estudantes de baixa renda não consegue dar continuidade a seus estudos. Concorre para isso, em primeiro lugar, a falta de vagas nas instituições públicas, nas quais o ensino é gratuito. Por sua vez, os sistemas de financiamento são deficientes. O Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior (FIES), por exemplo, não atende a todos que o procuram.

Já os recentemente criados programas de concessão de bolsas atendem apenas a uma parcela reduzida de estudantes carentes. Desse modo, os alunos mais pobres vêem-se obrigados a fazer imensos esforços para pagar anuidades nos estabelecimentos privados, ou simplesmente abandonam seus projetos de cursar o ensino superior.

Uma das formas de combater essa realidade consiste na expansão da rede pública de educação superior, o que se deve fazer mediante atenção especial ao interior do País, principalmente às regiões menos desenvolvidas, mas de grande potencial.

A microrregião de Caxias, juntamente com as microrregiões de Codó e Coelho Neto compostas pelos municípios de Buriti Bravo, Caxias, Matões, Parnarama, São João do Soter, Timon, Alto Alegre do Maranhão, Capinzal do Norte, Codó, Coroatá, Peritoró, Timbiras, Afonso Cunha, Aldeias Altas, Coelho Neto e Duque

Bacelar, localizada na região do Leste Maranhense, e uma população de aproximadamente 800.000 de habitantes, necessitam urgentemente da implantação de uma Universidade Federal com objetivos específicos de promover o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, promovendo a difusão do conhecimento e a produção do saber.

Possuindo em 2005 mais de 22.000 (vinte e dois mil) alunos cursando o ensino médio regular, sendo 6.681 (seis mil seiscentos e oitenta e um) deles matriculados na terceira série (Fonte: MEC/INEP/DEEB) e com uma demanda estimada de outros 6.000 (seis mil) alunos concluindo o curso no ano de 2006, essa região possui uma demanda reprimida de jovens concludentes do ensino médio que por motivos econômicos e por não existir oportunidade na região, não avançam nos seus estudos e deixam de fomentar todo o conhecimento e promover a cidadania e o progresso da região.

Faz-se, portanto, urgente à necessidade de implantação, em Caxias, cidade que possui a maior demanda com 7.428 (sete mil quatrocentos e vinte e oito) alunos inscritos no ensino médio regular de um campus da UFMA – Universidade Federal do Maranhão, com a oferta de cursos de bacharelado e licenciatura em Agronomia, Veterinária, Biologia, Medicina, Sociologia Rural e outros que venham atender às necessidades da comunidade da região.

O Ensino Superior é condição básica para o desenvolvimento de uma comunidade em todos os aspectos. Somente o saber pode oferecer ao homem os instrumentos necessários à operacionalização de mudanças concretas na realidade objetiva que o cerca. Conforme consta do Capítulo IV, artigo 43, Inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, “A educação superior tem por finalidade ‘estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo’”, ou seja, preparar o indivíduo para o exercício pleno da cidadania, capacitando-lhe a construir uma sociedade onde o progresso não seja apenas um sonho.

Implantar uma Universidade Federal em Caxias é levar o progresso a uma parcela considerável do povo maranhense, e diversificar o saber no Estado, gerando empregos e renda, é reduzir a desigualdade social, promovendo os elementos básicos para a conquista da verdadeira cidadania brasileira é disseminar em ampla escala o conhecimento científico e tecnológico de que o Brasil tanto necessita para crescer e desenvolver-se.

Iniciativas como a contida neste projeto permitirão a interiorização do desenvolvimento acadêmico e socioeconômico, contribuindo, ainda, para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE),

aprovado em 2001, de elevar, em dez anos, a escolaridade de nível superior de menos de 12% para 30% da população com idade entre 18 e 24 anos.

Assim, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, Senadora **Roseana Sarney**.

(Às Comissões de Contribuição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Baixada Maranhense – UFBAM, com sede no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal da Baixada Maranhense – UFBAM, localizada no Município de Pinheiro, no Estado do Maranhão, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Universidade Federal da Baixada – UFBAM terá por objetivo ministrar ensino superior, pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFBAM serão definidas segundo seu estatuto e as normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º A instalação da universidade de que dispõe esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na última década, cresceu de modo acentuado a procura pelo ensino superior, em razão do grande crescimento das matrículas no ensino médio e do aumento da percepção social acerca da importância da continuidade dos estudos, ante a competição cada vez mais acirrada no mercado de trabalho.

A conseqüente expansão das matrículas tem-se caracterizado por algumas distorções, entre as quais se destaca o fato de que grande contingente de estudantes de baixa renda não consegue dar continuidade a seus estudos. Concorre para isso, em primeiro lugar, a falta de vagas nas instituições públicas, nas quais o ensino é gratuito. Por sua vez, os sistemas de financiamento são deficientes. O Fundo de Finan-

ciamento aos Estudantes do Ensino Superior (FIES), por exemplo, não atende a todos que o procuram. Já os recentemente criados programas de concessão de bolsas atendem apenas a uma parcela reduzida de estudantes carentes. Desse modo, os alunos mais pobres vêm-se obrigados a fazer imensos esforços para pagar anuidades nos estabelecimentos privados, ou simplesmente abandonam seus projetos de cursar o ensino superior.

Uma das formas de combater essa realidade consiste na expansão da rede pública de educação superior, o que se deve fazer mediante atenção especial ao interior do País, principalmente às regiões menos desenvolvidas, mas de grande potencial.

A Microrregião da Baixada Maranhense, constituída por 21 municípios: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirandia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim, com uma população estimada em 474.929 habitantes e uma das maiores densidades populacionais do Estado, menor apenas que da aglomeração urbana de São Luís e da microrregião do Médio Mearim, possuía no ano de 2005 mais de 26.500 (vinte e seis mil e quinhentos) alunos matriculados na rede de ensino médio regular, sendo que destes, aproximadamente 6.690 (seis mil seiscentos e noventa) apenas na terceira série (Fonte: MEC/INEP/DEEB).

Estima-se que, em 2006, mais de 6.000 (seis mil) alunos concluirão o Ensino Médio, juntando-se a esse número as demandas dos anos anteriores a 2005, na sua maioria sem condições de freqüentar uma escola superior, seja por não disporem de recurso para deslocamento e de condições de moradia na capital do Estado, onde se localiza o pólo da Universidade Federal mais próxima ou até mesmo de instituições de ensino superior na região. Faz-se, portanto, urgente a necessidade de implantação, em Pinheiro, de um **campus** da UFMA – Universidade Federal do Maranhão, cidade que possui a maior demanda, com 4.565 (quatro mil quinhentos e sessenta e cinco) inscritos em 2005 no ensino médio regular.

O Ensino Superior é condição básica para o desenvolvimento de uma comunidade em todos os aspectos. Somente o saber pode oferecer ao homem os instrumentos necessários à operacionalização de mudanças concretas na realidade objetiva que o cerca. Conforme consta do Capítulo IV, Artigo 43, Inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, “A educação superior tem por finalidade ‘estimular a criação cultural e o desenvolvimento do

espírito científico e do pensamento reflexivo”, ou seja, preparar o indivíduo para o exercício pleno da cidadania, capacitando-lhe a construir uma sociedade onde o progresso não seja apenas um sonho.

Implantar uma Universidade Federal em Pinheiro é levar o progresso a uma parcela considerável do povo maranhense, visto que a região estrategicamente localizada poderá atender também a parcelas das microrregiões do Gurupi, Litoral Ocidental Maranhense e Pindaré. É disseminar em ampla escala o conhecimento científico e tecnológico de que o Brasil tanto necessita para crescer e desenvolver-se.

Iniciativas como a contida neste projeto permitirão a interiorização do desenvolvimento acadêmico e socioeconômico, contribuindo, ainda, para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, de elevar, em dez anos, a escolaridade de nível superior de menos de 12% para 30% da população com idade entre 18 e 24 anos.

Assim, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, Senadora **Roseana Sarney**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com sede no Município de Santarém, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede no Município de Santarém, Estado do Pará, por desmembramento da Universidade Federal do Pará.

Art. 2º A Universidade Federal do Oeste do Pará terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária, atuando nas diversas áreas do conhecimento, em especial no Turismo, no Direito e na Medicina.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a:

I – transferir saldos orçamentários da Universidade Federal do Pará para a Universidade Federal do Oeste do Pará, respeitadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 4º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da universidade serão definidas em estatuto e nas normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O nível de escolarização de um povo constitui um dos elementos essenciais de seu desenvolvimento e bem-estar. Diante dessa constatação, tem crescido de forma significativa a demanda pelo ensino superior, fenômeno facilitado pelos avanços ocorridos na democratização dos ensinos fundamental e médio no último decênio.

Infelizmente, as instituições de ensino superior públicas não conseguem atender à procura por seus cursos, os quais, em decorrência de mandamento constitucional, são gratuitos. Essa situação atinge de forma primordial a parcela mais pobre da população, que frequenta escolas dos níveis fundamental e médio de qualidade geralmente deficiente, e que se encontra em desvantagem nos processos seletivos, em comparação com os candidatos oriundos das escolas particulares, pagas e destinadas aos filhos das famílias de maior renda.

Uma das formas de enfrentar a situação de carência econômica e social por que passa a maioria dos egressos do ensino médio público consiste na expansão da rede pública de educação superior, o que precisa ser realizado mediante atenção especial às regiões de grande potencial de desenvolvimento.

A progressiva universalização do ensino médio e as crescentes exigências de escolarização emanadas do mercado de trabalho têm aumentado a procura de vagas no ensino superior.

Desse modo, sugerimos a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a partir do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA), o que propiciará redução de custos em face da existência prévia de um **campus**.

A UFOPA será de grande relevância para o desenvolvimento nacional e regional, atendendo demandas locais urgentes. A opção pelas áreas do Direito, do Turismo e da Saúde reside no impacto direto que os cursos dessa área teriam sobre o bem-estar da população de todo o Estado do Pará. A escolha do Município de Santarém deveu-se às suas características promissoras de desenvolvimento econômico.

Essa emergência suscitada pelas necessidades locais apresenta-se perfeitamente consentânea com a legislação de regência do ensino superior, pois, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de

Diretrizes e Bases da Educação –, figuram como finalidades deste nível de ensino, entre outras, a formação de profissionais em diferentes áreas de conhecimento e o incentivo à pesquisa e à investigação científica, de modo a desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, bem como a prestação de serviços especializados à comunidade.

A universidade pode, assim, na condição de formadora de profissionais qualificados e de geradora de conhecimento e soluções apropriadas à realidade local, contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico e social da região.

Com efeito, a interiorização do ensino superior público, pela via de criação de uma universidade nos moldes propostos, pode viabilizar o acesso de estudantes, sobretudo dos mais carentes – da região Oeste do Pará – à educação superior. O benefício social a ser dado a essas comunidades viria suprir o déficit expressivo de vagas na educação superior pública.

Estamos convictos de que iniciativas como, a contida neste projeto, permitirão o aumento das oportunidades educacionais, a interiorização do desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades regionais.

Contribuirão, ainda, para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, de elevar, em dez anos, a escolaridade de nível superior de menos de 12% para 30% da população com idade entre 18 e 24 anos.

Pelos motivos apresentados, esperamos o apoio dos colegas Congressistas a este projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO IV

Da Educação Superior

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio de ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

.....
(*Às Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, retirei do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje uma matéria, assinada por Agnaldo Brito, que tem como manchete “Desemprego vira drama para jovens até 24 anos”.

A matéria me chamou a atenção porque todos nós, acredito, estamos preocupados com a sorte, com o destino da juventude brasileira.

Há poucos dias, apresentei uma proposta de emenda constitucional que, modestamente, oferece uma solução adequada, quero crer, para àqueles milhões de jovens que se encontram no meio rural, nas matas, nas florestas tentando sobreviver e não encontram oportunidade. O projeto pretende acrescentar um § 3º ao art. 187 da Constituição, para permitir que jovens na faixa de 16 a 24 anos sejam treinados, capacitados, desde que vivam há mais de cinco anos no meio rural, na floresta, nas áreas de produção primária,

para que sejam capacitados e treinados e utilizados, de forma remunerada, em caráter supletivo, na ação dos organismos que se ocupam da assistência técnica e da extensão rural no nosso País.

A matéria de **O Estado de S. Paulo** me chamou muito a atenção porque tece um quadro desta feita naquilo que denominamos de meio urbano, numa grande metrópole, que é São Paulo. O jornalista começa a matéria apresentando o dia a dia de um modesto habitante da periferia de São Paulo e de um outro jovem, pós-graduado, com qualificação, ambos encontrando absoluta extrema dificuldade de se colocar no mercado.

O Agnaldo Brito começa aqui descrevendo um dia qualquer da semana, quinta-feira, meio-dia, em São Paulo. Diz ele:

Danilo da Silva, 24 anos, 6ª série, busca coragem para sair de casa. Vai checar a dica de um amigo. ‘Um trampo ali, do outro lado da marginal (sic)’, resmunga. Nos últimos tempos tem sido assim. Danilo desistiu de rodar a metrópole, sequer dinheiro para tanto tem. A rotina de carroceiro é o que sobra para sustentar a mulher e dois filhos. Do outro lado da cidade, Rodrigo dos Santos, 22 anos, pós-graduando, aproveita o pouco tempo para pensar numa alternativa. Pensa no que pode fazer para encontrar um trabalho, além de tudo o que já fez. ‘Penso noutra graduação. Penso até em ir embora do País’.

Danilo e Rodrigo não se conhecem e, provavelmente, jamais se conhecerão. Se encontram apenas na estatística de desemprego, drama que atinge atualmente jovens de todas as classes sociais em São Paulo, a maior cidade do País, um retrato, avaliam especialistas, do que ocorre hoje no Brasil.

Veja, Senadora Iris, que isso ocorre numa grande metrópole, uma cidade industrial, supostamente, com amplas oportunidades de trabalho. Imagine o que acontece com os jovens lá na minha terra, no Acre, notadamente aqueles que se encontram na zona rural.

Na cidade, a coisa está complicadíssima também, mas os jovens que se encontram na zona rural penam, sofrem com a ausência quase que completa e total de oportunidades de trabalho, com a ausência de perspectiva de curto, médio e longo prazo para que lhe acenem com alguma possibilidade de subsistência, de sobrevivência para que possam cuidar de si e das famílias que pretendem constituir.

Agnaldo Brito cita aqui a Fundação Seade e o próprio Dieese, que assinam a Pesquisa de Emprego e Desemprego, feita na Grande São Paulo, com

jovens com idade entre 18 e 24 anos, e oferece aqui um dado assustador: o de que o desemprego beira a casa dos 30%.

Marise Hoffmann, socióloga e pesquisadora do Dieese, confirma esse dado.

Segue a matéria:

A escassez não é fenômeno paulista. Pesquisa nacional com oito mil jovens entre 15 e 24 anos, coordenada pelo Instituto Polis e o Ibase, realizada em sete regiões metropolitanas do País, mais o Distrito Federal, mostrou que o problema do desemprego juvenil é nacional, atinge 60,7% dos jovens. 'O levantamento mostra que a situação é pior entre jovens com pouca escolaridade e de renda baixa. Mas a falta de emprego é tão crônica que também atinge quem tem escolaridade e qualificação mais elevadas', afirma Anna Luiza Salles Souza, pesquisadora do Instituto Polis.

Em seguida, nova manchete "Governo reconhece que apoio está aquém do problema", com uma chamada logo embaixo dizendo que a estratégia tem sido a de qualificar bem, mas não todos ao redor do País.

Leio a matéria:

O Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pelos principais programas de atendimento ao jovem no Brasil, reconhece que o problema do desemprego neste grupo já tomou proporções 'preocupantes'. O Governo já desistiu de tentar alcançar uma medida para dar conta do problema como um todo.

Segundo o Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Remígio Todeschini, o esforço em atender os jovens não está mais na "quantidade", mas na "qualidade".

De 2003 até agora, os oito programas do Ministério alcançaram cerca de 1,4 milhão de jovens no Brasil. "O ministério não admite de forma clara, mas considera esse número pequeno para o tamanho do desafio existente atualmente. "O foco não é a quantidade, mas a qualidade, embora nos preocupe o número de desempregados jovens".

Destes 1,4 milhão de jovens que passaram por alguma das modalidades de programa em funcionamento, 841,5 mil brasileiros com idade entre 16 e 24 anos foram encaminhados para algum emprego. O Governo não faz a menor idéia sobre qual o destino desse grupo. Uma boa parte desses já não deve estar no trabalho para o qual foi indicada. Não há estatísticas sobre a perma-

nência desses nos postos de trabalho. Receberam a oportunidade de trabalho a partir do programa Primeiro Emprego ou pelo Sistema Público de Emprego.

O enfoque dos atendimentos do Governo é o jovem de baixa renda com pouca escolaridade e nenhuma formação profissional. "É o grupo social que tem menos oportunidade", argumenta Todeschini. Para o Secretário, os jovens de classe social mais elevada, com mais acessos a formação e qualificação profissional têm naturalmente mais chances no mercado de trabalho.

Os pesquisadores reconhecem essa condição, mas afirmam que, para isso ocorrer, é imprescindível um outro fator: crescimento econômico sustentado, o que o Brasil não consegue há muito tempo. O Ministério admite que falta esse requisito, até para começar a haver queda nas taxas de desemprego entre jovens.

O foco exclusivo em baixa renda também gera críticas. Eliane Camargo, estudante de 21 anos, também recorreu à ajuda do Primeiro Emprego.

Não obteve sucesso. Tinha qualificação demais, foi a explicação que recebeu. "Essa resposta que recebi foi inexplicável. Não fui aceita porque tenho muita qualificação", reclama Eliane.

Responsável por uma pesquisa sobre o Primeiro Emprego, Marcos Mesquita, sociólogo e pesquisador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), afirma que o foco no jovem de baixa renda é correto, mas também é uma deficiência do Programa. "Há muitos jovens qualificados que não conseguem ingressar no mercado de trabalho", afirma.

Fico imaginando a força da expressão que se reflete na repercussão de uma entrevista colhida do Sr. Marcola, aquele denominado chefe do PCC em São Paulo. Segundo diz Marcola, ele poderá se reproduzir em milhares neste País e a existência dele, de outros milhares de "marcolas" e daqueles que estão no forno têm relação direta com as políticas econômica e social levada a efeito no País não só por esse Governo, mas pelos últimos governantes. Vêem-se os índices, os percentuais, mas não se mira a pessoa, que não é o foco das preocupações.

O dado de que 60% da nossa juventude está à margem do mercado de trabalho por falta de qualificação, de oportunidade ou seja lá o que for traduz a nossa absoluta incompetência e – por que não dizer? – o descaso do Estado brasileiro, do Poder Público com

a nossa juventude. Nem me refiro a um descaso com os trabalhadores brasileiros de maneira geral, porque esses suportam o peso da luta com o capital, uma luta mais que secular.

A juventude brasileira, a esperança que temos na construção de um Brasil justo e alegre, está marginalizada, sem uma política consistente, sem algo que possa mostrar que o País não é tão cruel assim.

Concedo o aparte ao Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Geraldo Mesquita, solidarizo-me com V. Ex^a. Eu estava vindo pelo corredor, parei em frente ao telão e decidi fazer um aparte a V. Ex^a. Confesso que também estou muito preocupado com relação à formação e à qualificação da nossa mão-de-obra. Hoje temos que ficar atentos a um ponto: em todos os rincões do País, a população está envelhecendo mais – é lógico. Hoje, uma pessoa de 40 anos que perde o emprego jamais conseguirá uma colocação, principalmente com o salário que ganhava quando trabalhava. Está-se fazendo muito pouco ou quase nada por essa camada da sociedade. O Brasil é um País em que poucas pessoas tiveram a oportunidade de estudar, principalmente nessa camada que eu chamo de “chão-de-fábrica”. É a camada para a qual o Governo Federal deve ficar atento, ou seja, deve pensar na qualificação e na requalificação dessas pessoas, que realmente estão ficando à margem do emprego. Isso não significa que as pessoas não devem fazer faculdade; devem, sim – é lógico. Mas hoje estão sobrando auxiliares de escritório, por exemplo, e estão faltando pessoas para trabalharem no chão de fábrica, no chamado subemprego. Infelizmente, existem segmentos no Brasil, como a indústria do vestuário, em que faltam profissionais. O Governo deve ficar atento à formação dessas pessoas para colocá-las novamente no mercado de trabalho. A indústria do vestuário hoje, por exemplo, emprega mulheres de 45 a 50 anos. Trata-se de uma camada em que o Governo tem de investir, sim, para tornar mais fácil o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Marcos Guerra.

Sr. Presidente, concedo o aparte à Senadora Iris de Araújo.

O Sr. Iris de Araújo (PMDB – GO) – Senador Geraldo Mesquita, embora este não seja um debate, eu não poderia deixar de acrescentar algo ao que disse o Senador Sérgio Guerra com relação ao assunto que V. Ex^a aborda com tanta propriedade, quanto à ansiedade que sentimos no País quando se trata dessa juventude que está sem perspectiva. V. Ex^a relata exemplos de jovens como Rodrigo, Pedro, João, que todos os dias

acordam e não têm o que fazer. Vão à esquina, fazem um bico e pensam que esse dinheirinho do dia-a-dia serve para comer talvez um pão, um salgadinho e tomar um refrigerante para matar a fome daquele momento. Esse fato é um significado aterrador do que estamos vivendo. Eu, como mãe de filhos criados, com uma família criada e com netos, não tenho, logicamente, de ter essa preocupação com relação à minha família. Mas as mulheres com quem falo, nas minhas andanças, têm esse sentimento. V. Ex^a citou uma expressão que me tocou. V. Ex^a falou da possibilidade de haver “marcolinhas no forno”, que estão, embrionariamente, numa situação que merece a ajuda do Governo. Nós repercutimos o assunto no nosso dia-a-dia, conforme bem o faz V. Ex^a nesse pronunciamento tão importante desta segunda-feira. Quero cumprimentá-lo, uma vez que o tempo não nos permite discutir mais sobre o assunto. Mas creio que teríamos que, diariamente, aqui colocar essa questão, que considero das mais urgentes no País. Do contrário, conviveremos com um barril de pólvora cujo estopim está curto e, de repente, alguém resolve colocar fogo. Parabéns, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senadora Iris de Araújo.

Encerrando, Sr. Presidente, como eu dizia, apenas trouxe o assunto mais uma vez à baila para, inclusive, fazer um apelo ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de que distribua a Proposta de Emenda à Constituição que lá se encontra, para ser apreciada pela Comissão. Na matéria, proponho uma solução adequada para a juventude, que, assim como ocorre com esses meninos de São Paulo, está largada no campo. Se, em uma cidade como São Paulo, a situação já é crítica, crônica, no campo talvez seja pior. A falta de perspectiva, a falta de colocação, a falta de esperança e de entusiasmo para a juventude brasileira que tenta viver no campo, nas florestas e nas matas é ainda pior.

Portanto, faço aqui publicamente um apelo ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que tão bem dirige a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de que distribua o projeto que lá se encontra, a fim de que esta Casa dê início ao debate da proposição que apresento e que objetiva o treinamento e a qualificação de jovens na faixa de 16 a 24 anos que residam na zona rural há mais de cinco anos, ou seja, com uma experiência de vida de quem já conhece o trivial, o feijão-com-arroz. Esses jovens receberão treinamento e capacitação adicional e serão utilizados, aos milhares, no sistema de assistência técnica e extensão rural do País, prestado pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Tenho certeza de que projeto dessa natureza, sendo acolhido pelo Congresso Nacional, poderá se transformar, nas mãos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, em importante ferramenta para o aproveitamento e a inclusão da nossa juventude, num País em que se fala tanto em inclusão como em exclusão. Trata-se de um programa de trabalho muito bonito, que deve ser acrescentado ao programa de agricultura familiar do País. E que possamos, assim, respirar e ter a consciência tranqüila de que alguma coisa fizemos, alguma coisa propusemos, alguma coisa encaminhamos, para que não choremos o leite derramado mais tarde, para que não fiquemos choramingando em face da existência dos “marcolas” da vida.

Está aí a juventude brasileira, esperançosa de que o Estado, em seus vários segmentos, de mãos dadas com ela, sinalize para uma perspectiva boa diferente da de hoje, sombria, angustiante e cruel, com moças e rapazes nas portas da desesperança, sem qualquer oportunidade de se colocar não digo apenas no mercado de trabalho, mas na vida digna de cidadãos e de cidadãs.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por até doze minutos.

A seguir, ao Senador Paulo Paim.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um relatório das Nações Unidas sobre os centros urbanos no mundo, divulgado em Londres e reproduzido pela BBC Brasil há uns 15 dias, deveria ter merecido repercussão à altura da gravidade do problema, mas o País praticamente ignorou o estudo. Por considerá-lo por demais importante, eu gostaria de refletir sobre esta que é uma das questões mais dramáticas do quadro social brasileiro: as precárias condições de moradia de uma Nação que, até hoje, se mostra incapaz de colocar em prática um projeto eficiente para a habitação popular.

O levantamento afirma que o número de moradores nas favelas brasileiras deve subir para 55 milhões em 2020 – 25% da população do País, Senador Marcos Guerra, de acordo com projeções demográficas do IBGE.

Atualmente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, quase um bilhão de pessoas – um sexto da população mundial – vivem em favelas. Se a tendência atual continuar, este número vai subir para 1,4 bilhão em 2020 – o equivalente à população da China.

Em 2005, 52,3 milhões de brasileiros viviam em favelas, revela a ONU. O documento **O Estado das Ci-**

dades do Mundo 2006-2007, elaborado pelo programa Habitat, mostra como as condições de moradia afetam quem vive nas favelas: eles passam mais fome, têm menos educação, conseguem menos emprego e têm mais doenças do que o resto da população das cidades.

Para a ONU, “a comunidade internacional não pode ignorar os habitantes das favelas, porque, depois da população do campo, eles são o maior grupo nos países em desenvolvimento”. E este número vai crescer na medida em que avançar o natural processo de urbanização. De tal forma que, até 2030, as cidades de nações em processo de crescimento vão ter cerca de 4 bilhões de habitantes, 80% da população urbana do mundo.

O estudo avalia que nosso país fracassa nas tentativas de ajudar os mais pobres: desigualdade e pobreza crônicas aumentam e preconceitos continuam.

Aliás, um dado do relatório da ONU dá bem a dimensão do quanto a questão do preconceito atinge em cheio os moradores desses conglomerados: estudo feito no Rio de Janeiro descobriu que viver na favela é uma barreira maior na hora de conseguir emprego do que ser negro ou mulher. A descoberta choca, impressiona e comprova: “onde se mora, importa sim” quando se trata de saúde, educação e emprego.

Em sua análise, a ONU afirma que:

As favelas não são apenas uma manifestação de moradia de baixo nível, falta de serviços básicos e de direitos humanos; as favelas são também um sintoma de sociedades urbanas disfuncionais, nas quais desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam livremente.

Para se ter uma idéia da gravidade das constatações do relatório, basta dizer que, em termos de desigualdade entre os moradores das favelas e de áreas urbanizadas, o Brasil só pode ser comparado à Costa do Marfim. E mais: aqui, o índice de desnutrição é de 19% nas favelas, enquanto entre os que vivem em áreas com serviços de infra-estrutura, não passa dos 5%.

Dessa forma, Sr. Presidente, deparamos com dados concretos que confirmam a dimensão de uma tragédia nacional: as favelas se tornaram o único refúgio de multidões de brasileiros empurradas para metrópoles já sufocadas pela desordem urbana e pelo inchaço populacional. E, em que pese a todo o aprendizado democrático, nossos gestores se mostraram incapazes de encontrar alternativas para garantir o exercício da dignidade nesses espaços urbanos que continuam a crescer, a despeito das conquistas próprias do processo evolutivo.

É inaceitável que uma das maiores economias do mundo, como é o caso brasileiro, ainda não tenha tomado a decisão política de gerar recursos neces-

sários à urbanização ou à erradicação das favelas. Simplesmente esquecem que elas existem e só lembram delas quando o noticiário revela a dor de famílias intimidadas pelo tráfico de drogas ou, literalmente, desabrigadas pela fúria da natureza, quando vêm as chuvas e os deslizamentos.

Gerações inteiras crescem em meio à violência diante de esgotos abertos, distantes da escola e do posto de saúde, destituídas do transporte coletivo, amontoadas em casebres insalubres, vítimas fáceis de moléstias. É como se seus moradores integrassem outra sociedade porque os governantes não olham para eles – ou, se olham, é para constatar que, supostamente, não há solução para estes gigantescos espaços carentes de tudo.

Na verdade, Sr. Presidente, o poder público governa para todos, menos para o morador das favelas brasileiras, que continua esquecido na agonia do abandono, num lugar onde impera a lei do mais forte, onde o crime desafia as instituições, onde sobreviver é um milagre num dia-a-dia de sacrifícios e de medo.

Não me lembro nunca de ter ouvido, nas quatro eleições presidenciais pós-ditadura, um candidato sequer que, ao menos, promettesse solução aceitável e justa para nossas favelas. Há compromissos com todos, menos com o morador desses espaços. Tratam esses brasileiros como se fossem párias, como se não pertencessem à sociedade, como se não fossem filhos de Deus.

Na verdade, os direitos humanos são especialmente desrespeitados nas favelas. É ali que proliferam as injustiças maiores. E, mesmo fora delas, prevalece o odioso preconceito – como constatou o estudo da ONU: quantos trabalhadores não conseguiram o emprego simplesmente porque informaram onde moravam!

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ouço, com muito prazer, o aparte do Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senadora Iris de Araújo, V. Ex^a traz um assunto de suma importância ao Senado hoje. Fala-se muito e faz-se muito pouco. Chamo atenção para o êxodo rural, que incha as capitais, traz violência. Hoje, a maior causa da violência nos grandes centros é o inchaço da população. Muitas vezes, o Governo não tem competência para administrar uma estrutura que cresce tão rapidamente. O Governo tem que ficar atento, principalmente no interior de cada Estado do País. O êxodo está, a cada dia, crescendo mais. O Governo tem que levar emprego para aquela região. Observamos hoje que praticamente 80% dos representantes políticos de cada Estado são dos gran-

des centros; muitas vezes vão ao interior só buscar o voto. Os Governo não levam o desenvolvimento para o interior de cada Estado. Em nosso Estado também é assim. Sessenta e seis por cento da população moram na grande Vitória, o que é um erro muito grande. V. Ex^a está de parabéns por trazer esse alerta; é um alerta mundial que serve também de exemplo ao nosso País. O Governo Federal tem que dar atenção a esse tipo de problema. Se o Governo não tomar algumas precauções, com certeza o problema vai se alastrar muito mais. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a oportunidade do aparte de V. Ex^a que contribuiu para o meu pronunciamento. Primeiramente, o Senador Geraldo Mesquita abordou o tema do desemprego. Eu estou falando sobre a falta de moradia. E nós, aqui, estamos discutindo muito a questão social que tem nos afligido.

Eu gostaria de ouvir o aparte do Senador César Borges, da Bahia, com muito prazer.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Iris, V. Ex^a trata de um tema que é preocupação de todos os brasileiros que têm responsabilidade efetiva com a população mais pobre do País que é a questão das moradias feitas em áreas ocupadas de forma desordenada. Estou usando este termo ocupadas de forma desordenada para não dizer favelas, invasões – favelas no Rio de Janeiro, invasões em Salvador e assim por diante. São ocupações desordenadas cujo crescimento, lamentavelmente, o Poder Público constituído, em especial o municipal, não tem tido a capacidade de deter. O atual relatório da ONU diz que temos 25% da população brasileira, quase 50 milhões de habitantes, morando exatamente nessas áreas ocupadas de forma desordenada. Isso traz, sem sombra de dúvida, um problema enorme não somente para essas populações que vivem em submoradias, mas também para todo o organismo da sociedade, inclusive dos governos, porque é difícil corrigi-las. Lamentavelmente, os orçamentos têm sido muito perversos com a habitação e o saneamento, que estão intimamente ligados. Notícias na imprensa hoje mostram que o atual Governo investiu menos 45% do que em anos anteriores em habitação e saneamento.

E não é possível se realocarem 50 milhões de habitantes dessas áreas para outras áreas; não haveria recurso suficiente. No entanto, nessas áreas que estão consolidadas, em que a população fez inversões de seu próprio bolso, com suas parcas economias, que se dêem condições mínimas de vida, como urbanização, saneamento, melhorias comunitárias, desde segurança até um salão em que a comunidade possa se reunir; que se possa permitir a entrega de um bujão de gás;

que um táxi possa chegar à porta de cada cidadão; que uma ambulância possa buscar um paciente. Lamentavelmente, não vemos isso. A Caixa Econômica Federal, por meio do FGTS, é que tem a missão de fazer esse grande financiamento para os Municípios brasileiros, mas a burocracia tem sido imensa. V. Ex^a conhece esse exemplo de Goiânia. Lamentavelmente, essa política não é prioridade no atual Governo. Vamos continuar cobrando de todos os Governos porque esse assunto perpassa Governos, não interessa se é do PSDB ou se é do PT. Agora, que temos uma questão grave a ser resolvida, temos. Parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, Senador, a oportunidade do seu aparte. Concorro plenamente com V. Ex^a.

Repercutimos aqui um problema tão crucial como o desemprego e a falta de moradia; muitas vezes, sentimos a ansiedade de estar aqui falando, mas não recebemos resposta adequada e concreta, com ações, com fatos, com determinação política. Agora é o momento oportuno de falarmos sobre isso porque as campanhas estão postas e os programas serão apresentados. Temos de fazer essa movimentação aqui para, quem sabe, chegar ao coração dos nossos candidatos que estão percorrendo o Brasil. E V. Ex^a colocou bem: não interessa se é PT ou PSDB. Esse é um problema que vem de longa data e temos que estar atentos para isso.

Gostaria de ouvir o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Também gostaria de apartear a Senadora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, com o maior prazer, logo em seguida ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senadora Iris de Araújo, é muito oportuno seu pronunciamento. Creio que hoje estamos aqui em sintonia. Há pouco, eu reclamava de uma política mais rigorosa concernente à sorte da juventude brasileira, que está aí largada, sem perspectiva, e V. Ex^a agora, com muita propriedade, aborda este assunto. Essa ausência de perspectiva e de oportunidade talvez seja um dos fatores a gerar a situação das favelas, daqueles que estão absolutamente excluídos da sociedade e das oportunidades que a sociedade oferece. E V. Ex^a chama a atenção para uma curiosidade: excluídos até no discurso dos candidatos. Que coisa lastimável isso! Que coisa assombrosa! A exclusão é tamanha que eles não se inserem sequer numa plataforma de campanha de candidatos. V. Ex^a faz muito bem em chamar atenção para o fato. Antes tarde do que nunca. Quem sabe, alguém assuma, não digo a solução, mas

o encaminhamento de uma atitude? Alguma coisa há que ser feita. Há que se usar a imaginação. Lá em sua terra, por exemplo, tenho certeza absoluta de que V. Ex^a formulou ou esteve à frente da idéia dos mutirões para construção de casas e habitações populares. As pessoas que vivem em favelas são pedreiros, carpinteiros, têm alguma profissão. Se o Poder Público der a mão a essas pessoas e encetar programas como o que V. Ex^a, certamente, conduziu no seu Estado anos atrás – creio que até recentemente –, as coisas podem acontecer. Temos que tomar iniciativas diversas, usar a imaginação, usar a capacidade de mobilização dessas pessoas que estão excluídas, mas, como diz V. Ex^a, esperando que este assunto toque no coração, primeiro, dos governantes, das pessoas públicas que têm responsabilidade com a geração de soluções. Portanto, meus parabéns pelo seu pronunciamento muito oportuno. Espero que chame a atenção dos atuais candidatos, para que essa questão seja objeto pelo menos de consideração.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador, que só acrescenta ao meu pronunciamento.

Gostaria de pedir a condescendência do Presidente para que pudéssemos continuar, uma vez que o Senador Pavan também está pedindo um aparte. O tema realmente é importante. Se V. Ex^a permite, vou conceder a S. Ex^a um aparte.

Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Iris, estava em meu gabinete, ouvindo V. Ex^a, e vim rapidamente fazer um aparte, tamanha é a importância do seu pronunciamento. Tenho percorrido muito o interior de Santa Catarina, Estado que tem uma qualidade de vida das melhores do nosso Brasil, que evoluiu muito nos últimos anos porque houve uma ação concreta por parte do Governo estadual – e vou dizer qual a ação. Ao percorrer o interior do meu Estado, vemos que os agricultores estão indo embora de suas cidades. E o que esses agricultores fazem? Assistem pela televisão e lêem nos jornais esse oba-oba de que grandes centros estão oferecendo oportunidades maiores, empregos. Mas, na verdade, o agricultor, que só sabe lidar com a terra, só sabe manusear aquilo que vem de geração em geração – colher batata, arroz, cana, banana, aipim, ou lidar com suínos, com frangos –, vai para os centros urbanos onde concorre com pessoas especializadas, diferentes, que lidam com outro tipo de trabalho na indústria, no comércio, na construção civil. Como são coisas sobre as quais ele não entende muito, acaba ficando desempregado e, muitas vezes, indo para a marginalidade. É comum, hoje, no Brasil, vermos a diminuição da população no

interior e o inchaço nos centros urbanos. Nos últimos 30 anos, aconteceu isso. Setenta a 80% da população estava espalhada pelo interior. Hoje, é o contrário: 20% no interior e 80% em grandes cidades. É preciso uma ação firme dos Governos, Senadora Iris. Primeiro, do Governo Federal, que não prioriza o interior do nosso País, que não prioriza as pequenas cidades, que não prioriza o agricultor, que não atende as nossas emendas para Municípios pequenos. Destinar R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões para uma cidade como Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte, não tem grande importância. Agora, destinar R\$ 100 mil, R\$ 200 mil, R\$ 300 mil, para uma cidade pequena do interior faz enorme diferença. O Governo Federal vetou as nossas emendas, roubou o dinheiro dos Municípios do interior dos nossos Estados, que aprovamos aqui nas Comissões. Não mandou o dinheiro, o que está prejudicando profundamente o interior dos nossos Estados. É preciso – permita-me, Senador Alvaro Dias – dizer que este tema é muito importante e que precisamos de uma ação rápida e eficiente por parte do futuro Presidente da República, a exemplo do que foi feito em Santa Catarina: O Governador Luiz Henrique descentralizou. As decisões não acontecem mais na capital, Florianópolis, mas nos Conselhos. Criou 30 Regionais e, nelas, 30 Conselhos, formados por Prefeitos, que discutem em que investir nas cidades: se na educação, se na saúde, se em pavimentação, se em saneamento, se em infra-estrutura, se em turismo ou em salões de eventos. Ao percorrer o Estado neste fim de semana, vi os Municípios com vida nova, com espírito novo, auto-estima forte, para a frente. É preciso que o futuro Presidente da República faça a mesma coisa: descentralize este Governo que aqui está em Brasília. Quantos milhões gastam os Prefeitos para virem a Brasília? Gastam milhões e milhões, chegam aqui e não conseguem nada. É preciso garantir os recursos, o dinheiro para os Municípios, diretamente; dar aos Municípios aquilo a que têm direito. Se não modernizarmos as ações governamentais, vai continuar acontecendo o que V. Ex^a está levantando: inchaço das grandes cidades e a falência dos Municípios pequenos. Descentralização! Isso é urgente para o próximo Presidente da República.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Pavan, agradeço a oportunidade do aparte. Concordo quando V. Ex^a coloca, já no final das observações brilhantes que fez, a questão dos Municípios. Não adianta ficarmos aqui falando, discursando, se não sensibilizarmos os nossos Governos para esse problema dos Municípios. Como V. Ex^a acabou de colocar, os Prefeitos vêm aqui, de pires na mão, e não conseguem nada. São eles que recebem a grande demanda. Se

elas fossem resolvidas nos Municípios, certamente não teríamos de enfrentar o inchaço das grandes cidades na proporção que V. Ex^a aponta quando fala da falta de sensibilidade das pessoas que estão comandando o processo político do nosso País.

O que é mais grave, Senador Alvaro Dias, que hoje preside a sessão, é que, na medida em que prevalece o estigma, isso continua acontecendo, mesmo agora. Moradia digna em espaços com os serviços básicos de infra-estrutura, como água, esgoto, energia elétrica e asfalto, é, sem dúvida, o primeiro e decisivo passo para a cidadania. Um lar ordenado eleva a auto-estima de seus moradores, modifica padrões comportamentais, educa, dissemina valores, fortalece os laços da família, abre caminhos e possibilidades para novas conquistas.

Aqui mesmo desta tribuna, e por mais de uma vez, já fiz difundir uma proposta, como disse o Senador Geraldo Mesquita, concreta para o Brasil superar, em curto espaço de tempo, seu déficit de moradias – superior hoje a 7 milhões de unidades. Afirmei então que não se resolve um problema dessa dimensão sem coragem e disposição para adotar modelos alternativos. Falo do projeto do mutirão – que aqui já apresentei – no qual as forças do Poder Executivo se unem nas três esferas. Nesse programa, ao Governo Federal caberia assegurar recursos para o material de construção; os Governos estaduais ofereceriam a infra-estrutura; e as Prefeituras cederiam os terrenos, responsabilizando-se também pela coordenação do trabalho em cada Município.

O projeto do mutirão permitiria a construção da casa própria para os milhares de brasileiros das favelas – ou para início de favelas –, assim como para milhares de sem-teto que sofrem ao relento.

É imprescindível que as leis sejam cumpridas!

A Constituição brasileira considera a moradia um direito do cidadão. E esse direito tem de sair da letra para a realidade. Diante do pavoroso cenário de exclusão social que estamos vivendo, é preciso, com urgência urgentíssima, provar a todos que a democracia é o único caminho para a solução dos nossos problemas. E o melhor argumento é o que se fundamenta na mudança concreta, na transformação e na inclusão dos excluídos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Já é hora de um projeto consistente para a habitação popular no Brasil. Os mutirões destinados a construir moradias são alternativas de baixo custo e

fácil execução – e são capazes de abrir um novo horizonte para a vida de milhares de brasileiros.

Já é mais que hora de fazer uma aposta decisiva na capacidade de nosso povo de tomar o destino em suas mãos e verdadeiramente construir uma grande Nação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade.

Durante o discurso da Sr^a Íris de Araújo, o Sr. Tião Viana, 1^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senadora.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, inicialmente, ao Senador José Jorge e, em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de falar como Líder da Minoria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de falar pela Liderança do Governo logo após o Senador José Jorge.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estão preenchidas as comunicações inadiáveis?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nenhuma ainda.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Gostaria de me inscrever para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito em primeiro lugar.

Vamos intercalar os oradores: Líderes e os inscritos regimentalmente.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria. V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Jornal do Comércio** de Pernambuco publica hoje o que eu e outros Senadores, especialmente do Nordeste, temos denunciado desta tribuna em diversas oportunidades.

Trata-se do descaso do Governo do Presidente Lula pelo Nordeste brasileiro, em especial pelo meu

Estado, Pernambuco. Segundo levantamento efetuado no Siafi relativo à liberação de recursos das emendas de bancada do Orçamento da União para Pernambuco, representaram 0,02% do total previsto.

No orçamento do ano em curso, a Bancada pernambucana, incluindo os Parlamentares da base de apoio do Governo Lula, reservou um total de 298,5 milhões para investimentos no Estado. Eram destinações para infra-estrutura do porto de Suape, duplicação da BR-232 entre Caruaru e São Caetano, expansão do metrô de Recife, retomada das obras da Adutora de Pirapama e a reforma e aquisição de equipamentos para o Instituto Materno Infantil, entre outras obras urgentes e necessárias para o Estado.

Decorrido meio ano, o Governo Federal só liberou míseros R\$69 mil, que representam 8,2% do patrimônio pessoal do Presidente Lula, que dobrou em três anos de mandato presidencial.

Dos quase trezentos milhões previstos no Orçamento, o Governo Lula empenhou apenas 10%, Senador César Borges, exatos 29,8 milhões, o que praticamente inviabilizará qualquer das obras agraciadas pelos Parlamentares, já que, como todos sabemos, já estamos em pleno processo eleitoral, o que impede qualquer novo empenho até o final de outubro.

Se já é difícil liberar recursos e iniciar obras em um período curto em no final de Governo, imagine em se tratando de um Governo incompetente como é o caso do atual. O Secretário de Planejamento do meu Estado, Cláudio Marinho, não tem esperança em receber os recursos destinados a Pernambuco, segundo declarou “Não podemos criar expectativas com isso. Temos hoje R\$925 milhões de obras em andamento porque nos programamos para realizá-las”.

Segundo o Secretário, a média de recursos transferidos pela União, que já não era grande nos Governos anteriores, caiu à metade no Governo Lula. Nos últimos três anos, reduziu-se a 18% contra os habituais 30%. “A lógica do contingenciamento é ruim para o País. Já existia no Governo Fernando Henrique, mas recrudescceu muito agora”.

Para confirmar o abandono do Nordeste, em especial de Pernambuco, gostaria de listar as obras inscritas pela Bancada Federal no Orçamento da União, indicando quanto foi empenhado pelo Governo Lula:

Infra-estrutura de Suape: previstos, 35 milhões; empenhado, zero;

BR 232 (Caruaru – São Caetano): previstos, 25 milhões; empenhado, zero;

Retomada da Adutora de Pirapama: previstos, 11,9 milhões; empenhados, 2,5 milhões;

Infra-estrutura em Municípios de médio e grande porte: previstos, 28,2 milhões; empenhados, 2,8 milhões;

Obras preventivas de desastres na região metropolitana de Recife: previstos, R\$ 30 milhões; empenhado, zero;

Obras de macrodrenagem em Porto de Galinhas: previstos, R\$11,9 milhões; empenhados, zero;

Infra-estrutura urbana em municípios com até 100 mil habitantes: previstos, R\$37,8 milhões; empenhados, R\$9 milhões;

Ampliação do metrô de Recife: previstos, R\$ 9,6 milhões; empenhados, zero;

Infra-estrutura urbana em Paulista: previstos, R\$17,1 milhões; empenhado, zero;

Infra-estrutura turística: previstos, R\$15,8 milhões; empenhados, R\$2 milhões;

Reforma e aquisição de equipamentos para o Instituto Materno Infantil de Pernambuco: previstos: R\$14,2 milhões; empenhado, zero;

Apoio à pesquisa e inovação: previstos, R\$18,3 milhões; empenhados, R\$7,1 milhões;

Apoio ao desenvolvimento sustentável no São Francisco: previstos, R\$ 21,9 milhões; empenhado, R\$ 0,8 milhão;

Projetos de inclusão digital: previstos, R\$7,9 milhões; empenhados, R\$ 4,1 milhões;

Obras de infra-estrutura hídrica: previstos, R\$12,9 milhões, empenhado, R\$1,5 milhão.

Portanto, de um total de praticamente R\$300 milhões, foram empenhados apenas R\$ 30 milhões, ou seja, R\$ 29, 8 milhões.

Esse é o Governo Lula no Nordeste. Isso foi o que aconteceu em Pernambuco. Aconteceu igual ou pior nos outros Estados.

Convém alertar para o fato de que esses valores listados, que só alcançam 10% dos montantes previstos, foram apenas empenhados, ou seja, têm possibilidade de ser efetivamente pagos, pois, como já destaquei, valores efetivamente investidos perfazem somente 0,02% do total. Portanto, nada!

Os outros 99,98% caíram no desvão da incapacidade administrativa e das mentiras pré-eleitorais do Governo Lula. Agora, quando caminhamos pelas rodovias estaduais, e nas capitais, e principais cidades, vemos vários e enormes *outdoors*, anunciando investimentos fictícios feitos pelo Governo Federal.

É o caso da Transnordestina, que não tem prazo para sair do papel; é a inauguração do Aeroporto de Recife, que já tinha sido inaugurado; é a inauguração da Central de Teletendimento da Previdência Social em Recife sem que estivesse concluída; é o lançamento da pedra fundamental do Complexo Petroquímico do

Rio de Janeiro em terreno que ainda nem foi desapropriado, entre tantos outros.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador José Jorge, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador José Jorge, V. Ex^a, como profundo conhecedor das questões não só de Pernambuco, mas do Nordeste brasileiro, faz uma avaliação realística com relação à atuação do Governo Lula no Nordeste brasileiro. É uma lástima, tratando-se de um conterrâneo de V. Ex^a, um pernambucano que esqueceu suas origens e que hoje está muito mais ligado ao mercado financeiro, que se concentra em São Paulo, do que a seus pobres irmãos nordestinos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É um nordestino aculturado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Aculturado em São Paulo.

Mas V. Ex^a disse bem: em alguns Estados, a situação pode ser até um pouco melhor – duvido muito que seja. Em outros, a situação é bastante pior, como na Bahia. Quero dizer a V. Ex^a que, pelo menos em obras fictícias, Pernambuco está ganhando muito da Bahia, porque sequer obras fictícias a Bahia tem. Quando chega lá a Ministra Dilma Rousseff, sabe qual a grande obra que ela diz haver na Bahia? O Programa Bolsa Família porque há um milhão e cem mil baianos inscritos nesse programa. Então, o que podemos esperar para o futuro? Hoje está lá o governo sério de Jarbas Vasconcelos, agora com seu Vice-Governador Mendonça Filho, que, com certeza, para o bem de Pernambuco, será novamente Governador do Estado. Na Bahia, temos o Governador Paulo Souto. Se não fossem as inversões estaduais para assegurar o desenvolvimento, a situação seria ainda muito pior, porque Lula esqueceu efetivamente o Nordeste.

Parabenizo V. Ex^a pelo seu discurso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a. Realmente é verdade. Lá existem muitas obras fictícias. Deve ser porque ele é de lá, nasceu lá, indica essas obras e depois não faz nada para que elas ocorram. Tudo **marketing** eleitoral barato, que sai muito caro para a população brasileira, já que recentemente o Presidente Lula aumentou os gastos em publicidade em 375 milhões, 25% a mais que todas as verbas destinadas a Pernambuco pelos Parlamentares.

Desde 2004, o Governo Lula já gastou mais de três bilhões de reais em publicidade.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou concluir. Sr. Presidente.

Esse ilusionismo só consegue enganar os brasileiros menos informados, que ainda acreditam em Lula, mas que, depois de devidamente esclarecidos durante os programas eleitorais gratuitos, saberão escolher o melhor e mais competente candidato à Presidência da República, que é o Governador Geraldo Alckmin.

Sr. Presidente, para encerrar, o que verificamos quando analisamos o Governo Lula, com todas essas acusações de corrupção, mensalão, dólar na cueca, enfim, tudo aquilo que aconteceu e que aparentemente eles procuram esconder, é o Governo da mentira: disse que não sabia, que não viu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresentei, no início deste ano – comentávamos o ano passado –, um requerimento meu, nesta Casa, pedindo que se designasse o dia 9 de novembro para ser dedicado à comemoração dos 70 anos da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH.

Fiz esse requerimento há muito tempo, Sr. Presidente, mas até agora não foi colocado em votação, ou pelo menos a Mesa não confirmou ainda se vai realmente designar a data de 9 de novembro para comemorarmos os 70 anos da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH.

Há um movimento feito seguidamente, por parte da hotelaria, requerendo que definitivamente a Mesa se pronuncie sobre esse meu requerimento. É uma homenagem justa que nós desejamos fazer aos hotéis de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Mesa comunica ao Senador Leonel Pavan que o documento está em poder da Secretaria-Geral da Mesa e será encaminhado à Mesa, nos termos do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 1997, anexando-se as notas taquigráficas sobre o pedido de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer rapidamente dois registros que considero extremamente importantes para o nosso Estado de Roraima.

O primeiro deles é um registro auspicioso do aniversário da capital de Roraima, Boa Vista, que completou, no último domingo, 9 de julho, 116 anos. É uma cidade ainda jovem, mas que, nos últimos anos, teve enorme evolução.

Boa Vista ainda tem problemas e desafios, mas, nas últimas gestões administrativas, da Prefeita Teresa Jucá e, agora, do Prefeito Iradilson Sampaio, tem-se transformado, melhorado e não é à toa que é considerada a capital mais bonita, mais bem cuidada, mais estruturada do Norte do Brasil. Cabe a todos nós que vivemos em Boa Vista e amamos Roraima e a nossa capital registrar o aniversário de 116 anos e continuar o nosso compromisso de realizar obras, prestar serviços, melhorar a condição de vida e elevar o padrão de qualidade de vida da população da capital.

Portanto, a todos os moradores de Boa Vista, ao Prefeito Iradilson Sampaio, aos Vereadores e a todos os funcionários da Prefeitura fica o nosso abraço de comemoração e a certeza de que, no próximo ano, Boa Vista estará ainda melhor do que este ano.

O segundo registro que faço é de preocupação e de providências que quero aqui tornar públicas. Neste ano, o inverno tem sido impiedoso em Roraima e tem gerado muitos problemas, principalmente no interior do Estado. Em Boa Vista, a elevação da água do rio Branco gerou alguns problemas e, portanto, a inundação, em parte, do bairro Caetano Filho, conhecido como Beiral, o que fez com que algumas pessoas se retirassem, porque é uma área em que, normalmente, ocorrem alagamentos todos os anos. Além disso, é sintomática a situação de dificuldade que vive o interior do Estado. Por falta de recuperação das estradas, por falta de recuperação de pontes, muitas localidades de Roraima estão ilhadas, sem trânsito, e a população está perdendo a produção, tendo dificuldades de trabalhar e, mais do que isso, de se alimentar.

Por conta disso, muitos Prefeitos declararam estado de emergência nos seus Municípios, e eu, tendo esse conhecimento e mantendo contato com os Prefeitos, procurei o Ministério da Integração Nacional, e estamos tomando providências perante a Secretaria Nacional de Defesa Civil, por meio do Coronel Jorge Pimentel, para que medidas de apoio a esses Municípios sejam tomadas; apoio por meio de medicamentos, de alimentos e, num futuro próximo, apoio também à recuperação de algumas obras, como estradas e pontes, interligando novamente a população das vicinais e do interior de Roraima.

Assim, os Municípios do Uiramutã, Caracaraí, Bonfim, Caroebe, Amajari, Cantá e Normandia passam, hoje, extrema dificuldade, e os Prefeitos do interior, coordenados pela Prefeita Florany Mota, respon-

sável pela Associação de Prefeitos do interior, estão tomando as providências no sentido de minorar essas dificuldades.

Portanto, quero registrar aqui a nossa preocupação, mas também o nosso empenho, o nosso trabalho, as nossas providências perante o Governo Federal, para que se tomem as medidas de apoio e de auxílio à população.

Hoje à noite, estarei com o Presidente Lula, na reunião do PMDB, e relatarei a Sua Excelência também a necessidade dessas providências. E já oficializei não só aos Prefeitos, mas também ao Ministério

da Integração Nacional esses procedimentos e a necessidade desse apoio.

Sr. Presidente, peço que faça parte do meu pronunciamento o ofício encaminhado à Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional, solicitando as providências que mencionei.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Of. Nº 132/2006 – GSRJ

Brasília, 10 de julho de 2006.

Senhor Secretário,

Conforme entendimentos mantidos, estamos reafirmando a necessidade de atendimento urgente à municípios de Roraima castigados pelas chuvas torrenciais que acometeram nossa região neste inverno.

Mantivemos contatos com as Prefeituras que decretaram estado de emergência, e que necessitam apoio de alimentação, medicamentos e ações de reconstrução.

São as seguintes Prefeituras, com os respectivos prefeitos e telefones de contato:

Município de Uiramutã - Prefeita Florany Motta – 95. 9114.4719 – 9903.1532

Município de Caracaraí - Prefeita Vaninha – 95. 3532.1616

Município de Bonfim - Prefeito Rommer – 95. 9961 3313

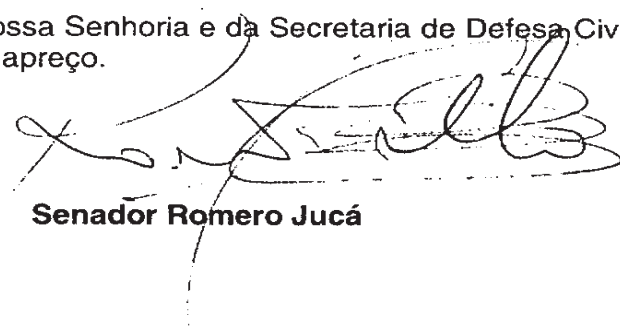
Município de Caroebe - Prefeito Ivan Severo – 95.9902.4910 – 3236.1330

Município de Amajari - Prefeito Paulo Wanderley – 95 3593.1047

Município de Cantá - Prefeito Zacarias Assunção - 95.3593.1002

Município de Normandia – Prefeito Horlando Justino – 95.8111.2133 – 3627.1515

Certos do apoio de Vossa Senhoria e da Secretaria de Defesa Civil renovamos protestos de consideração e apreço.



Senador Romero Jucá

Ilmo Sr.

JORGE DO CARMO PIMENTEL

Secretário Nacional de Defesa Civil

Ministério da Integração Nacional

Brasília

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Será atendido o pedido de V. Ex^a, Senador Romero Jucá, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como orador inscrito. S. Ex^a dispõe de até 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País está debatendo, em todos os espaços possíveis, as políticas afirmativas.

O debate sobre o Estatuto da Desigualdade Racial – projeto de nossa autoria aprovado por esta Casa – está na Câmara, bem como o Projeto de Lei nº 73, de 1999, de autoria da Deputada Nice Lobão, do PFL. É importante notar que tanto o projeto que dispõe sobre cotas quanto o que cria o Estatuto da Igualdade Racial não têm matiz ideológica alguma. Inclusive, o relator deste último, o Senador Rodolpho Tourinho, fez um belíssimo trabalho.

Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, esse tema tomou conta do País, o que é muito bom. Ruim seria não discutirmos como enfrentar uma prática preconceituosa e de discriminação que, infelizmente, existe. Sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, escolas, universidades, organizações não-governamentais, igrejas, enfim, a sociedade civil está integrada na discussão de políticas de combate ao racismo e ao preconceito.

Na abertura da Copa do Mundo, todos os países participantes fizeram a leitura de um documento contra o preconceito e o racismo.

Sr. Presidente, as centrais estão preparando seminários, visando a um debate bom, qualificado e respeitoso sobre o tema. Não se pode negar que os principais veículos de comunicação do País – jornais, televisão, rádios, tanto dos grandes centros, como do interior – estão abrindo espaço para o debate sobre políticas afirmativas, tendo como eixo o Estatuto da Igualdade Racial. Nos últimos dias, inúmeros artigos, entrevistas e reportagens foram publicados, uns a favor e outros contra, o que é natural e bom. Ruim seria não se debater o tema.

Para termos uma idéia, Sr^{as} e Srs. Senadores, da importância do tema, o correspondente do jornal **Los Angeles Times** na América Latina, o jornalista Pedro Varela, entrou em contato conosco. Disse-nos que tinha interesse em ficar mais a par do tema, que

os Estados Unidos já utilizaram o sistema de cotas e que, naturalmente, há interesse da imprensa daquele país em acompanhar esse debate que está agora tão forte no Brasil.

Saúdo algumas publicações do último fim de semana, como a interessante reportagem do caderno “Mais”, da **Folha de S.Paulo**, que publicou uma posição de muito equilíbrio, em que todos falaram a favor e contra.

Sobre as cotas falaram Peter Fry, Luiz Felipe de Alencastro, Leopoldo Bernucci, Marcelo Dascal e outros, que debateram a questão à luz da experiência na França, em Israel e nos Estados Unidos da América.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o debate, da forma como está sendo feito, é muito bom. Quem ganha é a sociedade brasileira mediante a redação final que se fará no Estatuto da Igualdade Racial ou mesmo por meio da política de quotas apresentada pela Ex^{ma} Deputada Nice Lobão, esposa do Senador Edison Lobão.

Peço a V. Ex^a o registro de outras matérias, como, por exemplo, o artigo de Emir Sader intitulado “Cotas contra as injustiças”, publicado no Jornal do Brasil, bem como a opinião da professora de pós-graduação da USP, Roseli Fischmann, publicada no **Correio Braziliense**.

Ressalto que estou registrando aqui, Sr. Presidente, a opinião de todos, tanto dos que são contra quanto dos que são a favor. Deve ficar registrado nos Anais do Senado da República esse debate, que entendo deva ser da mais alta qualidade. Quem ganha com isso, Senador César Borges, é a sociedade. V. Ex^a é do Estado da Bahia, onde já estive a convite do Senador Rodolpho Tourinho, e lá fizemos um debate belíssimo, respeitoso e carinhoso a favor de políticas de inclusão.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me concede um rápido aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte a V. Ex^a de imediato, nobre Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Quero parabenizar V. Ex^a. Vejo que, hoje, o País debate o assunto. Ruim seria se não debatesse. V. Ex^a trouxe à Nação esse debate sobre o problema das cotas, que pode ser uma cota racial – o que alguns são contra –, pode ser uma cota social. O importante é sabermos da vinculação desses dois fatores. V. Ex^a está de parabéns pela situação da discussão e até pela abertura que tem demonstrado ao dizer que quer a discussão e que o fruto dessa discussão, a somatória

das discussões, vai gerar um resultado melhor para todo o País, porque queremos um país onde haja justiça para todos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador César Borges. É exatamente esse o nosso ponto de vista.

Quero dizer também que conversei com o Ministro Tarso Genro e com a Ministra Matilde ontem, ou seja, neste fim de semana, e eles reafirmaram o apoio ao Estatuto, bem como ao PL nº 73/99, mas deixaram claro também que estão abertos à discussão – e não poderia ser diferente.

Vale destacar o excelente trabalho realizado por V. Ex^a, Senador César Borges, porque esse projeto que está em debate já é a terceira versão. V. Ex^a resolveu um problema, que era a questão do fundo – diziam que era inconstitucional, mas V. Ex^a encontrou uma saída para que ele não fosse considerado inconstitucional. Depois, na terceira versão, o Senador Rodolpho Tourinho tirou alguns artigos que, depois de um longo debate com o conjunto do movimento, entendeu que poderiam ser alterados.

Pela importância que o tema está tendo na sociedade, com debates e discussões, entendo que o Congresso Nacional tem cada vez mais de ir ao encontro dessa discussão, ou seja, daquilo que quer a maioria da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, no dia de hoje, apresentei três requerimentos a três comissões: à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Educação. Convidamos para uma grande audiência, a realizar-se no dia 3 de agosto de 2006, o Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Tarso Genro; o Ministro da Educação, Fernando Haddad; a Ministra da Seppir, Matilde Ribeiro; o Diretor da Educafro, Frei David; o professor da UnB José Jorge de Carvalho; o professor da UFRJ, Dr. Peter Fry; e a professora Yvonne Maggie, também da UFRJ.

Sr. Presidente, buscamos o equilíbrio: algumas pessoas falarão contra e outras falarão a favor do projeto. Convidamos também o Governo para que apresente a sua posição.

Em resumo, a nossa intenção é a de permitir um amplo debate e a de fazer um diálogo construtivo. Não vejo problema algum em fazer com que haja um grande encontro, na redação final do estatuto e das cotas, que contemple todos os setores discriminados da sociedade, principalmente negros, índios e pobres. Por isso, com certeza, vamos incluir o corte racial, o corte étnico e o corte social nesse grande debate.

Sr. Presidente, estou animado, porque a sociedade está fazendo o debate. Ruim seria se não hou-

vesse debate. Espero que atinjamos o objetivo que é de todos aqueles que estão participando do debate: que o País, efetivamente, tenha políticas de combate ao racismo e ao preconceito.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, seus pronunciamentos sempre são recheados de propostas para as pessoas menos assistidas ou mais necessitadas. Tenho certeza absoluta de que entre suas propostas existe aquela de tentar fazer com que o Presidente Lula atenda os nossos velhinhos, os aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É este o tema de que tratarei na segunda parte do meu pronunciamento. Eu não poderia deixar de falar da situação dos aposentados.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permita-me dizer-lhe algo, já que o estou apartando. Eu comentei em Santa Catarina sobre sua frustração. Lula sempre teve como bandeira a atenção às pessoas mais pobres, mais sofridas, menos assistidas, às pessoas que nunca foram reconhecidas, a melhoria dos salários, a recuperação das perdas salariais. Fico imaginando a frustração de alguns petistas por ver o seu ídolo, o candidato a Presidente pelo PT, virar as costas aos mais necessitados. O Berzoini já colocou os velhinhos na fila, mas teve que dar marcha a ré. Ele agora, novamente, orienta, juntamente com o Ministro do Trabalho, o Presidente a não atender os anseios dos idosos, dos aposentados. Fico imaginando a frustração de pessoas como V. Ex^a por ver seu ídolo, seu líder nessa situação. Ele poderia encerrar seu mandato com chave de ouro, pois vai sair mesmo, vai perder as eleições. Poderia dizer que agora, no final do seu mandato, vai fazer pelo menos algo concreto, para a qual não é preciso fazer pesquisa ou campanha. Bastaria ele sancionar a decisão do Congresso Nacional e conceder o aumento de 16,7%. Ele tem apenas mais seis meses de mandato, pois vai perder a eleição. Por que, então, não reconhecer o direito dos aposentados? Fico imaginando a frustração de V. Ex^a. Quero dizer que, se houver alguma manifestação mais dura, mais firme de V. Ex^a, pode contar com seu companheiro, porque não vamos permitir, em hipótese alguma, que o Presidente Lula não reconheça o direito dos aposentados do nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, vou endereçar a V. Ex^a uma cópia do meu pronunciamento, que se divide em duas partes. Começo falando de um artigo, publicado hoje, nos principais jornais, inclusive do Rio Grande do Sul, do economista Marcio Pochmann, que foi Secretário do Trabalho do Governo do PT na capital São Paulo. As-

sina a matéria com ele o jornalista Sebastião Nery. Fazem uma demonstração clara de que a Previdência brasileira é superavitária.

Os autores, Sr. Presidente, demonstram, de forma detalhada, as fontes de recursos que sustentam a tese, defendida por nós há tantos anos, de que a Previdência não tem déficit, de que a Previdência é superavitária.

Mediante todos esses fatos citados por eles, queremos lamentar o fato de o Governo ter vetado o reajuste de 16,7% aos aposentados e pensionistas.

Esses aposentados foram, em grande parte, prejudicados pelo famigerado fator previdenciário, que veio do Governo anterior e que reduz os benefícios dos aposentados, no caso da mulher, em 41,5% e no caso do homem, em 35%.

A continuar essa lógica de manter o fator previdenciário e de, agora, o reajuste do aposentado não acompanhar o do mínimo, em pouco tempo o destino dos aposentados brasileiros será todos receberem somente um salário mínimo.

Ao Congresso brasileiro, por uma questão de coerência, só resta, a partir deste momento, trabalhar pela derrubada do veto. Ou seja, a responsabilidade pela aprovação do reajuste neste momento, efetivamente, passa a ser também dos congressistas. Por isso, no momento, aposentados e pensionistas e familiares dessas pessoas devem se mobilizar e fazer uma grande campanha pela derrubada do veto.

Cumprimento o Presidente da Cobap, o Sr. Hermélio Soares Campos, que nos ligou hoje mostrando a sua indignação com o veto e se comprometendo a fazer uma ampla mobilização nos aeroportos e aqui no Congresso no sentido de convencer os Parlamentares a derrubar o veto.

Sr. Presidente, peço que insira nos Anais da Casa o artigo que aqui citei.

Quero dizer mais: na Câmara, houve apenas cinco votos contrários, de um total de 513 Deputados. No Senado, a aprovação dos 16,7% foi por unanimidade. Conseqüentemente, entendo que temos de colocar esse veto em votação, temos de fazer um apelo ao Senador Renan Calheiros para que o veto seja votado e, a partir daí, que cada um assuma a sua responsabilidade.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de uma explicação de V. Ex^a. A imprensa está noticiando que a Medida Provisória nº 291 propõe um reajuste de 5%. Diz que, “entretanto, a Oposição quer aprovar uma emenda apresentada por um Senador petista, Paulo Paim, que eleva o reajuste para 16,67%”. Então, se isso for verdade, poderemos,

pela Medida Provisória nº 291, com esse percentual de 16,67% aprovado na Câmara, votar aqui também no Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Estou esperançoso de que a Câmara aprove a minha emenda e que ela venha para cá, onde o Senado referendará a aprovação, como fez da outra vez, e que não haja veto, reafirmando a decisão do Congresso pela segunda vez. Se houver veto, teremos duas medidas para derrubar um veto. Derrubando ou a medida do salário mínimo ou aquela que reajusta os benefícios dos aposentados em 5%, estará consagrado o reajuste de 16,7%.

Por isso, o apelo que vou fazer ao Presidente do Congresso é para que coloque o veto em apreciação de uma vez por todas, pois, embora o voto seja secreto, a população vai ficar sabendo se, efetivamente, quando os Deputados e Senadores votaram era pra valer ou não.

Acho que nós temos condição, sim, de derrubar este veto. A Câmara e o Senado vão apreciar o veto. Nós temos duas possibilidades de garantir o reajuste para os aposentados e pensionistas. Eu, de minha parte, vou fazer questão de que meu voto não seja secreto. Vou deixar muito claro que meu voto será aberto. Não é que todos tenham que manifestar publicamente seu voto, mas, pela simbologia das duas emendas por mim apresentadas, vou fazer a defesa, efetivamente, de que o veto seja derrubado e que haja um aumento de 16,7%.

Não é o Paulo Paim que está dizendo isso, porque está vinculado a essa caminhada, mas dois economistas respeitadíssimos: Marcio Pochmann e Sebastião Nery. Está aqui o artigo que vou entregar à Casa. Eles estão dizendo que há recursos financeiros na Seguridade Social para reajustar o salário mínimo e os benefícios dos aposentados em 16,7%.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial, projeto de nossa autoria que esta casa já aprovou, bem como o Projeto de Lei de número 73 de 1999 de autoria da deputada Nice Lobão do PFL, que institui cotas nas universidades, tomou conta do país. Sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, escolas, universidades, organizações não-governamentais, igreja, enfim, a sociedade civil organizada está integrada na discussão. A CUT (Central Única dos

Trabalhadores) está preparando um seminário nacional sobre ações afirmativas e política de cotas ainda para o mês de julho.

Desde os principais veículos de comunicação do país até jornais e rádios do nosso interior estão dando espaço para o debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial e sobre as cotas. Nos últimos dias inúmeros artigos, entrevistas e reportagens foram publicados. Uns a favor e outros contra, como é natural.

Para se ter uma idéia da importância do tema e o que isto representa no âmbito internacional, o jornal Los Angeles Times entrou em contato com o meu gabinete aqui em Brasília. O correspondente para América Latina, jornalista Pedro Varela, disse que os Estados Unidos, por já ter utilizado o sistema de cotas, tem todo interesse nessa questão.

Quero saudar aqui, senhor presidente, algumas publicações do último final de semana, como a reportagem do caderno Mais, da Folha de São Paulo; o artigo de Emir Sader “Cotas contra as injustiças”, publicado no Jornal do Brasil; e a opinião da professora de Pós-graduação em Educação da USP, Roseli Fischmann, que está no **Correio Braziliense**.

Mas, Sr. Presidente, tive a oportunidade de conversar longamente no sábado com o ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, e no domingo com a ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Matilde Ribeiro. Eles reafirmaram que o governo federal é a favor tanto do Estatuto da Igualdade Racial, bem como do PL 73/99, de autoria da deputada Nice Lobão do PFL, que cria as cotas nas universidades.

Vale lembrar aqui o excelente trabalho realizado pelo senador Rodolfo Tourinho também do PFL que foi o relator do Estatuto aqui no Senado Federal.

A importância que o tema está tendo na sociedade, aguçando debates e discussões, e entendendo que o Congresso Nacional tem de cada vez mais ir ao encontro dessas discussões, ou seja, ao anseio da população, fez com que no dia de hoje eu entrasse com requerimento solicitando audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos, Educação e Assuntos Sociais desta casa para que os dois projetos sejam amplamente discutidos.

Convidamos para a audiência do dia 03 de agosto de 2006, o Ministro da Secretaria de Relações Institucionais Tarso Genro; o Ministro da Educação Fernando Haddad; a Ministra da Sepir Matilde Ribeiro; o Diretor de Educafro – Frei Davi; o Professor da UNB – José Jorge De Carvalho; o Professor da UFRJ – Dr. Peter Fly; e a Professora da UFRJ – Yvonne Maggi.

A nossa intenção é abrir diálogo entre aqueles que são favoráveis ao estatuto e as cotas e aqueles que são contrários. Queremos um debate construtivo que permita que o Estatuto da Igualdade Racial e o projeto de cotas se tornem propostas de consenso. Sabemos que o objetivo de ambos é somente combater as desigualdades e o preconceito contra negros, índios e pobres.

Esperamos que este debate, que não é contra ninguém, mas sim, a favor do povo brasileiro seja, repito, propositivo e afirmativo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedimos que registrem nos Anais da Casa o artigo do economista Marcio Porchmann e do jornalista Sebastião Nery que fazem uma demonstração clara de que a previdência brasileira é superavitária.

Os autores demonstram, de forma detalhada, as fontes de recursos que sustentam a tese – a qual sempre defendemos – de que a Previdência não tem déficit, mas sim superávit.

Mediante todos esses fatores citados por eles, queremos lamentar o fato de o governo ter vetado o reajuste de 16,7% aos aposentados e pensionistas.

Aposentados esses que foram em grande parte prejudicados pelo famigerado fator previdenciário e que agora estão vendo que o reajuste concedido a eles não chega a um terço do que é dado ao salário mínimo.

Ao manter essa lógica, em pouco tempo o destino dos idosos do Brasil estará traçado: em breve todos receberão o equivalente a um salário mínimo.

Ao Congresso brasileiro, por uma questão de coerência, só resta trabalhar para derrubar o veto. Ou seja, a responsabilidade pela aprovação do reajuste, nesse momento, passa a ser dos congressistas.

Por isso, no momento, aposentados, pensionistas e familiares dessas pessoas devem intensificar a campanha pela aprovação do reajuste.

Cumprimento o presidente da Cobap, Sr. Hermílio Soares Campos, que nos ligou hoje mostrando sua indignação com o veto e se comprometendo a fazer uma ampla mobilização nos aeroportos e no Congresso Nacional, no sentido de convencer os parlamentares a derrubar o veto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Vem, Brasil!

ROSELI FISCHMANN
Professora do Programa
de Pós-Graduação
em Educação da USP

O manifesto entregue ao Congresso Nacional sobre supostos perigos das políticas de ação afirmativa tem sido alvo de manifestações contrárias. Pena que tão ilustres colegas que o assinam tenham perdido oportunidade de aprendizagem para trocá-la por um documento que é prova cabal da razão por que tantos de nós, igualmente acadêmicos, cada vez em maior número, temos nos mobilizado em favor das ações afirmativas. É que o Brasil não suporta mais qualquer tipo de discriminação que exclui cidadãos, como a que supõe que possa ser final e indiscutível a opinião dada pelos que tenham conseguido obter títulos acadêmicos neste país, em que a ignorância tem sido tradicionalmente alimentada, em que pesem todos os discursos sobre a educação como prioridade.

Há um mérito no manifesto — deixar às claras o que sempre teve medo de vir à luz aqui no Brasil, como se fosse o “preconceito que não ousa dizer seu nome”. Intrigava tanto o tipo de orquestração que privilegiava tema e tipo de autor em detrimento de outros, que escrevi um artigo chamado “Desracializar o debate”, clamando pela presença dos interessados nos temas da diversidade, da inclusão, do anti-racismo, do respeito aos povos indígenas, das pessoas com deficiência, dos discriminados pela orientação sexual, das minorias religiosas. Constatava que o debate já está devidamente “racializado”, passando em branco o que negros e indígenas têm para dizer sobre suas vidas e

destinos. Como construir a democracia sem os sujeitos do processo? Como negar a todos os sujeitos os recursos que a educação escolar pode fornecer?

O receio de que venha a eclodir um confronto racial, como diz o manifesto, é a prova da ausência completa da realidade e do solo sobre o qual se tem erigido a democracia: o das pessoas assim como vivem, excluídas e apartadas de tudo o que o saber acadêmico tem construído como verdade última. Pena que não perceberam que esse conflito racial há muito tempo está aí, e que o mais perverso é que se torna difícil mesmo construir processos de reconciliação, que bem caberiam aqui, simplesmente porque tudo é insistentemente negado. Talvez alguns dos signatários até critiquem Lula, que nada sabia do mensalão, mas eles também nada sabiam da exclusão racial. Um conceito como o de raça, suprimido como conceito pelos males indiscutíveis que causou, não desaparece simplesmente porque assim decidimos.

Como intelectuais, acreditamos no valor e na força da palavra, mas é preciso lembrar, como queria Foucault, que a ação teórica tem seu poder, mas assim também o tem a ação prática, e o revezamento entre ambas, assim como a construção de novos paradigmas, implicam o reconhecimento da insuficiência do antes havia. Pena sair um manifesto de intelectuais contra a evidência do que se passa no mundo, de como as identidades raciais/étnicas, religiosas e outras tendem a se agregar, a construir novos referenciais. Castells ensinou identidade de resistência no livro *O poder da identidade, as diátribas da identidade e os percalços*

da indentidade legitimadora. Indicou como a identidade de projeto (referencial teórico aqui divulgado também por quem está entre os signatários) fortalece a construção societária e democrática, em que pesem as dificuldades de abrir novos rumos — e novas esperanças.

Mas o Brasil que vem surgindo não é novo, apenas tem feito abrir os espaços que lhe pertencem, por direito e história. Trata-se de novo paradigma, novo projeto de identidade nacional. É como diz a sabedoria chinesa, como bróto da amoreira sendo repetidamente podado perto da raiz antes de crescer: tanto se fortalece até vir com tanto vigor que não há mais como o impedir. Seria bom que os ilustres colegas tirassem os olhos do retrovisor, retomassem Hannah Arendt, de *Entre o passado e o futuro*. Ou leiam DuBois, professor negro de Harvard. Apesar do atraso de um século, ainda podem aprender.

Sobretudo, por favor, não cite Martin Luther King em vão, isso não se faz. Ele foi ao extremo de dar a vida pela possibilidade de ações afirmativas para os negros norte-americanos, liderando o movimento dos direitos civis que se irradiou para tantos, não apenas em seu país. É da boa vertente de DuBois que veio o reverendo negro, combinada com a ação direta não-violenta de Gandhi, da desobediência civil de Thoreau reelaborada. Foi da liderança de dr. King que se irradiaram ações como os sit-ins em restaurantes, populações indo e voltando a pé para o trabalho com Rosa Parker, a procurar seus direitos na Suprema Corte como o caso de Linda, menina negra de sobrenome tornado célebre, Brown, que, a partir de Topeka, conquistou a dessegregação nas escolas dos Estados Unidos. Lá foi mais simples, porque era explícito — e aqui, como será? Porque o único perigo que efetivamente há é de não nos darmos conta de tudo o que ainda há a fazer.

FOLHA DE S. PAULO

A guerra das cotas

MANIFESTOS ASSINADOS POR ARTISTAS E INTELECTUAIS CHEGAM AO CONGRESSO NACIONAL E RADICALIZAM DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS DE FAVORECIMENTO A MINORIAS ÉTNICAS

PETER FRY, LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO, LEOPOLDO BERNUCCI E MARCELO DASCAL DEBATEM A QUESTÃO À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS NA FRANÇA, EM ISRAEL E NOS EUA

A COR DA IGUALDADE

**Manifestos
racham
intelligentsia
nacional**

DA REDAÇÃO

Publicado em vários jornais e na web no último dia 29, "Todos Têm Direitos Iguais na República" é um manifesto contrário à aprovação dos projetos da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial. É assinado por 114 intelectuais, como os cientistas políticos Maria Sylvia Carvalho Franco (USP, Unicamp),

Renato Lessa (Instituto Universitário de Pesquisas do RJ), o historiador Mano-lo Florentino (Universidade Federal do RJ), o poeta Ferreira Gullar e o músico Caetano Veloso.

Em resposta, cinco dias depois, um outro grupo expressivo de importantes pensadores assinou o "Ma-

nifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial", defendendo a aprovação dos projetos e assinado por mais de 300 nomes, como o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, o sociólogo Emir Sader, o advogado Fábio Konder Comparato, o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva.

‘Quem somos nós para dividir as crianças em duas categorias raciais?’, indaga Peter Fry

CONTRA

MARCOS STRECKER
DA REDAÇÃO

Um dos principais antropólogos em atividade no Brasil, o inglês Peter Fry é um dos signatários do manifesto contra a adoção do sistema de cotas nas universidades brasileiras.

Com uma rica experiência de pesquisa na África e também no Brasil, para onde veio na década de 70, Fry é crítico da forma como a colonização, especialmente a anglo-saxã, tratou a questão das raças, o que teria gerado grandes equívocos e tragédias — os genocídios em Ruanda seriam um exemplo extremo.

Em “A Persistência da Raça” (Civilização Brasileira), que lançou em 2005, Fry aponta uma evolução positiva na representação do negro na nossa sociedade. Em entrevista à **Folha**, diz que vê com temor a introdução do conceito de raças nas leis e critica o fato de que não se combate o racismo com campanhas ou nas escolas.

★

FOLHA - O sr. é contra a adoção do sistema de cotas?

PETER FRY - Eu tenho sérias dúvidas...

FOLHA - Uma das críticas que se faz à adoção é de que isso significaria importar modelos de outros países com experiências diversas.

FRY - Nunca achei isso muito importante. É um falso argumento. Tudo no mundo se distribui, acho que é um argumen-

to pseudonacionalista, não é importante. Também não acho importante o argumento da qualidade de ensino.

FOLHA - Em que sentido?

FRY - O vestibular já exclui muita gente. Colocar mais algumas pessoas não fará diferença. É uma falsa questão. Seria perfeitamente possível que nós, professores das universidades brasileiras, tivéssemos 20% a mais de alunos. Não afetaria a qualidade de ensino, pois damos aulas a pouca gente na graduação. Não é essa a grande questão em relação às cotas.

FOLHA - Qual é a grande questão?

FRY - É o que isso significa para a visão que você tem de nacionalidade, só isso. Não acho ruim o Brasil nunca ter mencionado raça em suas constituições. Todo mundo diz que depois da escravidão não se falou de negros... E, onde se falou e se discriminou, isso foi bom? Chegamos quase a dizer que na África do Sul foi melhor. Isso é uma visão muito curta.

FOLHA - O fato de a questão estar sendo politizada é ruim?

FRY - Não, acho absolutamente positivo. Senão esses manifestos seriam votados no Congresso sem nenhum debate. O Senado aprovou tudo sem nenhuma discussão. Acho mais importante para o destino do Brasil discutir essa questão do que debater a venda de armas, por exemplo.

FOLHA - O que você acha dos dois projetos de lei em discussão?

FRY - Tudo o que penso está no manifesto. Acho que está bem

redigido. A grande discussão é sobre o que se deve fazer.

Acho que os ativistas negros têm toda a razão de se preocupar com a questão do racismo.

As desigualdades são um assunto grave. Se nós tivermos muita sorte nessa discussão, poderemos até provocar uma discussão mais séria ainda sobre a desigualdade em todos os seus sentidos, e não apenas a questão da cor. É muito difícil falar criticamente sobre cotas, porque logo surgem acusações de racismo e privilégios. Esse é um argumento muito perigoso. Significa simplificar o assunto, e acaba sendo uma forma de calar posições contrárias.

FOLHA - Trata-se de um argumento autoritário?

FRY - É um truque de argumentação, é sempre assim na política. Não acho estranho que isso aconteça, mas as pessoas a favor das cotas vão fazer tudo para que isso aconteça. Mas acho que as pessoas em geral têm de levar mais a sério essa questão. Vou dar um exemplo.

Topei recentemente com crianças de uma escola e pensei: Quem somos nós para dividir essas crianças em duas categorias raciais? Isso não faz sentido. Quem, em sã consciência, pode pensar que essa é uma maneira de resolver qualquer questão? Fiquei assustado.

Racismo existe em toda parte, não há nenhum lugar que seja livre dessa praga. Sempre achei que o Brasil poderia resolver essa questão de outra maneira, sem colocar raças na

letra da lei, que acho um imenso perigo.

Nunca houve uma campanha anti-racista no Brasil com a mesma qualidade da campanha contra a Aids. Ninguém está produzindo material escolar para falar que nós somos todos

iguais. Toda a ênfase agora cai sobre a diferença, sobre a suposta diferença. Deveríamos estar falando sobre as semelhanças. Também é possível atacar essa questão nas escolas sem nomear raças.

Ao invés de resolver a questão do acesso das massas às universidades, fala-se em dividir racialmente. Dizer que vamos resolver tudo com uma lei, que não custa nada, sobre 500 anos de representações negativas, é ingenuidade.

Manifesto 'contra' alerta para acirramento de tensão

DA REDAÇÃO

Entre os argumentos e profissões de fé apresentados no manifesto assinado por 114 intelectuais e artistas contrários à aprovação dos projetos da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, figuram:

1. Se os projetos forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela "raça". A história já condenou dolorosamente essas tentativas.
2. A análise de que as políticas se justificariam por corrigirem um mal maior não é realista nem sustentável, e temem-se as possíveis con-

seqüências das cotas raciais.

3. A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado.

4. Políticas dirigidas a grupos "raciais" estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância.

5. O principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e Previdência, em especial a criação de empregos.

6. A invenção de raças oficiais tem tudo para semear

esse perigoso tipo de racismo, como demonstra a história, e bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdade.

7. Busca-se um Brasil no qual ninguém seja discriminado pela cor, sexo, vida íntima e religião, onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos.

8. Almeja-se que seja valorizada a diversidade como processo integrante do caminho de toda a humanidade.

9. Essas metas só serão alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o princípio republicano da igualdade política e jurídica.

‘A divisão já existe, está escrita na nossa sociedade’, diz Luiz Felipe de Alencastro

DAREDAÇÃO

Para Luiz Felipe de Alencastro, o debate sobre a introdução de cotas está chegando tarde ao Brasil. Signatário do manifesto a favor das ações afirmativas, o professor titular de história do Brasil na Universidade de Paris-Sorbonne e autor de “O Trato dos Viventes” (Companhia das Letras) não acha que a universalização e qualificação do ensino sejam suficientes para mudar injustiças históricas.

Em entrevista à **Folha**, defende as práticas adotadas nos EUA, que teriam permitido o acesso dos negros a posições de destaque na sociedade. (MS)

★

FOLHA - O sr. é a favor da adoção de cotas?

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO - Sou, assinei o manifesto na versão modificada.

A primeira versão falava de genocídio. E, como historiador, é inaceitável falar isso. Houve genocídio de populações ameríndia, indígena, enquanto a questão do tráfico negreiro eram empresas mercantis cujo objetivo não era extinção nem de etnias nem de grupos.

FOLHA - A adoção do sistema de cotas não introduz um conflito e uma tensão que não existem atualmente?

ALENCASTRO - A tensão existe o tempo todo. Se você pegar as vítimas da polícia nos ataques recentes em São Paulo [15/5], eram jovens e negros. O conflito

existe o tempo todo e está feito. A idéia de que se vai criar um conflito onde não existe é a mesma idéia de quando ocorreu a introdução do voto feminino, o voto das mulheres iria dividir as famílias.

A tensão existe, está lá. Os signatários do manifesto contra as cotas passam a vida viajando para os Estados Unidos, onde encontram negros o tempo todo na sala de aula, que não estão nas salas de aula deles, numa população negra que é muito maior. Acho que a divisão já existe, está escrita na nossa sociedade.

FOLHA - Essa divisão que o sr. citou é entre brancos e negros ou entre elite e marginalizados?

ALENCASTRO - Ela é a reprodução do sistema. A Igreja Católica está há 500 anos no Brasil evangelizando todo mundo, todos são filhos de Deus.

Mas aí você vai olhar o número de padres e só tem mil padres negros para 12 mil padres brasileiros. No comando do Exército e no Itamaraty isso se reproduz e já causou problemas nas representações brasileiras na África.

Sobre o argumento de que isso é imitar coisas americanas, não há só defeitos nos EUA. Que eu saiba, o habeas corpus e o federalismo não são heranças nem do direito português nem dos costumes tupiniquins. Foram copiados diretamente do sistema americano e funcionam muito bem no Brasil.

Além disso, o Brasil e os EUA são as únicas sociedades em que a escravidão esteve embu-

tida na organização do Estado nacional, são os únicos países que modernizaram a escravidão colonial.

A **Folha** [em 5/7/2006] fala em seu editorial por que não [ação afirmativa] para os homossexuais, os judeus? Porque nem os judeus tiveram escravidão no Brasil, e os bissexuais não sofrem discriminação hereditária. Os negros têm esse duplo “handicap”.

FOLHA - O fato de as pessoas precisarem declarar sua raça e sua cor não é um retrocesso? Isso está ocorrendo inclusive nas escolas, com as crianças.

ALENCASTRO - Desde o censo de 1980 isso existe. Bem, acho que as crianças terão a opção de dizer “não sei”.

FOLHA - A idéia não é justamente despertar a consciência de raça?

ALENCASTRO - Não acho que seja um absurdo você se habituar à alteridade, à diferença. A idéia de que todo negro tem que ser bom jogador de futebol e sambista também é um estereótipo. Isso de colocar a identificação sempre existiu no Brasil, até na carteira de identidade.

FOLHA - A universalização e a qualificação do ensino não seriam as ferramentas mais eficientes para mudar a porcentagem de negros nas universidades?

ALENCASTRO - Os EUA, que são o país mais rico do mundo, acharam que não. Colin Powell [ex-secretário de Estado dos EUA] e Condoleezza Rice [atual secretária de Estado] subiram e alcançaram a posição em que estão agora graças a políticas afirmativas.

A FAVOR

Hoje, nas universidades, não há mais o sistema que havia antes porque a Suprema Corte entendeu que o sistema de cotas era anticonstitucional. Mas há um sistema de pontuação que beneficia quem vem dos

bairros desfavorecidos.

A educação pública é uma obrigação do Estado brasileiro. A proibição dos votos aos analfabetos, que durou até 1985, foi feita com o objetivo explícito de barrar a ascensão à cida-

nia aos ex-escravos. Já existia no Império mas foi consolidada na República. A maioria da população analfabeta adulta era negra. Essa gente esteve excluída da cidadania na maior parte do século 20.

Segregação universitária pode piorar no século 21, diz manifesto 'pró'

DAREDAÇÃO

Leia a seguir os principais argumentos apresentados no manifesto favorável à aprovação dos projetos da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial.

1. Foi a constatação da extrema exclusão dos jovens negros e indígenas das universidades que impulsionou a atual luta pelas cotas.

2. É uma resposta do Estado brasileiro aos instrumentos jurídicos internacionais a que aderiu, como o Plano de Ação de Durban, que corrobora a adoção de ações afirmativas como mecanismo importante na construção da igualdade racial. Há uma ex-

pectativa internacional de que o Brasil implemente políticas de ações afirmativas.

3. Os mecanismos de exclusão racial embutidos no universalismo do Estado republicano levarão o país a atravessar todo o século 21 como um dos sistemas universitários mais segregados do planeta — étnica e racialmente.

4. Estaremos condenando mais uma geração inteira de secundaristas negros a ficar fora das universidades.

5. Para que as universidades públicas cumpram sua função republicana em uma sociedade multiétnica e multirracial, deverão refletir as porcentagens de brancos, negros e indígenas do país.

6. Estudos permitem afirmar com segurança que o rendimento acadêmico dos cotistas é, em geral, igual ou superior ao rendimento dos alunos que entraram pelo sistema universal.

7. A prática das cotas tem contribuído para combater o clima de impunidade diante da discriminação racial no meio universitário.

8. As cotas incidiriam em apenas 2% do total de ingressos no ensino superior.

9. A igualdade universal dentro da República não é um princípio vazio, e sim uma meta a ser alcançada. As ações afirmativas são a figura jurídica criada pela ONU para alcançar essa meta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador Paulo Paim, os pedidos de V. Ex^a serão atendidos na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan para uma comunicação inadiável. Em seguida, falará o Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a, Senador Pavan, dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de dizer ao povo de Santa Catarina e do Brasil da discriminação do Governo Federal para com o meu Estado.

Hoje, li no jornal que o Governo do PT liberou para as emendas do PFL e do PSDB juntos menos da metade do que liberou, no Brasil inteiro, para o PT, um Partido que contestava, que chamava a atenção para o fato de que não poderia haver discriminação.

Lamentavelmente, o Lula está encerrando seu mandato da forma mais triste, dramática e pobre. Ele está encerrando o seu mandato de uma forma que vai manchar ainda mais a sua história. O Lula e seus cupinchas designaram mais do que o dobro dos recursos das emendas para os que defendem o seu Governo, ou melhor, para o PT.

Não consegui liberar nenhuma emenda. Aprovei no Orçamento, por meio de emenda de bancada, R\$20 milhões para o turismo. Depois, o Deputado Carlito Merss, Relator do Orçamento, Parlamentar do PT do meu Estado, telefonou-me e, como eu havia aprovado R\$20 milhões, indagou-me se eu poderia liberar R\$5 milhões da minha emenda para que pudéssemos aumentar o “bolo” da Senadora Ideli Salvatti. Ora, ele falou que ela só tinha R\$10 milhões; eu, então, liberei R\$5 milhões.

Bem, se eu não libero, eles me cortam o resto; e fiz aquele jogo de companheiro, de amigo, aproximando-me e reaproximando-me. Liberei os R\$5 milhões. Dos R\$15 milhões que me restaram, enviei para o Ministério apenas R\$11,5 milhões. Deixei ali R\$3,95 milhões de sobra até para que o Governo pudesse usar de outra forma.

Fui orientado sobre como fazer a distribuição desses recursos. Destinei, então, recursos aos Municípios de Agrolândia, Balneário Camboriú, Bela Vista do Toldo, Blumenau, Bocaina, Bom Jardim da Serra, Bombinhas, Brusque, Caçador, Camboriú, Chapecó, Curitiba, Florianópolis, Gaspar, Ilhota, Imbituba, Irani, Itaiópolis, Itapema, Ituporanga, Jabora, Itajaí, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Luiz Alves, Modelo, Monte Castelo, Navegantes, Nova Trento, Nova Veneza,

Otacílio Costa, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Pomerode, Ponte Serrada, Rio do Sul, Rio Rufino, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José, São Lourenço do Oeste, Tubarão, Urubici, Xanxerê, Xaxim, Tijucas e Canelinha. Esses são os Municípios que preenchi com os recursos aprovados do Orçamento.

Fui atendido pelo Ministro Mares Guia quase às 11 horas da noite. Mandeí correspondência, mandei *e-mails*, entreguei bilhetes, coloquei-os no seu bolso, falei pessoalmente. Onde estive, fiz pronunciamentos enaltecendo o Ministério, fiz pronunciamentos enaltecendo o Mares Guia, por ser um homem democrático, por ser um homem sério.

Dediquei esses meus três anos e meio no Senado ao turismo, defendendo, Sr. Presidente, a instalação da Subcomissão de Turismo e, depois, da Comissão Permanente, que foram de minha autoria. Defendi recursos para a Embratur e para o Ministério do Turismo, enviando emendas para a LDO, recursos para investir no exterior, recursos para o Ministério, recursos que seriam distribuídos pelo Brasil afora.

Estou decepcionado. Nenhum centavo foi direcionado para esses Municípios, nada daquilo que aprovamos e combinamos. Recebi telefonema do Ministro informando que, no mês de novembro, vai liberar.

Ministro, por enquanto, estou só reclamando. Ainda tenho uma boa impressão de V. Ex^a, ainda levo uma boa impressão de V. Ex^a, mas não posso deixar de registrar a minha frustração, porque estou visitando esses Municípios, retornando às cidades. Encaminhei os projetos conforme o Ministério pediu, o plano de trabalho. Os prefeitos vieram a Brasília, entregaram o projeto, gastaram diárias, perderam tempo e não conseguiram liberar nada.

Pasmem! Fiquei sabendo que, dos R\$5 milhões que dei para a emenda do PT, liberaram mais de R\$3 milhões para o turismo. Por que essa discriminação? Mesmo sendo da Oposição, tenho ajudado o Ministério do Turismo, encaminhando emendas para reforçar o caixa do Ministério do Turismo. Por que essa discriminação contra nós?

O Mercadante me decepciona! O Mercadante não tem palavra! O Mercadante me enganou! Vou dizê-lo pessoalmente amanhã.

Ele me procurou e disse “Senador, não vai dar para liberar agora os R\$11 milhões e pouco. Mas vou lhe garantir R\$5 milhões amanhã”. Mentiu! Mentiroso! Que ele venha dizer, da tribuna, por que não foram liberados, por que fomos discriminados, por que iludiram esses Municípios, por que fizeram os prefeitos de bobos!?

São Municípios pequenos – 90% são Municípios de quatro mil, cinco mil, seis mil ou dez mil habitantes.

Eles querem investimento numa praça, num portal turístico, numa casa de cultura, em sinalização turística. É uma vergonha!

E ainda o Presidente se coloca como o candidato dos pequenos. Ele deveria ter vergonha quando fala para a imprensa dessa forma. É um Governo “perseguidista”, que discrimina os pequenos. Ele discriminou Santa Catarina. Não investe como deveria investir. Ele recebeu 70% dos votos na eleição passada e não investiu. Mentiu! Enganou! Iludiu!

Este Governo que aí está faz mais ainda. O Estado de Santa Catarina tem R\$24 bilhões de recursos da Cide aqui, em Brasília. São recursos do Estado para investir em infra-estrutura, em rodovias, em saneamento, em benfeitorias para seus Municípios – e o Governo não os libera. Não é possível que este Governo ainda vá vender uma proposta para os brasileiros tentando se reeleger. Chega! É o fim! Deveria Lula encerrar o seu mandato, cumprindo pelo menos um terço do que prometeu. Vai encerrar o seu mandato melancolicamente. É frustrante, vergonhoso. Trata-se de um Governo que, certamente, não será bem lembrado pelos Municípios pequenos do nosso País.

Esta, Sr. Presidente, é a relação dos Municípios que seriam beneficiados pelo Ministério do Turismo. Não citei os recursos referentes ao Ministério da Agricultura e outros.

Já o Ministro das Cidades, que, ano passado, não me concedeu a liberação de recursos, este ano, liberou para o mesmo Município de Camboriú. Justiça deve ser feita ao Ministério das Cidades. Era R\$1 milhão em emendas. Foram liberados R\$682 mil. Agradeço ao Ministro das Cidades. Como já vim a esta tribuna fazer críticas ao seu Ministério no passado, hoje venho agradecer e cumprimentá-lo.

Mas saio daqui envergonhado, envergonhado de ver o meu amigo, Walfrido Mares Guia, não me atender sequer uma emenda. E o pior: atendeu aos outros. Discriminou quem sempre defendeu o Ministério de Walfrido Mares Guia.

Sr. Presidente, esta é a relação dos Municípios que citei e que foram discriminados pelo Governo. Tenho admiração, que ainda não foi abalada totalmente, pelo Walfrido em função do Senador Eduardo Azeredo e porque eu o considero preparado para o cargo. Mas jamais poderia imaginar que, no final do mandato, fosse o Ministério do Turismo discriminar Municípios pequenos. É um Governo que encerra o seu mandato – este ano, felizmente – melancolicamente, perseguindo os aposentados, e não investindo, como deveria investir, na educação, nos pequenos, e, acima de tudo, não atendendo as localidades menores do País, criando

uma confusão social. E digo confusão porque é uma briga entre os pequenos e os grandes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Alvaro Dias, em permuta com o Senador Arthur Virgílio. Logo em seguida, ao Senador Pedro Simon.

Tem a palavra o Senador Alvaro Dias. V. Ex^a dispõe de até 10 minutos, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon e, em seguida, ao Senador Ney Suassuna.

O Senador Ramez Tebet está inscrito em terceiro lugar para uma comunicação inadiável, intercalado com os oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, por até dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, não entendo. Eu ainda não tinha visto uma matéria como esta da **Veja**. Falo da matéria intitulada “Museu vivo do Código Penal”. Estas páginas mostram as pessoas que estão sendo processadas no Congresso Nacional.

Gostaria de dirigir uma palavra a uma pessoa pela qual tenho o maior respeito, a maior admiração, à Presidente do Supremo Tribunal Federal. Essa carioca de nascimento, gaúcha de formação, é a primeira mulher a ocupar o Supremo Tribunal Federal; é a primeira mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal e vem mantendo uma atuação de dignidade, de seriedade e de respeito que honra e dignifica o povo brasileiro.

Desde que Sua Excelência assumiu, a atuação do Supremo Tribunal Federal tem sido de retidão, de seriedade e de firmeza; até algumas decisões meio ambíguas que se tomavam desapareceram.

Há um aspecto que acho importante e que talvez seja o mais importante neste Congresso Nacional. Durante muitos anos, ser Parlamentar significava gozar da impunidade. O cidadão que se elegia Deputado Federal ou Senador podia cometer qualquer crime e nada acontecia. Houve um caso de Parlamentar comprometido com trânsito de mulheres para o exterior; caso de

Parlamentar que matou e outro que mandou matar nos seus Estados; casos absolutamente ridículos, que nada têm a ver com imunidade parlamentar. E o cidadão se reelegia sempre para manter a sua liberdade.

A lei dizia que o Parlamentar processado seria julgado no Supremo Tribunal Federal. Chegando ao Supremo Tribunal Federal, o Supremo enviava a esta Casa o pedido de licença para o processo. A Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal mandava esse pedido ao Plenário, que ou autorizava a licença, e o processo se abria, ou não autorizava a licença, e o processo parava. O que faziam a Câmara dos Deputados e o Senado Federal? Não mandavam o pedido para o Plenário, porque os Parlamentares não tinham coragem de mandar suspender um processo contra um Parlamentar corrupto que está sendo processado por algo que a sociedade inteira sabia; também não tinham coragem de votar para retirar o processo e não tinham coragem de votar para dar licença porque, dando licença para um, abria-se a porta e dava-se licença para outros. Então, o projeto ficava na gaveta do Presidente da Câmara dos Deputados e na gaveta do Presidente do Senado Federal. Com o processo nas gavetas do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente do Senado Federal, nada acontecia.

Lutei muito, Sr. Presidente. Anos a fio, lutei nesta Casa. E consegui. Consegui terminar com esse escândalo. Esta Casa votou, no Senado Federal e, depois, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que terminava com essa imunidade maldita! Hoje, somos Parlamentares imunes, sim, pelos nossos atos, pelas nossas palavras, pelas nossas ações, mas não pelos nossos crimes e pelas nossas bandalheiras!

Passou no Senado e na Câmara. Na Câmara, houve uma emenda contra a qual protestei muito na ocasião. Pensei que havia morrido o projeto. Na Câmara, aprovaram que, se houvesse um processo no Supremo contra um Parlamentar e a Câmara entrasse com um requerimento na Mesa e a matéria fosse aprovada no plenário, a Câmara poderia retirar o projeto, e o mesmo aconteceria com o Senado. Acreditava que isso ia acontecer. Mas estávamos tão em baixa, a nossa posição era tão ridícula que ninguém teve coragem de votar em plenário. Até hoje, não houve um Parlamentar que, na Câmara ou no Senado, estando sendo processado no Supremo, a Mesa do Senado ou da Câmara votasse em plenário. Nem ao menos levou a plenário, quanto mais aprovou a matéria.

Então, hoje podemos dizer que nós, Congresso – Câmara e Senado –, não temos nenhuma responsabilidade pela avalanche de processos que pode estar andando por aí, que pode estar lá no Supremo Tribunal Federal e não anda. Não anda não porque o Presiden-

te do Supremo mandou um ofício a esta Casa ou à Câmara dos Deputados, que não o responderam; não anda porque está engavetado no Supremo; não anda porque está na gaveta de um Ministro do Supremo; não anda porque a história deste País, ao longo do tempo, diz que o Supremo não julga parlamentar.

Dirijo-me à extraordinária Presidente Helen Grace. É algo de novo. Homem nenhum que ocupou o cargo antes dela teve coragem. Mas eu acredito nela. Se o Congresso fez uma CPI, se a CPI denunciou, se foi parar no Supremo, se o Procurador-Geral da República anunciou, estudou e, terminado o seu estudo, mandou para o Supremo e este não rejeitou, não baixou em diligência, mas distribuiu para um ministro, esse ministro não pode ficar com o caso na gaveta. Ele tem que decidir. Quer baixar em diligência? Baixe em diligência. Quer rejeitar? Rejeite. Ou, então, peça a aprovação.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador, V. Ex^a aborda um tema que saiu na revista **Veja** desta semana. Mas a lei também diz que nenhum cidadão pode ser considerado culpado sem que o processo esteja transitado em julgado. Eu consto nessa relação com três acusações da Oposição, quando fui governador do Estado. A primeira: uma empresa fez uma doação dizendo que é crime eleitoral – doação legítima – e, após eu perder a reeleição, entrou com uma ação dizendo que não tinha feito a doação. E fez. Quer dizer, não sou eu que estou falsificando ideologicamente; ela, sim, falsificou. A segunda: Uma denúncia do ex-Senador Amorim, dizendo que eu cometi um crime contra o sistema financeiro por ter liquidado o Banco do Estado, que estava falido. O Banco do Estado foi acompanhado pelo Banco Central, não tinha mais condições de sobreviver e entrou em processo de liquidação. Aí, o ex-Senador Ernandes Amorim, que era oposição ao meu governo, fez essa acusação, que também é improcedente. A terceira: o julgamento de um juiz de primeira instância sobre atos dos meus secretários, imputando a mim também a responsabilidade. Já estou com o parecer favorável do Ministério Público Federal, do Procurador Wagner Natal, e o Ministro Celso de Mello, que está com esse processo há quatro anos, não julga. Eu quero que julgue. Coincidentemente, há duas semanas, pedi uma audiência com ele...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está lá no Supremo?

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Está no Supremo. Pedi uma audiência com ele, Senador Pedro

Simon, e me disseram que só vai voltar em agosto – está de férias agora – e vai me conceder essa audiência. Eu quero que julgue, porque estou com parecer favorável do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e sou inocente nesse processo. Os dois Ministérios Públicos já me inocentaram.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não sei se V. Ex^a é inocente ou é culpado. Pelo que eu o conheço, tenho a convicção de que V. Ex^a deve ser inocente. Mas o que é importante é que V. Ex^a está sendo processado no Supremo Tribunal, está pedindo para ser julgado e o Supremo não julga.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Eu já estive pessoalmente, no início do meu mandato, ...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não dá para entender, tchê! Isso é que é importante. Ele está sendo processado no Supremo Tribunal, não está pedindo para aguardar, não está pedindo para arquivar, não está pedindo para colocar na gaveta, está pedindo: julguem-me. E o Supremo não julga. Eu não entendo.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Eu quero que julgue, porque vira e mexe a Oposição vem e apresenta isso como se fosse um processo, uma condenação. Eu quero que julgue. Eu vou pedir pelo amor de Deus ao Ministro Celso de Melo, que é o Relator do processo, que julgue o meu processo no Supremo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho muito importante o pronunciamento de V. Ex^a.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um minutinho só.

Eu quero repetir aqui: tenho o maior respeito pelo Supremo Tribunal Federal, tenho o maior respeito pelas figuras. Por alguns integrantes do Supremo Tribunal, então, tenho um verdadeiro carinho.

Essa é uma parte profundamente delicada. O Supremo, na verdade, fica numa posição realmente difícil de compreender. Por exemplo, na questão referente aos quarenta ladrões, o relator disse que vai levar não sei quantos anos. Eu acho que tinha a fórmula de decidir: fracionar em quarenta processos, baixar diligência ao Tribunal inferior e, depois de feito o escoamento, subir ao Supremo Tribunal.

Mas há casos que são isolados. O Presidente do Banco Central foi denunciado pelo Procurador-Geral da República e é isolado o caso dele. O Sr. ex-Senador e ex-Presidente desta Casa, hoje Deputado Federal pelo PMDB do Pará, está sendo processado, denunciado pelo Procurador-Geral da República e não é julgado. Outro, ex-Ministro, o Procurador-Geral da República denunciou. Eu e mais alguns viemos a esta tribuna e dissemos que ele não podia continuar ministro, tendo

sido denunciado no Supremo. Ele deixou de ser ministro, hoje é Líder do Governo...

Ora, minha ilustre querida Presidente do Supremo Tribunal Federal, esses casos não dá pra entender. Aliás, o Presidente da República pode dizer: é um caso que está que está no Supremo, não foi julgado. Eu não posso julgar antes do Supremo.

É uma coisa estranha. Eu não fui Presidente da República, mas fui Governador de Estado e fui Ministro. Eu sempre soube que a situação era diferente. Existem casos, existem posições que o cidadão, para exercê-las, tem que ter unanimidade do respeito da sociedade. Não pode haver dúvida. Pode haver dúvida sobre o Pedro Simon, porque eu sou um Senador da República e vou ser julgado pelo povo, mas não pode haver dúvida com relação ao Presidente do Banco Central. O Presidente do Banco Central é a figura até mais importante do que o Presidente da República no que tange à moeda, no que tange ao sistema financeiro, no que tange à situação do dólar, no que tange à situação das exportações. Ele dita, ele é o coração, é o sentimento desta Nação. No mundo inteiro, qual é o lugar em que o Presidente do Banco Central é denunciado como organizador de quadrilha e não sei mais o quê pelo Procurador-Geral da República, essa denúncia é aceita no Supremo, vai para a mão do relator e esse relator não faz denúncia, não arquiva, não baixa em diligência, não absolve e não denuncia?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o Presidente da República fica na espera. Fica na espera! Não só fica na espera, mas o Presidente da República pega um homem como esse, que está sendo processado no Supremo Tribunal Federal, denunciado pelo Procurador-Geral, denúncia aceita, homem esse que era Presidente de um Banco Central, cargo subordinado ao Ministro da Fazenda, pega esse homem e cria o Ministério do Banco Central. Esse homem, o Presidente do Banco Central, é Ministro. Ele não deve mais nenhuma obediência, nenhuma fidalguia ao Ministro da Fazenda.

Aliás, é algo interessante: temos hoje o Ministro da Fazenda que é o Ministro da Fazenda, mas quem dirige o câmbio é o Ministro Presidente do Banco Central. Um homem processado no Supremo é Presidente do Banco Central e é promovido a Ministro da República. E o Presidente diz que não pode fazer nada enquanto não houver julgamento!

Perdoe-me, ilustre, brilhante e extraordinária Presidente do Supremo Tribunal Federal. Essa é uma questão que não é da senhora, essa é uma questão que vem de longe. Mas, assim como uma mulher assumiu

pela primeira vez o Supremo e alimentou a esperança do povo brasileiro, quem nos diz que será essa mulher que haverá de tomar providência nesta matéria?

Pois não, Senador Ney Suassuna. Ouço, V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, como Líder da Bancada eu recebi de três Senadores um pedido que levei até o Supremo, um pedido que levei ao Ministro Jobim. Os três pediam que fossem julgados, que os processos deles fossem julgados. Eram os Senadores Luiz Otávio, o nosso Valdir Raupp e o nosso Romero Jucá.

Os três pediam que fossem julgados o mais rápido possível. Eles querem o julgamento. E eu falei com o Ministro Nelson Jobim. Perdão, ainda tinha o Senador Leomar Quintanilha, que veio posteriormente. Então, quatro Senadores que estão com seus processos injustos, na versão que eles me deram, querem o julgamento e não conseguem obter o julgamento. V. Ex^a está coberto de razão. Existem certas ocasiões em que precisamos pegar um atalho e fazermos o julgamento para o bem ou para o mal. Mas é preciso que haja. Em outras ocasiões, não chega nem a haver julgamento. Há uma acusação e fica no limbo e não sabemos se é inocente ou culpado. Eu, por exemplo, tenho andado... Uma Senhora que não conheço, que nunca vi, falou sobre mim e estão dizendo toda hora: ele é suspeito. Eu quero que aprofundem. Já fui na CPMI e pedi que aprofundassem. Quero que virem de cabeça para baixo. Quero a verdade! Mas a gente não consegue. V. Ex^a está coberto...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas V. Ex^a não tem processo andando. Pelo menos não tem processo julgado.

Agora, V. Ex^a está trazendo um fato ainda mais sério. Não sabia. Quer dizer que o Senador Romero Jucá...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – São quatro: Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Luiz Otávio e Romero Jucá.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – São quatro Senadores da República que estão sendo julgados no Supremo Tribunal Federal e são processos isolados. Não tem isso de dizer que são quarenta, o que é muito difícil, muito complicado. São processos isolados e que devem ser julgados. Por isso dizemos que o Brasil é o país da impunidade. Por isso diz-se que no Brasil só ladrão de galinha vai para a cadeia. E estou falando isso porque, desde que saiu essa edição da revista, todos os meus companheiros têm me telefonado: – O que vai acontecer? Não vai acontecer nada? Com político não acontece nada.

Como é que vou querer que um juizinho do interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina...Como

é vou querer que o Tribunal de Sergipe tome uma decisão, se o Supremo não toma? O exemplo tem que começar de cima.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No momento em que o Supremo Tribunal decidir: julgue o ex-ministro fulano-de-tal, julgue o senador, julgue o deputado, julgue o presidente do Banco Central – condene ou absolva, mas julgue – quero ver se os juízes e os tribunais regionais não vão tomar vergonha, não vão fazer a mesma coisa, não vão trabalhar.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – Senador Pedro Simon, já estou achando também, por outro lado, que o Supremo está julgando, sim, senhor. Inclusive, o meu caso – e eu fui contemplado com um retratinho nessa revista – o meu caso foi julgado. A Procuradoria-Geral da República mandou para o Arquivo; o Supremo aceitou e mandou para o Arquivo. E a revista publica. Analise também o aspecto da publicação, que muitas vezes não é verdadeira e às vezes há muita injustiça colocada nas fotos para execração nacional. Esse ponto tem que ser também atacado, porque a imprensa é importante mas não pode ser omissa nem trazer para o povo uma versão diferente da realidade dos fatos. Portanto, para mim essa reportagem não diz a verdade nesse ponto. Não se trata de não querer julgamento. Já fui julgado e o processo foi arquivado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, V. Ex^a não foi julgado. V. Ex^a, em uma reportagem considerada injusta, obteve o direito de resposta, o que eu acho absolutamente correto. Eu acho que, se há algo que é muito importante, e se há algo que é absolutamente necessário, é...

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PSDB – MS) – Não é esse o ponto. Não é esse o ponto. É que não existe esse inquérito correndo no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal, atendendo ao pedido de arquivamento por parte da Procuradoria-Geral da República, mandou arquivar. É diferente. Agora, eu não quero saber de resposta para a revista, porque isso é uma mixórdia. Não tem responsabilidade dessa resposta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que eu digo e repito: eu não sou contra a imprensa publicar. Eu sei que isso mexe com a honra e a dignidade, e acho que a imprensa deve ter muito cuidado nesse respeito. Eu mesmo, nessa mesma revista, já sofri. Sofri e sofri muito com relação a mim e à minha falecida mulher. Mas nem por isso, eu pedi censura. Acho que essa decisão que o PT quis tomar de apertar a garganta do promotor e do juiz para que o processo

fosse sigiloso, seria algo tremendamente injusto e tremendamente absurdo.

Eu acho que quem é homem público tem de arriscar. Ele coloca o seu nome à disposição. E por isso que eu digo que, para colocar o seu nome à disposição, para que nós os homens de bem possamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...continuar sendo homens de bem, respeitados pela sociedade, é importante que haja o Código Penal funcionando. E isso significa o seguinte: punição a quem comete um crime. Isso significa que lugar de ladrão é na cadeia, seja ele Ministro, seja ele Senador, seja ele quem for. E não o lugar de ladrão de galinha é na cadeia e o restante é o restante.

Se o Presidente permitir, concederei o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu agradeceria muito a sua compreensão. Senador Pedro Simon, mesmo porque, nessa revista, colocaram o meu retrato. E eu queria explicar, desde que o senhor faz essa colocação à Nação – o que eu acho importante. Eu quero exatamente mostrar um fato que também o senhor apontou e que é importante: o Supremo precisa julgar esses casos. O meu caso é muito simples, Presidente. Em 1989, eu trabalhava em banco e era responsável por uma área operacional. Eu morava em Salvador, e um gerente do banco em Ribeirão Preto, São Paulo, abriu uma ou várias contas supostamente fictícias. E todos os diretores operacionais do Banco foram arrolados como culpados nesse processo. Acontece – e faço questão de dizer até para o senhor, Senador Pedro Simon – que o processo que foi aberto pelo Banco Central, no meu caso, foi arquivado! O processo foi arquivado. Depois, isso foi para o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, onde é obrigado a ir. O Conselho arquivou o processo. Como são vários envolvidos nesse caso – envolvidos quanto ao fato de esse gerente ter envolvido outras pessoas – eu pedi ao juiz lá de Ribeirão Preto que isso viesse ao Supremo, acreditando que isso seria resolvido imediatamente. Já lá se vão quase cinco anos que o processo está no Supremo. Isso é um caso ocorrido em 1989, quando eu não era... Eu não tinha nada a ver com isso absolutamente nada a ver com isso, não fazia parte daquela área da instituição. Em 20 anos de atividade bancária, não existe uma só referência a meu nome que desabone a minha conduta no banco. Agora, fico sujeito, então, a que o Supremo Tribunal Federal julgue ou não. E eu quero que julgue. Quem pediu que fosse ao Supremo fui eu

para que ele finalmente julgasse e isso não ficasse aparecendo no jornal ou fizessem alguma insinuação a respeito. Isto é um absurdo: ninguém pode ter o seu nome mencionado dessa forma sem que haja um julgamento. Trago aqui esse esclarecimento – e o farei de outras formas à própria revista – no sentido de aclarar definitivamente o assunto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não tenho condições de entrar nos vários casos que estão sendo analisados. Só chego a uma conclusão. Todos eles dizem o seguinte: “estou com o meu nome ‘pendurado’ no Supremo, peço que o Supremo julgue, e o Supremo não julga”. O Supremo deveria dar uma resposta para nós. A ilustre e extraordinária Presidente do Supremo poderia nos dar um esclarecimento sobre essa matéria.

Volto a repetir: juro que não entendo o Presidente do Banco Central ser processado no Supremo Tribunal Federal, denunciado pelo Procurador-Geral da República, a denúncia ser aceita pelo Supremo, e não só não ele não ser julgado, como ficar no Banco Central e ser promovido a Ministro! Não conheço outro lugar do mundo em que o Presidente do Banco Central seja Ministro!

Não conheço um outro lugar no mundo que o Presidente do Banco Central seja Ministro. Nos Estados Unidos, em qualquer lugar, é presidente do Banco Central. No Brasil, a vida inteira foi Presidente do Banco Central, diretamente ligado ao Ministro da Fazenda. Hoje, não. Hoje ele é o Presidente do Banco Central, ele é quem decide. Ele é quem decide. E o Supremo não julga.

(Interrupção do som.)

Então, minha querida, extraordinária, fantástica Presidente do Tribunal, quando dizem que este é o País da impunidade, digo o seguinte: e vai continuar sendo a vida inteira o País da impunidade se o exemplo não começar de cima. Lá, o Supremo deve ter a coragem de julgar Senador, Ministro e Deputado, empresário ou seja lá quem for. Tem que começar no Supremo Tribunal, porque aí os tribunais inferiores, tenho certeza, acomodar-se-ão nessa posição.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, quem deve tem que pagar. Acusações surgem de toda forma, principalmente no período eleitoral. Chega o período eleitoral, começam as acusações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O caso do Presidente do Banco Central começou quando não havia ainda período eleitoral, vem de longe.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Certo, esse é um caso. Aqui são políticos que estão na revista,

são políticos. A Lei Eleitoral diz o seguinte: quem tiver condenação não pode ser candidato. Muitos que aqui estão são candidatos, mas foram condenados. Vejo no caso de Santa Catarina, do Balneário Camboriú, a contratação de um advogado por notório saber; especialização. Então, um outro advogado denunciou. O processo ficou treze anos tramitando. Nós estivemos falando com o Ministro Nelson Jobim uma vez, para que fosse julgado esse processo, a fim de que não ocorresse o levante do assunto em cada eleição. Senador Pedro Simon, vejo que aqui não estão fotos de pessoas como, por exemplo, o Presidente Lula. Existe acusação da justiça contra Sua Excelência, que responde a processo, bem como inúmeros governadores e prefeitos do Brasil. A lei eleitoral é clara quando diz que quem tiver condenação não pode ser candidato. E quem deve tem que pagar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas, Senador, o sujeito nunca é condenado.

Agora, o Presidente do Tribunal de Contas da União apresentou o número de 2.700 prefeitos e lideranças políticas que estão em crime contra o patrimônio e não podem ser candidatos. S. Ex^a entregou a lista no Tribunal Superior Eleitoral e esses nomes listados não podem mais ser candidatos. Mas o advogado entra com ação num “juizinho” qualquer, o juiz concede permissão e o sujeito continua candidato.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Aqui há um caso, Senador, do Deputado Edson Andrino. O processo contra ele é uma vergonha. Existe há muitos e muitos anos. Eu nem sei por que está aqui a foto dele.

Há casos que, realmente, temos que combater. Aqui há pessoas envolvidas com o “mensalão”, com roubo dos cofres públicos, mas há outros que, realmente, não dá para aceitar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, quero louvar o discurso de V. Ex^a, que sempre teve essa tese – não é de hoje –, e dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. O companheiro Rodolpho Tourinho, um homem íntegro em todos os aspectos da sua vida, está passando esse dissabor por culpa do não-andamento de um processo. V. Ex^a, entretanto, ainda tem algo mais grave. V. Ex^a é admirador da Ministra Ellen Gracie. Eu também o sou. É uma pessoa magnífica. Temos que discutir com S. Ex^a o problema do aumento, pois desembargadores se reuniram porque querem ganhar mais de 35. A lista que apareceu não é exata. Os desembargadores ganham mais do que o que está naquela lista que apareceu no **Jornal Hoje**. Também não é possível que o Judiciário

e, depois, o Legislativo fiquem com vencimentos tão altos em relação aos membros do Executivo. Isso acarreta despesas para os Estados, porque têm que seguir aquela diferença. Peço a V. Ex^a que também me ajude na minha fala com a Ministra Ellen Gracie no sentido de encontrarmos um caminho decente para todo o funcionalismo público, e não apenas para o Judiciário ou o Legislativo. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Confesso a V. Ex^a que estranhei, quando vi, nos jornais do Brasil e do Rio Grande do Sul, os Presidentes dos Tribunais fazerem o pedido de reajuste.

Não discuto nem se isso é justo, é lei, eles têm direito, mas achei que, num ano eleitoral, quando estamos brigando por um salário mínimo que é uma ninharia... Assim como nós, Senadores, não temos coragem, de aumentar os nossos...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – e acho que ninguém teria coragem de fazer isso agora, creio que o Judiciário daria um bom exemplo, embora eu reconheça que o Poder Judiciário é aquele em que o cidadão é juiz, só juiz, não pode exercer outra missão, outro cargo e aquele é o seu salário definitivo, mas que a hora é infeliz, é infeliz. Quando vemos o outro lado...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Perdão, Excelência, pode acumular com o magistério.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso não conta. É a única coisa.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Pode, inclusive, ter uma gratificação de R\$3.700,00 do Tribunal Eleitoral, quando é juiz eleitoral. Há uma série de coisas. Hoje mesmo, o jornal disse. Para V. Ex^a cair da tribuna – não quero que isso se faça, V. Ex^a nunca pode cair de lugar nenhum, V. Ex^a tem que estar nas alturas –, mas, na Bahia, o desembargador ganhava uma gratificação de 20% do salário porque era formado em Direito. Como se fosse possível ser desembargador sem ser formado em Direito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero dizer, com toda sinceridade, que o Tribunal e o Congresso Nacional tomaram providências que considero da maior importância. Era um absurdo o que acontecia. Imaginávamos que o STF mandava no Judiciário brasileiro, assim como havia quem imaginasse que o Presidente do Congresso mandava nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. Não. Há autonomia.

Hoje existe o Conselho da Magistratura. Agora, mudou. O Conselho da Magistratura está se reunindo.

A primeira decisão é a de que não pode haver parentes – no Supremo nunca houve, diga-se de passagem, mas eles tinham. Segunda decisão: limitou o teto, o que está gerando uma guerra no interior. No Rio Grande do Sul, por exemplo, disseram que não vão cumprir a determinação.

V. Ex^a levantou um assunto da maior importância, e as coisas estão se encaminhando...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... pelo menos de maneira positiva. Pelo que estamos falando, creio que V. Ex^a vai concordar comigo. Não podemos falar em fim da falta de impunidade, ou seja, o Brasil não vai deixar de ser o País da impunidade, se o exemplo não vier de cima. Não vai ser. Por melhor que tenha sido a atitude da atual Deputada, quando juíza, no Rio de Janeiro, ao colocar na cadeia os bicheiros – uma atitude espetacular, que lhe rendeu manchetes no Brasil inteiro –, ela não resolveu o problema. Não vai ser uma juíza que vai começar, mas o Supremo, quando decidir, por exemplo, se o Presidente do Banco Central está sendo condenado injustamente: se está sendo injustamente denunciado, tem o direito de ser absolvido pelo Supremo Tribunal; se tem culpa, se o Procurador está certo, tem a obrigação de ser condenado.

Eu confio na Presidente do Tribunal, que, com aquela singeleza e aquele olhar firme, demonstrou a capacidade e a firmeza para decisão. Dou nota 10 à sua atuação até aqui, inclusive em questões complicadas, que S. Ex^a decidiu com seu estilo e seu ritmo de ser. Reparem que, desde que S. Ex^a assumiu, não há interrogação alguma com relação às decisões do Supremo. O que estou falando não se refere a ela, mas a algo que existe há muitos anos.

Peço a Deus que a ajude e dê a S. Ex^a condições e força para vencer aquilo que o Supremo não fez até hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como orador inscrito, e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em ano eleitoral, nada mais comum, neste País, do que levantar velhas bandeiras populistas, tendo em vista as urnas e os votos.

A promessa política de resolver o problema do saneamento básico no Brasil se enquadra, à perfeição, nesta categoria eleitoral. No entanto, a população brasileira parece dar mostras de que não suportará mais ser novamente ludibriada.

Prova disso é a pressão que se tem acionado junto ao Congresso Nacional, com vistas à aprovação da Política Nacional de Saneamento Básico. São inúmeros movimentos sociais determinados a cobrar dos Parlamentares uma decisão responsável e ágil para o problema estrutural da água e esgoto no País.

Contrastando com inúmeros indicadores sociais que têm apresentado melhorias significativas nos últimos anos, um mapeamento das condições de saneamento em nosso País atesta indiscutivelmente que, nesse setor, não houve qualquer progresso.

Em termos de saneamento, o Brasil se classifica, desalentadoramente, entre os piores da América Latina. Como é sabido, em que pese o espetacular provimento de água doce de que o Brasil dispõe, o atendimento sanitário adequado a toda população ainda é um sonho muito distante quando o assunto é saneamento ambiental.

O Brasil abriga nada menos do que 12% da água doce do planeta. Mesmo assim, as residências de 83 milhões de brasileiros são desprovidas de sistema de esgoto, ao passo que 45 milhões de pessoas carecem, até mesmo, de distribuição de água potável. Reflexo automático, 65% das internações hospitalares de crianças de zero a cinco anos decorrem da precariedade sanitária.

Agora, se considerarmos em conjunto o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário e a coleta de lixo, a população beneficiada, evidentemente, será ainda menor. A Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), do IBGE, demonstra que apenas 53,8% das moradias, em 1992, e 62,3%, em 1999, dispunham desses serviços.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, contra tão adversa situação, o País exige a implementação imediata de uma política nacional de saneamento, cujas diretrizes apontem para a promoção da universalização dos serviços, o fortalecimento da gestão pública da água e a garantia da transparência e do controle social com respeito aos direitos dos usuários. Antes, porém, devemos fixar regras para o planejamento, a regulação, a fiscalização e o controle social.

Com esse propósito, o Projeto de Lei nº 5.296/05, de iniciativa do Executivo, tramita na Câmara dos

Deputados desde maio de 2005, depois de longa e minuciosa elaboração.

Na verdade, antes de entrar no Congresso, tal projeto contou com ampla participação da sociedade em seu processo de confecção, obtendo aprovação integral tanto do Conselho das Cidades quanto do Conselho de Saúde.

Todavia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é forçoso confessar – apesar de toda essa pressão – que, apensado aos demais projetos de saneamento na Comissão de Desenvolvimento Urbano, o PL nº 5.296 não tem recebido a merecida atenção apreciativa. A nova Política Nacional de Saneamento Básico e seu Marco Regulatório, que define regras e diretrizes para a prestação desse serviço, têm sido tratados com certa indiferença por parte do Congresso e da Comissão – até entendo, porque ora a pressão é do Estado, ora a pressão é do Município, ora a pressão é da região metropolitana, e essas pressões e contrapressões não permitem, Sr. Presidente, que ande o processo.

Crítica a tão perverso descaso, a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA) constitui emblema histórico em defesa de uma política nacional de saneamento. Há pelo menos 20 anos, luta pela criação de instrumentos e de espaços suficientes para a universalização equânime de acesso a serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Portanto, a FNSA tem acompanhado de perto todo o processo de discussão e ação sobre a matéria.

Vale recordar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Constituição de 1988 já havia estabelecido como competência do SUS (Sistema Único de Saúde) participar na formulação da política e na execução das ações de saneamento. Tal medida criou, à época, condições para integrar as áreas de saneamento e de saúde.

Entretanto, o conceito elaborado pela OMS sobre o assunto previa uma integração mais ampla e orgânica entre as áreas relacionadas ao tema. A OMS utiliza o conceito de “saneamento ambiental” como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeito prejudicial ao seu bem-estar físico, mental e social. No caso brasileiro, até o momento, a união entre saneamento e saúde mais parece um desconfortável flagrante de incompatibilidade de gênios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para além desses percalços conceituais, ainda há outros de caráter de prática empresarial. A sobrevivência das com-

panhias estaduais de saneamento no Brasil hoje se confunde com a sobrevivência do próprio saneamento do País. Nada menos do que 80% dos serviços estão nas mãos dessas companhias. Por isso, enquanto não ficarem garantidas as condições de execução, sobrevivência e melhoria das empresas, o saneamento vai estar ameaçado. É aqui que a política nacional do saneamento básico deve orientar e definir o caminho economicamente mais racional e socialmente mais justo.

Nessa linha, o PL nº 5.296 propõe maior capilaridade ao sistema, concedendo a titularidade do Município sobre o saneamento. Isso significa atribuir às Prefeituras poderes para que se regulem e se fiscalizem os serviços.

Em muitos Estados está acontecendo, como acontece no meu Estado, uma guerra entre a Prefeitura e o Estado. Algumas Prefeituras estão pedindo independência, uma vez que a Constituição lhes garante o poder de fazer a distribuição da água, mas os Estados não querem abrir mão desse poder porque, primeiro, é uma fonte de renda e, segundo, porque é uma fonte de poder.

Outro ponto é a regulamentação do chamado “subsídio cruzado”, sistema utilizado pelas companhias estaduais de saneamento para permitir que municípios pobres, que têm arrecadação pequena ou deficitária, possam ter acesso aos serviços de saneamento por meio da transferência de recursos dos municípios mais ricos.

Nesse contexto, lanço veemente apelo à Câmara dos Deputados no sentido de acelerar a tramitação do PL nº 5.296, de modo que o Senado possa, ainda neste ano, logo após as eleições, concluir a sua apreciação, resolvendo assim, Sr. Presidente, um assunto que vem se arrastando há muito tempo. Eu mesmo já fui o Relator de um desses projetos, que, depois, foi retirado pelo autor, porque ninguém conseguia chegar a um acordo.

Como eu disse, há uma verdadeira guerra entre Estados, Municípios e regiões metropolitanas. Numa mesma região metropolitana, há município em que existe água e há município em que inexistente água. Daí a necessidade de adutoras para levar água de um lugar para outro. No meu Estado, no terço mais seco, as adutoras trazem água de outros municípios. Começa, então, a discussão sobre quem tem direito a essa água.

A situação é realmente complexa, mas não podemos continuar neste limbo em que estamos vivendo,

principalmente no que se refere ao marco regulatório, pois não sabemos onde pisamos. Ninguém vai querer investir na iniciativa privada se não houver esse marco bem definido. Ademais, a iniciativa pública é ineficiente ou lenta para fazê-lo. Estão aí as estatísticas que acabei de ler, que mostram que os progressos que deveríamos ter tido nessa área não existem e que, apesar de toda água doce que temos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, municípios e mais municípios continuam sem água nenhuma.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me permite fazer um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por gentileza, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Acho que, quando defende o marco regulatório para o saneamento, V. Ex^a o faz muito bem. Nós precisamos de um marco regulatório, mas não podemos achar que marco regulatório seja o Projeto nº 5.296, oriundo do Governo Federal, que desestrutura o sistema. Esse é um projeto eivado, todo ele, de vícios incorrigíveis, ideologicamente comprometido, que sindicaliza todo o setor. Isso vai representar um atraso muito grande. Até Senadores responsáveis do PT sabem que esse projeto é inviável. Por quê? Porque quer municipalizar, sem direito à indenização, o serviço, o que vai fazer com que as empresas estaduais quebrem, com que deixe o Governo estadual de querer investir no setor, sendo que o setor privado não vai investir de forma nenhuma. Vai ser uma desconfiança total. E o que é muito pior: o Governo Federal vai ficar com o pepino na mão, porque os investimentos feitos pelos Governos estaduais foram avalizados pelo Governo Federal. São recursos de bancos internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Caixa Econômica Federal. Então, veja bem V. Ex^a que esse é um projeto que não pode ir adiante, para o qual não há unanimidade sequer dentro do Governo Federal. Ele foi feito, ideologicamente, dentro do Ministério das Cidades, mas há oposição do Ministério da Fazenda. Aqueles que têm um pouco de raciocínio sabem que, em lugar de botar algo novo e bom, vai desestruturar o bom que existe, que pode e deve ser melhorado. Quero alertar V. Ex^a porque sei que V. Ex^a está imbuído das melhores razões e do propósito de ver universalizado o serviço de atendimento do esgotamento sanitário, de água em quantidade e qualidade suficiente para toda a população, que é o mesmo desejo nosso, mas não podemos imaginar que tomar

um caminho errado vai nos levar a essa situação. Eu agradeço a V. Ex^a pela concessão do aparte.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a está coberto de razão. Foi exatamente isso que eu disse. Temos dois projetos tramitando: um é o do marco e o outro é o de estruturação. Eles têm muitas coisas antagônicas. E exatamente o que estou pedindo é que os dois, que foram apensados um ao outro, sejam votados lá, que façam as emendas que quiserem, mas que eles venham para cá para os estudarmos, porque da forma como está, não há progresso, porque ninguém da iniciativa privada – acabei de dizer isso – tem interesse em entrar em uma área que não tem definições.

Por outro lado, numa mesma região metropolitana, um município tem água e o outro não tem. A água vai de um para o outro, e de quem é o direito? Realmente, é uma situação vexatória num assunto de vital importância para o bem-estar da população.

Muito obrigado, Senador, pelo seu aparte. Estamos comungando da mesma idéia, de que esse é um assunto sério e que tem de ser tratado com muita seriedade para não criar mais problemas neste País, que já tem tantos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Estado de S. Paulo**, edição de sábado, trata de um assunto grave, e cabe a mim pedir aqui a transcrição do seu principal editorial.

Quero logo dizer que não me estou referindo, neste instante, a muitos dos Senadores do PMDB aqui presentes, mas que concordo com o editorial. O título, Sr. Presidente, é “Primeira prestação paga”. Diz respeito à primeira prestação para ao PMDB, que recebeu os Correios, aquela presa que causou tanto espanto à Nação pela corrupção.

Passa-se um ano, discute-se “valerioduto”, alguns se esquecem do “valerioduto”, dos “mensalões” e até dos “sanguessugas”, e o PMDB recebe a primeira prestação para dar o seu apoio ao Governo Federal, que praticou tudo isso.

Tenho certeza de que isso não se refere ao Senador Ramez Tebet, de que isso não se refere ao Senador Pedro Simon e até mesmo, algumas vezes, ao Wellington Salgado. Mas é gravíssimo que um partido

e, mais ainda, um Governo que praticou tantas sandices, que roubou tanto, venha novamente, com os mesmos métodos, afrontar a Nação. É inacreditável, mas é verdade.

Aqui estou, portanto, como guardião da moralidade, sim, para dizer aos meus amigos do PMDB, até mesmo aos pecadores: revejam sua atitude, pensem no País, pensem nas eleições que se aproximam, pensem em seus Estados. Tudo isso será dito na campanha que se aproxima. Ninguém pense que essa será uma campanha calma, em que os que roubam passam impunes ou que aqueles que fazem transações perniciosas vão ficar imunes a tanta sujeira.

Nem o método o Governo modifica! O método é o mesmo, é a mesma forma. A maracutaia é idêntica. Os beneficiários podem mudar, mas, de modo geral, são os mesmos. É preciso que isso acabe. Não vai acabar com votações no Congresso! O corporativismo, muitas vezes, prejudica a saúde do Congresso Nacional, como prejudicou quando foram absolvidos, pela Câmara dos Deputados, tantos envolvidos com o “mensalão”, tantos envolvidos com o “valerioduto”, que estão hoje se inscrevendo – como salientou ainda há pouco, com muita propriedade, o Senador Pedro Simon – para receberem novamente o voto de seus concidadãos.

Outro editorial está aqui, da **Folha de S. Paulo**: “Sob encomenda”. É a mesma coisa, Sr. Presidente. É a mesma tristeza. Infelizmente é a mesma desgraça para o Brasil.

Também outro jornal, **O Globo**, salienta que convencionais vieram, por conta de ONGs que recebem dinheiro do Governo, para a convenção do PT, para votar no Senhor Doutor Lula da Silva, o Doutor Lula da Silva que está apelidado como a “Bia Falcão” da República. Enquanto Bia Falcão é a Fernanda Montenegro, o maior talento deste Brasil nas artes – sempre rendo homenagem a essa grande atriz –, o Presidente da República é um mambembe transvestido em Presidente. Essa é a grande diferença, mas a maldade é a mesma. Tanto que, hoje, veta os 16% dos aposentados.

Não o fez para ferir Paulo Paim; talvez pode até ter sido um desafio a Paulo Paim. Mas existe alguns que não se dobram, e entre esses está o Senador Paulo Paim. Desde a Câmara dos Deputados até agora, a linha de S. Ex^a foi uma só. Ele deseja o êxito do Governo? Deseja. Mas ele deseja outros métodos para que se alcance o êxito. Ele está cansado e já viu que

não alcança, de modo algum, esse êxito, porque a “Bia Falcão” que está instalada para fazer maldades na Presidência da República não o permite.

Há seis meses o Presidente da República não reúne o Ministério e o fará amanhã para dizer o que eles podem ou não podem fazer. Mas sabemos o que eles vão fazer: é a mesma coisa que fizeram na eleição passada em relação ao valerioduto e aos mensalões.

Não é sem razão que o ex-Ministro Jaques Wagner dá entrevista hoje na Bahia, dizendo que acertou com o Presidente que, de 15 em 15 dias, virá buscar recursos para levar para a campanha na Bahia. Isso foi dito pelo Ministro Jaques Wagner, que é dos mais íntimos do Presidente da República – não procuro saber o porquê; fica na consciência do Sr. Jaques Wagner e do próprio Presidente da República. Mas o fato é que ele declara, com uma coragem leonina – ele que não é nenhum leão, é cordeiro –, que virá buscar, de 15 em 15 dias, recursos para a sua campanha.

Enquanto isso, quanto aos ataques sobre a lista de Furnas – isso interessa principalmente ao Senador Pavan –, já hoje o Dr. Paulo Lacerda praticamente declara que a lista é falsa. Quanto tempo demorou para isso, Sr. Presidente!

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Terminarei acatando o pedido de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Há muitos assuntos a tratar, mas espero que, nestes dias, o Senado se reúna, as sessões tenham número, para que possamos discutir a qualidade moral desse Governo, que chega a um ponto realmente difícil de alguém defender. Daí por que tanto silêncio e tanta fuga.

Sr. Presidente, volto a dizer, para terminar: a primeira prestação já foi paga ao PMDB; outros vão receber; enquanto isso, os petistas ficam meio zangados, porque aquilo que só seria deles está sendo repartido por todos.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Sob encomenda

Lula entrega Correios ao PMDB, faz ajuste em seu modo de selar alianças, mas deixa intactas as causas da corrupção

A DEVOLUÇÃO dos Correios ao fisiologismo, pouco mais de um ano depois de a estatal ter ocupado o epicentro da crise que deflagrou o escândalo do mensalão, é o fecho de um ciclo na República brasileira. É o atestado de que os sucessivos desmandos na política federal em nada mudaram, em essência, o modo pelo qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exerce o poder.

Algum guarda-livros dos saberes táticos de Brasília decerto discordará da afirmação acima. Arguirá que, desta feita, Lula aprendeu com os erros do passado e passou a praticar a distribuição de poder à moda da “porteira fechada”. O termo, no anedotário da capital federal, designa a entrega de todos os principais cargos de livre provimento de uma estatal (vale também para uma autarquia ou um ministério) a um só partido político.

Ao recusar-se a selar um acordo formal com o PMDB no início de seu governo, ao praticar a distribuição pulverizada de cargos entre aliados e ao destinar ao PT parcela desproporcionalmente elevada de postos, Lula teria semeado a crise de governabilidade. A divulgação da cena de um diretor dos Correios embolsando R\$ 3.000, há pouco mais de um ano, teria sido o estopim de um conflito anunciado —o elemento que expôs e acirrou a disputa entre os partidos da base, insatisfeitos com o “egoísmo” do PT, por diretorias e orçamentos e estimulou Roberto Jefferson a denunciar o mensalão.

A narrativa é verossímil. É provável que conflitos na teia de apoio ao presidente da República tenham figurado entre os aspectos principais que propiciaram o escândalo. O problema é quando se toma essa explicação —meramente instrumental— pela verdadeira origem dos desmandos e da primeira se faz um diagnóstico a nortear ações futuras.

Daí por diante, fica claro que o rearranjo tático da “porteira fechada” não se destina a corrigir os males que estão na origem do escândalo —a corrupção, a cons-

tituição de fundos ilegais para bancar a política, o desvirtuamento de autarquias e empresas estatais. Trata apenas de, em sintonia com o maquiavelismo, tentar evitar que uma nova crise venha a desestabilizar o governo.

Com porteira aberta ou fechada, o que importa para a modernização das instituições brasileiras é diminuir as oportunidades para que políticos desviem dinheiro público e desvirtuem instituições que existem para prestar bons serviços aos cidadãos.

Um governo comprometido com o avanço democrático nunca devolveria os Correios à barganha política. Trataria, pelo contrário, de aumentar controles públicos e administrativos a fim de favorecer o funcionamento das empresas estatais —e das demais instâncias burocráticas— de acordo com padrões técnicos, com ganhos contínuos de eficiência. Cortaria drasticamente os postos de livre provimento no setor público federal.

Mas a gestão Lula jamais se comprometeu, nem se sentiu compelida, a modernizar a máquina administrativa. Ilustra-o de modo cabal a entrega dos Correios, sob encomenda, ao PMDB.

NOTAS & INFORMAÇÕES

Primeira prestação paga

Nesse caso pelo menos, o presidente Lula cumpriu o prometido com uma pontualidade exemplar – na expectativa de que, pelo exemplo, receberá também, nos prazos previstos e por inteiro, a contrapartida que é a razão de ser de sua promessa. Trata-se, naturalmente, de uma transação. A primeira etapa do negócio foi definir a posição do PMDB na sucessão presidencial. Para exorcizar o espectro que rondava o plano da reeleição já no primeiro turno – o lançamento de um candidato peemedebista –, o Planalto não se limitou a declarar que abriria aos arquitetos da desistência os setores da administração federal direta e indireta de seu interesse. Comprometeu-se a entregar o que pedissem em regime de porteira fechada. No novo sistema verticalizado, o eufemismo ao gosto do PMDB governista, o partido não entra apenas com o ministro (ou o presidente da estatal) enquanto o segundo escalão é sublocado a outras siglas. Quase quatro anos depois que o então futuro ministro José Dirceu não conseguiu persuadir Lula a subir a rampa em companhia do PMDB, ele deve ter dito aos seus felpudos parceiros – o ex-presidente José Sarney, o presidente do Senado Renan Calheiros, os ex-ministros Romero Jucá e Eunício de Oliveira, além do notório senador Ney Suassuna – que daqui para a frente tudo será diferente. E começou a honrar a palavra.

Asfixiada a idéia da candidatura própria, o presidente quitou – adiantada – a primeira prestação de seu arranjo com o PMDB, entregando aos controladores da franquia em que de há muito se converteu o outrora partido da redemocratização do Brasil a presidência dos Correios e, por enquanto, 3 das suas 6 diretorias. Haja simbolismo. São os mesmos Correios em cuja sede uma câmara oculta filmou o pagamento de uma propina de R\$ 3 mil a um apadrinhado do então deputado e presidente petebista Roberto Jefferson, em maio do ano passado. Era a gênese do escândalo do mensalão, revelado pelo vingativo parlamentar. À época, os postos-chave da estatal de 110 mil funcionários e R\$ 9 bilhões de faturamento anual estavam divididos entre o PMDB, o PTB, com alguns nichos petistas.

Transformada agora em feudo de um único suserano, fica aparentemente reduzido o risco

de que ressentimentos pessoais e políticos contribuam para trazer à tona eventuais ilícitos muito mais pesados do que o suborno miúdo mostrado na TV, na linha daqueles a que o próprio Jefferson se referiu seguidas vezes quando estava empenhado em destruir o ainda ministro Dirceu. Diga-se desde logo que os indicados pelos caciques do PMDB parecem ser técnicos experientes. O novo presidente dos Correios, Carlos Henrique Almeida Custódio, é pós-graduado em administração de empresas, com 15 anos de Caixa Econômica Federal no currículo. Nada, à primeira vista, consta contra ele e os futuros diretores escolhidos. Seria uma maravilha se se pudesse dizer o mesmo de todos os que os escolheram.

Cumprida a etapa inaugural do, digamos, acordo de cavalheiros, o movimento seguinte é do PMDB. Já na segunda-feira, Sarney, Renan e companhia levarão a Lula pelo menos 16 dos 21 presidentes de diretórios regionais da legenda. O encontro será à noite, no Palácio da Alvorada ou na Granja do Torto, para que não se diga que o chefe do governo confunde trabalho com aliciamento em tempos de campanha. Ali será crismado o Movimento Pró-Lula. (Ou, não seria impróprio abreviar, o Pró-Lula.) Será o início de uma ofensiva para engatar a caciquia regional peemedebista no comboio da reeleição, mesmo onde PT e PMDB disputarão, cada qual de seu lado, os governos estaduais.

Se Lula se reeleger, o que hoje resta do PMDB opositorista mudará de idéia com a rapidez a que está habituada a maioria dos seus expoentes, nas circunstâncias certas, consumando-se o casamento de conveniência em que o partido entra com apoio eleitoral antes e apoio parlamentar depois, e o presidente entra com cargos. Um dos ministérios cuja outorga representará a paga final pelo anunciado governo de coalizão será a Previdência – coisa para profissionais. “Com o ministério entregue inteiramente ao partido, os dirigentes (do partido) terão um compromisso com o presidente de só indicar pessoas sérias, que não darão problemas”, assegura o ex-ministro do setor e líder do governo no Senado, Romero Jucá. Em abril de 2005, ele deixou a pasta ao se divulgar o seu alegado envolvimento num empréstimo bancário irregular a uma empresa de que tinha sido dono.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, pela Liderança do PFL.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero comunicar que, no dia 12, em Brasília, às 16 horas, haverá uma audiência no Ibama entre uma comissão de catarinenses comandada por Sérgio de Souza Silva, Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, e a Secretaria de Articulação Nacional.

O Ibama publicou a Instrução Normativa nº 102, em 19 de junho de 2006, dispondo “sobre a proibição de qualquer atividade de turismo de observação de baleias, esportes e atividades náuticas os quais possam vir a perturbar a espécie baleia franca nas enseadas dentro da Área de Proteção Ambiental – APA da Baleia Franca, que abrange as praias de Gamboa, Siriú, Garopaba, Silveira, da Água e Vila, do litoral catarinense”.

É uma vergonha o Ibama editar uma Instrução Normativa proibindo que turistas assistam ao aparecimento das baleias nesses observatórios. O Ibama está proibindo que as pessoas fiquem olhando as baleias aparecerem nessas praias. Dizem que, se houver pessoas olhando, vão perturbar as baleias.

O Ibama deve ter muito mais o que fazer. É impossível que o Ibama publique uma Instrução Normativa dessas, prejudicando o turismo no sul do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pode dar a impressão de que o assunto que me traz a esta tribuna não diga respeito aos interesses do País, não possa justificar a minha presença na tribuna. Venho falar um pouco de esporte, Sr. Presidente.

Tenho convicção – porque vivi, nestes dias, momentos de tristeza e de alegria –, com todo o respeito à nossa seleção, de que fizemos pouco diante do muito que poderíamos fazer em favor do nosso País.

Sr. Presidente, também vivi momentos de alegria porque retornei no tempo. Meu espírito reverteu no tempo, fazendo-me lembrar das peladas, das partidas de futebol de que participei, das partidas de basquete, até mesmo de um pequeno ensaio no voleibol.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passou despercebida – não quero que isso aconteça – a atuação da nossa equipe no torneio de futebol mundial, afinal vencida pela França, que, em festa no Arco do Triunfo, viu sua equipe vice-campeã. A Itália se coloriu todinha como campeã. Esses fatos fizeram, com toda a certeza, com que a imprensa nacional não registrasse um fato auspicioso que eu gostaria que constasse nos Anais do Senado Federal. Esse fato diz respeito ao Campeonato Mundial de Vôlei de Praia.

O Senador Antonio Carlos Magalhães deve estar se perguntando: “Por que o Senador Ramez Tebet está trazendo isso aqui?”. Estou trazendo porque os vencedores são da minha cidade natal. Eu sou como V. Ex^a. Se V. Ex^a coloca a Bahia acima de tudo, eu coloco o Mato Grosso do Sul como a razão de ser da minha vida política. E coloco a minha cidade natal, o meu berço natal, porque a Pátria começa no torrão natal, já dizia alguém.

Foram quatro trabalhadores de Três Lagoas, quatro habitantes da minha cidade, que está se preparando para a industrialização, que, com a ajuda da Prefeitura Municipal e do Sesi, trouxeram esse campeonato mundial, Senador Gilberto Mestrinho, para o Brasil.

Faço questão de registrar nos Anais da Casa os cumprimentos e a saudação que o País está devendo a Geovani Prates, Welinton de Barros, Leandro Coelho e Frederico Dacema, os quatro atletas que, depois de vencerem os torneios municipal, regional e nacional, foram para a Áustria e trouxeram para o Brasil o título de campeões mundiais de vôlei de praia.

Saliento aqui o sentido de cooperação, pois esporte é solidariedade, vida, educação e ética. Seja em um campo de futebol ou de vôlei de areia, qualquer modalidade esportiva se assemelha à própria vida. Não foi à toa que um dos maiores ídolos da França, Zidane, foi expulso imediatamente, punido, porque deu uma cabeçada, agrediu fisicamente um adversário.

No esporte também existe ética, e se pune para dizer que é preciso respeitar o cidadão. Isso não é apenas na política. Nós temos que buscar exemplos na própria vida, repito. Esse exemplo nós encontramos na coragem desses moços, humildes trabalhadores.

Esse campeonato foi de trabalhadores, ajudados pela Prefeitura e pelo Sesi. Cito aqui o nome do Gerente Regional do Sesi na minha cidade de Três Lagoas: Dorival Morales. Cumprimento o Superintendente do Sesi em Mato Grosso do Sul, Eder Xavier, a Prefeitura e a Câmara de Três Lagoas, porque foi preciso essa união para obter os recursos, e para que a cidade, o Estado e, afinal de contas, o País saíssem engrandecidos dessa peleja.

Sr. Presidente, vim aqui para dizer, sem tirar o tom com que o Senado Federal discutia a ética na política, debatida pelo ícone chamado Pedro Simon e pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que parece que o esporte está na frente da política, porque as coisas lá acontecem. Há patriotismo, há civismo. Ninguém ganha a Copa do Mundo se não jogar suando a sua camisa. Quando o torcedor fala que é preciso suar a camisa, ele está falando que é preciso defender os interesses da cidade e do Estado, é preciso defender com galhardia e amor os interesses do País. Nem todos são vencedores, mas não podem ser medíocres perdedores. Quando perdem, têm que perder com honra, dignidade, suando, batalhando, como se fora um campo de batalha.

E foi por isso que fiquei alegre. É a primeira vez que acontece isso em minha cidade. O Poder Executivo e o Poder Legislativo se juntaram à iniciativa privada e fizeram com que trabalhadores, filhos de modestas famílias, pudessem ir ao exterior, enfrentar percalços até de idioma, e tudo o mais, para trazer o título para minha cidade. Como é que eu não ia falar disso? Fica para depois, na imaginação daqueles que estão me ouvindo, a comparação que quero fazer entre o esporte e a política. No Brasil, o esporte está muito à frente da política, mas a política é uma atividade nobre. É ela que decide se vai ou não vai.

Não fosse a política, os atletas não estariam lá. Não fosse a iniciativa privada, conjugada com o Poder Público, eles não estariam lá também, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e eu não estaria aqui cantando um hino de louvor a esses atletas da minha cidade.

Senador Antonio Carlos Magalhães, por favor.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Eu louvo a fala de V. Ex^a pelo seu Mato Grosso do Sul e, em particular, pela sua cidade. Eles souberam honrar o nome do Brasil. A única coisa de que discordo de V. Ex^a, concordando em parte, é que o gesto do jogador Zidane foi realmente antiético e merecia a expulsão que houve. Entretanto é o melhor jogador do mundo, e nós temos um Presidente da República que é o pior Presidente do Brasil. De maneira que há uma diferença muito grande entre Zidane e esse jogador mambembe que está no Palácio do Planalto.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me referi a Zidane porque o clima aqui era de impunidade. Eu quis dizer que, no campo de futebol, até os maiores, quando cometem erros, são verdadeiramente punidos. Às vezes, corretamente, às vezes, incorretamente, porque um juiz nem sempre acerta ao apitar o jogo. Contudo, acertou a Prefeitura de Três Lagoas, acertou o Sesi e acertou a Câmara de Vereadores de Três Lagoas quando enviou

os quatro atletas, que, com tanto brilho e com tanta garra, trouxeram esse título para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, em permuta com a Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 7 de março deste ano, foi editada uma medida provisória para incentivar a formalização das relações de trabalho dos empregados domésticos, permitindo que sejam efetivamente beneficiados pelos direitos trabalhistas e previdenciários. Essa foi a medida provisória editada pelo Governo Federal.

Ocorre que o Congresso Nacional, dentro da sua prerrogativa constitucional, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, ampliou o alcance da medida provisória, fortalecendo ainda mais os direitos da categoria, ou seja, de empregados e empregadas domésticas.

Quero me ater, neste pronunciamento, a apenas um deles que tem sido alvo de muita polêmica – a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para os empregados domésticos – porque tenho uma solução, já em forma de projeto, para o impasse criado.

Na legislação em vigor, a inclusão do empregado doméstico no FGTS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, é uma opção do empregador. Essa inclusão no FGTS vem, até o presente momento, apresentando resultados muito ruins, pífios, pequenos, sendo pouquíssimas as domésticas incluídas no benefício. A principal razão para tal ineficiência é a obrigação do pagamento da indenização de 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada do empregado, durante o contrato de trabalho, em caso de despedida imotivada, o que pode representar um pesado ônus para o empregador, causando imediatamente uma reação muito grande de toda a sociedade sobre isso. O empregador doméstico, então, é desestimulado a conceder à sua empregada doméstica os benefícios do FGTS, já que não é obrigatório; e, se o fizer, correrá o risco de pagar uma pesada multa no caso de demissão sem justa causa.

Assim, ficou instalada uma polêmica em relação à Medida Provisória nº 284, com a redação aprovada pelo Congresso:

1º – se for convertida em lei, haverá estímulo ainda maior para a informalidade dos contratos, situação que originariamente a MP pretendia enfrentar;

2º – se for vetado o dispositivo, retira-se das empregadas domésticas a esperança – que, tenho certeza, todas têm, de ter também um Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – de maior efetividade a um direito que, hoje, é facultativo, mas, se feito da forma como está, acompanhado de multa, poderá não funcionar.

O problema não é novo. No primeiro semestre deste ano, Sr. Presidente, participamos de um programa na TV Educativa, o “Sem Censura”, da jornalista Leda Nagle. Debates sobre este assunto e um projeto de lei de minha autoria que trata da aposentadoria das donas-de-casa de famílias de baixa renda. Não é um projeto novo. Quero apenas que a Constituição seja cumprida. Quando fui Relator da Proposta de Emenda Constitucional Paralela, chamada PEC da Previdência, incluímos que as donas-de-casa das famílias de baixa renda, bem como os trabalhadores de baixa renda, teriam direito a uma aposentadoria especial, diferente da aposentadoria dos outros segurados do Regime Geral da Previdência.

Naquele programa discutimos então a situação das domésticas. O programa é feito ao vivo e permite uma interação com o público de todo o País por meio de telefone ou e-mail. Houve também a participação do Sr. Mário Avelino, que é um especialista e tem um site muito importante – www.domesticalegal.com.br –, que trata única e exclusivamente da questão das domésticas no País.

Naquela oportunidade, ampliando o debate sobre as empregadas – especificamente em razão de o meu projeto atender também as diaristas, porque não são empregadas domésticas –, discutimos muito toda essa questão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Uma das conclusões que tiramos desse debate ao vivo, com a participação de telespectadores, foi a necessidade de algum estímulo para que o empregador doméstico fosse incentivado a incluir a sua empregada doméstica no FGTS.

Foi por essa razão que apresentei, no dia 31 de maio, um projeto de lei que altera a lei atual para dispensar o empregador doméstico da multa de 40% a que já me referi neste pronunciamento. Essa lei a ser alterada é a que dispõe sobre o FGTS.

Esse meu projeto já está sendo relatado na Comissão de Assuntos Sociais pelo Senador Flexa Ribeiro, que, tenho certeza, terá sensibilidade para conseguirmos aprová-lo. Se aprovado, ele irá diretamente à Câmara dos Deputados e, se aprovado na Câmara, diretamente para sanção do Presidente da República.

Por que trago hoje, então, este tema também à tribuna? Não só pela preocupação com essa categoria profissional tão importante, mas também porque, mais uma vez, sinto que o Senado acaba sendo de

alguma forma desprestigiado ou relegado a um plano secundário pela Presidência da República. Nesse momento, a própria Presidência anuncia que tem uma solução. Mas essa solução está exatamente no meu projeto que está tramitando aqui e que já poderia até ter sido aprovado. Sobre essa clonagem sem identificação, lamentavelmente, aqui no Senado Federal, já passei por isso algumas vezes. Foi assim no Programa Luz no Campo, que foi transformado no Programa Luz para Todos, baseado num programa que eu criei quando eu era Ministro de Minas e Energia. Essa transformação foi feita em cima de um projeto que tramitava no Senado Federal que modificava aquele Programa Luz no Campo. Nunca se deu nenhum reconhecimento ao trabalho feito não só no Ministério, mas também no Senado Federal. Hoje, isso é levado para as campanhas políticas, sobretudo no meu Estado, como se fosse um grande programa do Governo Federal no meu Estado. Entretanto, já se fazia antes e há muito tempo, inclusive no tempo em que era Governador o Senador César Borges, que conseguiu, com aquele programa criado por mim no Ministério de Minas e Energia, fazer o maior programa de eletrificação rural da Bahia. Ele foi feito pelo Senador César Borges.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, farei um breve aparte, dividido em duas etapas. A primeira é com relação ao pronunciamento de V. Ex^a, que apresenta um projeto extremamente oportuno. Todas aquelas colaboradoras e aqueles colaboradores que trabalham em residências dos cidadãos brasileiros, em especial da classe média, merecem ter o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Para o empregador também é muito bom que todos façam o depósito dos 8%. Isso traz tranquilidade para o momento em que haja um eventual rompimento do contrato de trabalho: aquela pessoa estará assistida, e não se necessitará fazer um desembolso excepcional. Lamentavelmente, a classe média está cada vez mais depauperada neste País. É ela que arca com todos os impostos, que paga imposto de renda efetivo – as grandes fortunas não pagam imposto de renda. Portanto, a classe média não pode ser ainda mais onerada. Assim, pagando 8% no depósito, fica a garantia tanto para o trabalhador quanto para o empregador de que a relação de contrato será cumprida sem nenhum motivo de inquietude para um lado e para outro. Relativamente aos 40%, todos os setores da economia têm essa luta, mas, de alguma maneira, já estão incorporando nos seus custos, pois isso provém da Constituição de 1988. V. Ex^a vê uma forma intermediária muito engenhosa de suspender a multa de 40%, para que todos possam

ser contemplados de forma oficial, legalizada e que não haja informalidade. Isso é muito bom. Parabenizo V. Ex^a. Segundo, V. Ex^a fala da injustiça deste Governo. Mas o Governo age assim de modo geral com o Congresso Nacional e, de forma especial, com todos os Parlamentares de Oposição. Nenhum projeto nosso conta com a boa vontade do Governo, nem na tramitação nesta Casa. Muitas vezes, até o próprio Líder do Governo assume compromisso para com um projeto nosso que, às vezes, é mantido. Contudo, quando vai à sanção presidencial, vem um veto e, em seguida, a edição de uma medida provisória ou de um decreto. É uma falta de respeito ao Congresso Nacional. Faz muito bem V. Ex^a em chamar atenção para esse fato. V. Ex^a criou um projeto essencial para o País que foi o Luz no Campo. Hoje nem se fala. E aí se fala, como se fosse um grande projeto, no Luz para Todos. Não é. O projeto de V. Ex^a foi mais eficiente e fez um grande benefício ao País e hoje é imitado. Este é um Governo imitador, ou fraudador de iniciativas alheias. Portanto, V. Ex^a está de parabéns.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Só quero deixar aqui a última mensagem, Sr. Presidente, que diz respeito à clonagem dos nossos projetos. Que até clone, não tem problema, mas diga, dê o mérito a quem fez o projeto, diga quem fez, apresente quem fez, diga que pegou aquele projeto porque é bom. Aprovar, talvez, a medida provisória seja mais rápido do que aprovar o projeto. Mas, neste caso específico, até se aprovasse, tenho certeza de que isso passaria na Comissão de Assuntos Econômicos rapidamente. Nós poderíamos ter aprovado em uma semana ou dez dias. Então, não sei o que faz diferença. Talvez, para que não se dê nenhum tipo de crédito à Oposição.

Mas já fui também clonado na Lei do Gás, na questão dos agentes comunitários de saúde. Tem tanta clonagem que precisamos, efetivamente, chegar aqui e reagir. Não podemos assistir a essas coisas passivamente. Enfim, acho que esse é outro problema.

Neste momento, quero dizer que, em relação às empregadas domésticas, é preciso que seja feita alguma coisa. É absolutamente essencial que elas tenham o FGTS, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Vamos utilizar essa questão da multa, agora, como facultativa, quer dizer, não fica sujeito à multa. Vamos estabelecer um prazo qualquer, até que dentro de dois anos volta-se a estudar o assunto, ou dentro de um ano, quando a economia permitir, quando houver maior clareza em relação a esse aspecto.

Quero sair da questão da clonagem, Sr. Presidente, voltar à questão da necessidade de atendermos a

essa classe tão carente, tão desfavorecida quanto é a das empregadas domésticas. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria solicitar à Liderança do Governo que encaminhasse aos demais Senadores a relação dos assuntos de importância para que possamos votar hoje, nesta sessão deliberativa proposta por V. Ex^a. Podia até a Liderança do Governo se manifestar e providenciar o mais rápido possível esse material, para que tomemos conhecimento das suas prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Liderança do Governo está ouvindo o apelo que V. Ex^a acaba de fazer. Não há ainda um acordo com relação às matérias. O que há é o desejo de votarmos a partir de hoje, se houver **quorum**, ou deixarmos para amanhã, combinando, eventualmente, aquilo que será votado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É apenas o desejo de ganhar tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida, V. Ex^a tem absoluta razão.

Antes de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque, quero dizer à Casa que foi com enorme pesar que o Brasil recebeu a notícia do falecimento de Dante Martins de Oliveira, aos 54 anos de idade, em decorrência de complicações advindas de infecção.

Dante, com quem tive a honra e o privilégio de conviver, teve atuação destacada no Poder Executivo: foi Prefeito de Cuiabá por duas vezes, foi Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e, por duas oportunidades, foi eleito Governador de seu Estado.

A consagração das urnas fez justiça à atuação do homem probo e democrata que Dante simbolizava.

O vínculo de Dante de Oliveira com a democracia do Brasil estará gravado para sempre nas melhores páginas de nossa história.

A campanha em favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira alcançou os rincões mais distantes de nosso território e ganhou, sem dúvida nenhuma, caráter fortemente suprapartidário.

Com o benefício da visão retrospectiva, olhamos vinte e dois anos para trás e percebemos que a derrota

da Emenda Dante de Oliveira fica pequena diante da importância simbólica do gesto do ilustre Deputado mato-grossense.

Dante deixou-nos a lição de que “a luta política não se faz num ringue, mas na verdadeira arena que é o plenário das Casas do Congresso, onde se lida com idéias e ideais e com energia cívica”.

A partida de Dante é prematura e choca a todos. Porém, o saudoso Deputado, Prefeito e Governador Dante de Oliveira demonstrou, pelo exemplo de coragem e de espírito cívico, que é possível ser, a um só tempo, testemunha e protagonista da história.

Dante era um democrata na acepção da palavra e deixa muitas saudades. Perdemos o convívio com o apaixonado e idealista militante político, mas guardamos conosco a certeza de que sua trajetória ainda há de gerar muitos frutos na democracia de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Os itens da pauta ficam transferidos para a Ordem do Dia de amanhã, dia 11.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 763, de 2006 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 42, de 2006 (nº 787/2003, na Casa de origem), que *institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 845, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aelton Freitas.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2006 (nº 733/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 478, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2006 (nº 1.375/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento*

de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 374, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Heráclito Fortes.

7**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 132, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2006 (nº 1.380/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 375, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

8**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 197, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2006 (nº 119/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com reserva, o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 521, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 198, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2006 (nº 1.424/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 642, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 199, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2006 (nº 1.548/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate ao HIV/SIDA, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 522, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 200, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2006 (nº 1.558/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Pequim, em 24 de maio de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 523, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 201, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2006 (nº 1.572/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 524, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 202, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2006 (nº

1.731/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco, em 14 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 203, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2006 (nº 1.758/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 205, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2006 (nº 1.799/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965.*

Parecer favorável, sob nº 558, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 206, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2006 (nº 1.839/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, em 12 de maio de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 527, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jefferson Péres.

17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 207, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2006 (nº 1.897/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 559, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2006 (nº 1.913/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 560, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 209, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2006 (nº 1.942/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 561, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduard Suplicy.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 210, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2006 (nº 1.976/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 562, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 212, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2006 (nº 1.068/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 14 de janeiro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 643, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, por cessão do Senador Tião Viana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, antes mesmo de entrar no assunto que me traz à tribuna, quero complementar a fala de V. Ex^a, Sr. Presidente, sobre Dante de Oliveira.

Eu conheci e convivi com ele, como V. Ex^a também, e não podemos deixar de respeitá-lo como um dos políticos que mais fortemente deixou uma marca na História do Brasil, no século XX, por um gesto fundamental que foi o de acreditar no impossível. Dante acreditou no impossível: a eleição direta. Naquele momento, era absolutamente impossível acreditar que a eleição direta para Presidente seria um fato no Brasil. Ele acreditou e teve a coragem não só do ridículo de apresentar uma idéia que parecia absurda como também de enfrentar as forças que, naquele momento, se opunham ao que ele defendia.

Por isso eu me somo, Sr. Presidente, à referência que V. Ex^a fez e à saudade que ele deixa, tanto do ponto de vista pessoal como do ponto de vista político. Mas ficou na História e deixou a sua marca.

Mas, Sr. Presidente, eu vim falar de um outro assunto. Eu vim falar da guerra civil, mas não da guerra civil, Senador Antonio Carlos Magalhães, que está lá no Iraque, na Colômbia, e que já esteve no Vietnam. Eu vim falar da guerra civil que temos ao nosso redor e da qual não estamos nos dando conta.

Continuamos falando em violência, quando o Brasil já ultrapassou a barreira da violência e caiu na guerra civil. Violência é contra batedores de carteira; violência é quando o batedor de carteira assalta por descuido as pessoas; violência é até mesmo quando alguns cometem latrocínio. O que nós temos hoje não é mais violência; o que temos hoje é uma guerra civil, onde bandidos tomam conta de ruas, como se tivessem suas trincheiras, mesmo que invisíveis, e nem precisam construí-las. Guerra civil é quando soldados são mortos, como nossos policiais, não por estarem enfrentando, mas simplesmente por estarem nas ruas. Isso é uma guerra civil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e a guerra civil não será enfrentada enquanto ela não for tratada como tal.

Por isso, pedi para falar em nome da Liderança do PDT – e não foi preciso, graças à cessão do Senador Tião Viana, a quem agradeço – para manifestar a nossa preocupação, de todo o PDT, diante do quadro que aí está, e dizer o que gostaríamos de propor ao Brasil para enfrentarmos essa situação.

Primeiro, Senadores, é dizer que vivemos uma guerra civil, assumir essa realidade, não ficarmos apenas nas palavras vazias de que temos um quadro de violência. Violência nós temos há muitas décadas ou séculos, mas, nos últimos dez anos, atingimos o quadro da guerra civil. E, se é uma guerra civil, é preciso que o Governo Federal, a República, a União, o Presidente da República, assumam sua responsabilidade e não fiquem jogando essa responsabilidade em cima de Governadores e Prefeitos. Prefeito tem que combater, sim, o pequeno crime que acontece na sua cidade; Governadores têm que enfrentar crimes que acontecem nos seus Estados. Mas, quando um país entra num clima de guerra civil entre bandidos e a sociedade civil decente, então é preciso que o Presidente traga isso para o seu colo, não fuja da sua responsabilidade, como temos visto acontecer hoje no Brasil.

Segundo: depois de declarar que há uma guerra civil, assumir essa realidade e trazer para a Presidência da República a responsabilidade de enfrentar e, para isso, é preciso criar os instrumentos adequados. O primeiro instrumento é ter na Presidência da República

uma agência específica para segurança interna, que pode ser chamada de ministério da segurança interna. Se não tivéssemos tantos ministérios, poderíamos criar mais um. Chamemos como quisermos, mas não dá para deixar que a guerra civil seja enfrentada a partir de uma simples subsecretaria dentro do Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça não é preparado, não é competente para enfrentar a guerra civil. É preciso criar uma agência federal de segurança interna ou mesmo um ministério de segurança interna.

O segundo instrumento: é preciso que comecemos a colocar sob a responsabilidade dessa gente um sistema de informação e inteligência capaz de se antecipar ao que o crime está prevendo que vai fazer. Quando vejo os noticiários falando quantos dos nossos policiais são assassinados, eu não apenas fico triste, pelas suas famílias, pela polícia que perde um quadro, mas eu também fico, Senador, com vergonha de ver como é possível não se prever, através de sistemas de inteligência, que isso vai acontecer; como é possível que não tenhamos, dentro dos meios onde as ações são tramadas, um serviço que permita dar a inteligência que nos permitiria antecipar para evitar que esses crimes acontecessem.

Além disso, essa agência federal precisa começar a ter liberdade de fazer operações especiais nos Estados brasileiros. Não estou propondo que o Presidente da República assuma uma espécie de ditadura sobre os Governadores. Não! Não seria, Senador, algo decidido solitariamente por ele. Existe o Conselho da República. Em alguns momentos o Presidente pode convocar o Conselho da República e tomar decisões de enfrentar o crime em territórios de Estados brasileiros, porque não se limita apenas ao Estado a criminalidade no nível atual. Eu não entendo como é possível um Presidente da República, diante de tantas ações afoitas do PCC, ainda não ter convocado o Conselho da República para analisar, à luz de toda a República, a situação da guerra civil que nós vivemos.

Acho até que ele poderia fazer uma reunião do Conselho da República, ampliando para receber também os 27 Governadores. Coloque juntos esses senhores que nos representam no Conselho da República e que não é convocado nunca! É um Conselho que está previsto pela Constituição para servir ao Brasil com a sabedoria que eles têm. E o Presidente da República não convoca esse Conselho?

Eu proponho que se convoque o Conselho da República para debater o clima de guerra civil que o Brasil enfrenta. E que incorpore nessa reunião a presença dos Governadores. Mas não basta isso, Sr. Presidente. É preciso criar, no Brasil, um sistema de capacitação que leve os nossos policiais, hoje tão de-

siguais de um Estado para outro, a ter uma política salarial e de carreira unificada.

Nós não podemos deixar que haja Estados no Brasil onde o policial militar ganhe um salário mínimo. E sua vida é arriscada não apenas no enfrentamento da bandidagem na rua, mas até mesmo saindo de casa, pelos afoitos, pelos afoitos bandidos do PCC e outras organizações.

Agora, é preciso também fazer com que essa desigualdade brutal entre os salários das altas cúpulas da polícia e os salários dos que estão na base diminua. Não é possível que a gente continue com os comandantes tendo salários decentes, dignos – não vou dizer que elevados – e os nossos policiais, lá na base, enfrentando bala, com os salários medíocres e ridículos que eles têm.

É preciso que a gente saiba que neste País uma política criminal não misture os diferentes tipos de crime na mesma cadeia. Nossas prisões se transformaram em academias do crime ao pegarem um menino que fez o pequeno crime de bater carteira, que é uma violência, e misturá-lo com criminosos do PCC e de outras centrais do crime. Ao misturar presos de diferentes tipos de crime, nós estamos transformando pequenos criminosos em criminosos grandes. Nós estamos transformando violência em guerra civil.

É preciso também, Sr. Presidente, que a gente permita que o Presidente da República possa, quando necessário, ouvindo o Conselho da República, interferir – Sim! E eu falo isso com a responsabilidade, Senador, de representante de um Estado –, interferir na defesa da República em qualquer Estado. É preciso também proibir neste País que verbas para a segurança sejam contingenciadas. Enquanto nossos soldados policiais estão morrendo, enquanto nossa população está sendo vítima de uma guerra civil, os recursos federais para a segurança estão sendo contingenciados.

O Orçamento Impositivo serviria para reduzir ou até para eliminar isso. Mas enquanto não vem o Orçamento Impositivo, que a gente ponha com clareza que aquilo que interessa à população não pode ter a verba contingenciada. Infelizmente hoje elas são contingenciadas. E contingenciar um real de recurso da segurança pública no Brasil é colaborar com o crime, é colaborar por omissão com a criminalidade.

Por isso, o Senado precisa definir com clareza uma política em que verbas para enfrentar a guerra civil não possam ser contingenciadas. É preciso estimular penas alternativas, como a prestação de serviços comunitários e trabalhos estaduais, mas para os pequenos criminosos, até para que eles não entrem nas cadeias e se transformem em grandes criminosos. É preciso regionalizar as nossas prisões, mas sempre

com prisões pequenas. As grandes prisões se transformam naturalmente em academias do crime, além de servirem para uma degradação humana, que é também outra forma de criminalidade do Estado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos de uma capacitação para os nossos policiais diferenciada da que está aí. Para isso, é preciso unificar a capacitação. Não é possível deixar que a capacitação dos policiais, num momento de guerra civil, possa ser feita independentemente, de Estado para Estado, conforme a Unidade da Federação quiser. É preciso ter uma regra, é preciso ter parâmetros que façam com que as polícias no Brasil se transformem quase numa polícia para o Brasil. Não precisamos chegar ao Chile, que tem quatro Forças Armadas: o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a sua Brigada de Polícia como uma instituição nacional.

Acho que temos que manter o respeito com as polícias estaduais, mas coordenadas. Como combater uma guerra civil, se não há uma coordenação plena entre as polícias? Por meio de uma agência federal, por meio de alguém na ante-sala do Presidente da República como comandante do enfrentamento da guerra civil no Brasil. Será que vamos esperar chegar o aumento da criminalidade até reconhecermos que já passamos da violência, Presidente Renan, e que já chegamos a uma guerra civil? E que os Estados não têm condições de ter 27 comandantes espalhados para a guerra civil? Eles, os Governadores, são os comandantes-em-chefe do combate à criminalidade tradicional, normal – não da que hoje tomou contas das ruas das cidades brasileiras.

Passo a palavra ao Senador Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Cristovam, eu quero apenas dar uns dados que eu tenho aqui do Orçamento e que confirmam exatamente o seu pronunciamento. Em 2005, o Governo, no item Custódia e Reintegração Social, conseguiu pagar apenas 37% do que estava previsto. No item Policiamento, 43,8%. Isso no ano passado. Agora, para este ano, é pior ainda. No item Policiamento, o Governo conseguiu liberar 0,01%; no item Custódia e Reintegração Social, 1,52%. Isso no meio do ano, seis meses. Quer dizer, daí a necessidade não só do Orçamento Impositivo como também de termos atenção verdadeira nessa área de segurança. São dois itens. Eu poderia citar aqui o terceiro, que é o item referente à Assistência à Criança e ao Adolescente. Da mesma maneira, teve apenas 11,57% liberados e pagos, ano passado, e este ano teve uma pequena melhora, com 14,52%; mas ainda assim muito longe dos 50%, que seria o natural no meio do ano. Então, veja que os itens Policiamento, Custódia e Reintegração Social e o item Assistência à Criança e ao Adolescente sofreram desembolso muito

aquém do que deveria ser. Daí a importância do pronunciamento de V. Ex^a e também de aprovarmos, de uma vez por todas, o Orçamento Impositivo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Eduardo Azeredo, quando vemos esses dados, até nos perguntamos se o Orçamento não é controlado pelo crime organizado. Eu acho que, se o crime organizado controlasse o Orçamento, era capaz de liberar um pouco mais, para disfarçar; não ficava somente nesse 0,1%.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dentro do prazo, deixando clara a nossa posição. O Brasil não tem somente um quadro de violência, mas de guerra civil. O assunto não pode ser tratado apenas de uma maneira espontânea, livre e isolada por cada um dos Governadores e suas polícias, mas deve ser trazido para o nível federal, o centro do Poder da União. Isso é possível. Os recursos existem e falta apenas trazer para o colo do Chefe do Estado Brasileiro, da Nação, a responsabilidade, o compromisso e a obrigação de enfrentar a guerra civil!

Para não dizerem que uma vez que seja eu falei de outro assunto sem tocar em educação, quero dizer que o que disse é para controlar a violência, mas não é suficiente para construir a paz.

Não basta controlar a violência; é preciso colocar os bandidos na cadeia, hoje, controlando a violência, mas tomar as medidas para construir uma sociedade de paz no futuro, a qual somente virá se, ao lado das cadeias, construirmos as escolas para as crianças de hoje, a fim de garantirmos oportunidades iguais às crianças para que muitas delas não terminem se desviando para a criminalidade, e também para aquelas que ainda não estão no crime e já não são crianças. Isso faz parte da nossa proposta.

Há mais de dez anos, tento passar a idéia de um imenso programa civil-militar, administrado, se possível, pelas Forças Armadas, pelo seu patriotismo e pela competência de fazer as coisas bem feitas, em que possamos incorporar, não ao serviço militar tradicional – entendo que devemos aumentar o seu contingente, sim, porque é uma vergonha um país do tamanho do Brasil ter 70 mil recrutas –, mas, paralelo a isso, sem funções militares, dois milhões de jovens entre 16 e 20 anos para aprenderem um ofício, fazerem ginástica, terem noções de civismo e conseguirem amigos. Isso barraria o caminho à criminalidade de muitos dos jovens de hoje. Com dois bilhões e quatrocentos milhões de reais, podemos não apenas aumentar os recursos para as Forças Armadas, mas também dar uma pequena renda a esses jovens. Se tirarmos dois milhões de jovens do risco que estão, da marginalidade entre a vida normal e o crime, se tomarmos as

medidas necessárias para enfrentar a guerra civil, nós começaremos a dar os passos para a estabilidade de que o Brasil precisa.

O Brasil precisa de duas coisas, fundamentalmente, Sr. Presidente: educação e estabilidade. Estabilidade da moeda, da justiça, das regras políticas e nas ruas do Brasil.

Por isso, não quis deixar passar a oportunidade de fazer, nesta tarde, um pronunciamento pessoal e também em nome do meu partido. O Brasil vive uma guerra civil, mas não é cada Estado, isoladamente, enfrentar essa guerra civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador César Borges e de, mais uma vez, comunicar à Casa que só vamos ter Ordem do Dia amanhã. Ainda não definimos quais as matérias que vamos priorizar para votação. Portanto, amanhã, pela manhã, vamos conversar e tentar estabelecer essa ordem de prioridades, para que possamos votar amanhã, quarta se for necessário, quinta, até quando esgotarmos o acordo que porventura fizermos.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero aproveitar, inicialmente, o discurso feito pelo Senador Cristovam Buarque, com relação à questão de segurança, porque o que está acontecendo no País, em especial no Estado de São Paulo, é algo totalmente inacreditável. Quer dizer, os agentes penitenciários, os agentes policiais, estão ameaçados pelo crime organizado, em sua vida, em sua incolumidade, que é o direito de cada um, porque é um agente do Estado.

Senador Cristovam, a providência de que se fala é armar os agentes penitenciários. Imagine V. Ex^a! Quando foi aprovado aqui o Estatuto do Desarmamento, não se concedeu o armamento ao agente penitenciário, porque entendiam que este é o que mais tem direito de se defender por meio do aparato do Estado, não ele pessoalmente, porque, se o agente penitenciário, ao portar uma arma, é quem vai defender a sua vida, quando o crime organizado chega de surpresa, com quatro, cinco, seis elementos, e dispara 16, 17 tiros, matando o agente policial, não será ele portando um 38 que lhe dará mais ou menos proteção.

Trata-se, lamentavelmente, da falência do Estado brasileiro, com o crime organizado tomando as nossas ruas, intimidando as nossas famílias, sem que o Governo Federal invista no policiamento ou faça parcerias com os Governos estaduais. O Plano Nacio-

nal Único de Segurança previa uma parceria efetiva para melhorar os índices de criminalidade e apoiar a ampliação do sistema prisional, mas nada disso está existindo no País.

Os agentes penitenciários declararam que não resolvem essas medidas paliativas e que eles não vão aceitá-las. A vida dos agentes penitenciários está em risco, assim como as suas famílias. Assistimos pela televisão um agente tendo de se deslocar com a sua esposa. Imagine como é sair ameaçado pelo crime. Será que dar uma arma a esse agente penitenciário dará segurança a ele? Não. Efetivamente, sabemos que não. O Estado brasileiro, liderado pela União, deveria investir maciçamente na segurança e tomar esse assunto como prioritário, porque a população é ameaçada a cada dia.

O que estamos assistindo não é a uma guerra civil, graças a Deus, mas à falência da autoridade do Estado brasileiro. O crime organizado está demonstrando mais competência, mais capacidade e vale-se das instituições que foram criadas pelo Estado para penalizá-lo, ou seja, das prisões. Estas passaram a ser centrais organizadas do crime, protegidas pelo aparato policial, de onde os prisioneiros controlam o crime, com a ajuda de advogados desonestos que, felizmente, começam a ir para a cadeia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz hoje aqui é a propaganda enganosa que o Governo Federal vem fazendo em vários aspectos, mas principalmente quanto à captura do Estado para uso político a favor da candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A propaganda enganosa tem sido a marca do Presidente e também do Partido dos Trabalhadores na campanha eleitoral que se inicia e que está levando até o Ministro da Fazenda – que deveria estar à margem das disputas políticas, partidárias e eleitorais – a fazer crítica ao candidato do PSDB e do PFL, o ex-Governador de São Paulo Geraldo Alckmin. Quer dizer, S. Ex^a saiu de seus cuidados de Ministro da Fazenda para entrar na campanha eleitoral e – o que é pior – saiu de forma também enganosa, inverídica, mentirosa, apontando os números que ele, como Ministro da Fazenda, não poderia fazer de forma alguma. Se há alguém que tem a obrigação de saber os números de investimento do Governo Federal, é o Ministro da Fazenda.

Na semana passada, S. Ex^a entrou na campanha da reeleição do Presidente Lula e usou de uma artimanha contábil para, artificialmente, inflar o valor dos investimentos públicos, para favorecer a campanha do PT, para mistificar, para enganar, mais uma vez, em uma tentativa que espero seja infrutífera.

Quanto aos investimentos feitos pelo Governo Federal, ao longo de três anos de Governo – já são quase quatro, são três anos e meio –, o Ministro da Fazenda afirma que foram investidos 35 bilhões, desde 2003. Pois bem. Só foram, na verdade, pagos, liquidados, 26 bilhões, até o fim do mês passado, o mês de junho.

A origem dessa discrepância, Sr. Presidente, está na decisão do Tesouro Nacional. Todos nós sabemos – pois fomos do Executivo, fomos Governadores, e o Tesouro utiliza-se da mesma classificação – que valor liquidado não significa valor empenhado. O Tesouro Nacional comete um equívoco no momento em que diz que está liquidado aquilo que foi empenhado. Sabemos que valor empenhado é uma coisa e liquidado é outra. O Tesouro Nacional, o Ministro da Fazenda não pode fazer essa interpretação de que o que se empenha foi gasto. Um empenho pode ser feito e cancelado depois, sem que a despesa tenha sido liquidada. Então, no fim do ano, os valores são diferentes.

Exemplo disso foi o Projeto de Transposição do Rio São Francisco, que o nobre Presidente tanto defendia e com o qual eu não concordo – sempre serei contra. Veja bem o quanto levou esse projeto referente ao rio São Francisco, Senador Garibaldi Alves, uma obra que está embargada pela Justiça, está **sub judice**. De acordo com o Governo, já teriam sido investidos R\$409 milhões. V. Ex^a, que é defensor do projeto, deve saber que esses R\$409 milhões não foram utilizados no projeto. Não há obra nenhuma que justifique esse gasto. O fato é que foram gastos apenas R\$116 milhões e unicamente para os custos iniciais dos projetos de planejamento, de engenharia, mas o Ministro arrolou o valor de R\$409 milhões como investimentos do Governo no projeto de transposição do São Francisco.

Em 2005, registra o Governo, foram empenhados e liquidados investimentos de R\$17 bilhões, mas o valor pago foi de apenas R\$5,9 bilhões. Em 2006, foram pagos mais R\$4,6 bilhões; totalizando, portanto, R\$10 bilhões, e nunca os R\$17 bilhões que foram ditos como liquidados pelo Ministro da Fazenda. Esse é um valor bem menor, e o Ministro não poderia incorrer nesse erro.

No entanto, o Ministro da Fazenda preferiu omitir alguns dados importantes, que passarei a listar, Sr. Presidente, sobre os investimentos. Por exemplo: na média, o Governo do Presidente Lula fez investimentos correspondentes a 0,7% do PIB brasileiro, índice menor do que o dos investimentos feitos no segundo período do Governo de Fernando Henrique, que já foram muito aquém das necessidades brasileiras – apenas 0,9%.

No entanto, o Governo Lula conseguiu diminuir ainda mais. Então, o Governo atual não está aten-

dendo às necessidades do Brasil de melhorar toda a sua infra-estrutura.

Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho, porque sei que S. Ex^a tem elementos importantes para acrescentar ao nosso pronunciamento.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – O elemento principal, Senador César Borges, que eu gostaria de acrescentar, depois de ter feito, nesses últimos meses, tantas viagens pelo interior da Bahia, sobretudo na região do rio São Francisco – que corta o nosso Estado quase pelo meio, pois abrange uma área muito grande –, diz respeito ao absurdo que é a transposição, de que V. Ex^a tratou. Muitas comunidades ainda dependem de sistemas de abastecimento de água, se possível saindo do rio São Francisco ou do rio Grande, como em alguns casos tem sido feito pelo Governo do Estado. Se houvesse algum tipo de alocação de recursos para isso, a situação seria diferente, em se tratando de saneamento e de água. Tratando-se de geração de emprego e de produção de alimentos, há projetos, como o do Baixio do Irecê e o do Vale do Iuiú, e tantas outras iniciativas que poderiam ser feitas, mas estão parados. A verdade, em relação ao rio São Francisco, é que não sabemos para onde foram esses R\$500 milhões. Se esses recursos fossem efetivamente destinados a gerar renda e emprego, seguramente teríamos outra situação em nosso Estado hoje, evitando-se esse projeto insano que é a transposição.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, acrescento a essa sua observação o fato de que os nossos projetos de irrigação estão todos paralisados. Faltam recursos para o Projeto Salitre, em Juazeiro; para o Projeto Baixio de Irecê, em Xique-Xique; para o Projeto do Vale do Iuiú, tão decantado, sonhado por toda aquela população do entorno de Guanambi. Todos esses projetos estão paralisados. O Governo Federal não consegue avançar um milímetro e fica a falar de transposição para tentar enganar os bons nordestinos, como o Presidente que ora preside a sessão, Senador Garibaldi Alves Filho, iludido muitas vezes pelas promessas do Governo de transpor as águas do São Francisco. Não vai fazer isso nunca, Senador Garibaldi Alves Filho!

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Só queria enfatizar essa questão do Vale do Iuiú. Quando se chega àquela região e se verifica seu potencial, percebe-se que com tão pouco podia ser tanto lá. Isso nos causa uma irritação muito grande em relação a este Governo, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é. Dizíamos que ele estava enganando os bons nordestinos da parte setentrional, que acreditavam que pode-

riam receber água do São Francisco. Aquilo era balela pura, Senador José Agripino. Queriam apenas desviar recursos, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a tem absoluta razão mais uma vez. E quero lamentar, porque eu pensava que era só a mim que o Presidente Lula ia perseguir na Bahia – Jacques Vagner já declarou que vem aqui buscar dinheiro, de 15 em 15 dias, mas não; querem pegar o Senador Garibaldi. Ele declarou que ia lá fazer campanha para a D. Vilma Farias, contra o Senador Garibaldi, uma das figuras mais expressivas do PMDB.

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Estão sabotando. Não querem que eu fale.

O PMDB tem em Garibaldi uma das suas maiores figuras. Agora, no momento que o PMDB faz um acordo com eles, que recebe os Correios e outros cargos que virão, vai o Senhor Lula perseguir o Garibaldi, um dos homens mais sérios da República? Tenha paciência! Minha solidariedade a V. Ex^a, Senador Garibaldi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peço a

compreensão do Presidente, porque, como já passamos da Ordem do Dia, na verdade, eu disporia de vinte minutos para o meu pronunciamento.

Com relação ao aparte do Senador Antonio Carlos, afirmo que a razão por que dizem que o Presidente Lula vai dar apóio à Governadora Vilma, em oposição ao Senador Garibaldi Alves, está no fato de ele ter sido relator da CPI dos Bingos e de ter cumprido seu papel de forma correta.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– E só não a cumpriu por completo porque não incluiu o Lula.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Imagine

V. Ex^a que ele não fez 100%, fez 80%, e já vai ter essa figura do Presidente Lula perseguindo-o lá no Estado do Rio Grande do Norte; é o que está na imprensa hoje.

Parabenizo o Senador Garibaldi Alves pelo trabalho brilhante que fez no seu relatório.

Quero enriquecer meu discurso concedendo um aparte ao Senador José Agripino e ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador César

Borges, quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento e por estar sendo a sessão presidida pelo meu conterrâneo e meu candidato a Governador, o Senador Garibaldi Alves, que, como o Senador Antonio Carlos Magalhães falou, foi o Relator da CPI dos Bingos, que, como V. Ex^a sabe, votou conscientemente o tempo todo. O voto de S. Ex^a foi decisivo para que as investigações fossem aprofundadas no limite

do desejável. O que não foi possível não deixou de ser possível, porque S. Ex^a tem ajudado quem não queria investigar. Pelo contrário, S. Ex^a esteve o tempo todo ao lado de quem queria investigar, mesmo fazendo parte do PMDB, um Partido que faz parte da base aliada. Talvez por isso S. Ex^a esteja agora – não estou certo de que isso vá acontecer – ameaçado de ter a presença de Lula, no Rio Grande do Norte, fazendo campanha contra ele. Que vá! Eu quero que Sua Excelência vá! E quero que Sua Excelência responda a uma pergunta que vai ser feita de largada: cadê a refinaria que Sua Excelência levou, Lula, para outro Estado do Nordeste? O sonho do Rio Grande do Norte era a refinaria. É o Rio Grande que produz 110 mil barris de petróleo por dia no Nordeste. Não é o Ceará, não é o Piauí, não é a Paraíba, não é o Pernambuco, não é ninguém mais que o Rio Grande do Norte. Éramos nós que tínhamos direito à refinaria, como na Bahia há uma refinaria pelo fato de no Recôncavo se extrair – extraiu-se muito mais no passado, mas ainda se extrai – petróleo. O sonho do Rio Grande do Norte Lula levou! Sua Excelência vai ter de responder a essa pergunta, como vai ter de responder também por que a Transnordestina não contempla o Rio Grande do Norte no seu traçado. Por que a Transnordestina não contempla o Rio Grande do Norte no seu traçado? E, por último, cadê a transposição do São Francisco, Lula? Depois de responder a essas perguntas, Sua Excelência pode pedir o voto do povo do Rio Grande do Norte. Agora, primeiro vai ter de responder a essas perguntas, perguntas atuais e que correspondem a compromissos de Sua Excelência. Antes disso, cuidado com a vaia porque o Rio Grande do Norte está lá a espera do cumprimento da palavra de um homem que se elegeu Presidente da República e que ganhou no Rio Grande do Norte. Esta é a contribuição que quero dar ao pronunciamento de V. Ex^a, com explicações, com esclarecimentos, cumprimentando-o pela oportunidade de suas palavras.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço,

Senador José Agripino. Essa realidade do Rio Grande do Norte V. Ex^a pode repeti-la para todos os outros Estados nordestinos.

O Presidente da República é um filho ingrato do Nordeste. Foi aculturado em São Paulo e por lá tem seus interesses. Ele não cumpriu com o Nordeste o mínimo que se poderia exigir de qualquer Presidente, mais ainda dele, filho do Estado de Pernambuco. Todos os projetos dele para o Nordeste são virtuais, não saíram do papel. Ele anuncia projetos que não se transformam em realidade. À guisa de não ter projeto, ele diz que fez o Bolsa Família, que é, como disse o Senador Rodolpho Tourinho, mais uma vez, um projeto que ele “clonou”, que foi feito tendo por base o Fundo

de Combate à Pobreza, criado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que permitiu ao Governo Fernando Henrique criar o Bolsa Escola, a que ele dá um nome diferente. É um programa que vem daí e ele não dá os créditos necessários a quem de direito.

Então, o Nordeste brasileiro estaria satisfeito com o Bolsa Família? E as nossas obras de infra-estrutura que vão permitir o desenvolvimento da região, o crescimento da economia, a geração de emprego e renda? Ele deve a todos nós, nordestinos de todos os Estados.

Hoje, ouvimos aqui o Senador Rodolpho Tourinho, ouvimos o Senador José Jorge, todos comentando exatamente essa atitude deplorável do Presidente da República.

Senador Heráclito Fortes, concedo um aparte a V. Ex^a com muita satisfação.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador César Borges, esta Casa é composta por homens experientes, como o Senador Agripino, que já governou seu Estado duas vezes, homens experientes e vividos. Mas, infelizmente, Senador Eduardo Azeredo, o Brasil inteiro caiu no “conto do vigário” que se chama transposição do São Francisco. Senador Antonio Carlos, prometeu-se dali, prometeu-se dacolá, fez-se o lançamento de pedras fundamentais virtuais, e não tivemos o cuidado, Senador Garibaldi Alves, que preside esta sessão, de observar um fato: no próprio Projeto Semi-Árido brasileiro, em Petrolina, a pequena continuação de um projeto de irrigação chamado Pontal não foi sequer concluída. Este é o único Governo, de trinta anos para cá, Senador Rodolpho Tourinho, que não investiu um tostão nessa irrigação, e ficava ainda com a bazófia de arrotar obras como a transposição do São Francisco só para comprometer recursos orçamentários e depois poder remanejá-los. Um crime, Senador César Borges, que merece providências. Aliás, de fatos dessa natureza está vivendo até agora. Foi ao Ceará, para Missão Velha, anunciar a pedra fundamental da inauguração do primeiro trecho da ferrovia Transnordestina. Pois bem, Senador José Agripino, V. Ex^a, que está com ciúme do Piauí por causa da Transnordestina, veja o que aconteceu: pegaram vagões do metrô de Fortaleza e os colocaram a serviço de uma empresa privada. Esses vagões percorram seiscentos quilômetros para andar apenas seis com o Presidente da República e seus convidados em uma festa. Espero que já tenham devolvido os vagões para Fortaleza. São vagões com ar condicionado, quando sabemos que o trem é de carga. Mas o factóide é esse. Então, pega o incauto, pega o desavisado e engana. As reclusas de Tucuruí, Sr. Presidente, precisam ser concluídas para o desenvolvimento daquela região e por aí afora.

Senador José Agripino, tenho impressão de que, se o Lula não puder ir aonde prometeu e não realizou, ele terá que fazer campanha com o auxílio desse astronauta brasileiro Pontes, na Lua, porque na Terra e no Brasil não vai dar. Em todo lugar a que se vai há uma promessa feita e não realizada. Aliás, nenhuma realizada, tudo factóide. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Talvez, Senador Heráclito Fortes, ele não tenha mesmo nenhuma condição de ir ao Nordeste brasileiro e possa ir mais vezes ao seu Estado adotado, o querido Estado de São Paulo, porque algo que ele fez neste Governo foi pagar juros. Nos últimos três anos e meio – e quero citar esse número para que fique gravado para a população brasileira, para todos que nos assistem –, pagamos 560 bilhões de juros, que equivalem a dezesseis vezes mais do que os 34 bilhões já inflados, que foram, na verdade, 26 bilhões, anunciados pelo Ministro da Fazenda como investimento federal no mesmo período.

Imagine, comparar 560 bilhões com 26 bilhões de investimentos. Lá ele poderá ir, para visitar aqueles que receberam 560 bilhões.

O montante de juros representa oitenta vezes o impacto que o Governo diz que está previsto no Orçamento para o reajuste em 16,7% nas aposentadorias, que seriam 7 bilhões, que foi aprovado pelo Congresso e vetado pelo Presidente Lula.

Então, é assim que procede este Governo. Essas são as suas prioridades. Mas ele vai continuar insistindo em enganar a população, em mentir para a população, e nós temos a obrigação, principalmente neste período eleitoral, de esclarecer a população sobre essas inverdades.

Ele agora está limitado pela Justiça Eleitoral. Ele não pode gastar, como queria continuar gastando, dinheiro público para se promover. O Tribunal Superior Eleitoral o proibiu. Agora vai ser mão a mão, e aí vamos fixar no eleitor brasileiro, no momento em que ele volta a sua atenção para as eleições, as verdades e as inverdades, as mentiras deste Governo e as promessas não cumpridas e vamos cobrar dele nas urnas, Sr. Presidente, para, democraticamente, tirar este Governo, que não tem correspondido à confiança que o povo brasileiro lhe depositou nas últimas eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da

Fonseca. Em seguida, ocupará a tribuna o Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta tarde eu não me surpreendi e analisei muito o discurso do Senador Cristovam Buarque. S. Ex^a afirmou desta tribuna, alto e bom som, que já estamos numa guerra civil no País.

Eu não discordo do Senador Cristovam Buarque. A violência está grassando neste País, de norte a sul. Dizer que se trata apenas de uma falta de exercício de autoridade não é retratar a realidade que estamos vivendo hoje. Realmente a impunidade grassa por todos os lados, e isso é fator inclusive de recrudescimento cada vez maior dessa guerra civil que está nas ruas.

A falência da autoridade facilita a guerra civil. Pergunto: quando o MLST invade o Congresso Nacional, num verdadeiro vandalismo, destruindo o patrimônio e quebrando inclusive a estabilidade deste Poder, deste Congresso, isso não é guerra civil? Isso não é violência no nível do insuportável em uma democracia?

Pergunto: quando o MST invade as propriedades particulares, com a complacência do Governo do PT, colocando fogo no patrimônio, destruindo o patrimônio dos produtores rurais, isso não é o começo de uma guerra civil? Quando esse próprio MST faz grandes reuniões, Sr^{as} e Srs. Senadores, com lideranças internacionais para a conquista do poder por intermédio da força, isso já não é uma guerra civil? E quando, nos nossos presídios – até de segurança máxima –, os nossos agentes penitenciários, a cada dia, caem mortos, a cada dia, são assassinados friamente, numa infra-estrutura presidiária que é uma vergonha para o País, que é uma mácula para o País? Os agentes penitenciários, verdadeiros heróis naqueles presídios, ainda tentam manter a disciplina, tentam manter esses homens presos.

Na verdade, quando o PCC fala, é ouvido em nível nacional; quando um agente penitenciário fala, ninguém o ouve! E é justamente ele, o agente penitenciário, que sai de casa, Senador Garibaldi, e não sabe se vai voltar para a sua família no dia seguinte, correndo risco de morte todos os dias, todos os dias.

Enquanto isso, as nossas penitenciárias estão desestruturadas e superlotadas, colocando esses homens nessa tarefa perigosíssima todos os dias, levando aflição à sua família e à família brasileira. Isso não é guerra civil? Isso não é violência demais?

Que país democrático está preparado para suportar a violência existente à noite nas grandes regiões metropolitanas deste País? Nossos filhos e nossas famílias não saem em paz para a rua. Nem se fala em

visitação a ninguém, não se fala em participação em eventos noturnos em que a família pudesse sair e ter o seu lazer.

Infelizmente, as ruas estão silenciosas, pouca gente transita, em carros que passam rápido, buscando os *shoppings* para fazer compra, sem parar no comércio formal das cidades. Isso não é um estado de tensão? Isso não é uma guerra civil?

Eu estava hoje fazendo esta inscrição, Sr. Presidente, justamente para falar sobre a vinda a Brasília, na quarta-feira, das delegações dos agentes penitenciários de quase todo o Brasil. O Congresso deve receber bem esses homens e mulheres, que vão estar, certamente, junto ao Ministério da Justiça – os agentes penitenciários –, num grande movimento de reivindicação.

Tenho relacionamento com o Presidente do Sindicato, pois procuro saber o que se passa com os agentes penitenciários do meu Estado. A grande preocupação se refere às rebeliões, que traumatizam o País. A força-tarefa nacional chega não para resolver a situação, mas para dar uma conotação política de que o Ministério da Justiça está atento às rebeliões, tentando sufocá-las com essa força-tarefa tão disciplinada. Não é verdade. Não é verdade.

Nada fazem, desaparecem dos presídios, e quem fica lá são os agentes penitenciários dos presídios estaduais, que precisam ter amparo para uma estrutura de trabalho disciplinada, que leve segurança à família brasileira. No entanto, a força-tarefa volta, e o Ministério da Justiça nem sequer lembra mais que existem aquelas dificuldades, naqueles Estados, em tantas penitenciárias.

Por que não fazer um trabalho integrado – Governo Federal e governos estaduais – para tentar amenizar essa mazela dos nossos presídios? Por que não haver esse trabalho integrado? Até quando cada um trabalhará para um lado, enquanto aqueles milhões a que se referiu o eminente Senador César Borges desaparecem no ralo da administração, conforme estamos vendo aí.

Nós não sentimos que o Governo tenha a preocupação de reestruturar todo esse sistema que está envolvendo os nossos presidiários, policiais, agentes penitenciários, enfim, a sociedade numa mazela das mais vergonhosas que estamos passando neste País – das mais vergonhosas.

Concedo o aparte ao brilhante Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Juvêncio da Fonseca, peço desculpas por interromper V. Ex^a, mas estava ouvindo o seu discurso e vim rapidamente ao plenário. Com a licença do nosso querido Presidente, digo estou profundamente indignado com

o que acontece no meu Estado. O Senador Antonio Carlos sabe disso. Ainda há pouco, o meu Governador, por quem tenho estima e é meu amigo, foi à televisão dizer que tinha vergonha. É preciso indignação para buscar o porquê dessa dificuldade de relacionamento entre a Secretaria de Administração Penitenciária e a Secretaria de Segurança, pois os dois secretários, em confronto, criaram uma situação praticamente inaceitável para os policiais e para os agentes, que estão morrendo todos os dias. A cada instante, dois, três, cinco morrem sem que haja nenhum tipo de reação.

Ainda ontem ou hoje, o Governo Federal dizia, pelos meios de comunicação, que já deu ajuda ao Estado de São Paulo, em inteligência. Desconheço. Gostaria de saber que tipo de ajuda tem sido dada a São Paulo. Nunca gostei da criação da força-tarefa a que V. Ex^a se refere. Sempre acreditei mais no investimento do Governo nas polícias estaduais, criando forças especiais no próprio Estado, porque elas conhecem os locais, quem são os criminosos, têm o mapa da criminalidade nas mãos. Pessoas saem de Belém do Pará, de Alagoas, do Rio Grande do Norte – do meu querido Líder –, e vão para São Paulo ou Rio de Janeiro sofrer com o desconhecimento até do caminhar e das pessoas com que têm que trabalhar. Há reclamações dos Direitos Humanos – não vou entrar nesse mérito. Os presos destruíram uma cadeia de segurança máxima, foi necessário soldar as portas para que não houvesse fuga. Os presos estão confinados em uma área apenas, porque destruíram todo o resto. É necessário reconstruir, não há como transferir. Pediram vagas para o Governo Federal. Sabe quantas foram oferecidas, Senador Juvêncio da Fonseca? Quatro vagas para São Paulo, para colocar os líderes das facções criminosas, que hoje comandam um poder paralelo ao Governo constituído. Cumprimento V. Ex^a. Como policial que fui, sinto a mesma revolta que V. Ex^a sente na alma, a degradação total do sistema de segurança.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Obrigado, Senador Romeu Tuma. Que vergonha para o País! Como podemos conviver com essa mazela, com esse sofrimento não apenas dos presidiários, mas também dos agentes penitenciários, dos policiais, de todos aqueles envolvidos com a segurança?

Até onde vamos tolerar tudo isso? O que vai sobrar para a sociedade brasileira depois de tudo que está acontecendo?

Nós falamos aqui que estamos procurando a paz – e nós estamos procurando a paz! Toda a sociedade deseja paz, tranquilidade, qualidade de vida. Mas quando existe uma gestão pública como a deste

Governo, não podemos ter esperança. Não há como ter esperança.

Tudo começou com o estelionato da proposta política para, no transcurso desta administração, pouco se importar e pouco se lixar para os grandes interesses nacionais, a não ser o assistencialismo que vem sendo praticado em busca de voto, pura e simplesmente.

Mas a Nação não se organiza. E nós estamos vendo também que a grande sustentação da economia nacional, que gera emprego, renda e o superávit da balança comercial, que é o agronegócio, é ameaçado dia-a-dia pelo próprio Governo do PT.

Neste final de semana, estive em Mato Grosso do Sul, visitando áreas rurais.

Vi homens de barba branca, mãos calejadas, trabalhadores que foram sempre da terra, bons produtores rurais, falarem do que está acontecendo, praticamente com lágrimas nos olhos. Eles não sabem para onde ir, o que fazer. Estão desesperados e sem proteção. Ocorrem invasões do MST e de indígenas nas terras produtivas. São todas elas organizadas justamente pelas lideranças do MST, que ideologicamente, trazem a nossa intranquilidade. Não podemos continuar com isso!

Sei que podemos confundir, pensando que é simplesmente uma questão de exercício de autoridade. Não é apenas isso. A autoridade pode ser o delegado, pode ser o juiz, pode ser o promotor, mas há necessidade de uma política de encontro do País com o seu povo, para o desenvolvimento com respeito aos direitos humanos, e não essa mazela que estamos vivendo.

Senador José Agripino, o meu Estado é administrado pelo Governador Zeca do PT. S. Ex^a, ao terminar seu segundo mandato, não tem a coragem de ser candidato a nada e, em casa, termina a sua triste administração. O Presidente da República, seu amigo e companheiro de pescaria, não o socorre hora nenhuma, nem para dizer: “Meu irmão e companheiro, Mato Grosso do Sul é administrado por você. Vamos lhe dar guarida administrativa”. Nada acontece. O Estado está em uma situação difícil, apesar do excelente relacionamento entre Governador e Presidente da República.

O que se passa? Que valores são esses que movem esses homens que não se integram para o trabalho em favor desta Nação, nem mesmo motivados pelo carinho da amizade fraterna que devia existir e impor responsabilidades de elevar, inclusive, o Estado governado pelo PT? Mas não! Só temos tristeza em nosso Estado.

O Senador Cristovam Buarque, ilustrando toda esta situação que estamos vivendo, disse que os presídios são verdadeiras academias do crime. É uma

verdade nua e clara a que estamos vivendo hoje. As academias do crime estão nos presídios. Ali estão os grandes líderes que comandam do lado de dentro o que se faz lá fora.

Em muitas regiões, a nossa segurança está afastada de seu território de trabalho, e este é ocupado pelo bandido. A incompetência, dada a desestruturação das nossas forças de segurança e a inexistência de um trabalho de inteligência, faz com que vivamos esta apreensão constante e diária.

Tenho um filho que mora na Austrália há mais de seis anos, e tem vontade de voltar à sua terra. Nós, familiares, estamos desejosos por vê-lo novamente entre nós para construirmos juntos a nossa pátria, para desfrutarmos de nossas alegrias. No entanto, o medo da violência faz com que permaneça na Austrália, apesar do patriotismo, dos sentimentos por sua família e da vontade do regresso. Não voltará, dificilmente voltará. Gostaríamos que esta pátria se consertasse para que pudéssemos ter um destino melhor para os nossos filhos, para os nossos netos.

Fica aqui a minha palavra de solidariedade aos agentes penitenciários que virão, na quarta-feira, ao Ministério da Justiça fazer suas reivindicações. Que as façam fortemente. Estaremos atentos para que possamos dar a força necessária. Vamos torcer para que o Ministro Márcio Thomaz Bastos, como grande jurista e assessor jurídico das questões criminais que passam pela sede da República, saiba entender, com sua inteligência, a preocupação do agente penitenciário, que é preocupação nossa e da família brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Prorrogo a sessão por mais 30 minutos e concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a conhece o Prefeito Abelardo Rodrigues Filho, de Alto do Rodrigues? (Pausa.)

Conhece.

Senador Juvêncio da Fonseca, Alto do Rodrigues é um Município do Vale do Açu, no meu Estado, que é conhecido por ser talvez o Município sede da exploração pioneira de petróleo em terra a cargo da Petrobras. Alto do Rodrigues foi o primeiro pólo aglutinador das atividades da Petrobras, que hoje produz mais de cem

mil barris de petróleo basicamente em terra em território potiguar. Alto do Rodrigues é inclusive a sede da Termoaçu, uma grande termoelétrica feita por ocasião do apagão para estabelecer, em momentos de crise de abastecimento de energia elétrica, o socorro adjutório. É um Município que já foi bastante próspero.

Hoje de manhã, eu conversava com o Prefeito, que é dos quadros do meu Partido, sobre as questões do Município e as questões políticas.

Ele vai votar em V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho – ele é do PFL e vai votar em V. Ex^a para Governador. Eu conversei com o meu amigo Abelardinho – é o nome dele –, que é meu companheiro de vinte anos de Partido, sobre o Município, sobre a situação do povo, sobre as carências do Vale do Açu, sobre o que é preciso fazer para retomar o crescimento do nosso Estado e para gerar empregos. Lá para as tantas, ele me fez uma revelação, reativando violentamente uma preocupação que eu já tinha e que é o tema da observação que faço hoje. Trata-se da perversidade do atual Governo.

Ele me falava sobre as emendas parlamentares que o estavam ajudando a governar o Município e dizia: “Eu não tenho folga orçamentária, como se supõe, pelo fato de o Município ser sede da Petrobras e da Termoaçu. Eu preciso das emendas parlamentares e preciso prestar contas ao meu povo com o adjutório que vem de Brasília”. Eu disse: “Mas essa não era a realidade de um ano ou de dois anos atrás”. Ele disse: “Senador, a realidade mudou”. Eu perguntei: “Mudou como?”. Ele respondeu: “Mudou quando começaram a praticar uma perversidade chamada crédito consignado”.

Eu me lembrei de que havia falado, como falei realmente da tribuna por várias vezes, sobre a indução que o Governo provocou para que o aposentado, que ganha um salário mínimo ou dois ou três salários mínimos, tomasse dinheiro emprestado para desconto em folha. Aberladinho me disse que, hoje, uma parte do orçamento da Prefeitura tem de ser destinada ao pagamento de contas de água, de luz e de aluguel dos velhinhos aposentados, que nunca se socorreram dele, nunca o procuraram como Prefeito.

Ele tinha dinheiro para investir, ele tinha folga orçamentária. Ele não tinha a pressão dos aposentados. São muitos os aposentados que o procuram na Prefeitura para pagar a conta de água, de luz. Por quê? Porque tomaram dinheiro emprestado para comprar o supérfluo, para comprar aquilo de que talvez não precisassem. Foram induzidos a comprar com desconto em folha e hoje, Senador Eduardo Azeredo, estão obrigados a pagar a prestação para a qual não têm dinheiro; ou pagam, porque é descontado em folha, mas falta o dinheiro da feira, falta o dinheiro da conta da água,

da luz, do aluguel da casa. Compraram o que o filho, a nora, o dependente pediram: a bicicleta ou a motocicleta, coisas que não podiam comprar. Entretanto, com a prestação e os juros baixos, foram levados a comprar e se sacrificaram. Essa é a perversidade que está ocorrendo em Alto do Rodrigues e em todos os Municípios do Brasil. Esse dado de Alto do Rodrigues se repete no Brasil inteiro, Deputado Henrique. É uma realidade dura! É uma perversidade perpetrada contra os aposentados, contra os quais se está praticando outra perversidade porque, Senador Eduardo Azeredo, votamos aqui, por ocasião da votação do salário mínimo, o reajuste dos aposentados, 16,6%. O Presidente Lula disse que vai vetar – ou já vetou – sob o argumento de que, se não vetasse, o aumento de 5% que concedeu, a esmola de 5% não vigoraria. Usa essa versão e apresenta outra versão de que o veto se deve ao fato de não haver dinheiro para pagar os aposentados, aos quais induz o crédito consignado.

O crédito consignado dos favorecidos BMG, Banco Rural, aqueles bancos do escândalo do mensalão; aqueles bancos beneficiados são exatamente os bancos que propiciaram a infelicidade, o infortúnio dos aposentados do Brasil. Os aposentados que estão hoje sendo vítimas da segunda pancada. É queda e coice: foram levados à compra do supérfluo, que não precisavam, atraídos pelo canto da sereia dos juros baixos e da prestação longa. É isso que está levando o aposentado que não tem como pagar o aluguel da casa, a conta de água e a conta da luz, a pressionar o Prefeito. Como me disse o Prefeito Abelardo Rodrigues, está agora tendo negada a proposta apresentada pelo Congresso, de um pequeno reajuste. O reajuste dado ao salário mínimo, que se estenderia aos aposentados. Lula disse que vai vetar porque é obrigado; porque, se não vetar, nem os 5% que ele propõe pode dar. Ou, por outra, justifica que não tem dinheiro para pagar o reajuste.

Pois nós estamos, Senador Arthur Virgílio, votando na Câmara, entre hoje e amanhã, uma segunda emenda que atribui o reajuste de 5% aos aposentados, mais outra parcela de 11,6%.

Então Lula não use o argumento de que vai vetar porque se não vetar não concede os 5%. Não, senhor. Vamos votar e vamos aprovar o reajuste de 16,6%, em duas parcelas, 5% mais 11,6%. Se ele tiver coragem que diga, ele, ao povo do Brasil que concede o aumento do salário mínimo em 16,6%, chegando a R\$350,00, quando deveria estar chegando a R\$580,00 para cumprir a sua palavra. E que não use o argumento falacioso de que estaria vetando porque se não vetar não pode dar os 5%. Pode dar os 5% e mais os 11,6%. E que faça justiça ao aposentado.

Senador Azeredo, o aposentado não tem Paulo Okamoto para pagar as contas dele, não; Lula, sim. Aliás, as matérias de fim de semana mostraram o crescimento do patrimônio do Presidente Lula. Mostraram que nos anos em que as prestações dos R\$29.600,00 foram pagas por Paulo Okamoto, Sua Excelência tinha R\$150 mil aplicados em poupança e poderia ter pago com o seu dinheiro. Mas, não; foi pago com o suposto dinheiro de Paulo Okamoto, que eu suponho não foi de Paulo Okamoto coisa nenhuma, foi do valerioduto! Foi do valerioduto!

Mas o que quero dizer e também quero fazer é um apelo para que o Presidente Lula, entendendo a realidade do que o Prefeito Abelardinho me relatou, tenha um momento de reflexão em relação ao aposentado. Reflita melhor sobre a perversidade que está perpetrando contra o aposentado. Já vetou o primeiro, não vete o segundo; ou, se vetar, diga por que veta e assumo que a má vontade com o aposentado é real, é factual, é claríssima, é insofismável. E contra o sofisma não há explicação. Repito, aposentado do Brasil, a quem está sendo negado o aumento de 16,6%, não tem Paulo Okamoto para pagar as suas contas; Lula teve.

Tenha, Presidente, tenha condescendência com o aposentado e respeite o resultado do Congresso, respeite o que o Congresso vai votar hoje e conceda aquilo que concedeu de aumento ao salário mínimo ao aposentado do Brasil para pelo menos aliviar a pressão sobre os Prefeitos do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Brasil inteiro, que estão pagando a conta da incúria administrativa de um programa mal feito, mal intencionado e que está levando ao infortúnio o aposentado pobre do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador José Agripino.

Continuando a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

Senador Garibaldi Alves, enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para uma comunicação inadiável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Garibaldi, obrigado pela atenção. Vou ser bem rápido.

Peço a V. Ex^a que determine a publicação, por inteiro, do pronunciamento que escrevo aqui em homenagem ao Dr. Noedir Antônio Groppo Stolf, que conseguiu a cátedra na Faculdade de Medicina do Estado de São Paulo. Ele é Professor Titular de Cirurgia Torácica e Cardiovascular e substituiu o Professor Sérgio de Almeida, cadeira já ocupada pelos Professo-

res Euryclides de Jesus Zerbini e Adib Jatene, nomes internacionais na área da cirurgia cardíaca.

Então, eu gostaria de deixar registrada esta homenagem ao Professor Noedir pela sua capacidade e pelo seu trabalho junto à comunidade científica internacional, cujo **curriculum vitae** eu cito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpas ao Senador Garibaldi Alves Filho.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é com admiração e respeito que faço neste plenário o registro de um fato auspicioso para a Medicina e todas as pessoas que acompanham os avanços do Instituto do Coração, do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, no sentido de manter-se **pari passu** com o que de melhor existe no mundo relativamente às especialidades nele praticadas. Refiro-me à recente designação do Dr. Noedir Antônio Groppo Stolf para o cargo de Professor Titular da Disciplina de Cirurgia Torácica e Cardiovascular daquele complexo hospitalar da Faculdade de Medicina da USP.

Em concurso realizado no período compreendido entre os dias 7 a 9 do mês passado, o Professor Stolf obteve aquela titularidade. Tem ele a “grande honra” – conforme suas próprias palavras – de suceder os professores Euryclides de Jesus Zerbini, Adib Jatene e Sérgio Almeida de Oliveira como Diretor da Divisão de Cirurgia Torácica e Cardiovascular do InCor.

O futuro está expresso no que o Dr. Stolf disse após o concurso:

“Trabalharemos eu e minha equipe para manter a cirurgia torácica e cardiovascular da FMUSP na vanguarda da ciência, onde é mercedamente reconhecida, e com as demais áreas do InCor para conservar o Instituto do Coração na posição de centro de excelência da cardiologia brasileira e mundial”.

Em entrevista concedida ao Dr. Dráuzio Varella, publicada no **site** desse insigne médico, o Professor Stolf ressaltou ter ocorrido “uma mudança grande no perfil dos candidatos à cirurgia coronariana provocada pelo aumento da perspectiva de vida da população”, acrescentando:

“Atualmente, os pacientes são mais idosos e muitos já apresentaram problemas cardíacos que exigiram colocação de **stents** ou mesmo a realização de outra cirurgia cardíaca. No início da década de 1970, quando começamos a trabalhar nessa área, receber um paciente com 65 anos era motivo de preocupação. Hoje, eles chegam com 70, 75 anos

e já estamos pensando em como atender os que chegarão acima de 80 anos. Apesar de os idosos, muitas vezes, serem portadores de quadros potencialmente mais graves, o índice de mortalidade é inferior a 3%. Se desse grupo excluirmos doentes com problemas pulmonares, que já tiveram derrames ou que fumaram a vida inteira, esse risco cai para menos de 1%.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ainda para constar nos anais do Senado da República, menciono alguns dados dentre os muitos que qualificam o Professor Stolf. Ele obteve a graduação na Faculdade de Medicina da USP no período 1960-1965 e fez residência médica no Departamento de Cirurgia no HCFMUSP (1966-1967). Foi residente do 3º ano da 1ª Clínica Cirúrgica do HCFMUSP – Disciplina de Cirurgia Torácica, em 1968 quando, em agosto, foi admitido como Médico Assistente.

Defendeu com sucesso teses de Doutorado em Medicina (1971) e de Livre Docência em Cirurgia, em (1975), sempre naquela faculdade. É detentor de admirável produção científica, englobada por 323 publicações em revistas científicas nacionais e 166 em revistas internacionais; 117 capítulos em livros nacionais e 6 em internacionais. Exerce 27 cargos em revistas científicas nacionais e 4 internacionais.

Até aquele concurso, registrava 1.414 citações, 19 orientações de alunos de pós-graduação, 33 de graduação e 14 de médicos em atividades profissionalizantes.

Por atividade e concursos, recebeu 10 prêmios e 42 por trabalhos apresentados em congressos, além de 15 honorárias e homenagens. Submeteu 923 trabalhos a congressos nacionais e 418 a internacionais.

No âmbito de nossas sociedades médicas, o Professor Stolf é Membro Fundador da Associação Nacional dos Médicos Residentes (1968), Membro Titular da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1970), Membro Honorário da Sociedade Latino Americana de Estágios de Cirurgia Cardíaca (1973), Membro Titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões (1973), Membro da Associação Paulista de Medicina (1973), Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1973), Membro Associado do Departamento de Cirurgia Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1974), Membro da Associação Médica Brasileira (1974), Membro Honorário da Sociedade Universitária de Pesquisa e Estudos Médicos (SUPEM de 1975 a 1984, Membro Titular do Departamento de Cardiologia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1975), Membro Titular do Departamento de Cirurgia Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cirurgia

Cardiovascular (1976), Sócio Fundador da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (1977), Membro Fundador do Departamento de Cirurgia Torácica da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (1979), Membro Titular da Academia de Medicina de São Paulo (1979), Membro Titular da Sociedade Brasileira de Circulação Extracorpórea e Órgãos Internos Artificiais (1980), Membro Titular com Título de Especialista do Departamento de Cirurgia Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia (1981), Membro Honorário da Academia Brasileira de Medicina Militar (1986), Membro Fundador da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (1986), Membro Habilitado do Departamento de Estimulação Cardíaca Artificial da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (1988), Membro Emérito da Academia de Medicina de São Paulo (1998), Membro da Diretoria do Capítulo de São Paulo do Colégio Brasileiro de Cirurgiões como Diretor da Seção Especializada de Cirurgia Cardíaca (1998-1999), Membro Emérito do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 2005.

Com relação às sociedades médicas internacionais, o Professor Stolf possui o seguinte currículo: Membro Associado do Capítulo de São Paulo do American College of Surgeons (1967), Membro Associado do International College of Surgeons, (Prova de Títulos – 1973, Membro Ativo da The New York Academy of Sciences (1973), Fellow do American College of Surgeons (1974), Fellow do International College of Surgeons (1975), Membro da Pan American Medical Association (1983), Membro Honorário da Sociedad Peruana de Cirurgia Torácica y Cardiovascular (1993), Membro Honorário da Sociedad Mexicana de Cirurgia Cardíaca (1991), Membro Honorário da Sociedad Argentina de Cardiologia (1991), Membro Honorário da Sociedad Equatoriana de Cardiologia (1981), Membro da União de Sociedades de Cardiologia da América do Sul (1985), Membro da International Society of Cardio-Thoracic Surgeons (1992), Membro da International Society for Heart Transplantation (1982), Membro da International Society for Cardiovascular Surgery (1990).

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, salta à vista que o **currículum vitae** do novo Professor Titular da Disciplina de Cirurgia Torácica e Cardiovascular e Diretor da Divisão de Cirurgia Torácica e Cardiovascular do InCor dispensa adjetivação. Rendo, assim, esta homenagem porque o nome do Dr. Noedir Antônio Groppo Stolf deve orgulhar a todos os brasileiros.

Era o que me cumpria comunicar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, as informações que o Tribunal Superior eleitoral está disponibilizando sobre o perfil do eleitorado brasileiro revelam o pequeno grau de desenvolvimento da nossa sociedade. É um alerta para todos, mas principalmente para nós, políticos, da grande tarefa que se vislumbra. Os dados de maio de 2006 revelam que somos quase 126 milhões de eleitores, dos quais aproximadamente 2/3 possuem até o primeiro grau completo. São em torno de 84 milhões de eleitores que se vêem privados de um bem essencial e precioso que é a educação e, conseqüentemente, têm acesso à informação obstaculizado pela pouca formação. Desses, Sr. Presidente, apenas 8% terminaram o primeiro grau.

A educação é a porta de entrada para o exercício da cidadania plena. Só por meio dela é que o cidadão pode se inserir de forma autônoma no tecido social, conhecendo e reivindicando seus direitos e qualificando-se para participar do mercado de trabalho e, conseqüentemente, do mercado de consumo. Ora, não existe ninguém mais autorizado do que o próprio detentor de um direito para reivindicá-lo. Nós políticos devemos nos eximir do papel de tutores de nossos eleitores, oferecendo, em contrapartida, a principal alavanca social existente: a educação. Todos os esforços dos próximos governos, federal, estadual e municipal, como também dos parlamentares da próxima Legislatura, devem voltar-se para essa realidade. E não adianta cada um trabalhar de forma dispersa, Sr. Presidente. Só poderemos superar essa realidade com um planejamento e um esforço integrado de todos os Poderes e níveis de governo.

Por outro lado, apenas 3,3%, ou um pouco mais de quatro milhões de eleitores, terminaram um curso superior; e outros quase três milhões estão cursando uma faculdade. E cabe perguntar qual é a qualidade desse ensino, visto que houve uma proliferação de instituições de ensino superior e que um número considerável dessas instituições não segue um padrão mínimo de qualidade, o que acaba frustrando o acadêmico quando vai tentar uma vaga no mercado de trabalho. Não podemos, contudo, reprovar todo o sistema, pois existem várias instituições públicas e privadas que cumprem os seus papéis de formadoras de cidadãos e profissionais, bem como desenvolvem importantes trabalhos não apenas na área do ensino, mas também nas áreas de pesquisa e extensão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses dados merecem uma reflexão aprofundada de nossa parte. O que o Estado brasileiro e a sociedade como um todo estão fazendo para que, efetivamente, essa realidade seja superada e que não tenhamos uma grande parcela de nossa população privada de um bem essencial que é a educação? Será que estamos, Sr. Presidente, caminhando no maior ritmo possível para superar esse grande déficit social? É óbvio que não. Estudos indicam que o aumento da produtividade na indústria constitui-se em importante elemento de superação da miséria.

Cabe, também, uma breve análise sobre o nosso ensino médio. É imprescindível que os governos se voltem para a educação profissionalizante. Todo jovem almeja conseguir um emprego ao sair do ensino médio, principalmente em virtude da situação econômica difícil. É necessário, portanto, que haja uma reforma curricular no ensino médio, com o oferecimento de disciplinas que ensinem ofícios que possam capacitar os nossos jovens, como é o exemplo dado pelas escolas técnicas federais.

Sr. Presidente, o desafio está posto. Qual será o perfil dos nossos eleitores em 2010? Será que continuaremos a relegar tamanho contingente populacional à marginalização social? A superação desses índices deve ser uma prioridade do Estado Brasileiro para os próximos vinte anos em esforço conjunto com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Garibaldi Alves.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto, por cessão do Senador Valdir Raupp.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um pronunciamento hoje, muito eufórico, com referência à exploração do petróleo no Maranhão.

Nesta oportunidade, eu quero expressar minha profunda satisfação pelo sucesso da Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas da Agência Nacional do Petróleo, em relação ao Estado do Maranhão, ocorrida no dia 29 de junho último, no Rio de Janeiro. Apresentaram-se nada menos do que 55 empresas habilitadas, 31 das quais fizeram ofertas e nove arremataram áreas.

O Estado do Maranhão foi destaque no evento. Apresentou três áreas que foram bastante disputadas e que obtiveram, inclusive, recorde de ágio. As áreas de valor mais elevado foram as de São João e Oeste de Canoas, localizadas na bacia de Barreirinhas, no Município maranhense do mesmo nome, cujos va-

lores totalizaram, respectivamente, R\$4,2 milhões e R\$3,2 milhões.

A soma do valor ofertado por essas duas áreas representa o dobro do que foi arrecadado na Primeira Rodada de Licitações de Áreas Inativas, realizada no ano passado, quando a arrecadação somou R\$3 milhões.

A área do Oeste de Canoas tem 80,56 km² de extensão. Seu poço foi descoberto no ano de 1971. Mas, em decorrência da tecnologia disponível naquele momento, foi considerado subcomercial em termo de produção de gás. A produção prevista dessa área está estimada em 174,6 milhões de metros cúbicos de gás.

O campo de São João possui 15,84 km² e está situado também no Município de Barreirinhas, a 14 km da cidade de Primeira Cruz. Essa área receberá um investimento mínimo de R\$6,5 milhões e inclui o antigo campo de São João, descoberto em 1966, colocado em produção em 1984 e fechado em abril de 1988. A produção de óleo dessa área está calculada em 3.535.000 barris, além de 351.549 metros cúbicos de gás.

A terceira área localiza-se no Município de Santo Amaro, que fica bem próximo a Barreirinha. É a área de Santo Amaro do Espigão, que deverá receber um investimento mínimo de R\$2,6 milhões. Tem 21,35 quilômetros quadrados de extensão. Compreende quatro dos poços do antigo campo e tem previsão de produzir 283,3 milhões de metros cúbicos de gás, de acordo com a Petrobras, que foi seu primeiro operador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses resultados são, sem sombra de dúvida, alvissareiros. Representam e projetam para o Estado do Maranhão um horizonte de decisivo desenvolvimento. São projetos que alegam o povo maranhense e brasileiro, fazem antever dias melhores para o seu desenvolvimento e são consequência de investimentos feitos e de esperanças carinhosamente cultivadas por Governadores que aplicaram a clarividência nos destinos do Maranhão, como foram o ex-Governador José Sarney, a ex-Governadora Roseana Sarney e o ex-Governador Edison Lobão, hoje eminentes Senadores da República.

Quero dizer, Sr. Presidente, que no Maranhão já estão pesquisados e com possibilidades de exploração de petróleo a região de Imperatriz; a região de Carolina; a região de Balsas; a região de Chapadinha, ali pegando Brejo e Araiões; Barreirinhas, onde já se vai explorar; Vitorino Freire; Altamira do Maranhão; a baixada em Pinheiro – e ali ao lado de Vitorino também temos Paulo Ramos. E o Maranhão vai despontar com a produção de petróleo.

No passado, lembro-me bem de que, quando Sarney foi Governador do Estado, de 1966 a 1970, já se pensava no petróleo. No entanto, economicamente era difícil explorar o petróleo, porque o barril custava de seis a sete dólares. Hoje o barril chega a US\$70, o que torna economicamente viável dar uma deslançada no Estado do Maranhão.

Quero dar meus parabéns a Petrobras pelas pesquisas feitas. Ano que vem, quando o Maranhão tiver um novo Governo, não tenho a menor dúvida de que, além da siderúrgica, da dinamização dos nossos portos e também do nosso turismo – a indústria que mais dá emprego e renda – nós teremos o petróleo do Maranhão. Quero também que sejam atingidos esses êxitos. Parabenizo os Municípios de Barreirinhas e Santo Amaro. As prefeituras têm direito a uma participação nessa exploração. Precisamos correr para que se explore o petróleo em todo Maranhão.

Também pensaremos na exportação de petróleo. O Maranhão exporta, por meio de seus portos, os minérios de ferro e passará a exportar petróleo do nosso Estado para os outros Estados e quiçá para o mundo inteiro.

Agradeço ao Senador Valdir Raupp, que me deu oportunidade de fazer esse pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Alberto Souza, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador João Alberto e concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Senadoras, inicialmente, quero prestar aqui a minha sentida homenagem a um grande companheiro, Dante de Oliveira, que foi Governador, Prefeito de Cuiabá, Deputado Federal, Deputado Estadual, Ministro da Reforma Agrária e, como aqui lembrou o Presidente Renan Calheiros, um símbolo da luta pela redemocratização do Brasil, com a sua emenda das Diretas Já. Dante tinha apenas 54 anos. Foi uma surpresa para todos nós o seu falecimento na última semana.

Dante de Oliveira já se preparava para voltar à vida pública, disputando o mandato de Deputado Federal. Há poucos dias, ele esteve em Belo Horizonte, participando da convenção nacional do PSDB que lan-

çou o nosso candidato Geraldo Alckmin. Dante estava animado, feliz, pronto para voltar à vida pública.

Portanto, é com enorme sentimento que presto esta homenagem derradeira a Dante, porque ele também foi um amigo dos mineiros e um brasileiro que soube honrar o seu mandato. Foi um companheiro de verdade, um amigo leal. Dentro do nosso Partido, o PSDB, sempre tive nele uma companhia permanente nas reuniões do Partido, nas discussões solidárias para os nossos Estados, quando ele era Governador de Mato Grosso e eu, de Minas Gerais. Dante sempre esteve presente em todos os eventos.

Sem dúvida, não apenas para nós, tucanos, mas para todos os políticos e brasileiros, é enorme a perda do verdadeiro democrata que foi Dante de Oliveira. Que sempre fique aqui a homenagem de todos nós. Já foi registrada, anteriormente, por vários outros Senadores, mas também gostaria de deixar a minha palavra.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz à tribuna é voltado a números e já foi também objeto de alguma análise aqui: diz respeito à execução orçamentária. Estamos com o projeto do Orçamento Impositivo na pauta e esperamos que seja votado amanhã ou quarta-feira. O Senador Antonio Carlos Magalhães tem sido um batalhador para que esse projeto saia das meras intenções para a realidade. E nada mais correto, porque, depois do fim da inflação, ou pelo menos da grande inflação, passando para a inflação civilizada, não há por que termos um Orçamento que é permanentemente contingenciado, prejudicando as obras que se iniciam e que não têm uma liberação normal de recursos. Quando tínhamos inflação alta, tudo bem, era razoável que houvesse contingenciamento, que houvesse a dificuldade de planejamento, mas agora não. Já se sabe qual vai ser a receita de fevereiro, de março, de abril do ano que vem, com pequenas variações.

Portanto, o Orçamento tem que voltar a ter a importância que tem em países avançados, em países desenvolvidos, que é a peça principal que norteia as ações públicas. Temos que discutir o Orçamento aqui no momento correto, já prevendo o que será feito no ano que vem, e o Governo tem que executar e liberar os recursos corretamente, não ficar com as liberações irrisórias que tem feito.

Tenho aqui o acompanhamento da execução de 2005 e de 2006 até o mês de junho. Há algumas questões que quero salientar. Uma delas o Senador Cristovam Buarque citou quando usava a tribuna. Trata-se da área de segurança. No policiamento, no ano passado, foram liberados 43,87%, ou seja, menos da metade. Este ano, nesta mesma rubrica de policiamento, em seis meses, foi liberado 0,01%. No item referente à custódia e reintegração social, foi liberado um pouco

mais: 1,52%. Senador Valdir Raupp, se, em uma área tão urgente e tão atual como a área de segurança, o Governo liberou 0,01% na rubrica policiamento de investimento e 1,52% na rubrica de custódia e reintegração social, é muito difícil que haja uma política efetiva de combate ao crime, especialmente ao crime organizado em todo o País. Esses números irrisórios se repetem em outras áreas. Na área da assistência ao portador de deficiência, no ano passado, os recursos previstos eram de R\$13 milhões, mas nenhum tostão foi pago. Desses recursos, foram empenhados R\$11 milhões, e nada foi pago. Na área de assistência hospitalar e ambulatorial, dos R\$983 milhões previstos, foram empenhados mais de R\$700 milhões, mas apenas R\$117 foram pagos. Na área de educação, os números também são parecidos. No ensino fundamental, foram liberados 47% do previsto e, neste ano, apenas 1,1%. Para a área de educação infantil, são irrisórios os recursos consignados no Orçamento e a sua liberação, da mesma maneira, foi praticamente inexistente. Neste ano, nada foi liberado do Orçamento da União para a educação infantil. Para a educação de jovens e adultos, a liberação também, até este momento, é de nada. Foram aprovados R\$7,3 milhões, mas não se liberou nada em seis meses. Para a educação especial, dos R\$24.464 milhões previstos no Orçamento para este ano, foram liberados R\$2.501 milhões, ou seja, 10,2%. Para o ensino médio, de R\$17 milhões, foram liberados R\$740 mil, 4,34%. Para o ensino profissional, de R\$174 milhões, foram liberados R\$3 milhões, 2,1%. E, para o ensino superior, que tem a maior previsão de investimento, R\$587 milhões, foram liberados apenas R\$8.477 milhões, 1,44%.

São esses os números da educação: 4,34% no ensino médio; 2,11% no ensino profissional; 10,23% na educação especial; zero na educação infantil; zero na educação de jovens e adultos.

Portanto, não há investimento no segmento da educação por parte do Governo Federal, descumprindo o que está aprovado no Orçamento. Esses são dados de seis meses, ainda que se faça a ressalva de que a aprovação do Orçamento foi tardia, no mês de abril. Mesmo assim, não há como justificar um desembolso tão pequeno, até porque, no ano passado, os números não foram tão melhores assim. Daí a importância de que realmente tenhamos o chamado Orçamento Impositivo.

Analisando-se, por exemplo, a área do Ministério das Cidades – em que a necessidade de investimentos é muito grande para enfrentar os problemas de segurança, saneamento, trânsito – verificaremos que, apesar de termos R\$2.717 bilhões aprovados para este ano, foram liberados, até agora, apenas R\$562 mil, ou seja,

0,02% do orçamento. Não estou esquecendo nenhum zero, Senador Romeu Tuma. É isso mesmo. Foram liberados 0,02%. Trata-se de uma questão ridícula. Se formos olhar o saneamento, também não chega a 1%. Está aqui: para o saneamento básico rural, 0,16% pagos; para saneamento básico urbano, 0,19%. Não há como. Se formos falar das estradas, tão decantadas aqui, falaremos em 0,82%. É o que foi pago para as estradas em seis meses.

Não há como continuarmos com um orçamento contingenciado, que não é executado. Volto a dizer que, com o fim da inflação, com um importante planejamento, o que sempre deveria ter ocorrido, temos de ter um orçamento para ser executado pelo Governo. Esses números espantam muito! Em seis meses, se formos olhar a segurança, a saúde, a educação, o Ministério das Cidades, as estradas, estão todos com um desembolso baixíssimo em relação ao que deveria acontecer.

A expectativa é a de que, amanhã – no mais tardar na quarta-feira –, votemos o Orçamento Impositivo. Que a realidade mude e que tenhamos uma expectativa um pouco melhor.

Não posso deixar de falar que coloquei emendas individuais para o Ministério das Cidades. Da mesma maneira, nada foi liberado, nada foi empenhado no Ministério das Cidades, repetindo-se o que aconteceu no ano passado. Nem venham dizer que, no Governo passado, também era assim, porque este Governo foi eleito para fazer diferente. Se fosse para continuar cometendo os mesmos erros, que todo governo evidentemente pode cometer, então que não tivéssemos tido a eleição do Presidente. Ele foi eleito para atuar de modo diferente, e não está agindo assim; está pagando apenas as emendas ligadas a sua base de apoio. É até razoável que pague um pouco antes, mas que não se faça uma discriminação. E no caso específico do Ministério das Cidades, o que estamos vendo é isto: uma discriminação não contra parlamentares da oposição apenas, mas contra cidades brasileiras, que têm a expectativa de verem o orçamento indicado devidamente aprovado.

Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade de ocupar a tribuna para falar sobre a execução orçamentária da União e para prestar a homenagem a este grande companheiro Dante de Oliveira.

Trago rapidamente outro assunto, que é a declaração hoje do Diretor Geral da Polícia Federal, reconhecendo que a chamada “Lista de Furnas” é forjada, fruto de trabalho de falsários. Já vínhamos dizendo isso há muito tempo, até porque o autor dessa lista também fez outra acusação, no caso, contra mim, e estou...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Eduardo Azeredo?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, Senador Arthur Virgílio, com muita honra.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu já estava quase acusando o Ministério da Justiça de retardamento mental nesse episódio.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Exatamente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Que bom, que bom que atenderam as duas mil reclamações que fiz neste plenário. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Senador Arthur Virgílio foi um batalhador, mostrando o absurdo que estava acontecendo neste País. Na verdade, Senador Arthur Virgílio, foi apenas o Diretor-Geral da Polícia Federal. O Ministro ainda não falou nada. Espero que o Ministro também venha a público e deixe claro que realmente se tratava de uma ação orquestrada que visava apenas atingir nomes da oposição da política brasileira. Faço esse registro aqui porque também sou um dos atingidos injustamente pela ação desse falsário, que está a mudar documentos.

Há pouco, eu dizia ao Senador Romeu Tuma que precisamos aprovar rapidamente aqui o projeto sobre crimes de informática, sobre crimes das tecnologias novas, que já foi aprovado na Comissão de Educação e está agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esses espertalhões estão usando a tecnologia moderna desta forma: fazem falsificações e as apresentam como se fossem documentos verdadeiros. Esse projeto vai exatamente tipificar os crimes de informática, de maneira adequada, para que sejam punidos aqueles que crêem que podem agir dessa forma.

Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

Quero me associar aos sentimentos pela perda do nosso grande companheiro, Dante de Oliveira. O Senador Romeu Tuma e o Senador Valdir Raupp também se associam aos sentimentos pelo passamento desse grande companheiro.

Com relação à “Lista de Furnas”, Minas Gerais e o Brasil reconhecem a probidade e a honradez com que V. Ex^a sempre se portou nas funções que exerceu com brilho e competência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive hoje, pela manhã, em Manaus, visitando a Associação de Amigos

dos Autistas do meu Estado e trouxe para mostrar à Casa alguns trabalhos extremamente interessantes.

Este é um desenho feito por um menino autista, no computador, com muita facilidade, com muita criatividade. Esta aqui é uma pintura feita pelo Edinho, filho da Diretora do Centro de Convivência Magnólia, que funciona com o mínimo de ajuda estatal. O talento de Edinho é para o desenho; o do Natan é para o computador. Aqui, outro desenho do Edinho: um coração. E vejam o que ele escreveu: “Paz”. E é um menino autista.

Há lá um outro menino, chamado Vladimir, também autista. Se a ele se perguntar, por exemplo, que dia da semana vai cair, no ano de 2009, o dia 25 de setembro, ele responderá. E podemos conferir, no calendário, que a resposta estará correta.

Há um outro autista que, só de ir aos médicos, dentistas, em excursões pela cidade, para conhecer pontos turísticos, decorou, pura e simplesmente, todas as linhas dos ônibus de Manaus, todas. Perguntei a ele como eu faria para sair de Puraquequara – um bairro na zona rural rodoviária da minha cidade. E ele relacionou: “linha 027, 033, 096”, citou todas de uma vez.

Portanto, são pessoas que merecem a atenção que têm tido, num quadro, Sr. Presidente, que reflete, como sempre, a reunião de pais, a associação de pais e de pessoas que não têm parentesco com autistas, visando a enfrentar as dificuldades tais como elas se apresentam.

Existem quatro associações de amigos de autistas no Amazonas, e a principal dirigente é a Dr^a Telma Viga.

Senhor Presidente, fico impressionado porque no meu Estado há uma prática – o ex-Governador agia assim, o atual Governador também age desse jeito: para efeitos eleitorais contratam-se ex-prefeitos. Então, cria-se um conselho para nada, um conselho para coisa alguma, e nomeiam ex-prefeitos; alguns dos quais pessoas que se dão comigo, pessoas minhas amigas, pessoas que já me ajudaram em eleições, outras que já me combateram também em eleições.

Não estou aqui para discutir eleição. Estou aqui para dizer que, quando me dispus a disputar essa eleição para o Governo do Estado do Amazonas, é para ser muito claro, dizer claramente, por exemplo, para ex-prefeitos que ex-prefeito não é profissão. Profissão é carpinteiro, profissão é militar, policial, enfermeiro; ex-prefeito não é profissão. E, se não é profissão, é evidente que não contratarei nenhum e demitirei todos, porque quero dinheiro para cuidar dos autistas e não para dar sinecuras a quem vá, porventura, oferecer sustentação eleitoral ao partido do poder.

Vamos fazer uma reforma administrativa muito profunda, extinguindo cargos, extinguindo secretarias, reduzindo-as ao mínimo necessário para o funcionamento da máquina, acabando com a figura do “asponismo”. Chega de “aspones”. Os “aspones” corroem o tecido financeiro e o tecido moral da administração pública. Não posso aceitar que não tenhamos como oferecer o transporte adequado, o tratamento odontológico, o tratamento médico, tudo aquilo de que precisamos não só os autistas, mas todos os portadores de necessidades especiais. Então, é uma opção. Há quem prefira apaniguar os “aspones” ou contemplar eleitoreiramente os seus ex-prefeitos. Eu, de maneira muito clara, muito nítida, defino agora, antes do pleito, que é para ninguém se enganar comigo, o que farei após 1º de janeiro de 2007, com muita clareza.

Por exemplo – para não termos ilusões quaisquer – é prática, pois começou com outro Governador, passou para o atual – eles fingem que não se gostam, mas são iguais –, começou com eles aquela história de pegar o deputado fulano, o vereador sicrano, e passar milhões de reais por ano para essas pessoas para prestarem serviços odontológicos de baixa qualidade ou para não prestarem serviços quaisquer. O objetivo não é prestar qualquer serviço, mas eleger e reeleger aquelas pessoas para elas darem sustentação a esse poder carcomido que nós vamos derrotar no Estado do Amazonas.

Então, estou sendo muito claro. Digo a essas pessoas, aos beneficiários desses projetos – deputados, vereadores, o que sejam – que eles têm uma oportunidade clara. Sou leal em relação ao meu povo, sou leal em relação aos meus companheiros e sou leal em relação aos meus adversários. Eu os escolhi para meus adversários. Eles façam tudo para que eu não logre a eleição para o Governo do Amazonas. Ou seja, se fracassarem na tentativa de me derrotar, no dia 1º de janeiro, eles todos passarão a não contar com nenhum tostão de dinheiro público para alimentar suas arapucas que fingem prestar serviço de saúde sem prestar serviço de saúde algum. E, mais ainda: dia 1º, suspenderei com um decreto; dia 2, conclamarei o Ministério Público a estar na porta de cada um deles para que expliquem – o Governador atual, os administradores de hoje – cada tostão do dinheiro público desviado para esses fins, que nada têm a ver com saúde pública. E o dinheiro que sobrar vai ser enfiado, literalmente, dignamente, no Sistema Único de Saúde, porque é disso que o Amazonas precisa.

Não quero, pura e simplesmente, iludir ninguém. E digo: a partir de agora, terei os ex-prefeitos trabalhando contra mim no interior.

Ótimo! Eu fiz a escolha, é uma escolha minha. Trabalhem, porque, se querem manter os empregos, sabem que não vão manter, porque vou demitir todos, aqueles que são meu amigos e aqueles que não são amigos. Vou demitir todos! Não ficará um para contar a história.

Vou simplesmente dissolver o tal Conselho, um Conselho absurdo, que paga milhares de reais por mês a pessoas que não têm o que fazer na máquina pública, quando vemos os autistas à mingua de médicos, de odontólogos, de remédios, de tratamento especializado, em um Estado que não tem sala especial nas escolas públicas para autistas, que não tem escolas especiais para autistas, que não tem as pré-oficinas e nem tem, muito menos, as oficinas pedagógicas, que seriam o complemento, o quarto ciclo de um aprendizado, ao fim do qual o autista poderia ser, por exemplo, como o Natan, alguém que ganharia a sua vida, ainda que protegido pela sua família, como desenhista, ou, como o Edinho, um pintor, ou seria alguém como o Vladimir, que tem um cérebro fantástico, ou como o outro menino, de cujo nome não me lembro agora, que decora os números dos ônibus. Eles todos seriam aproveitados de modo a terem a vida mais aproximada possível dos padrões de normalidade, dos que nós dizemos que são os normais, esses da sociedade dominante, da sociedade envolvente, a sociedade que envolve os autistas.

É meu objetivo, em um Estado que é uma das maiores províncias minerais do mundo, Sr. Presidente, e que não tem um órgão estadual que cuide de mineração, criar um órgão que cuide desse setor. Para isso, terei de enxugar a máquina, tirar tudo que é secretaria inútil para poder criar um órgão útil que vai cuidar de mineração, para dar dinheiro aos cofres do Estado e para que o Estado deixe de amamentar parasitas e passe a cuidar de seres humanos que merecem os cuidados, sobretudo os mais desvalidos.

Nós vamos criar, depois do enxugamento da máquina, uma secretaria da juventude, cujo titular terá, obrigatoriamente, menos de trinta anos de idade. Ele será a nossa interlocução com a sua geração e será a interlocução da sua geração com os de mais idade através da promoção de políticas públicas que efetivamente interessem aos jovens.

Do mesmo modo, vamos criar uma secretaria de educação especial, dedicada não só aos autistas, que foram o meu tema de hoje, mas dedicada, essa secretaria, com recursos, com prestígio, com tratamento sério, a todos os portadores de necessidades especiais do meu Estado.

Sr. Presidente, hoje vi um menino que é de uma família que migrou da Paraíba para o Amazonas e foi

duramente sorteado pelo destino. Ele é cego, surdo, mudo, epilético, sofre de retardamento mental e é autista. Ninguém o aceitava. O Centro de Convivência Magnólia, dirigido pela Dr^a Telma, o aceitou. Mas ela não pode manter o menino, não tem como manter o menino lá. Ele vai dormir em sua casa, onde não encontra instalações adequadas para ter seu sofrimento, sua sina amenizada.

Estou aqui com um catatau de coisas que minha assessoria preparou, a partir do telefonema que passei para o meu gabinete hoje, mas amanhã, certamente, voltarei ao assunto.

Basicamente, eu gostaria de dizer que vou lutar muito, em qualquer circunstância. Mas, se Governador, vou fazer, com toda tranquilidade, a secretaria de educação especial, porque aprendi outra coisa: no meu Estado os autistas são muito maltratados, mas eles ainda vão ficando na escola até 13 anos de idade. A partir daí eles não podem ser mais aceitos nas escolas do meu Estado. Então, nem sequer maltratados nas escolas eles vão ser. Eles vão para casa e ficarão enclausurados. Então, temos que pensar em levar cidadania para quem, muitas vezes, é um gênio que não pode expressar a sua genialidade dentro dos padrões que nós conhecemos da sociedade que aí está.

Hoje, Senador Eduardo Azeredo, aprendi algumas coisas. Aprendi que há quatro tipos de autismo: há o autista severo, aquele que tem uma dependência quase que total durante toda a sua vida, o que não o impede de fazer cálculos complexos, como, por exemplo, multiplicar 3.027 por 33 e oferecer o resultado na hora; há o autista de dificuldade média, que desenvolve as suas habilidades com um pouco mais de facilidade, e há o autista mais simples. Todos são extremamente delicados. Pelo que entendi da explicação que me deram, há um outro tipo que é conhecido como autista “asperger”, palavra que suponho que seja da língua inglesa, mais ou menos isso.

Este é um tipo de autista que pode, perfeitamente, fazer um concurso público. Ele dificilmente é reprovado, pela sua inteligência tão genial. Ele se revela “asperger” pela sua impaciência. É aquele que diz, de repente, que hoje não trabalha mais, que não quer mais saber de tal coisa e sai. Ele, quando toma conhecimento do que é, atinge padrões de enorme normalidade. Ele pode, tranquilamente, se casar, constituir família, ter uma vida bastante boa, bastante decente.

Aprendi muito hoje e resolvi dar um depoimento que saísse do escrito, que está muito bem feito pela assessoria competente que tenho.

Mas o fato é que eu queria, basicamente, assumir esse compromisso, homenagear aquelas pessoas abnegadas que cuidam dos autistas no meu Estado,

bem como dizer que aprendi muito. Quero dizer mais: certas condições se impõem. É imoral, é indecoroso que um Estado fique sustentando, com fins eleitorais, “aspones”, cabos eleitorais de vários níveis, do ex-Prefeito ao que fica fazendo trabalho de rua, tudo dentro da máquina pública, quando chegamos a um centro como esse e vemos que falta tudo. Falta automóvel, falta tudo, não tem nada, a não ser a abnegação de meia dúzia de pessoas da sociedade e a abnegação de pais que querem ver os seus filhos com a situação amenizada.

Eu percebi que não é possível oferecer uma proposta renovadora para o meu Estado e não fazer uma opção. A opção está feita com muita clareza. Entre os ex-Prefeitos, entre os quais amigos meus, que demitirei, todos, sem exceção, os amigos e os não amigos, no dia 1º de janeiro de 2007, entre eles e os portadores de necessidades especiais, opto pelos segundos; entre os “aspones” e os autistas, os deficientes mentais, os portadores de deficiências físicas graves, eu opto pelos segundos, sem dúvida alguma.

Eu percebo, Senadora Lúcia Vânia, que não se pode fingir que dá para contemporizar com todo o mundo. Eu não quero fazer, de forma alguma, o papel do habilidoso viciado. Não quero! Não sou habilidoso viciado. Se sou habilidoso, não sei; viciado não sou. Se não sou viciado, não sei se sou habilidoso. Mas, ainda que eu fosse habilidoso, eu não poderia ser o habilidoso viciado, até porque viciado eu não sou e viciado eu me recuso a ser. Coloco, então, as cartas todas na mesa.

Encerro lembrando -me de episódios tristes que o meu Estado está vivendo. O mandato popular está se descaracterizando. A figura do economista brilhante, do engenheiro trabalhador que se credencia, do advogado eloquente que se candidata, do líder sindical bravo que se candidata para representar a sua categoria, o seu segmento, está desaparecendo.

Aparece lá um sujeito que tem uma estripulia chamada Pró-Dente... Tenho um filho que é Deputado Estadual e pediu a cassação do suposto Deputado, mas não conseguiu, porque este tem uma maioria acachapante que é a favor disso. Mas ele cumpriu o dever dele!

Esse tal Pró-Dente recebe, junto com outros parecidos, milhões de reais por ano, supostamente para prestar assistência de saúde. Mas a saúde no meu Estado está falida! Não prestam assistência de saúde, nem são eles a prestar. Deve ser o Sistema Único de Saúde!

Tenho dito a eles, Senadora Lúcia Vânia, com muita clareza também, que costumo ler, quando falo com a imprensa, a lista desses Deputados e Vereado-

res. Eu leio a lista: fulano de tal, entidade tal; beltrano de tal, entidade tal; sicrano de tal, entidade tal. Eu digo: “Torçam para que eu não me eleja. Torçam”.

Daqui do Senado, eu posso falar, mas não posso fazer nada contra eles. Torçam para que eu não me eleja! Se eu me eleger, nem um tostão mais irá para esse parasitismo, para essa desavergonhada manifestação de desrespeito ao dinheiro público. Mais ainda: se assassino o decreto acabando com essa farra do dinheiro público, provocarei o Ministério Público a estar com eles no dia seguinte a minha posse – no dia seguinte. Eu quero explicação sobre cada tostão!

Está aí uma grande motivação para eles trabalharem, motivação para trabalharem de modo a não deixar que eu chegue ao Governo do meu Estado. Eu chegar ao Governo do meu Estado significa o fim de linha para eles, o fim da carreira deles, o fim desse desrespeito que faz com que eles se sirvam do dinheiro público enquanto o povo do Amazonas vê seus autistas e portadores de necessidades especiais amesquinados à fome e desrespeitados em seus direitos básicos.

Sendo assim, as cartas estão todas postas, cada um escolhe o seu lado, e eu escolhi o meu: estou com os autistas e contra essa gente que lhes surrupia a esperança e a vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador Arthur Virgílio.

Prorrogo a sessão por mais 20 minutos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia, do PT do Pará, por 10 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa noite, Senador Flexa, que ora preside a sessão, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, pessoas que aqui se encontram, que nos assistem, que nos ouvem, venho hoje à tribuna fazer um apelo ao Prefeito de Belém, ao Prefeito Duciomar Costa.

Há cerca de três semanas ou um mês, eu já havia recebido, no meu escritório no Estado, representantes da Associação dos Moradores do Conjunto do Banco da Amazônia, que fica na Almirante Barroso, ao final da Avenida Tavares Bastos.

No referido local, moram muitas pessoas idosas e crianças, inclusive o Sr. Luiz Otávio, uma pessoa do mesmo Partido do Prefeito de Belém, do Prefeito Duciomar Costa. Sei que o Prefeito Duciomar vai receber amanhã a Associação de Moradores do Conjunto do Banco da Amazônia.

Por que estou trazendo este assunto, como Senadora da República? Porque se trata de um assunto que atinge a nossa Capital, Belém, e que, na verdade,

está ligado à liberação de recursos públicos federais, visto que o prolongamento da avenida hoje denominada João Paulo II está sendo feito com recursos alocados pela Bancada, provenientes da União, recursos federais. Portanto, é minha obrigação, como Senadora, fiscalizar se esses recursos estão sendo bem utilizados.

Pois bem, quando recebi os moradores do Conjunto do Basa, foi-me entregue um abaixo-assinado que demonstra claramente que a grande maioria é absolutamente contrária à solução que a Prefeitura de Belém tem apresentado aos moradores de reduzir o projeto original aprovado na Caixa Econômica Federal, para fazer um atalho, passando a ligação da Avenida João Paulo II por dentro de um conjunto habitacional de forma absolutamente inadequada, inclusive tecnicamente.

Vejam bem: fiz até referência ao Sr. Luiz Otávio, um senhor aposentado que mora no conjunto dos funcionários do Basa – não, não é o nosso Senador. Refiro-me a um dos fundadores, um dos dirigentes, um militante do mesmo Partido do Prefeito de Belém.

Estou fazendo um apelo ao Prefeito. Primeiro, não consigo entender. Enviei dois ofícios à Caixa Econômica, perguntando sobre o cronograma e se houve alguma alteração no projeto, porque, quando há recursos federais, todos sabemos que é preciso aprovar o projeto. Inclusive, o projeto é aprovado tecnicamente no órgão que está liberando os recursos.

E como são liberados os recursos? Conforme a obra é realizada, os recursos são liberados. É assim que funcionam todas as obras que recebem recursos federais – até acredito que assim ocorre nas obras estaduais –, seja no Município, seja no Estado. Em qualquer lugar, é assim que funciona.

Em que situação? Enviei dois ofícios à Caixa Econômica Federal, perguntando sobre o cronograma e se a Prefeitura poderia alterar o projeto original que foi aprovado, fazendo um atalho pelo conjunto residencial dos funcionários do Banco da Amazônia. Perguntei se isso era legal.

A resposta da Caixa Econômica Federal foi a seguinte:

1) O trecho I, compreendido entre a Rua do Utinga e a Passagem Gama Malcher, e o trecho II-A, compreendido entre a Av. Dr. Freitas e a Rua do Utinga já foram concluídos;

2) Atualmente, os trabalhos se concentram no trecho II-B, compreendido entre a Passagem Gama Malcher e a Passagem Mariano;

3) Cerca de 69% dos serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação e urbanização da obra como um todo se encontram

concluídos *[ou seja, faltam ainda 30% apenas das obras]*;

4) Desde o início do contrato, o cronograma original sofreu várias alterações de prazo, sendo que, atualmente, o término das obras está previsto para 31/12/2006;

5) Não houve alteração no objeto dos contratos que envolvem serviços desde a Dr. Freitas até a Passagem Mariano, prevendo ligações com a Av. Almt. Barroso através da Av. DNIT (a ser construída) e pela Passagem Mariano *[que já existe, mas que iria sofrer melhorias]*.

Uma eventual solicitação de redução de metas do projeto original que venha acarretar a perda de sua funcionalidade, como, por exemplo, a finalização da obra através da via de ligação do Conjunto Basa, não poderá ser aprovada tecnicamente pela Caixa.

Ou seja, o argumento é o de que não há mais recursos para concluir a obra, apesar de os recursos para concluir os 30% estarem na Caixa Econômica Federal, e a Caixa dizer que é tecnicamente inviável a solução de reduzir o projeto. E realmente é inviável, é inseguro, é um absurdo. Eu sou arquiteta e confesso que fiquei com vergonha pelos arquitetos que disseram que aquilo é viável, porque não se constrói mais neste País via de mão dupla. Todo mundo sabe que se evita.

A saída da Av. João Paulo II pela Rua Mariano, que deverá sofrer melhorias, e pela rua a ser construída ao lado do Dnit, cujo projeto já foi aprovado há muito tempo – teve início na administração anterior, em que eu era vice-Prefeita, portanto, eu o conheço bem –, será feita por duas vias distintas, e não no centro de um conjunto habitacional de largura pequena, em uma via de mão dupla. E mais: o prolongamento da avenida conhecida como 1º de Dezembro – que, em homenagem à visita do Papa João Paulo II, passou a ser denominada Av. João Paulo II – não é para ser uma via complementar à Almirante Barroso, mas uma via alternativa. Quanto mais ligações houver à Av. Almirante Barroso, mais se perde o sentido da construção da via como alternativa.

Então, faço este apelo ao Prefeito de Belém, porque creio que S. Exª está sendo mal-informado. Por quê? Se realmente não há recurso, se, enfim, os recursos faltaram, S. Exª não poderá utilizar um centavo do recurso da Caixa Econômica Federal para fazer o atalho pelo BASA. A Caixa Econômica só vai liberar o recurso quando forem feitos os 300 metros que faltam – faltam apenas 300 metros – até chegar à rua Mariano e for construída a rua ao lado do Dnit, que fará exata-

mente as duas vias de acesso à Almirante Barroso, até nós da Bancada do Pará aprovarmos recursos, como aprovamos o prolongamento, para a continuação da obra até onde ela deverá ir, até o final, que vai até outro Município, o de Ananindeua inclusive.

No entanto, a obra aprovada, autorizada e, inclusive, financiada com recursos do Orçamento da União aprovados por nós da Bancada federal é até a passagem Mariano e até a rua Dnit, que tem de ser feita e aberta. Já há autorização do Dnit. Não é verdade que não há autorização do Dnit. Existe autorização, e, aliás, ela já havia sido dada antes.

Faço este apelo ao Prefeito. Tecnicamente, é indevido, e causará uma imensa insegurança. Aquelas casas – eu fui ao conjunto – vão ter que ser desapropriadas. Não entendo! Se não há dinheiro, se a Prefeitura só vai poder construir com recursos próprios ou se o Governo do Estado repassar recursos, por que esses recursos não servem para completar a obra até onde ela tem que ir? Aí, sim, a Caixa Econômica vai liberar os recursos. Caso contrário, o povo de Belém, o povo do Pará vai perdê-los. Esses recursos simplesmente não serão liberados se a obra não for até a aprovação técnica. Técnicos de trânsito, inclusive, dizem que é indevida essa ligação, completamente indevida.

Faço este apelo. Vejo a revolta dos moradores, e estou muito preocupada. São pessoas idosas. O Sr. Luiz Otávio é um senhor. Várias outras pessoas estavam indignadas. Estão tão indignados que confeccionaram uma faixa, dizendo que lá será um novo Eldorado dos Carajás. Vi cidadãos dizendo que vão se jogar na frente dos tratores. E é alguém do próprio partido do Prefeito. Tentam passar informações incorretas à sociedade, não dizem a verdade totalmente. Os próprios técnicos da Prefeitura estão enganando a sociedade de Belém, dizendo que é melhor. Não é verdade. O projeto aprovado é até a Passagem Mariano, até a Avenida Dnit.

Senador Romeu Tuma, onde já se viu, nos tempos de hoje, construírem uma via de mão dupla exatamente para fazer ligação...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– ...entre uma via que é exatamente escoamento de saída da cidade, uma complementar, que é a Av. João Paulo II. E como fazer por meio de um conjunto habitacional que existe há quase 40 anos, cujas casas são geminadas, uma via de mão dupla, para passar carro de passeio, ônibus, caminhão, tudo? Reduzir o projeto!

Por favor, conclua, porque, além de ser incorreto, de ser inseguro – porque tecnicamente é errado -,

Belém vai perder esse dinheiro, 31% desses recursos para completar os 30% da obra que estão faltando. Porque 70% da obra está pronta. Está aqui, a Caixa Econômica respondeu, está completamente pronta. Só faltam 30%. Vai se perder o dinheiro.

Portanto, o apelo que faço é que se conclua a obra da forma como ela foi feita e aprovada por todos.

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT – PA)

– Já concluo, Sr. Presidente.

Foi aprovada por todos. Inclusive, nunca, em nenhum momento, por nenhum técnico, foi pensada qualquer saída pelo conjunto do Banco da Amazônia.

Portanto, é o apelo que faço ao Prefeito: que cumpra o projeto. Fiz o apelo ao Ministério Público Federal, enviei ofício ao Procurador da República, o Dr. Felício Pontes Júnior, solicitando providências, já que são recursos federais que estão sendo desviados de seu objetivo real, que é ser utilizado em uma obra que está sendo reduzida de forma indevida e tecnicamente incorreta. Peço ao Ministério Público Federal que tome as providências devidas, a fim de que não se cometa esse crime não apenas contra os moradores, mas contra o povo de Belém.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, apesar de V. Ex^a, segundo informações do Dr. Carreiro – o Senador Romeu Tuma é testemunha –, já ter usado a palavra às 15 horas e 28 minutos. Porém, como o Brasil e Santa Catarina não podem deixar de ouvi-lo pela tribuna do Senado Federal, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Usei antes o microfone do Senado Federal, pela ordem, para chamar a atenção para uma decisão normativa do Ibama publicada em junho, que decide restringir a presença de pessoas em um observatório no Município de Imbituba, na região sul do nosso Estado, para admirar as baleias que ali nadam, bóiam e fazem evoluções, próximas da praia. Neste período, a baleia franca vem de regiões frias para o Sul do País, justamente nessa região, a fim de procriar e amamentar seus filhotes. São muitas baleias. Isso acontece há anos. Inúmeros e inúmeros turistas vão à encosta para observar as baleias. Se elas se sentissem incomodadas, não ficariam ali. É aquele exibicionismo todo, elas ficam fazendo evoluções. Parece que estão se exibindo para os turistas. Ficam nadando com os filhos. O próprio Senado Federal tem um documentário, que é

apresentado freqüentemente na televisão, mostrando essas belezas todas.

Recebi, há pouco, inúmeros *e-mails* e ligações sobre o fato de o Ibama querer proibir que os turistas presenciem essa evolução das baleias. É estranho que isso esteja acontecendo. O Ibama precisa conciliar, sem exagero, as ações ecológicas de preservação, sem proibir às pessoas o prazer de ver aqueles animais maravilhosos em Santa Catarina, desde esta época até o final do ano.

Deixo registrada nesta Casa a falta de visão por parte do Ibama. Essa ação dura que o Ibama vem tomando seguidamente prejudica o turismo do nosso País, o crescimento social e econômico do nosso País.

Eu estava lendo hoje que a Alemanha se orgulha dos dois milhões de turistas que para lá foram por causa da Copa. A Alemanha está se gabando disso porque 90% dos que foram para lá vão recomendar a outros que visitem aquele País. Imaginem o que os turistas que vão para o sul do Estado, que estão lá observando as baleias vão dizer, pelo Brasil e pelo mundo afora, sobre o espetáculo da baleia franca!

É lamentável que o Ibama não tenha essa visão. É lamentável que este Governo tome posições com essa, duras, prejudicando o crescimento do turismo do nosso País.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sonhando o prazer de ver as baleias, eles estão tirando aquela vocação de preservação; não estimula o amor das crianças pelas baleias, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É verdade. Até isso.

O assessor da Ministra Marina é o Sr. Luis Fernando Krieger Merico, de Santa Catarina.

Com respeito às baleias, deixo registrado nesta Casa o meu parecer: que Governo atrasado! Que Governo que toma posições duras e não demonstra sensibilidade com esse setor!

Santa Catarina, com certeza, vai tomar posições duras referentes a essa ação da Ministra Marina – se é que ela está sabendo – e do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – O Sr. Senador Alvaro Dias, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, Romero Jucá e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “FHC diz não ser igual a ‘essa gente do PT’ e que Lula ‘é bom de garganta’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 26 de junho do corrente.

A matéria destaca que ex-presidente não teme e aceita a comparação de seu governo com a gestão do PT. Segundo o ex-presidente, tem apenas uma coisa que o governo do PT fez a mais que o governo do PSDB: “muita corrupção, os escândalos, aí ganharam. Também gastaram muito. É muita publicidade, é muita propaganda, é muita palavra para não encobrir nada. Aí ganharam”.

Um outro assunto traz-me à tribuna.

Sr. Presidente, as mudanças serão operadas pela sociedade por intermédio do voto, manifestação soberana do povo nas urnas.

Não podemos privar os historiadores, as gerações futuras de pesquisadores de alguns registros importantes.

O editorial da **Folha de S. Paulo**, da edição de domingo, dia 09 de julho, intitulado “Sob Encomenda”, é uma peça escrita que deve constar dos Anais da casa.

A devolução dos Correios ao fisiologismo, pouco mais de um ano depois de a estatal ter ocupado o epicentro da crise que deflagrou o escândalo do mensalão, é o fecho de um ciclo na República brasileira. É o atestado de que os sucessivos desmandos na política federal em nada mudaram, em essência, o modo pelo qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exerce o poder.

Como destaca o editorial da **Folha**, o Presidente Lula faz entrega dos Correios ao PMDB, faz ajuste em seu modo de selar alianças, devemos louvar os órgãos de imprensa independentes em nosso país que jamais deixaram de ser combativos mesmo nos períodos mais sombrios do regime militar e hoje contribuem na busca da transparência que deve prevalecer nas ações de estado.

No nosso entorno, o verso do poeta espanhol Francisco de Quevedo, resume a relação entre o executivo e a mídia escrita:

“Quem ao lado traz dinheiro, é formoso mesmo que seja feio”...

Segundo dados da ONG *Poder Ciudadano*, em 2005, o governo argentino gastou 43,8% a mais em publicidade oficial do que o estipulado no orçamento.

Segundo a referida Organização Não-Governamental, jornais de baixa tiragem, mas que elogiam o presidente Kirchner, recebem quase o dobro de verbas oficiais, se comparados com os jornais de grande circulação, mas de tom crítico.

Na última sexta-feira o presidente argentino obteve autorização do senado para alterar o orçamento à vontade, faltando apenas a câmara dar o seu aval. em que pese esse “superpoder” já existir desde 2001, o presidente Kirchner pretende tornar essa prerrogativa permanente.

Mídia controlada por meio de verba de publicidade, congresso esvaziado: o presidente Kirchner exerce um poder sobre várias esferas da sociedade argentina nunca visto em um governo civil.

Alguns historiadores já o qualificam o presidente-monarca.

Como Destaca O Editorial da Folha: O presidente Lula faz entrega dos correios ao PMDB, faz ajuste em seu modo de selar alianças, mas deixa intactas as causas da corrupção.

Devemos louvar os órgãos de imprensa independentes em nosso País que jamais deixaram de ser combativos mesmo nos períodos mais sombrios do regime militar e hoje contribuem na busca da transparência que deve prevalecer nas ações de Estado.

No nosso entorno, o verso do poeta espanhol Francisco de Quevedo, resume a relação entre o executivo e a mídia escrita:

“Quem ao lado traz dinheiro, é formoso mesmo que seja feio”...

Segundo dados da ONG *poder ciudadano*, em 2005 o Governo argentino gastou 43,8% a mais em publicidade oficial do que estipulado no orçamento.

Sr. Presidente, solicito que as matérias acima citadas passem a integrar este pronunciamento e, assim, constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PARTIDOS

FHC diz não ser igual a 'essa gente do PT' e que Lula 'é bom de garganta'

Ex-presidente pede comparação de seu governo com o do sucessor, marcado por 'corrupção, e escândalos'

Ana Paula Scinocca

Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser confirmado candidato à reeleição, seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, aproveitou a convenção estadual do PSDB em São Paulo para avisar ao petista que não teme e aceita o desafio de comparar seu governo com a gestão do PT.

Ao lado dos candidatos tucanos à Presidência, Geraldo Alckmin, e ao governo paulista, José Serra, Fernando Henrique disse que Lula é "bom de garganta" e se destaca nos quesitos corrupção e gastos com publicidade. Foi além. Afirmou que os petistas estão, na verdade, "cacarejando sobre ovos postos por outros". "Para chegar à vitória, nós vamos travar uma luta e não temos ninguém, partido nenhum. Eu quero a comparação do meu governo com o atual", anunciou, logo ao abrir o ato tucano, que reuniu cerca de 5 mil pessoas na Assembleia Legislativa ontem.

Em discurso inflamado de apenas 12 minutos, FHC frisou que seu governo não pode ser comparado ao de Lula quando o assunto é a corrupção. "Teve coisas que eles fizeram mais do que nós: muita corrupção, os escândalos, aí ganharam. Também gastaram muito. É muita publicidade, é muita propaganda, é muita palavra para encobrir o nada. Aí, ganharam", afirmou o tucano, que, por diversas vezes, fora interrompido por aplausos.

Em resposta às declarações de Lula anteontem, que chamou tucanos e petistas de "vozes do atraso", FHC insistiu nos escândalos de corrupção que assolaram o governo do ex-sindicalista Lula. "Nós nunca saímos pelas ruas do Brasil dizendo que nós éramos os éticos, e só nós; eles diziam. Agora, ainda ontem (anteontem) o presidente outra vez vem dizer 'vamos esperar a palavra final da Justiça,

enquanto ela não vêm os nossos iguais'. Eu não. Eu não sou igual a essa gente, não. Nós não somos iguais. Nós não somos iguais", afirmou, exaltado.

Embora mencionasse a questão da corrupção que atingiu o governo Lula várias vezes ao longo de sua fala, o ex-presidente também fez comparações em outras áreas. A de infra-estrutura foi uma delas. "Estão tapando buracos que fizeram em estradas que foram construídas por nós. Não construíram um quilômetro de estrada. Estão cacarejando sobre ovos postos por outros." A questão central da campanha de 2002 - a geração de empregos - também foi citada pelo ex-presidente FHC. "Não disseram que iam criar 10 milhões de empregos? Pois é. Agora, foram 4 milhões. E esqueceram de dizer que parte desses 4 milhões é emprego informal que se formalizou."

Em seguida, FHC ao lado de seu ex-ministro da Saúde, Serra, mudou o setor de comparação. "Podemos falar de saúde. O que foi feito? Nada, não. Houve escândalos por lá também. Houve desvio de propósito. Houve sim muita coisa equivocada." Valendo-se da fama de desinformado de Lula, cutucou: "Como é que se chama o ministro da Saúde? Eu acho que nem o presidente Lula sabe. Ninguém sabe." O atual ministro interino da Saúde é Agenor Álvares.

INCOMPETENTE

O ex-presidente também chamou Lula de "incompetente" e disse que o petista não soube aproveitar o cenário internacional favorável para fazer o País crescer. "É uma vergonha que um mundo nas condições de hoje, bem diferentes das do meu tempo, o Brasil não tenha aproveitado a onda para crescer mais. Falavam e ameaçavam. Mesma coisa: 2,6%. Eu com quatro crises financeiras e eles com um boom econômico no mundo todo. Incompetentes", anotou.

FHC ainda acusou Lula e

seus companheiros de PT de "desmoralizar as instituições" e ressaltou que o petista também leva vantagem quando o assunto é nomeação. "Nomearam muito mais do que eu. Tudo que era gente amiga foi nomeada; todos os bigodes estão lá no governo. Só que não se aprende do dia para noite. Tiraram gente competente para botar gente de partidos." A extensa agenda de viagens de Lula também não passou em branco pelo ex-presidente. É a autopromoção do petista, idem. "Chega de bazofia. Chega de garganta". E prosseguiu: "Só diz eu fiz, eu, eu, eu, eu. Eu? Vai ver nas urnas onde o eu vai parar." Assim como FHC, Serra e Alckmin seguiram linha de ataques a Lula em suas falas. Um integrante da cúpula tucana agradeceu a Lula. "Ele nos fez um favor. Conseguiu que o PSDB afinasse o discurso." À chegada da convenção houve tumulto. Segundo a rádio CBN, FHC caiu e quase foi pisoteado. ●

FRASES

Fernando Henrique ex-presidente

"Para chegar à vitória nós vamos travar uma luta e não temos ninguém, partido nenhum. Eu quero a comparação do meu governo com o atual"

"Teve coisas que eles fizeram mais do que nós: muita corrupção, os escândalos, aí ganharam. Também gastaram muito. É muita publicidade, é muita propaganda, é muita palavra para encobrir o nada"

"Estão tapando buracos que fizeram em estradas que foram construídas por nós. Não construíram um quilômetro de estrada. Estão cacarejando sobre ovos postos por outros"

"Nós nunca saímos pelas ruas do Brasil dizendo que nós éramos os éticos, e só nós; eles diziam."

"Não disseram que iam criar 10 milhões de empregos? Pois é. Agora, foram 4 milhões. E esqueceram de dizer que parte desses 4 milhões é emprego informal que se formalizou"

"Chega de garganta. Só diz eu, eu. Eu? Vai ver nas urnas onde o eu vai parar"

Para oposição, campanha será marcada por ataques de Lula

PSDB e PFL reagiram ontem ao discurso no qual o presidente chamou a oposição de "vozes do atraso"

Eugênia Lopes
BRASÍLIA

Lideranças do PSDB e do PFL reagiram ontem ao discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, na convenção nacional do PT na qual foi lançado à reeleição, chamou a oposição de "vozes do atraso".

Para tucanos e pefelistas, o presidente Lula deixou claro que vai elevar o tom da campanha e partir para ataques diretos aos oposicionistas.

"O governo do Lula é que foi conservador ao extremo", disse o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), coordenador da campanha do candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin. "A comparação que ele tenta fazer com o governo (do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso) é uma fraude. Em vez do governo Lula promover a reforma política, ele resolveu promover o mensalaço", reagiu o tucano.

"O Lula quer uma campanha ácida em vez de uma campanha propositiva", afirmou o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN). "Mas ele não vai im-

por o tom da campanha", observou o pefelista.

Na avaliação do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), o presidente Lula resolveu partir para o ataque e polarizar a campanha com a oposição para tentar evitar que as eleições presidenciais sejam decididas no segundo turno. "Um quadro com tantos candidatos a presidente faz a eleição se encaminhar para o segundo turno", argumentou. "E por isso, ele resolveu ser a voz da enganação e da desonestidade e tentar polarizar conosco", disse o tucano.

O líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), afirmou que as declarações do presidente Lula não são compatíveis com o discurso de um candidato que lidera as pesquisas, com 48% das intenções de voto. "O discurso dele não é de candidato favorito e sim de candidato que está perdendo nas pesquisas. É um discurso de quem sabe que a eleição não é fácil", disse. O pefelista considerou as declarações de Lula "agressivas". "Ele governou com o que há de mais atrasado. Nos últimos

anos, as alas mais modernas do PT foram abandonadas. Ele está querendo enganar a sociedade fazendo comparações com o governo passado", concluiu Maia.

Para o coordenador da campanha de Alckmin, o governo Lula foi conservador sob diversos aspectos, principalmente na área econômica. "Lula não tem condições de examinar o presente e tem proposta zero para a frente", disse Sérgio Guerra.

O líder pefelista Agripino Maia observou, ainda, que o presidente Lula tem um comportamento e discurso totalmente diferentes do que ele diz ter. "Da boca para fora, o Lula diz que é paz e amor. Mas fica agredindo, agulhando e desafiando a oposição".

Anteontem, o presidente Lula fez discurso de uma hora e meia com pesadas críticas ao governo de Fernando Henrique e a seus adversários. Entre suas afirmações, Lula disse que fez em três anos e meio mais do que Fernando Henrique em oito anos de governo. ●

PT é atrasado nos seus sonhos e métodos, acusa Alckmin

Para tucanos, candidato mudou discurso e, finalmente, se deu conta de que 'campanha está nas ruas'

O candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, fez ontem na convenção estadual do partido em São Paulo um dos discursos mais inflamados desde que se lançou na corrida ao Palácio do Planalto. A fala de Alckmin, feita de improviso, surpreendeu até mesmo seus interlocutores, que acreditam que, finalmente, o ex-governador paulista entendeu que a "campanha está nas ruas".

Em resposta a Lula, que ao ser lançado candidato à reeleição no domingo disse que tucanos e pefelistas representam "as vozes do atraso", Alckmin afirmou que atraso é o governo do PT. "Ontem eu vi, presidente Fernando Henrique, o nosso adversário falar do atraso, e nós realmente ficamos tristes pelos tempos atuais, porque a política do atraso foi o que nós vimos no Brasil", rebateu. "Política atrasada que não existe mais em nenhum dos nossos rincões. Essa visão patrimonialista de aparelhamento do Estado", prosseguiu.

Alckmin disse mais. Falou que o PT de Lula é um partido "atrasado nos seus sonhos e nos

seus métodos" e que faz "política atrasada ao ficar denegrindo o antecessor." Na sequência, não deixou de mencionar os escândalos de corrupção da administração petista, como a recente Operação Sanguessuga, que detectou desvio de recursos no Ministério da Saúde.

Assim como Fernando Henrique Cardoso fizera antes, o candidato do PSDB ao Planalto - que não citou Lula uma única vez - disse que o adversário é bom em propaganda. "Fundeb (*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica*), só na propaganda. Como não existe a transposição do São Francisco, a Transnordestina. Como não existe o Fome Zero, o Primeiro Emprego, o Banco Popular. O que existe é a mentira reiterada", acusou o tucano.

UNIDADE

A convenção que homologou o nome de José Serra como candidato ao governo de São Paulo ontem se transformou em um ato de desagravo a FHC e fez com que tucanos demonstrassem unidade até agora não vista na reta inicial da campanha.

Um dos principais responsáveis pelo discurso afinado, segundo os próprios tucanos, foi o ex-presidente. FHC viu na sala de Lula anteontem em Brasília a senha para que os tucanos, enfim, centrassem foco e energia em atacar o adversário, e não a si mesmos. Alckmin, Serra e Fernando Henrique chegaram juntos à convenção paulista do PSDB ontem, pouco depois das 13 horas. Antes, se reuniram na sede estadual do partido para uma conversa, que horas depois pareceu ter surtido efeito, pelo menos no palco.

Ao contrário da convenção que sacramentou o nome de Alckmin ao Planalto em Belo Horizonte, no dia 11, o ato de ontem foi marcado por discursos entusiasmados e troca de afagos até mesmo entre o Alckmin e Serra. Até agora, Serra e o governador de Minas, Aécio Neves, eram acusados de pouco engajamento na candidatura nacional do partido. Ontem, Serra emitiu sinal oposto. Hoje, Alckmin segue em direção a Uberaba para, com Aécio, também dar mostras de que, desta vez, a unidade do PSDB é para valer. • A.P.S.

FOLHA DE S.PAULO

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Sob encomenda

Lula entrega Correios ao PMDB, faz ajuste em seu modo de selar alianças, mas deixa intactas as causas da corrupção

A DEVOLUÇÃO dos Correios ao fisiologismo, pouco mais de um ano depois de a estatal ter ocupado o epicentro da crise que deflagrou o escândalo do mensalão, é o fecho de um ciclo na República brasileira. É o atestado de que os sucessivos desmandos na política federal em nada mudaram, em essência, o modo pelo qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exerce o poder.

Alguns guarda-livros dos saberes táticos de Brasília decerto discordará da afirmação acima. Argüirá que, desta feita, Lula aprendeu com os erros do passado e passou a praticar a distribuição de poder à moda da “porteira fechada”. O termo, no anedotário da capital federal, designa a entrega de todos os principais cargos de livre provimento de uma estatal (vale também para uma autarquia ou um ministério) a um só partido político.

Ao recusar-se a selar um acordo formal com o PMDB no início de seu governo, ao praticar a distribuição pulverizada de cargos entre aliados e ao destinar ao PT parcela desproporcionalmente elevada de postos, Lula teria semeado a crise de governabilidade. A divulgação da cena de um diretor dos Correios embolsando R\$ 3.000, há pouco mais de um ano, teria sido o estopim de um conflito anunciado —o elemento que expôs e acirrou a disputa entre os partidos da base, insatisfeitos com o “egoísmo” do PT, por diretorias e orçamentos e estimulou Roberto Jefferson a denunciar o mensalão.

A narrativa é verossímil. É provável que conflitos na teia de apoio ao presidente da República tenham figurado entre os aspectos principais que propiciaram o escândalo. O problema é quando se toma essa explicação —meramente instrumental— pela verdadeira origem dos desmandos e da primeira se faz um diagnóstico a nortear ações futuras.

Daí por diante, fica claro que o rearranjo tático da “porteira fechada” não se destina a corrigir os males que estão na origem do escândalo —a corrupção, a cons-

tituição de fundos ilegais para bancar a política, o desvirtuamento de autarquias e empresas estatais. Trata apenas de, em sintonia com o maquiavelismo, tentar evitar que uma nova crise venha a desestabilizar o governo.

Com porteira aberta ou fechada, o que importa para a modernização das instituições brasileiras é diminuir as oportunidades para que políticos desviem dinheiro público e desvirtuem instituições que existem para prestar bons serviços aos cidadãos.

Um governo compromissado com o avanço democrático nunca devolveria os Correios à barganha política. Trataria, pelo contrário, de aumentar controles públicos e administrativos a fim de favorecer o funcionamento das empresas estatais —e das demais instâncias burocráticas— de acordo com padrões técnicos, com ganhos contínuos de eficiência. Cortaria drasticamente os postos de livre provimento no setor público federal.

Mas a gestão Lula jamais se comprometeu, nem se sentiu compelida, a modernizar a máquina administrativa. Ilustra-o de modo cabal a entrega dos Correios, sob encomenda, ao PMDB.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “O caráter demoníaco do poder”, de autoria do ex-ministro de Estado, governador e senador, Jarbas Passarinho, publicado no jornal **Correio Brasileiro** em sua edição de 27 de junho do corrente.

O artigo trata da Convenção do PT que confirmou a candidatura do Presidente Lula à reeleição. No entanto, segundo o autor do artigo, “Desde o primeiro dia do seu governo, Lula já fazia campanha pela reeleição. O

poder revelou a falta de compostura do líder sindicalista que chegava à Presidência da República”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O caráter demoníaco do poder

JARBAS PASSARINHO
Foi ministro de Estado,
governador e senador

*O poder encerra em si mesmo
a semente de sua própria degeneração.*
Kark Loewenstein

A final o segredo de polichinelo foi revelado: Lula “aceita” ser candidato à reeleição. Numa reunião do PT – presente a nata que sugeriu a refundação do partido envergonhado –, consumou-se a farsa. Desde o primeiro dia do seu governo, Lula já fazia campanha pela reeleição. O poder revelou a falta de compostura do líder sindicalista que chegava à Presidência da República, com os trabalhadores e a classe média de mãos dadas. O refrão de Duda, “A esperança vencerá o medo”, recebeu 52 milhões de votos. De seu lado, os operários ávidos de se livrarem da velha classe dominante, que teria dividido o Brasil entre incluídos e excluídos. Logo, 400 “excluídos”, dirigentes sindicais, foram nomeados por Lula para funções de relevo, onde a maioria revelou atroz incapacidade.

Raymond Aron escreveu: “A Revolução Francesa deu aos burgueses o poder político; exercido anteriormente pelo rei e os nobres. Ao assumir o poder, os burgueses mantiveram-se iguais. Ao contrário, os representantes do proletariado deixam de viver como proletários no dia em que dirigem uma fábrica, uma estatal ou um ministério”. Aron, porém, era o anti-Marx. Mas Mikhail Bakunin, nobre dissidente, revolucionário anarquista rompidor com Marx, insistiu: “O governo da maioria das massas populares se faz, porém, por uma minoria privilegiada de marxistas, antigos operários que tão logo se tornem governantes cessarão de ser operários e não mais representarão o povo, mas a si mesmos. Quem duvida disso não conhece a natureza humana”.

Quando surgiram os escândalos do chamado núcleo duro do PT, os velhos companheiros de Lula, metalúrgicos “para os quais a sua palavra era lei”, concederam uma entre-

vista de página inteira na *Folha de S. Paulo*. A grande maioria, constante da foto que ilustrava a matéria, mostrava faces marcadas pelo tempo. Quase todos fundadores do PT, alguns poucos haviam sido deputados federais e estaduais. Profundamente decepcionados, haviam se afastado de Lula, que não mais lhes merecia respeito. Nas entrevistas, as queixas eram fortes: dos que nunca mais tiveram oportunidade de serem recebidos pelo líder de outrora, apesar de pedidos feitos para falar com ele. A totalidade, até a humilde servidora do sindicato, que chegava à casa tarde da noite obrigada a satisfazer os sindicalistas nas pesadas libações alcoólicas, fazia coro na queixa e na decepção. Ao tempo, as denúncias de Roberto Jefferson faziam minuar para 20%, nas pesquisas, a aprovação a Lula, que se poupava de apresentar-se em público. Hoje, ele aparece com mais de 50%, candidato favorito logo no primeiro turno eleitoral, ajudado por uma oposição que já se considerava vitoriosa e receava tentar o impeachment porque Dirceu prometia uma convulsão social em represália.

Tancredo Neves, quando se submeteu ao famigerado Colégio Eleitoral, menosprezava a capacidade de Maluf vencer em eleição indireta, onde vencera duas vezes. Ironizava: “Maluf enfrentou amadores”. Lula não é amador. Conseguiu fazer o povo acreditar que não sabia da ladroagem que o PT fazia para que ele tivesse maioria folgada na Câmara. O incorruptível Hélio Bicudo deixou o partido dizendo: “Lula esconde a sujeira embaixo do tapete”. Com 91 deputados, aprovava o que queria, graças aos atuais “picaretas”, clientes do “valerioduto”. Getúlio matou-se, moralmente arrasado, por infinitamente menos. Mas era um estadista honesto, cuja honra não fora atingida pelo “mar de lama” de que se queixou.

Lula, como profissional, aprendeu na política sindicalista, que tem critérios próprios. Fez crer aos ingênuos que nada sabia e que fora traído. O ministro da Justiça, menos ministro e mais criminalista acostumado a defender criminosos, salvou-o. O crime de

compra de votos com dinheiro público virou crime eleitoral: a caixa 2. O governo, infenso a CPIs, logo criou uma com parlamentares dóceis, com a missão (rapidamente cumprida) de concluir que “mensalão” não houve. Lula completou: “Caixa 2 é tradicional nas eleições brasileiras”. Fez absolver todos os parlamentares corrompidos, com exceção de três para coonestar a fraude.

Farto em gabar-se, suas promessas não foram cumpridas. Nem por isso entrou em descrédito. Até hoje os desempregados, que acreditaram nele, esperam os 10 milhões de emprego que prometeu, mas blasona que ninguém criou tantos empregos com carteira assinada. Em vez do Fome Zero, fracassado, apelou prontamente para a Bolsa Família, soma da bolsa-escola, do auxílio alimentação e do vale gás, criados nos governos anteriores. Adicionou-lhe um cartão e aumentou o pagamento do benefício. Trocou o emprego pela esmola a que se referia antes. Garantiu o voto do assistencialismo. Em lugar de manter e criar rodovias, mandou tapar os inúmeros buracos. Em cada um, um comício. Ganhou voto dos caminhoneiros. Uma dona-de-casa na pobre União dos Palmarenses, assistida do Bolsa Família, diz ao repórter: “Sei que tem corrupção, quadrilha organizada, mas para mim o presidente não é ruim”. Voto garantido, pragmático.

Milhões de pessoas de renda até R\$ 120 recebem Bolsa Família, de valor recentemente aumentado. Voto de gratidão à bondade eleitora do presidente. Uma feirante, pobre e de quatro filhos, prefere Lula: “Tenho medo de que o próximo presidente corte as bolsas”. Voto do medo que vence a esperança. O bispo, que foi parte da guerrilha comunista de Marighella, abandona o governo constrangido e diz: “O poder mostrou a face real de Lula”. Mas votará nele, novamente. Voto piedoso e ideológico. Tancredo, cuja integridade moral não lhe permitiria macular a honra, não diria que Lula é amador, mas que é um tipo de profissional, dos que se enganam a si próprios antes de enganar os outros. É a sua maior habilidade. A

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O desafio do usineiro ao Estado de Direito”, publicado no jornal **O Estado de São Paulo** em sua edição de 14 de junho do corrente.

O artigo, de autoria do jornalista José Nêumanne, discute a invasão promovida pelo MLST ao Congresso Nacional e destaca que “A brutalidade cega e estúpida contra a Câmara é a prova definitiva de que líderes como Bruno Maranhão não estão interessados

em terra para produzir, mas na desmoralização das instituições democráticas”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O desafio do usineiro ao Estado de Direito

José Nêumanne

É interessante observar a estranheza com que algumas pessoas reagem ao fato de Bruno Maranhão não ser um pobre camponês, mas o lidimo descendente de uma linhagem de senhores rurais, proprietários de sesmarias de canaviais, e cultor dos melhores sabores da vida, entre os quais o gosto refinado por produtos de vinícolas francesas. E ver a imprensa registrar o peculiar bom humor bonachão com que esse usineiro de boa cepa reage às brincadeiras de seus companheiros da cúpula do Partido dos Trabalhadores a respeito do abismo social que o separa dos egressos do “chão de fábrica” e, o que é mais comum, da direção dos sindicatos. Não escapará ao observador atento das fotos em que o líder da depredação da Câmara dos Deputados, na semana passada, aparece com o presidente da República um certo *apômb*, um inequívoco ar de superioridade, no rictus irônico desenhado por seus músculos faciais, ante os próprios companheiros de jornada a seu lado.

O MLST não luta contra o latifúndio, mas, sim, contra o império da lei

Mas quem o conhece bem, e há muito tempo, não se surpreende com isso. É o caso, só para dar um exemplo, do advogado paraibano Rômulo de Araújo Lima, que fundou com ele o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dissidência armada do velho Partidão stalinista. “O impressionante é que ele não mudou nada”, observou o ex-companheiro de aventura e tortura nas masmorras da ditadura. Será, então, Bruno Maranhão ainda um revolucionário sonhador que, à imagem e semelhança dos guerrilheiros de Sierra Maestra, em Cuba, de Douglas Bravo, na Venezuela, dos tupamaros, no Uruguai, ou de Tiro Fijo, na Colômbia, desafiava o poderio imperialista nos grotões de nossa América Latina? Nada disso! Para Araújo Lima, o antigo companheiro de direção do grupo revolucionário já era, então, e continua a sê-lo hoje, o retrato encarnado e esculpido da casta social na qual

nasceu e foi criado. E mais: para o ex-camarada de luta armada, o líder do Movimento da Libertação dos Sem-Terra (MLST) é uma expressão perfeita da faceta esquerdóide do coronelismo rural nordestino. Aparentemente, trata-se de uma conclusão espantosa. Como pode um militante que dedica a vida ao combate ao latifúndio não passar de uma espécie de raivoso dissidente socialista dos senhores das terras e das almas do interior nordestino?

Para entender isso convém tirar as cascas da cebola mítica da ideologia e ir ao cerne da questão. Somente os que têm por ideologia a tolice acreditam – e os espertalhões que disso se aproveitam para se locupletar na política divulgam – que o MLST, o MST e outros movimentos ditos sociais dos desterrados das periferias urbanas lutem por uma reforma agrária para tomar a terra dos especuladores e entregá-la aos que nela podem produzir. Qualquer cidadão isento e lúcido está a par de que o verdadeiro inimigo desse tipo de grupo, que manobra com o lumpesinato urbano em busca do Éden campestre, é o Estado de Direito e tudo quanto este representa na luta por igualdade de oportunidades e possibilidade de ascensão social pelo mérito, e não pelo compadrio ancestral.

A brutalidade cega e estúpida contra a Câmara é a prova definitiva de que líderes como Bruno Maranhão não estão interessados em terra para produzir, mas na desmoralização das instituições democráticas, entre as quais o Poder Legislativo, por mais improdutivo e desmoralizado que de fato este já esteja. Concentrar a atenção na barbárie planejada e executada meticulosamente é abordar o fenômeno apenas pelos efeitos. Tão grave quanto a violência é o progressivo processo de leniência com que o Estado brasileiro trata as violações permanentes e impenitentes contra as leis por cujo cumprimento deveria zelar.

Os próceres aos quais a sociedade delega o poder de comandar o Estado se comportam como se fossem suseranos a quem o voto permite passar por cima das normas jurídicas vigentes quando isso lhes convém. Fernando Henrique estendeu tapete vermelho para o MST e entregou ao sucessor,

Luiz Inácio Lula da Silva, um estado de coisas em que os inimigos da democracia já eram tratados como se fossem vítimas dela. Com sua inata (e explosiva) mescla de sagacidade com ignorância e oportunismo, o atual presidente aproveitou-se o quanto pôde dessa verdadeira “herança maldita” para pagar as dívidas do PT com alguns grupelhos de extrema-esquerda inimigos fígados da democracia, muitos dos quais, aliás, abrigados não apenas nos porões, mas até mesmo nas torres do relógio do partido governista. A ostentação de bonés e outros badulaques deles pelo chefe do Estado é o símbolo decisivo da vigência do pacto da truculência coronelista com o corporativismo sindicalista contra o império impessoal das leis.

Esse pacto se manifesta claramente nas prioridades estabelecidas pelo governo petista, que, nunca é ocioso lembrar, financia as hordas de vândalos que invadem propriedades privadas e próprios públicos ao arripio da lei e ao abrigo da indiferença dos guardiães desta. O governo que engordou os cofres do MLST do coronel Maranhão com R\$ 5,7 milhões é o mesmo que propiciou um aumento, em três anos, de 26% dos lucros das cinco maiores instituições financeiras nacionais a mais que nos oito anos do governo anterior, execrada por proteger banqueiros. E, não por acaso, injetou 23% de aumento na renda do lumpesinato, aplicando com intenções eleicoeiras o sistema assistencialista coronelista, já adotado na gestão tucana, da Bolsa-Família. Com a garantia da satisfação da elite financeira, o que leva a campanha adversária à indiferença, e a segurança do triunfo eleitoral com o apoio das urnas milionárias da mendicância, o grupo no poder pouco se importa com os efeitos malignos de sua opção pelo lucro dos bancos e pela esmola aos pobres na redução dos investimentos. Isso lá dá voto?!

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Jogadores saem em defesa de atacante”, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 10 de junho de 2006.

O artigo relata que os maiores amigos do jogador da seleção brasileira de futebol, Ronaldo, saíram em sua defesa após a pergunta do Presidente Lula sobre sua condição física. Segundo seus amigos, Ronaldo não está gordo, está apenas forte.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jogadores saem em defesa de atacante

DOS ENVIADOS A KÖNIGSTEIN

Os maiores amigos de Ronaldo na seleção brasileira saíram em defesa do jogador e disseram que ele não está gordo, como questionou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“O Ronaldo ficou muito tempo parado e fez muita musculação. Agora ele está forte”, disse o lateral Roberto Carlos.

“Ele é muito experiente. Seu biotipo é muito diferente daquele do Barcelona, em 1997. Hoje ele está mais forte”, disse

Robinho, que evitou comprar briga com Lula. “Ele quer sempre que o Brasil ganhe.”

Kaká também defendeu o atacante. “Nós todos sabemos que o Ronaldo não está gordo.”

Pelo índice de massa corporal, que classifica as pessoas por uma conta que considera o peso e a altura de cada um, Ronaldo é um obeso leve —o dele fica acima de 25, o limite para um peso normal. Isso levando em conta os 87 kg que ele já declarou como o seu peso atual —ele mede 1,83 m. (EAR, PC, RPE SR)

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “MST faz 28 reféns em fazenda ocupada”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de treze de junho do corrente.

A reportagem relata novas invasões realizadas pelo MST e pela Fetagri – Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Os movimentos vêm promovendo ações totalmente antidemocráticas, em que muitas vezes são feitos reféns. O governo do Partido dos Trabalhadores, que sempre prometeu a reforma agrária, não pode ignorar esses absurdos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falamos em interiorização do desenvolvimento – ou seja, em atingir um equilíbrio entre a distribuição da população e da atividade econômica – desde a época em que Juscelino Kubitschek deu início à construção de Brasília.

Mas o fato é que só há pouco a agenda de prioridades dos governantes passou a incluir a preocupação de criar condições para que todas as regiões de um Estado gerem emprego e renda.

A concentração do crescimento econômico nas grandes cidades produziu efeitos perversos, como a migração desordenada das zonas rurais e cidades de menor porte rumo às capitais – sem que estas dispusessem de infra-estrutura para abrigar ou proporcionar emprego a um imenso contingente de mão-de-obra sem qualificação.

Para reverter essa tendência histórica brasileira, são necessárias ações que conjuguem esforços do poder público e do setor privado, no sentido de levar o desenvolvimento às cidades do interior. Qualquer projeto de atração de novos investimentos deve incluir a avaliação de potencialidades regionais e a criação de infra-estrutura adequada. Mais importante ainda, deve

dar prioridade ao incentivo às micro, pequenas e médias empresas, pois são elas que, com uma distribuição territorial homogênea, atuam de modo decisivo sobre a descentralização da atividade econômica.

O Espírito Santo, como o restante do Brasil, não foge à regra da concentração de investimentos em regiões metropolitanas. Na área da Grande Vitória, estão centralizados 63 por cento do Produto Interno Bruto do Estado. Mas tanto a administração estadual quanto entidades empresariais vêm demonstrando empenho na formulação de políticas que reduzam as disparidades regionais.

Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento descentralizado, a Federação das Indústrias do Espírito Santo criou diretorias regionais, que desenvolvem ações para estimular a interiorização e qualificar a mão-de-obra local. Na região Noroeste, por exemplo, parcerias com o Senai e prefeituras permitiram a realização de cursos de qualificação que formam profissionais para atender à demanda das indústrias situadas na região.

São ações bem-sucedidas, mas que poderiam ter um alcance muito maior se o governo federal dispusesse

de políticas setoriais que ordenassem o desenvolvimento territorial do País e facilitassem a desconcentração de oportunidades de emprego. O aporte de recursos da União, por exemplo, é indispensável para a superação de problemas como a precariedade da infra-estrutura disponível em cidades de menor porte.

Um País em que um abismo em matéria de padrão de vida e índices de crescimento econômico separa regiões de um mesmo Estado jamais conseguirá alcançar um desenvolvimento sustentável. Há muito que a eliminação de tais disparidades deveria ser um dos objetivos principais da administração federal.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A14 | NACIONAL | TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

TERRA SEM LEI

MST faz 28 reféns em fazenda ocupada

Fetagri também participa de invasão em Mato Grosso do Sul

João Naves
ESPECIAL PARA O ESTADO
CAMPO GRANDE

Mais de mil famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) de Mato Grosso do Sul mantêm reféns, desde as 6 horas de ontem, 28 funcionários da Fazenda Teijin. Segundo líderes dos dois movimentos, não há previsão para a liberação dos empregados e do desbloqueio dos acessos ao local. A fazenda ocupada está situada em Nova Andradina, a 240 quilômetros de Campo Grande, região leste do Estado, e tem 28,5 mil hectares.

Também confinaram 10 mil bovinos em um cercado de 100 hectares e prometem deixá-los sem água e alimentação até a solução da questão judicial entre os proprietários e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na terça-feira da semana passada, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3.ª Região determinou a suspensão do processo de demarcação e desapropriação do imóvel.

Uma semana antes da decisão judicial, o Incra marcou o dia — que seria sábado passado — da distribuição de terrenos para as 1.057 famílias. Elas estavam acampadas na estrada que passa em frente à fazenda desde 2004. Recentemente, obtiveram na Justiça licença para acampar dentro do imóvel.

Desde 2004, os sem-terra vêm construindo poços artesanais e grande parte da estrutura formada para as moradias das famílias.

Tanto o MST quanto a Fetagri condenam a decisão do TRF em favor do Grupo Agropecuário Teijin, dono da fazenda. Os sem-terra alegam que a área foi declarada improdutiva pela perícia judicial determinada pela Justiça Federal há seis anos. Em setembro de 2005, a defesa do Grupo Teijin protocolou recurso, julgado no dia 6. Em decisão unânime, a segunda turma concedeu a medida liminar para sustação do processo até a apreciação de tutela antecipada, formulada em recurso na ação principal. e...

Invasoras merecem estátuas, diz petista

Para deputado gaúcho, ataque à Aracruz alertou contra prejuízo ambiental

Elder Ogilari
PORTO ALEGRE

O deputado estadual Frei Sérgio Górgen (PT) disse que as mulheres que invadiram e depredaram um laboratório e viveiro de mudas da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro (RS) merecem estátuas em praças públicas do Rio Grande do Sul e, no futuro, receberão homenagens por terem chamado a atenção da sociedade para os prejuízos ambientais e sociais da expansão das florestas de eucaliptos.

As declarações foram feitas no lançamento da cartilha O Latifúndio dos Eucaliptos — Informações Básicas sobre as Monoculturas de Árvores e as Indústrias de Papel, ontem, em Porto Alegre. A ataque à Aracruz ocorreu no dia 8 de março por cerca de 2 mil mulheres. Após denúncia do Ministério Públi-

co, a Justiça abriu processo contra 37 pessoas acusadas pela ação, entre as quais o líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stedile.

Os 5 mil exemplares da cartilha, editada pela Via Campesina, sindicatos e veículos de comunicação para expor os argumentos dos movimentos contrários aos florestamentos de eucaliptos promovidos pela indústria da celulose. "Estamos levando a informação necessária ao cidadão comum que já foi ou será vítima dos danos ambientais e sociais causados pela plantação indiscriminada de eucaliptos", justificou Frei Sérgio.

A cartilha sustenta que a depredação não atingiu pesquisas de 20 anos, como a empresa alegou, porque o laboratório de genética da Aracruz está no Espírito Santo. Também afirma que o uso do dióxido de cloro para

branqueamento de celulose prejudica a natureza e a saúde. E prevê prejuízos ambientais, como falta de água, se as empresas confirmarem as previsões de plantar 1 milhão de hectares de eucalipto no Estado.

Em resposta, o diretor de Operações da Aracruz, Walter Lúcio Nunes, ressaltou que a empresa tem diversos laboratórios e observou que as pesquisas no Rio Grande do Sul, para buscar maior produtividade em clima frio, não poderiam ser feitas no Espírito Santo, de temperaturas mais altas e constantes. Também argumentou que o uso de dióxido de cloro é um avanço na proteção ambiental e está liberado em países como a Alemanha.

Na Assembleia gaúcha, o deputado Jerônimo Górgen (PP), parente distante de Frei Sérgio, considerou a cartilha um atestado de que os invasores não se arrependeram. e

300 sem-terra invadem propriedade no Paraná

Evandro Fadel
CURITIBA

Um grupo com cerca de 300 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), segundo a Polícia Militar, invadiu ontem pela manhã a Fazenda Urupês, de 730 alqueires, em Cruzeiro do Oeste, a 550 quilômetros de Curitiba, no no-

roeste do Paraná. Os sem-terra estavam acampados às margens da BR-487, nas proximidades da fazenda, desde o dia 6 de maio. O proprietário da fazenda, Antonio Sestito, não foi encontrado, mas a informação era de que estava preparando a documentação para entrar com pedido de reintegração de posse.

Um dos líderes do MST na re-

gião, Anderson Kenor, disse que a situação estava bem tranquila no local, o que foi confirmado pela polícia. Segundo ele, apenas a família de um caseiro estava na fazenda e permanecia sem que fosse importunada. Ele afirmou que a propriedade está toda destinada a pecuária. Kenor disse ter conversado com o proprietário pela manhã e este manifestou interesse em negociar a venda da fazenda com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A assessoria do Incra no Paraná não tinha informações sobre nenhum processo envolvendo a área. e

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “O exército dos liberticidas”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 13 de junho deste ano.

O artigo trata da invasão do Congresso Nacional promovida pelo MLST, movimento liderado por Bruno Maranhão, integrante da Executiva do Partido dos Trabalhadores. Segundo o artigo, “Consumada a afronta intolerável, o Governo Federal recorreu à desconversa pusilânime com que reage a trapalhadas produzidas por amigos, companheiros e cúmplices”. “O Presidente da República fingiu nem conhecer Bruno Maranhão, que já dormiu na Granja do Torto e entra sem bater no Planalto”.

Sr. Presidente, gostaria de registrar a matéria intitulada “Proposta insensata”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 19 de junho do corrente.

A matéria destaca que criar balão-de-ensaio para acenar com mudanças na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e aliciar prefeitos é mais uma “jogada” do PT para obter palanques em todo o País. Esse parece ser o raciocínio por trás da proposta do Ministro das Relações Institucionais e coordenador político do go-

Augusto Nunes

Coisas da Política

O exército dos liberticidas

EM JULHO DE 2005, ao despencar da chefia da Casa Civil e estatelar-se no solo hostil do Congresso, o ministro em desgraça José Dirceu avisou que só haviam mudado o teatro de operações e o perfil dos combatentes. Liberado das batalhas cotidianas no Planalto, faria a guerra na planície. Estava pronto para defender o presidente Lula, ameaçado por mais uma ofensiva golpista, com “a mobilização de milhares de militantes dos movimentos sociais”.

O discurso beligerante do “querido Zé” jamais se materializou, mas foi retomado meses depois pelo ministro Tarso Genro. Caso a oposição pedisse o impeachment do sempre injustiçado presidente, ameaçou, Lula teria a defendê-lo as tropas que Dirceu planejava convocar.

Na semana passada, os democratas brasileiros foram enfim apresentados aos personagens evocados pelos oficiais petistas: são “militantes dos movimentos sociais”, por exemplo, os 500 brasileiros que invadiram e depredaram dependências da Câmara dos Deputados, atendendo a ordens da chefia do Movimento de Libertação dos Sem Terra.

Os participantes da Batalha do Congresso servem nos quartéis comandados por Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, o veterano general do MLST. Ali são adestradas divisões do exército que abrange muitas siglas, entre as quais o MST, a CUT e a Contag. Todas juram lutar pela

verno Tarso Genro, de fazer mudanças na LRF, para que nela seja inseridos “patamares aceitáveis” de crescimento e de inflação.

Como último assunto, gostaria de fazer o registro do artigo, “A recompensa” publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 26 de junho do corrente.

No artigo, o Professor de Filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfield, alerta que o futuro do Brasil apresenta-se de uma forma bastante inusitada, pois poderemos ter a experiência de os responsáveis pelo mensalão e valérioduto serem recompensados. O artigo chama a atenção para uma questão que se impõe: será que o crime compensa?

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que os referidos artigos passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

reforma agrária ou pela redenção dos pobres. Tão verdadeiro

Movimentos sociais são incorporados à ofensiva contra o regime democrático

quanto uma cédula de 3 reais. O objetivo real é construir o paraíso socialista, sobre os escombros da democracia burguesa.

Submetidas ao desconforto das barracas de lona preta, multidões vulneráveis a fan-tasias são acoissadas pela mesma incelença. O Poder Legislativo, como os outros, é apenas um desperdício a serviço da elite exploradora. Destruir qualquer prédio que abrigue inimigos do povo é um dever dos humilhados e ofendidos.

Consumada a afronta intolerável, o governo federal recorreu à desconversa pusilânime com que reage a trapalhadas produzidas por amigos, companheiros e cúmplices. Uma nota oficial censurou pateticamente excessos praticados por homens e mulheres de boa-fé. O presidente da República fingiu nem conhecer Bruno Maranhão, que já dormiu na Granja do Torto e entra sem bater no Planalto. Concentrou-se em questões mais complicadas. O cotidiano da Seleção Brasileira, por exemplo.

Enquanto jornais do mundo inteiro buscavam compreender o dia de cão, Lula perguntava a Parreira se Ronaldo está gordo ou não está. Deu-se mal. O craque afirmou que rumores sobre quanto pesa um jogador têm a mesma relevância de boatos sobre quanto bebe um presidente. Lula desistiu de incursões pelos bastidores da Copa do Mundo.

Com tempo de sobra, nem assim o presidente renunciou à pusilanidade oportunista. Não convém aborrecer parceiros como Maranhão. Não vale a pena brigar com “movimentos sociais”. Melhor tratá-los com tolerância e, como ensinou o incidente com a Bolívia, muito carinho.

Os interesses da nação recomendam mais apreço pela democracia. Os superiores interesses da reeleição sugerem a ampliação do poderio das tropas que excitam a imaginação de generais aprendizes. Se a devassa nos armários da corrupção topar com mais cadáveres, os muito vivos terão de agir em defesa do presidente. Os assassinos da democracia só sobrevivem amparados por exércitos liberticidas.

Proposta insensata

É tortuoso o raciocínio que parece estar por trás da proposta do ministro das Relações Institucionais e coordenador político do governo, Tarso Genro, de fazer mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para que nela sejam inseridos "patamares aceitáveis" de crescimento e de inflação. Mas o raciocínio enviesado não é o pior dos defeitos da proposta, que o ministro expôs de maneira sucinta à saída de um encontro com o líder do PSDB na Câmara, deputado Jutahy Jr. O que ela tem de grave é o fato de, ao atribuir direta ou indiretamente à LRF efeitos negativos que a lei não tem, abrir caminho para sua mudança mais profunda. Se isso vier a ocorrer, será grande o risco de sobrevir um desastre nas finanças públicas, com efeitos danosos para o bolso do contribuinte e para o crescimento econômico.

A proposta do ministro embute, de maneira equivocada, a idéia de que a responsabilidade fiscal retarda o crescimento e exige metas muito rigorosas para a inflação. A LRF se limita a submeter os administradores de recursos dos contribuintes a regras de seriedade e responsabilidade destinadas a romper com a prática até há pouco corrente no País de os governantes gastarem mais do que podiam, em benefício político ou financeiro próprio, sem que fossem punidos por isso.

Com pouco mais de seis anos de vigência, a LRF é responsável por mudanças notáveis no padrão de gestão financeira do setor público brasileiro. A imposição de limites ao endividamento nos três níveis

de governo, de tetos para gastos com pessoal e de regras rigorosas para a administração do dinheiro público forçou a introdução de uma nova mentalidade política no País e se tornou um dos principais fatores de controle do déficit do setor público. Sem o equilíbrio das contas do governo, em todos os níveis, não haverá crescimento sustentado. Daí, ao contrário do que parece supor o coordenador político do governo, a LRF ser essencial para sustentar o crescimento, não para contê-lo.

Um dos principais fatores que freiam o crescimento bra-

Balão-de-ensaio para acenar com mudanças na LRF e aliciar prefeitos

sileiro está, de fato, dentro do setor público, mas não em decorrência da aplicação da LRF. O problema é de outra natureza – e seria de grande valia para o País se, desde já, o ministro se debruçasse sobre ele para, com o apoio da oposição, que parece desejar conquistar, enfrentá-lo corajosamente.

O problema mais grave do setor público, e que retarda o crescimento, é a má qualidade da política fiscal, não apenas por causa de gastos obrigatórios que decorrem da legislação em vigor, mas também por escolhas erradas feitas pelo governo. Essa política, que se mantém por vários anos, vem levando ao crescimento contínuo das despesas públicas. Mas os gastos que mais crescem não são aqueles destinados a melhorar e ampliar os

serviços que o governo presta, ou deveria prestar, à sociedade. O setor público gasta cada vez mais com as despesas correntes, aquelas destinadas a sustentar sua estrutura, que não pára de crescer e pesa demais sobre o bolso dos contribuintes.

Esse problema tornou-se particularmente grave no governo Lula. Em dez anos, os gastos correntes cresceram à média anual de 5,8%, bem mais do que o crescimento da economia brasileira no período, de cerca de 2,5% por ano. Nos três primeiros anos do governo Lula, o aumento dos gastos correntes foi de 6,23% ao ano, já descontada a inflação.

O crescimento das despesas destinadas a sustentar a máquina estatal tem sido tão rápido que, mesmo com o aumento da carga tributária, continua a faltar dinheiro para os investimentos, que melhorariam os serviços públicos, em particular a infra-estrutura ainda sob responsabilidade do Estado, como a malha rodoviária federal e o sistema portuário. É por retirar cada vez mais dinheiro das empresas e das famílias, reduzindo sua capacidade de investir e consumir, e ainda assim deixar que se deteriore a infra-estrutura que o setor público retarda o crescimento. Não é por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem esta, o quadro seguramente seria muito pior.

Mudanças como as sugeridas pelo ministro Tarso Genro funcionariam como uma cunha para alterar de maneira mais profunda a LRF, reduzindo-lhe substancialmente a eficácia. O que o País necessita não é do afrouxamento dessa lei, mas do seu endurecimento.

A recompensa

Denis Lerrer Rosenfield

O futuro imediato do Brasil apresenta-se de uma forma bastante inusitada, pois poderemos ter a experiência de os responsáveis do mensalão e do valerioduto serem recompensados. Os dutos tornaram-se visíveis, levando consigo grandes personagens, que tiveram de renunciar a seus ministérios, e dirigentes partidários, que abandonaram suas funções. O governo e o PT foram literalmente decapitados. O discurso histórico dos vencedores de 2002 se tornou, hoje, motivo de chacota, visto que a ética na política veio a significar a autorização da corrupção em benefício partidário e a "mudança de tudo o que estava aí", a manutenção de uma política econômica tão criticada por ser "neoliberal". O recuo em relação a esta última questão poderia, porém, ser visto como uma marca de sensatez e de amadurecimento; mas o abandono da defesa da moralidade pública consiste numa verdadeira traição a princípios morais. A situação que hoje se configura é a de um presidente com grandes chances de ser reeleito e deputados comprometidos com o desvio de recursos públicos que também poderão ser reeleitos. A questão que se impõe é: será que o crime compensa?

Se o crime compensa, o futuro não se revela promissor. Lula, o grande responsável de seu governo – pois do contrário não seria seu –, coloca-se à margem de tudo o que acontece. Arditamente, é como se ele fosse o maior crítico de seu governo, um opositor em relação a si mesmo, vendendo a imagem de que tudo apura. O que ele fez, sim, foi pôr todos os seus assessores mais diretos em apuros para salvar sua própria pele, aparecendo como omissos e estrangeiros a seu próprio mundo. Tal grau de dissociação, apesar de esquizofrênico, tem dado, até agora, bons dividendos eleitorais, ao preço de um completo descrédito daquele que deveria ser um exemplo de comportamento para toda a Nação. O exemplo a ser imitado se torna uma curiosa perversão: será que todos nós podemos ser igualmente irresponsáveis, omissos ou aparentando nenhum comprometimento com nossos próprios atos? É essa a imagem que o atual gover-

nho quer passar para os cidadãos deste país e para as próximas gerações?

Deputados éticos do próprio PT e de outros partidos estão agora desanimados. Alguns reatam em disputar uma nova eleição, tal o grau de vergonha ou de compromisso com a verdade. O seu comportamento revela um nível de moralidade que pode, no entanto, ser extremamente prejudicial ao País. Os que se candidataram correm o grande risco de não ser reeleitos, pagando por aquilo que não fizeram. A sua recompensa será a de pagarem pelo que os outros fizeram. Estes, por sua vez, graças ao dinheiro amealhado e aos seus currículos eleitorais, poderão voltar à Câmara dos Deputados, exibindo o comportamento de que foram, sim, recompensados pelo abandono da bandeira da ética na política. Em vez de uma nova legislatura comprometida com a moralidade, poderemos ter uma outra ainda mais imoral, sem vergonha de sê-lo. A mensagem transmitida será: imitem a nossa falta de pudor e de moralidade! Não há limites para a desfaçatez!

A situação ética está atingindo tal grau de deterioração que os discursos manifestos ou nada significam ou dizem precisamente o contrário do que aparentam transmitir. Por exemplo, as negociações em curso com a ala governista do PMDB são apresentadas como de discussões programáticas. Ao mesmo tempo é vazado que a distribuição de cargos num eventual segundo mandato de Lula seria feita sob a modalidade da "porteira fechada", ou seja, os cargos loteados seriam preenchidos pelo PMDB em todos os níveis hierárquicos dos ministérios recebidos. Teríamos uma espécie de feudo fisiológico posto à disposição desses negociadores "programáticos". Logo, a discussão programática vem a significar: viva a privatização partidária dos cargos públicos! Se o pudor e a moralidade fossem ainda vigentes, uma tal tergiversação dos fatos não seria nem apresentada. No máximo, seria feita na surdina, sem que ninguém aparentasse saber.

O fato, numa perspectiva histórica, é hilário, se não fosse trágico para o País. Os interlocutores do governo, José Sarney, Renan Calheiros e Jader Barbalho, já foram as "bestas" do PT,

os piores inimigos. "Coronéis", "corruptos", "atrasados" e outros elogios do mesmo calibre eram correntes para qualificar os outrora adversários. Poderíamos, ainda, considerar a possibilidade de que se tratava, naquele então, de um mero arrobo oposicionista que não visava, na verdade, a atingir a honra dessas pessoas. Neste caso, conviria um pedido público de desculpas, acompanhado de um novo tipo de postura. Agora, convenhamos, que esses personagens passem a ser "companhei-

Se o crime compensa, o futuro não se revela promissor

ros" num passe de mágica é algo que não resiste à menor prova de correção e de moralidade.

O comportamento de Lula e dos deputados e dirigentes partidários comprometidos com a corrupção é pior, em certo sentido, que o do PCC. Este, pelo menos, tem a virtude da sinceridade e da coerência, não ocultando o que faz, agindo consoante com suas idéias e escancarando a violência da qual é o patrocinador. Aqueles escondem o que fazem, dizem o contrário da linguagem dos seus atos, procuram esquivar-se de qualquer comprometimento com a palavra, exibindo uma violência implícita, desestruturadora da cena pública e das instituições representativas. Destroem a democracia, dizendo segui-la.

Nada mais coerente, então, que o presidente Lula continue usando e abusando do seu cargo presidencial, viajando por todo o Brasil, apresentando-se como candidato, declarando não sê-lo. As palavras passaram apenas a dizer o contrário do que deveriam significar. Viagens para inaugurar obras passarão a se chamar viagens de vistoria! A ficção da moralidade continuará a produzir os seus frutos. Até onde irá a recompensa? ●

Denis Lerrer Rosenfield
é professor de Filosofia
na UFRGS. E-mail:
denisrosenfield@terra.com.br

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é apenas uma rápida intervenção, que faço com muita alegria, com o objetivo de registrar a realização, em Brasília, no período de 21 a 25 de junho passado, da III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, iniciativa do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra.

O evento constituiu-se em mais um sucesso, na promoção, a partir da Capital Federal, daquilo que o campo brasileiro produz de melhor. Serviu também para dar visibilidade às atividades de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, grupos de mulheres, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas. Em torno de 500 agricultores de todo o Brasil tiveram a oportunidade de expor e comercializar seus produtos, estabelecendo ainda uma saudável e enriquecedora troca de experiências, com agendamento de negócios para o futuro.

Foram cinco dias de atividades, envolvendo rodadas de negócios, seminários e debates, lançamento de livros e publicações, simulações para protótipos de agroindústrias, além de uma farta agenda de atividades culturais. Nomes expressivos da música popular brasileira, como Zé Ramalho e Genival Lacerda, e a Banda de Pifanos de Caruaru brindaram o público com agradáveis momentos de cultura e lazer.

Os dados finais relativos ao número de visitantes e ao volume de negócios ainda não foram divulgados, mas, de acordo com estimativa do coordenador da III Feira de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, José Batista, os expositores devem ter movimentado em torno de R\$1,5 milhão em vendas nos estandes. A participação popular alcançou, nos primeiros quatro dias do evento, o expressivo número de 30 mil visitantes.

E falando em agricultura familiar, Sr. Presidente, permito-me lembrar a aprovação, no início de julho, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Trata-se de uma notícia certamente auspiciosa para os brasileiros que vivem no meio rural. Pelo Projeto, que vai à sanção presidencial, o agricultor familiar e a agricultura familiar passam a ser reconhecidos como uma categoria produtiva, o que implica garantia de institucionalização das políticas públicas voltadas para o setor.

No Brasil, a agricultura familiar responde por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária, enquanto suas cadeias produtivas perfazem 10% de nosso Produto Interno Bruto. São mais de quatro milhões de agricultores familiares em atividade no País, representando 84% dos estabelecimentos rurais, res-

ponsáveis pela absorção de 70% da mão-de-obra do campo. Assim, a agricultura familiar garante a maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, como mandioca, feijão, carne suína e bovinocultura leiteira, entre outros.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluindo, quero congratular-me com todos os brasileiros que participam do extraordinário esforço de produzir, em bases familiares, alimentos para o Brasil. Estão todos duplamente de parabéns: pelo sucesso da III Feira de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, e também pela aprovação de um projeto que deve garantir melhores condições de vida e trabalho para os milhões de conterrâneos que atuam no meio rural.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de hoje, foi realizada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo, a cerimônia de entrega de espadins aos cadetes do primeiro ano, do Curso de Formação de Oficiais da Academia da Força Aérea Brasileira.

Sr. Presidente, o jovem cadete, que abraça a carreira militar na Aeronáutica, com profundo sentido de dever e de renúncia pessoal; o jovem cadete, que verga o dorso sobre os livros, em intermináveis horas de estudo; o jovem cadete que abdica de uma vida talvez mais fácil – opção de tantos contemporâneos seus –, na luta pela concretização do seu sonho, de integrar as Forças Armadas do Brasil; esse juvenil brasileiro deve, antes de tudo, sentir orgulho da condição que alcança.

Deve-se orgulhar o jovem integrante da Força Aérea Brasileira, ao receber, em honra ao seu denodo e em reconhecimento à sua capacidade de renúncia pessoal, o espadim da corporação – símbolo do mérito inerente à carreira que escolheu para si. Todo brasileiro que escolhe a vida militar opta, em verdade, pela especial condição de servidor público e, em nome e na defesa do interesse público, deve pautar a sua conduta, no curso dos anos.

Somente o profundo sentimento de nacionalismo; somente a crença na virtude do espírito, que se fortalece a partir da labuta diária, mediante o árduo processo de adestramento – intelectual e físico –; somente o amor genuíno à nação brasileira tem o condão de trazer para o seio da Aeronáutica esta briosa juventude.

Digo-lhes isso porque o oficialato militar é renúncia e sacerdócio; é luta e sacrifício; é esforço e emulação; porém, a causa que legitima a ação militar – a defesa da pátria – é a tal ponto honrosa, é tão meritória e tão repleta de nobreza e valor, que o reconhecimento pú-

blico, que acompanha a vida do oficial da aeronáutica, certamente lhe servirá de estímulo, de recompensa e de afago, em seus momentos de incertezas.

O cadete tem por ofício cruzar os céus do Brasil, a bordo de potentes aeronaves, não apenas para garantir a defesa e a incolumidade do solo em que nascemos, o solo onde haveremos de ser enterrados. O jovem cadete também realiza, em terra firme, atividades administrativas, operacionais e de combate, oferecendo sua vida em holocausto, se tal medida extrema se fizer necessária, na defesa da segurança dos seus compatriotas, na hipótese de um ataque externo ao nosso País.

O jovem cadete tem a honra suplementar de ser formado pela venerável Academia da Força Aérea, herdeira histórica da antiga Escola de Aviação Naval. A Escola de Aviação Naval fora criada pelo Presidente Wenceslau Braz, no longínquo ano de 1916, tempo em que o então Ministro da Marinha, o Almirante Alexandrino Faria de Alencar, trabalhava para adquirir, no exterior, os primeiros aviões de treinamento brasileiros.

Três anos depois, em 1919, o Exército secundou o bom exemplo da Marinha, ao criar o Serviço de Aviação Militar. Paralelamente, o Brasil inaugurou a Escola de Aviação Militar, no dia 10 de janeiro de 1919, instituição que teve, na figura do Tenente Coronel Estanislau Vieira Pamplona, o seu primeiro comandante.

Sr. Presidente, a primeira metade do Século XX foi um tempo de rudes e intermináveis ameaças – abertas ou veladas – à paz mundial. O pacifista Alberto Santos Dumont, admirável inventor brasileiro, auxiliou a humanidade no seu nobre intento, vislumbrado há séculos, de alçar vôo, livrando-a, ao menos parcialmente, da força gravitacional que nos acorrentava a todos.

Data de 1906 o seu brilhante experimento científico, qual seja, o bem-sucedido vôo do frágil, criativo e motorizado avião 14-Bis, aos olhos incrédulos de uma Paris estupefata, testemunha ocular da decolagem e pouso da engenhoca, no Campo de Bagatelle, localizado na capital francesa.

Pouco tempo depois, o estado da arte no campo bélico indicava a futura proeminência das aeronaves nos teatros de guerra, em todo o mundo. Estratégias poderosas de ataque, novas e surpreendentes, como a *blitzkrieg* germânica, davam mostras da importância dos aviões nos conflitos armados, após o uso ainda incipiente, quase romântico, de aviões insólitos por sua fragilidade, na Primeira Guerra Mundial.

Na esteira da brilhante proposta de vanguarda do Major Lysias Augusto Rodrigues, o Brasil maturou a idéia de criar uma nova força armada, necessariamente desvinculada do Exército e da Marinha, por

jeto que iria se viabilizar já no decorrer da Segunda Grande Guerra.

Em 20 de janeiro de 1941, o Decreto número 2.961, assinado por Getúlio Vargas, então Presidente da República, finalmente criou o Ministério da Aeronáutica, que passou a gerir as aeronaves e os dois centros de formação de oficiais aviadores, da Marinha e do Exército. A unificação de ambos resultou no surgimento da Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro.

Com o tempo, revelou-se a necessidade de se construir uma nova escola de aeronáutica, e as muitas prospecções indicaram que a cidade paulista de Pirassununga apresentava condições ideais para o projeto.

Passo a passo, a meta estabelecida pela Aeronáutica foi atingida, desde as primeiras análises topográficas da região eleita, até que, em 1971, a Academia da Força Aérea pôde ser transferida, em caráter definitivo, do Rio de Janeiro para Pirassununga, onde foi dirigida pelo Brigadeiro do Ar Geraldo Labarthe Lebre.

Em nossos dias, a Academia da Força Aérea é um portento em concreto e aço, e ocupa mais de 140.000 m² de área administrativa, e mais de 70.000 m² de área residencial, além de contar com um conjunto de equipamentos extremamente complexos.

Srs e Srs. Senadores, a construção de um País é uma tarefa inesgotável e multigeracional, por natureza. Os brasileiros de ontem, que confabularam as políticas, os projetos e as estratégias a serem realizados pelo nosso amado ente coletivo – o Brasil dos nossos ancestrais e dos nossos descendentes –, demonstraram grande capacidade de antever as necessidades do tempo presente.

A Aeronáutica, por sua vez, não se limitou a realizar sua missão institucional, no curso da nossa História recente, e foi muito além, ampliando o orgulho que sentimos pelo nosso País, a partir da realização de projetos arrojados, como a criação da Academia da Força Aérea (AFA), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), que se ocupa da pesquisa no campo aeroespacial. O Ministério da Aeronáutica também protagonizou a criação da pioneira Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que, desde 1969, inseriu a comunidade científica brasileira no seleto grupo dos países construtores de aviões de alta tecnologia agregada.

Este imenso valor da FAB para todos os nossos concidadãos também se desvela, com todas as suas cores, na Região Amazônica. Como representante do Estado do Pará no Senado da República, sou testemunha privilegiada das ações da FAB, sempre no auxílio

dos brasileiros mais sofridos, que ocupam as áreas mais longínquas do nosso colossal território.

O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), altamente tecnológico, opera na defesa do nosso espaço aéreo, evitando todo tipo de violação territorial, como o grave problema do narcotráfico, porém na mais estrita observância do ordenamento jurídico pátrio.

Seria ocioso enumerar os tantos outros episódios em que a Aeronáutica honrou a fibra e a garra do povo brasileiro. Gostaria de evocar, sem qualquer pretensão de esgotamento do tema, a heróica e brilhante campanha da Força Expedicionária Brasileira, que resultou na tomada da cidade italiana de Monte Castelo.

Por estas e outras razões, julgo da maior importância incrementar os investimentos públicos em nossa Aeronáutica, a despeito das dificuldades financeiras atualmente enfrentadas pelo Brasil. O fortalecimento da FAB é do interesse de todos, e deve se converter em um objetivo de longo curso, a despeito da alternância de poder em nossa República.

Sr. Presidente, no ano em que comemoramos o primeiro centenário do célebre voo de Santos Dumont, em um 23 de outubro – data fixada em nosso calendário como o Dia do Aviador –, apresento os meus mais sinceros votos de sucesso a esta briosa turma de cadetes do primeiro ano do Curso de Formação de Oficiais da FAB: que cada um dos seus membros saiba dar seguimento, com o seu apaixonante trabalho, à luta de tantos brasileiros, que fizeram da Aeronáutica um exemplo de competência e de grandeza para o nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 763, de 2006 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 42, de 2006 (nº 787/2003, na Casa de origem), que institui diretrizes nacionais

para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 845, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aelton Freitas.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 22, DE 2000

(Votação nominal)

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Pareceres sob nºs 103, de 2004, e 443, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges – 1º pronunciamento (sobre as Propostas): favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário): pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3, na forma de subemendas que apresenta, e da Emenda nº 4.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 77, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal.* (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais)

5

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

8

MENSAGEM Nº 169, DE 2006

Votação, em turno único, da Mensagem nº 169, de 2006 (nº 473/2006, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005.

9

REQUERIMENTO Nº 1.047, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.047, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, a fim de aguardar o envio de nova Lei de Estrangeiros que daria tratamento mais amplo ao tema.

Parecer contrário, sob nº 379, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Aelton Freitas.

10

REQUERIMENTO Nº 676, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 676, de 2006, da Senadora Ana Júlia Carrepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

11

REQUERIMENTO Nº 690, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 690, de 2006, do Senador Leonel

Pavan, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

12

REQUERIMENTO Nº 694, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 694, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, e 263, de 2003, a fim de retomar sua tramitação autônoma.

13

REQUERIMENTO Nº 695, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 695, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 149 e 162, de 2005; e 42, de 2006, a fim de retomar sua tramitação autônoma.

14

REQUERIMENTO Nº 701, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 701, de 2006, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Assuntos Econômicos.

15

REQUERIMENTO Nº 703, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 703, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, 198, 223, e 356, de 1999; 73, 203 e 245, de 2000; 101 e 185, de 2001; 95, 113 e 124, de 2002; 319, de 2003; e do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, a fim de que tenha tramitação autônoma.

16

REQUERIMENTO Nº 704, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 704, de 2006, do Senador Paulo Paim,

solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999; 73, 203 e 245, de 2000; 101 e 185, de 2001; 95, 113 e 124, de 2002; 319, de 2003, e do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002; a fim de que tenha tramitação autônoma.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2006 (nº 733/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 478, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2006 (nº 1.375/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 374, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Heráclito Fortes.

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 132, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2006 (nº 1.380/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 375, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 197, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2006 (nº 119/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com reserva, o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 521, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 198, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2006 (nº 1.424/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 642, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 199, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2006 (nº 1.548/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate ao HIV/SIDA, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 522, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 200, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2006 (nº 1.558/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado entre a República*

Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Pequim, em 24 de maio de 2004.

Parecer favorável, sob nº 523, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 201, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2006 (nº 1.572/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 524, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 202, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2006 (nº 1.731/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco, em 14 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 203, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2006 (nº 1.758/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 205, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2006 (nº 1.799/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965.*

Parecer favorável, sob nº 558, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 206, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2006 (nº 1.839/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, em 12 de maio de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 527, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jefferson Péres.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 207, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2006 (nº 1.897/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 559, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2006 (nº 1.913/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 560, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 209, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2006 (nº 1.942/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 561, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

35**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 210, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2006 (nº 1.976/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 562, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 212, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2006 (nº 1.068/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 14 de janeiro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 643, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 54 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 300**, adotada em 29 de junho de 2006 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame	01, 15, 16
Senador Sérgio Guerra	02, 03, 07
Deputado Luiz Carreira	04, 05, 11
Deputado José Carlos Aleluia	06, 08, 10, 13, 14
Deputado Wagner Lago	09, 12
Deputado Carlos Santana	17

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 17

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 301, adotada em 29 de junho de 2006 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ, do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO e do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do IPI; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987; a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei no 9.657, de 3 de junho de 1998, a criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar e da Carreira de Apoio Operacional à Tecnologia Militar, a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar - GDATM e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA, de que trata a Lei no 10.551, de 13 de novembro de 2002; alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei no 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na Carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS - FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão, e dá outras providências."

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado Alexandre Cardoso	087,
Deputado Antonio Carlos Biscaia	013, 024, 031, 034, 062, 064, 077, 096, 097,
Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	093, 095, 098,
Senador Arthur Virgílio	058, 063,
Deputados Babá e Maninha	009, 018, 019, 072, 106, 107, 114,

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

Deputado Carlos Mota	109,
Deputado Carlos Santana	059, 060, 061, 110,
Deputado Eduardo Barbosa	014, 017, 021, 028, 035, 075, 092,
Deputado Eduardo Valverde	089,
Deputado Gervásio Augusto Oliveira	108, 111, 112,
Deputado Gilmar Machado	090,
Senadora Heloísa Helena	099, 100, 101, 102, 103, 104, 105,
Deputado Jorge Bittar	036, 039, 042, 043, 046, 050, 053, 055, 057, 068, 070, 074, 082,
Deputado Júlio Redecker	066,
Deputado Luiz Carreira	001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 025, 026, 040, 047, 048, 065, 069, 071,
Deputada Maninha	037, 038, 041, 044, 045, 049, 051, 052, 054, 056, 067, 073, 088,
Deputado Nelson Pellegrino	011, 020, 027, 078, 091,
Deputado Orlando Desconsi	085,
Senador Paulo Paim	115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122
Deputado Reginaldo Lopes	084,
Senador Sérgio Zambiasi	012, 015, 022, 030, 032, 079, 080, 081,
Senadora Serys Slhessarenko	113,
Deputado Walter Pinheiro	010, 016, 023, 029, 033, 076, 083, 086, 094,

SSACM**Total de Emendas: 122**

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 302, ADOTADA EM 29 DE JUNHO DE 2006 E PUBLICADA NO DIA 30 DO MESMO MÊS E ANO, QUE " *DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS PLANOS ESPECIAIS DE CARGOS DA SUFRAMA E DA EMBRATUR, E DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DOS ÓRGÃOS CENTRAIS - GSISTE; A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI NO 10.910, DE 15 DE JULHO DE 2004, QUE DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS REESTRUTURA A REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DE AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL, DE AUDITORIA-FISCAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO, DA MEDIDA PROVISÓRIA NO 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DA LEI NO 10.479, DE 28 DE JUNHO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS DE DIPLOMATA, OFICIAL DE CHANCELARIA E ASSISTENTE DE CHANCELARIA; A INSTITUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO AO SERVIÇO EXTERIOR BRASILEIRO - GEASEB; A INSTITUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - GEFM; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.* " :

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado André Figueiredo	03, 05, 57, 58, 59
Deputado Antônio Carlos M. Thame	98, 153
Deputado Arnaldo Faria de Sá	02, 11, 13, 20, 22, 27, 28, 29, 30, 32, 44, 45, 46, 66, 67, 73, 78, 79, 80, 81, 83, 91, 97, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 126, 131, 132, 155, 156, 157, 158, 159, 181
Deputado Carlos Mota	10, 18, 23, 43, 54, 55, 56, 74, 128, 134, 154
Deputado Celso Russomanno	102
Deputado Eduardo Valverde	01
Deputado Fernando Diniz	103
Deputado Gonzaga Patriota	31
Deputado Jovair Arantes	24, 25, 33, 40, 41, 42, 60, 65, 70, 71, 75, 76, 77, 93, 94, 104, 107, 108,

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

	116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 130, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 161, 182
Deputado Júlio Lopes	52, 53, 61
Deputado Luiz Carreira	04, 06, 08, 96, 99
Deputado Manato	100
Deputada Maninha	101
Deputado Marco Maia	17, 19, 36, 49, 50, 64, 86, 87, 88, 92, 95, 115, 129, 133, 160, 162, 163, 164, 165, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Deputado Orlando Fantazzini	09, 12, 26, 62, 63, 90
Deputado Paes Landim	85, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143
Deputado Paulo Pimenta	14, 34, 35, 51, 84
Deputado Ricarte de Freitas	152
Senadora Serys Shessarenko	82, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Deputado Tarcísio Zimmermann	37, 38, 39, 47, 48, 89, 105, 109
Deputado Wagner Lago	15, 16, 21, 68, 69, 72
Deputado Zezéu Ribeiro	07

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 182

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer da **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 303** adotada em 29 de junho de 2006 e publicada em 30 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
DEPUTADO ALBERTO FRAGA	038, 093, 104, 134
SENADOR ALVARO DIAS	020, 050
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO	006, 051, 111, 114
DEPUTADO ANTONIO C. M. THAME	019, 033, 045, 112, 113, 118, 139, 148, 192, 193, 194, 195, 196
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	052, 089, 161
DEPUTADO AROLDI CEDRAZ	026, 070, 095
DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE	179
DEPUTADO CARLOS A. LERÉIA	016, 018, 041, 042, 061, 065, 066, 078, 084, 129, 143, 211, 212
DEPUTADO CARLOS BATATA	182
DEPUTADO CHICO DA PRINCESA	164, 165, 166, 173, 176, 199
DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI	001, 011, 012, 021, 023, 032, 039, 057, 058, 076, 081, 085, 094, 096, 098, 099, 100, 101, 102, 116, 117, 127, 156, 197, 214, 215
DEPUTADO EDISON LOBÃO	225
DEPUTADO EDUARDO BARBOSA	064
DEPUTADO SCIARRA	201
DEPUTADO EDUARDO VALVERDE	105
DEPUTADO FERNANDO BEZERRA	177
DEPUTADO FRANCISCO TURRA	035, 171
DEPUTADO FLÁVIO ARNS	030, 144

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

DEPUTADO FLEURY	130, 131, 136
SENADOR FLEXA RIBEIRO	002, 159
DEPUTADO GEDDEL VIEIRA LIMA	220
DEPUTADO GERSON GABRIELLI	128
DEPUTADO GERVÁSIO SILVA	008, 053, 056, 083, 091, 103, 138, 141, 142, 146, 202
DEPUTADO GIACOBO	009, 062, 125, 203, 204
DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA	036, 119, 172
DEPUTADO JACKSON BARRETO	174, 175, 198
DEPUTADO JAMIL MURAD	110
DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI	072
SENADOR JONAS PINHEIRO	007, 107, 183
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO	207
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA	122, 135, 200
DEPUTADO JÚLIO LOPES	023
DEPUTADO JÚLIO TORRES	027
SENADOR LEONEL PAVAN	013, 044, 187, 188, 189, 190, 191, 221, 222
DEPUTADO LUCIANO ZICA	151
DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE	152, 153
DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY	010, 040, 047, 054, 055, 060, 073, 074, 075, 079, 086, 087, 088, 090, 092, 097, 115, 121, 123, 124, 150, 162, 163, 167, 168, 169, 178, 184, 185, 186, 205, 206, 208, 209, 210, 213, 216, 219
DEPUTADA MARIANGELA DUARTE	069, 108, 147
DEPUTADO MEDEIROS	022, 025, 037, 140, 149
DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA	003, 014, 029, 031, 160, 217, 218, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235
DEPUTADO MOACIR MICHELETTO	181
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	180
DEPUTADO ODACIR ZONTA	157, 158
DEPUTADO OSMAR SERRÁGLIO	015, 034, 048, 067, 068

DEPUTADO OSVALDO REIS	120
DEPUTADO PAES LANDIM	043, 059, 077, 133
DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO	170
DEPUTADO PEDRO FERNANDES	236
DEPUTADO SANDRO MABEL	017, 024, 049, 063, 080, 109
SENADOR SÉRGIO GUERRA	004, 005, 028, 046, 106, 126, 132, 137
DEPUTADO SILAS BRASILEIRO	154, 155
DEPUTADO TADEU FILIPPELLI	071, 082, 145
DEPUTADO WAGNER LAGO	224

SSACM**TOTAL DE EMENDAS: 236**

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 304**, ADOTADA EM 29 DE JUNHO DE 2006 E PUBLICOU EM 30 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DO IBAMA; INSTITUI A GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE DOCÊNCIA DOS SERVIDORES DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO ACRE, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA - GEDET; FIXA O VALOR E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO, DE QUE TRATA A LEI Nº 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, AOS MILITARES DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA; AUTORIZA A REDISTRIBUIÇÃO, PARA OS QUADROS DE PESSOAL ESPECÍFICO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970, OU PLANOS CORRELATOS DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, CEDIDOS ÀQUELAS AUTARQUIAS, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECÍFICA; CRIA PLANOS ESPECIAIS DE CARGOS, NO ÂMBITO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS REFERIDAS NO ANEXO I DA LEI Nº 10.871, DE 20 DE MAIO DE 2004; INSTITUI A GRATIFICAÇÃO DE EFETIVO DESEMPENHO EM REGULAÇÃO - GEDR, DEVIDA AOS OCUPANTES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA; CRIA AS CARREIRAS E O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP; AUMENTA O VALOR DA GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL - GEPDIN, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 11.090, DE 7 DE JANEIRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado ADÃO PRETTO.....	077.
Deputado ALBERTO FRAGA.....	019.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.....	089.
Deputado ARMANDO MONTEIRO.....	039.
Deputado ANTÔNIO CARLOS M. THEME.	060, 093, 094, 095, 096.
Deputado BARBOSA NETO.....	080.
Deputado CARLOS A. LERÉIA.....	070.
Deputado CARLOS SANTANA.....	021, 045.
Deputado CORONEL ALVES.....	099, 100, 101, 102, 103.

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

Deputado DANIEL ALMEIDA.....	050.
Deputado EDUARDO SEABRA	002, 022, 027.
Senador EDUARDO SUPPLY.....	073.
Deputado EDUARDO VALVERDE.....	015, 052.
Deputado GERVÁSIO A . OLIVEIRA.....	004, 013, 053, 056.
Deputado GILMAR MACHADO.....	081, 088.
Deputado GONZAGA PATRIOTA	001, 040.
Deputado GUILHERME MENEZES.....	083.
Deputado JOÃO GRANDÃO.....	071.
Senador JONAS PINHEIRO.....	098.
Deputado JORGE BITTAR.....	079, 090.
Deputado JORGE PINHEIRO.....	018.
Deputado JOSÉ JORJE.....	031.
Senador JOSÉ SARNEY.....	017.
Deputado JOVAIR ARANTES.....	110
Deputado LUIZ CARLOS HAULY.....	061.
Deputado LUIZ CARREIRA.....	005, 008, 012, 016, 025, 033, 034, 035, 036, 048, 049, 054, 055, 058.
Deputado LUIZ SÉRGIO.....	038.
Deputada MANINHA.....	037, 044, 059, 062.
Deputada MARIA HELENA.....	003, 023, 026, 028, 029, 030.
Deputado MARINHA RAUPP.....	007.
Deputado MARCUS VICENTE.....	069.
Deputado MOACIR MICHELETTO.....	072.
Deputado NELSON MARQUEZELLI.....	091, 092.
Deputado NELSON PELLEGRINO.....	074.
Deputada NEYDE APARECIDA.....	067.
Deputado ODACIR ZONTA.....	076.
Senador PAULO PAIM.....	066.
Deputada PERPÉTUA ALMEIDA.....	024.
Deputado RICARDO BARROS.....	047.

Deputado ROMEU QUEIROZ.....	111.
Deputado RUBENS OTONI.....	068.
Deputado SARNEY FILHO.....	009, 010, 020.
Senadora SERYS SLHESSARENKO.....	084.
Deputado SIGMARINGA SEIXAS.....	032, 042, 043, 051.
Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN.....	097, 105, 106, 107, 108.
Deputado TERESINHA FERNANDES.....	041.
Deputado VIGNATTI.....	075.
Deputado WALTER PINHEIRO.....	006, 011, 014, 046, 057, 063, 064, 065, 078, 082, 085, 086, 087.
Deputado ZEZÉU RIBEIRO.....	104, 109.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 111.

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 305**, adotada em 29 de junho de 2006 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências:

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
DEPUTADO AGNELO QUEIROZ	152.
DEPUTADO ALBERTO FRAGA	020, 039, 042, 046, 069, 077 081, 089, 091, 147, 166.
DEPUTADA ALICE PORTUGAL	011, 025, 033, 053, 075, 097, 102, 109, 124.
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO	079, 117.
DEPUTADO AMAURI GASQUES	014, 021, 029, 054, 064, 072, 073, 090, 101, 110.
DEPUTADO ANTÔNIO C. BISCAIA	151.
DEPUTADO ARNALDO F. DE SÁ	015, 023, 050, 059, 074, 106, 121, 132, 133, 134, 135, 136, 140, 144.
DEPUTADO BETINHO ROSADO	153.
DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE	051, 094, 145.
DEPUTADO CABO JÚLIO	047, 082, 083, 088, 092, 093, 095, 146, 167, 168.
DEPUTADO CARLOS MOTA	001, 002, 003, 004, 005, 017, 037, 038, 045, 052, 056, 065, 071, 078, 113, 114, 115, 118, 130, 131, 141, 143.
SENADOR DEMÓSTENES TORRES	161.
DEPUTADO EDINHO BEZ	008, 018, 027, 031, 043, 058, 070, 098, 107.

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES	016.
DEPUTADO GERALDO RESENDE	013, 034, 105.
DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA	010, 024, 028, 035, 049, 061, 080, 104.
DEPUTADO JOÃO CAMPOS	019, 040, 068, 137, 138.
SENADOR JOSÉ AGRIPINO	154.
DEPUTADO JÚLIO LOPES	119.
DEPUTADO LEONARDO MATTOS	155, 156, 157, 163, 164.
DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY	122.
DEPUTADO LUIZ CARREIRA	062, 063, 149, 165.
DEPUTADO LUIZ SÉRGIO	158.
SENADOR LUIZ OTÁVIO	162.
DEPUTADO MARCELO ORTIZ	012, 103.
DEPUTADO MARCO MAIA	116.
DEPUTADA MARIÂNGELA DUARTE	066, 111, 112, 123, 125, 159.
DEPUTADO MORONI TORGAN	022, 048, 076.
DEPUTADO MURILO ZAUITH	006, 007, 032, 036, 044, 099.
SENADOR NEY SUASSUNA	150.
DEPUTADO SARNEY FILHO	057, 126, 127, 128, 129, 142.
SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI	084, 087.
DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN	009, 026, 030, 041, 060, 067, 100, 108, 120, 139.
DEPUTADO WALTER PINHEIRO	055, 085, 086, 096, 148, 160.

SSACM**TOTAL DE EMENDAS: 168**

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

- (*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 306, adotada em 29 de junho de 2006 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que "Fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas."

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado Júlio Redecker	01
Deputado Jair Bolsonaro	02, 03, 04

SSACM

Total de Emendas: 04

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 307, ADOTADA EM 29 DE JUNHO DE 2006 E PUBLICADA NO DIA 30 DO MESMO MÊS E ANO, QUE " ALTERA A LEI NO 11.134, DE 15 DE JULHO DE 2005, NO TOCANTE AOS VALORES DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE DEVIDA AOS MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado Alberto Fraga	001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 08

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer da **MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 308** adotada em 29 de junho de 2006 e publicada em 30 do mesmo mês e ano, que "Fixa o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
DEPUTADO AGNELO QUEIROZ	002, 003, 007, 010.
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	001, 005, 008, 009.
DEPUTADO JOÃO CAMPOS	012, 013, 014, 015.
DEPUTADO JÚLIO REDECKER	004.
DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO	006, 011.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 15

(*) Publicadas em suplementos à presente edição;

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1289 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **JOSÉ NEVES DE ARAÚJO**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matr. 22801, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor-Adjunto, Símbolo FC-8, do Instituto Legislativo Brasileiro.

Senado Federal, 07 de julho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1290, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010288/06-6,

RESOLVE dispensar o servidor MOTOZO NORITA, matrícula 34050, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 03 de julho de 2006, e lotá-lo na Secretaria de Polícia do Senado Federal, a partir da mesma data.

Senado Federal, 10 de Julho de 2006



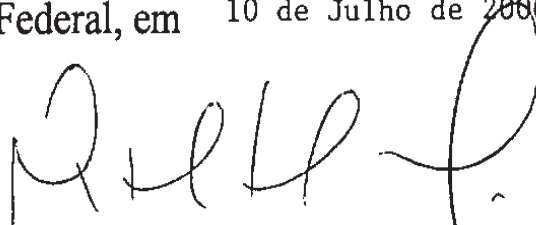
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1291, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs e **008.373/06-0**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 977, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3493, de 02/06/2006, que nomeou **LUIZ CARLOS FALEIRO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 10 de Julho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA

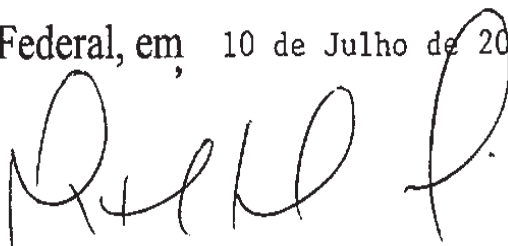
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1292 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.373/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ CARLOS FALEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 10 de Julho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1293 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

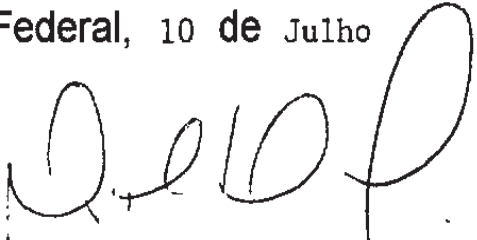
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SINAIDE NASCIMENTO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 47056, e ADELAIDE SOARES VEIGA, matrícula nº 48747, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 010240/06-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de Julho

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA**Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1294 , DE 2006**

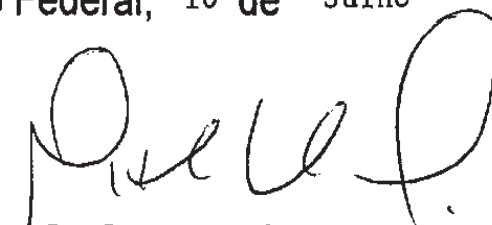
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **JACINTO MUROWANIECKI**, matrícula nº 52829, e **JORÃO PERCY DO CARMO PEREIRA**, matrícula nº 41613, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 010489/06-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de Julho de 2006.

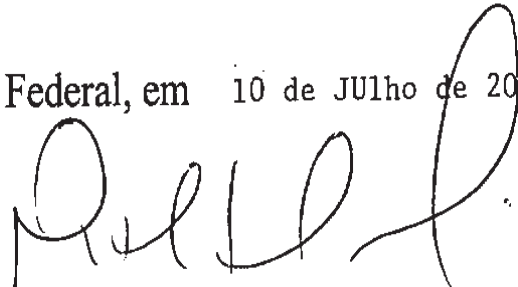
**AGACIEL DA SILVA MAIA*****Diretor-Geral***

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1295, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.650/06-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSANGELA MARIA SALAZAR FARIAS**, matrícula n.º 194892, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 10 de JULho de 2006



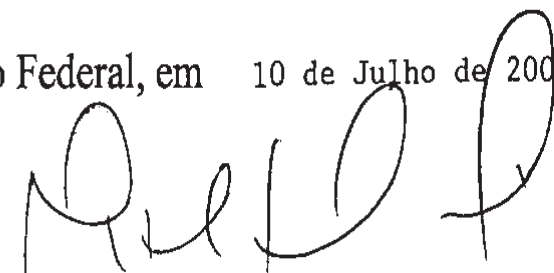
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1296 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **010.649/06-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSCILENE ALVES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 10 de Julho de 2006

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1297 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

exonerar **CARLOS RUDNEI ARGUELHO MATTOSO**, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-3, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 10 de julho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* ^S PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotônio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shlessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 188 PÁGINAS